



Católicos Radicais no Brasil



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Ministério
da Educação



A *Coleção Educação para Todos*, lançada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2004, apresenta-se como um espaço para divulgação de textos, documentos, relatórios de pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores, acadêmicos e educadores nacionais e internacionais, no sentido de aprofundar o debate em torno da busca da educação para todos.

Representando espaço de interlocução, de informação e de formação para gestores, educadores e o público interessado no campo da educação continuada, reafirma o ideal de incluir socialmente o grande número de jovens e adultos excluídos dos processos de aprendizagem formal, no Brasil e no mundo.

Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC, a educação não pode estar separada de questões como desenvolvimento ecologicamente sustentável; gênero e orientação sexual; direitos humanos; justiça e democracia; qualificação profissional e mundo do trabalho; etnia; tolerância e paz mundial. Além disso, a compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo.

O livro *Católicos Radicais* é um estudo de caso sobre o Movimento de Educação de Base (MEB) e seu desenvolvimento, desde seu começo até a segunda metade de 1966. Segundo o autor, “Poucos períodos da história recente do Brasil pareceram tão ricos em preságios de mudanças para seus contemporâneos como a década que vai de



Católicos Radicais no Brasil

Emanuel de Kadt

Brasília, maio de 2007

edições MEC/UNESCO

**Ministério
da Educação**



**SECAD – Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetizada e Diversidade**

Esplanada dos Ministérios, Bl. L, sala 700
Brasília, DF, CEP: 70097-900
Tel.: (55 61) 2104-8432
Fax.: (55 61) 2104-9423
www.mec.gov.br



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 – Brasília/DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
grupoeditorial@unesco.org.br
www.unesco.org.br



Católicos Radicais no Brasil

Emanuel de Kadt



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Ministério
da Educação



© 2007. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Conselho Editorial da Coleção Educação para Todos

Adama Ouane
Alberto Melo
Daila Shepard
Célio da Cunha
Osmar Fávero
Ricardo Henriques

Coordenação Editorial da UNESCO: Célio da Cunha

Assistente Editorial da UNESCO: Larissa Vieira Leite

Coordenação Editorial da SECAD/MEC: Timothy Denis Ireland

Assistente Editorial da SECAD/MEC: José Carlos Salomão

Tradução: Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende

Revisão Técnica: Jeanne Sawaya

Diagramação: Paulo Selveira

Tiragem: 5.000 exemplares

Católicos Radicais no Brasil. – Brasília: UNESCO, MEC, 2007.
332 p. – (Coleção educação para todos; 17).

ISBN: 85-98171-61-1

1. Educação Popular -- Catolicismo -- Brasil 2. Ação Comunitária -- Educação Popular -- Brasil 3. Educação Comunitária -- Catolicismo -- Brasil I. Movimento da Educação de Base II. Brasil. Ministério da Educação III. UNESCO

CDD 201

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e do Ministério da Educação, nem comprometem a Organização nem o Ministério. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO e do Ministério da Educação a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

NOTA TÉCNICA

O livro *Catholic Radicals in Brazil* (*Católicos Radicais no Brasil*) foi publicado, pela primeira vez, pela Oxford University Press, com o apoio do Royal Institute of International Affairs, em 1970. A primeira edição da versão em português foi publicada pela Editora Universitária da UFPB, em João Pessoa, em 2003, com apoio do Comitê dos Produtores de Informação Educacional (Comped). Teve sua reprodução contratada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) no âmbito do Programa de Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores. Esta nova edição revisada, publicada na *Coleção Educação para Todos*, com a autorização do autor, conta com nova apresentação escrita pelo professor Osmar Fávero.

Desde a edição de 1970, *Catholic Radicals in Brazil* se tornou referência obrigatória para estudos sobre Educação Popular, mesmo com as dificuldades de acesso apresentadas pela língua e a edição original estar esgotada. A versão publicada pela Editora Universitária da UFPB teve uma tiragem relativamente pequena. Com esta nova edição na *Coleção Educação para Todos*, o Ministério da Educação visa resgatar e disponibilizar para amplo público, material que, além de seu valor histórico – por retratar e analisar uma das experiências mais importantes de alfabetização de jovens e adultos na perspectiva de educação popular – traz contribuições necessárias para o debate atual em torno da busca da educação para todos.

SUMÁRIO

Abreviações	11
Apresentação	13
Prefácio	19
1. Introdução	21
2. Aspectos das Relações Sociais no Brasil	31
Introdução	31
Relações sociais no Brasil antes do Século XX	32
Posição dos camponeses nas áreas rurais “tradicionais”	38
Os processos políticos tradicionais	41
Mudanças recentes na política da base da sociedade rural	45
As ligas: reflexões sobre “líderes” e “seguidores”	47
Mudanças urbanas	54
3. Aspectos do governo e das políticas nacionais a partir de 1939	57
A primeira Era Vargas	57
A primeira década do pós-guerra (1945-1954)	61
De Vargas a Goulart (1954-1964)	64
Política e as massas rurais	70
4. A igreja e os movimentos dos católicos progressistas	75
Catolicismo brasileiro: introdução histórica	75
A organização da ação caótica	82
Os primeiros anos da JUC	85
O momento decisivo para os progressistas na JUC	89
A JUC e a Universidade	92
Ponto de vista da hierarquia brasileira	96
Crescentes atritos entre a JUC e a hierarquia	101
5. O auge dos católicos radicais I – teoria e ideologia	107
O elemento personalista na <i>Weltanschauung</i> progressista católica	117
Digressão sobre o populismo	120

Comentários adicionais sobre a análise da sociedade pelos católicos progressistas	125
6. O auge dos católicos radicais II – teoria e prática da conscientização	129
Teoria e prática da conscientização	129
Primórdios do sindicalismo rural	134
Entrada dos progressistas católicos no sindicalismo	138
Massificação nas áreas rurais	141
AP na arena política	146
7. MEB: objetivo, funcionamento e seus quadros	149
As origens do MEB	149
As escolas radiofônicas e os sistemas	152
Coordenação geral: nacional e estaduais	159
Características dos quadros do MEB	163
O MEB e seus bispos	168
8. Aspectos da evolução do MEB até abril de 1964	175
Primeiras formulações e objetivos do MEB	175
O MEB radicaliza: I Encontro de Coordenadores	178
A questão da “cartilha subversiva dos bispos”	182
MEB e os sindicatos	188
Observações sobre sindicalismo em um dos sistemas	193
9. Algumas observações sobre a zona da mata	199
O MEB frustrado	199
Um canalial do nordeste	202
Dificuldades entre a usina e o sindicato	206
Os trabalhadores canavieiros	209
Falta de liderança e intimidação	215
10. O MEB depois do golpe militar de 1964	219
O golpe de abril e suas repercussões: a intervenção dos bispos	219
Segunda cartilha	229
O centro de gravidade do MEB desvia-se para o norte	234
O MEB adapta-se à nova realidade	238

11. Fusão da ideologia populista com as técnicas não-diretivas	241
Animação popular (AnPo)	241
Introdução de técnicas não-diretivas	244
Mudanças na interpretação da não-diretividade	246
III Encontro Nacional de Coordenadores	249
12. Populismo e não-diretividade nas zonas rurais I	
O panorama em Franqueira	259
Não-diretividade no nível das equipas	260
Camponeses e latifundiários na área de Franqueira	264
Conscientização em um meio desencorajador	270
13. Populismo e não-diretividade nas zonas rurais II	
Fernandópolis e Lagoinha	275
Animação popular em Lagoinha	277
Surgem dificuldades em Lagoinha	281
Camponeses e política	285
Política em Lagoinha e não-diretividade populista	289
14. Conclusões	291
Desenvolvimento comunitário e confronto de classes	291
Populismo e poder	297
À maneira de epílogo	301
Apêndice I – resultados da sondagem dos técnicos do MEB	307
Apêndice II – anotações do trabalho de campo em São Pedro	319
Referências bibliográficas	323

ABREVIACES

ACOAo Católica Operária
AnPoAnimao Popular
APAo Popular
Arch.sociol.relig.Archives de sociologie des religion
CDNConselho Diretor Nacional
CIDOCCentro Intercultural de Documentación
CNBBConferncia Nacional dos Bispos do Brasil
CONSIRComisso Nacional de Sindicalizao Rural
CONTAGConfederao Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPCCentro Popular de Cultura
CR\$Cruzeiro
D.Dom
ECLA(UN) Economic Comission for Latin America
Fr.Frei
IBRAInstituto Brasileiro de Reforma Agrária
Int. Soc. Sc. J.International Social Science Journal (now Bulletin)
ISEBInstituto Superior de Estudos Brasileiros
JACJuventude Agrária Católica
JECJuventude Estudantil Católica
JOCJuventude Operária Católica
JUCJuventude Universitária Católica

JUC, Ideal Histórico	.JUC, Boletim 4/I – Ideal Histórico
MEB	.Movimento de Educação de Base
Mons.	.Monsenhor
PCB	.Partido Comunista Brasileiro
Pe.	.Padre
PSD	.Partido Social Democrático
PTB	.Partido Trabalhista Brasileiro
R. bras.cien.soc.	.Revista Brasileira de Ciências Sociais
R. bras.estud.polit.	.Revista Brasileira de Estudos Políticos
RENEC	.Rede Nacional de Emissoras Católicas
SNI	.Serviço Nacional de Informações
SORPE	.Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	.Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDN	.União Democrática Nacional
ULTAB	.União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	.União Nacional de Estudantes

APRESENTAÇÃO

De Kadt inicia o prefácio de seu livro dizendo: “Trinta e cinco anos é um longo tempo”. Sua pesquisa sobre os *católicos radicais*, na qual analisa a primeira fase do MEB – Movimento de Educação de Base, havia sido realizada em meados dos anos 60 e sua última vinda ao Brasil foi em dezembro de 1968, no dia da promulgação do Ato Institucional nº 5, que ficou conhecido como o “golpe dentro do golpe”. Vale perguntar, então: Que sentido tem traduzir seu livro, originalmente tese de doutorado na Universidade de Londres, publicado em inglês em 1970?

Sobre a atualidade do tema, ele afirma, no mesmo prefácio:

“... talvez este livro ainda tenha algo a dizer às presentes gerações que podem receber inspiração, não de minha escrita, mas das ações daquele generoso grupo de pessoas que fizeram o MEB. ...Talvez ele também será útil para aqueles mais preocupados com questões mais amplas que confrontam a Igreja Católica hoje...”.

Acrescento, sobre a importância do livro: apresenta uma pesquisa fundamental, extremamente bem relatada, analisando posturas e ações assumidas pelo grupo católico – mais corretamente: pelo grupo cristão – como expressão de um projeto histórico que visava uma “transformação radical” da sociedade brasileira naqueles anos.

Usando as palavras do autor, participei “daquele generoso grupo de pessoas que fizeram o MEB” em sua primeira e mais rica fase: 1961 a 1966. E foi com imenso prazer que aceitei fazer esta apresentação. Não é preciso elogiar a obra, nem mesmo nada acrescentar ou relativizar; ela fala competentemente por si mesma. No entanto, talvez possam ser úteis algumas informações preliminares, que motivem o leitor a lê-la com a atenção que merece, e algumas complementações sobre os desdobramentos acontecidos com o MEB daqueles primeiros anos até hoje. É o que me proponho a fazer, brevemente.

O MEB foi criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base

por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Sua criação foi prestigiada pela Presidência da República e sua execução apoiada por vários ministérios e órgãos federais e estaduais, mediante financiamento e cessão de funcionários. Foi prevista também importante colaboração do Ministério de Viação e Obras Públicas, à época responsável pela concessão dos canais de radiodifusão, visando agilizar os processos de criação e ampliação de emissoras católicas.

O programa teria a duração de cinco anos, devendo ser instaladas, no primeiro ano, 15 mil escolas radiofônicas, a serem aumentadas progressivamente. Para tanto, a CNBB colocava à disposição do governo federal a rede de emissoras filiadas à RENEK – Representação Nacional das Emissoras Católicas, comprometendo-se a aplicar adequadamente os recursos recebidos do poder público e a mobilizar voluntários, principalmente para atuar junto às escolas como monitores e junto às comunidades como líderes.

Realisticamente, ao final de 1963, quando já estavam organizados os grandes sistemas estaduais e vários sistemas locais independentes e quando recebeu aporte significativo de recursos do governo federal, chegaram a ser instaladas cerca de 8 mil escolas radiofônicas. Importante lembrar também que, em dezembro de 1962, no memorável 1º Encontro Nacional de Coordenadores, o MEB redefiniu a educação de base, assumiu a *conscientização* como categoria fundamental e reviu sua forma de ação, passando a ombrear-se com os outros movimentos de cultura e educação popular do período. Em 1963, foi elaborado o Conjunto Didático *Viver é Lutar*, tendo como pedra de toque o livro de leitura para recém-alfabetizados das escolas radiofônicas implantadas no Nordeste, que resumia toda a ideologia do Movimento. Pequena parte da edição desse livro foi apreendida pela polícia de Carlos Lacerda, então governador do antigo Estado da Guanabara, nas vésperas do golpe militar de abril de 1964, desencadeando violenta campanha contra os “bispos comunistas” que o haviam aprovado.

Nesse mesmo ano, o MEB começava a sentir as limitações da ação educativa desenvolvida por meio do rádio e iniciava experiências de contato direto com as comunidades, como decorrência e reforço daquela ação e compromisso decisivo no treinamento de líderes, com vista à sindicalização rural. Com a crise desencadeada pelo golpe militar, a retomada dos trabalhos a partir de 1965, após difíceis negociações dos bispos responsáveis pelo MEB com o governo militar, fez-se em outras bases. Foi elaborado novo conjunto didático, designado *Mutirão*, que deslocou para a auto-ajuda o eixo fun-

damental anterior, que consistia numa visão crítica da realidade com vista à sua transformação. Mais importante, todavia, foi a sistematização do que passou a designar-se *Animação Popular*. Tratava-se de uma ação de caráter essencialmente político, na medida em que se definia como uma educação para a vida comunitária e de participação coletiva nos problemas e soluções de cada dia. Constituía-se, assim, em um processo motivador da *conscientização* e organizador da participação política de cada morador na vida da comunidade, a partir de grupos de trabalho que assumiam ações inicialmente mais imediatas e progressivamente de maior expressão, como os sindicatos, ações essas referidas a um projeto político nacional de transformação das estruturas.

A cobertura da Igreja, embora fazendo concessões ao governo autoritário estabelecido, conseguiu manter viva a proposta do MEB por mais dois anos, nos quais se tentou retomar o ritmo de trabalho de 1963 e início de 1964. A crise instalada internamente, com alguns bispos questionando a orientação nacional do Movimento, intransigentemente defendida pelos leigos como “unidade nacional”, bem como as pressões externas, de caráter ideológico e policialesco, causaram, em 1966, o encerramento das atividades dos maiores sistemas estaduais e a regressão de outros ao nível inicial do trabalho. Como alternativa de sobrevivência, abriu-se ampla frente de ação nos estados da Amazônia, nos quais, por sua constituição geográfica e pelas distâncias entre os núcleos populacionais, justificava-se a implantação de escolas radiofônicas.

Foi este o período pesquisado por De Kadt, apreendendo toda sua riqueza e seu dinamismo, assim como as contradições e os limites de um movimento educativo criado pela hierarquia católica e concretizado por um aguerrido grupo de leigos. Grande parte desse grupo, sobretudo em sua coordenação nacional, provinha dos quadros da Ação Católica Brasileira, sobretudo da Juventude Universitária Católica. Inicialmente, trazia forte impulso de “dedicar-se ao social”, de engajar-se na construção de uma sociedade justa. Seu horizonte político ampliou-se pela influência da recém-fundada Ação Popular, um “partido ideológico” (em termos gramscianos), que se propunha formular e implantar um projeto histórico de base socialista-utópico no Brasil de então. Embora posteriormente considerada ingênua, essa proposta buscava superar o “reformismo”, presente nas ações governamentais e também nas ações da Igreja Católica, sob o influxo das grandes encíclicas do Papa João XXIII, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), propondo uma “revolução” para a solução dos problemas que estava na raízes

da sociedade brasileira. Daí o título do livro: *Católicos radicais no Brasil*, cuja riqueza está em mostrar o esforço de construção desse projeto social e político amplo, a partir de uma experiência educativa, desenvolvida junto à população do meio rural das regiões mais pobres brasileiras.

Duas temáticas abordadas por De Kadt merecem destaque, por terem sido decisivas no período inicial do MEB: sua definição como um movimento nacional e a questão do populismo, que ele mesmo diz ter sido estranhada quando da apresentação dos primeiros resultados da pesquisa.

Como foi dito, criado pela hierarquia católica, a primeira proposta do MEB, nos termos da educação de base, tendia a limitar-se à alfabetização e à catequese. Assumido pelos leigos, abriu-se rapidamente para uma ação educativa mais ampla, na esteira das práticas inovadoras dos movimentos de cultura popular nascidos nos mesmos primeiros anos da década de 1960. Para tanto, foi essencial a coordenação nacional, responsável pela formação das equipes que realizavam o trabalho nas bases e a construção de uma identidade coletiva nacional, que passou a relativizar a dependência dos bispos diocesanos e a explorar outros caminhos de acesso à população, que não com base nas paróquias. Afirma-se o MEB como movimento educativo que se dirigia a toda a população e, por isso, não se considerava justo que assumisse uma dimensão de catequese católica. A discussão de fundo que se colocava era relativo a não-confessionalidade do Movimento, postura extremamente difícil de ser aceita pela maioria dos bispos e impossível de ser experimentada na conjuntura decorrente do golpe militar de 1964. A Igreja pós-conciliar, que se abria para outras experiências, não soube enfrentar essa contradição; fechou-se novamente. Como decorrência, alguns dos movimentos de Ação Católica, que também tinham orientações nacionais, foram desativados e a Juventude Universitária Católica, em particular, a mais aguerrida entre os movimentos, foi fechada. Quanto ao MEB, um novo regimento redefiniu-o como “movimento de Igreja” e atrelou-o aos bispos diocesanos. Essa decisão, os percalços e a falta de apoio do governo fizeram-no definir paulatinamente. Na comemoração dos seus 40 anos, nada mais existia do espírito inicial. Hoje, tenta-se refazê-lo, desde as bases.

Por outro lado, como consequência da ação educativa, entendida como *conscientização*, agudizada pela assessoria à implantação de grupos comunitários e sobretudo de sindicatos rurais que, a partir da crítica da realidade, buscavam caminhos para a ação política – o que em alguns momentos foi designado como *politização* – o MEB beirou o limite daquela ação educativa.

No início de 1964, imediatamente antes do golpe militar, chegou a ser discutido que encaminhamento poderia ser dado aos grupos populares que demandavam uma orientação expressamente política. Os próprios agentes que cuidavam do sindicalismo rural já se definiam politicamente nos quadros da Ação Popular, e esse mesmo horizonte parecia mais de acordo com a ideologia assumida. Em outro terreno, colocava-se, então, uma segunda contradição: manter-se fiel ao compromisso básico com o “povo”, entendido como a maioria da população oprimida, nem dirigindo-o, nem atuando como vanguarda; mas caminhando com ele, assessorando-o na sua caminhada. Mas, como fazer isso, mantendo o princípio do “não-diretismo” e, ao mesmo tempo, ser considerado “movimento de Igreja”?

Essa discussão crucial e importante caiu por terra após abril de 1964, quando passou a ser essencial defender pelo menos o caráter e a orientação nacional do Movimento. Nessa conjuntura, embora tendo-se radicalizado a postura do “não-diretismo”, como mostra De Kadt, analisando o 3º Encontro Nacional de Coordenadores, quando os quadros do MEB tinham outra configuração e quando a Amazônia passou a ter maior peso que o Nordeste, não se aprofundou a questão do *populismo*. O *populismo* brasileiro era intimamente associado à *massificação*, decorrente de ações políticas implantadas de cima para baixo, impondo orientações e opções. Escapava ao horizonte teórico dos “radicais católicos” o conceito de *populismo* assumido por De Kadt: o compromisso de frações de classes burguesas – melhor, pequeno burguesas – no entendimento e na valorização da vida e das aspirações autenticamente populares, em especial expressas na cultura popular, e sua possível mediação para a definição de um projeto político de transformação radical da realidade.

Como um dos participantes “daquele generoso grupo de pessoas que fizeram o MEB” (modéstia à parte), a leitura atenta desta oportuna tradução do livro de De Kadt, me fez rever conceitos e posturas assumidos naqueles anos. Ainda mais: me fez assumir o compromisso de, juntamente com outros “fundadores” do MEB, ajudar na sua redefinição para o Brasil dos dias atuais, que não somente exacerbou a condição dos “oprimidos”, como cada vez mais exige uma atuação política profunda e coerente.

É oportuno registrar, por ocasião do lançamento desta tradução de *Católicos radicais no Brasil*, o “renascimento do MEB” nos dias atuais. Quando o governo federal lançou, há dois anos, a ampla campanha Brasil Alfabetizado, o MEB, apoiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em um

primeiro momento, se recusou a dela participar, denunciando em corajosa carta sua concepção retrógrada e seus limites administrativos. Em um segundo momento, no ano corrente, já tendo sido reformulados alguns princípios da referida campanha, aceitou colaborar, reafirmando sua sistemática de trabalho, sobretudo no que diz respeito à formação dos educadores de jovens e adultos e ao entendimento da alfabetização como fase inicial de amplo processo educativo. Interessante também registrar a oportuna publicação do material didático *Saber, viver e lutar*, inspirado no conjunto didático *Viver é lutar* e adequado às reais condições dos municípios do norte do Estado de Minas Gerais. Essas atitudes e essa iniciativa talvez signifiquem uma volta do MEB às suas raízes.

Osmar Fávero

Rio de Janeiro, abril de 2004

PREFÁCIO

Trinta e cinco anos é um longo tempo. E eu tinha começado a trabalhar sobre o papel social e político da Igreja Católica no Brasil bem antes disso. Aqueles eram os tempos do Concílio Vaticano II, da renovação da Igreja empreendida com tão imensa energia, sabedoria e previsão pelo Papa João XXIII. Os "católicos radicais" no Brasil, os quadros do MEB, com quem eu me identifiquei profundamente durante meus anos de idas e vindas ao país, receberam grande inspiração de João XXIII, a quem admiravam muitíssimo. E com boas razões, como podemos compreender ainda melhor, com a vantagem de uma visão retrospectiva.

Fizemos um longo caminho desde então. É claro que ainda há católicos radicais no Brasil e por toda parte: gente inspirada por sua fé a dedicar-se aos pobres, aos despossuídos e, como se diz agora, aos excluídos. Nós os encontramos tanto entre o clero quanto entre os leigos. Esse tipo de engajamento foi fundamental para o MEB. Além disso, o MEB defendia uma série de outras idéias. Algumas delas, por exemplo, a de participação, fluíram em organizações como o MEB, desde as bases até o cimo das instituições, para todo o mundo, até mesmo no Banco Mundial, onde pelo menos a retórica foi ouvida em alto e bom som. Em termos práticos, agências que trabalham com organizações não-governamentais (ONG), fazem reais esforços para garantir que a participação não permaneça na simples retórica, mesmo se fazê-la funcionar seja muito difícil. É interessante ver que a não-diretividade, uma outra pedra de toque da ideologia do MEB, nunca avançou do mesmo modo – mas, mesmo há 35 anos, era claro que o dilema entre deixar as pessoas encontrarem seu próprio caminho e cometerem seus próprios erros ou a consideração disso como simples perda de tempo eram mais complexas do que fomos levados a crer.

Fundamentalmente, o que mudou foi o quadro macro. Hoje, reforma e progressismo não são os principais atributos que nos vêm à mente quando pensamos na Igreja Católica nem são palavras-chave na mentalidade de

seus líderes. A consolidação e o conservadorismo estão mais em voga junto com a reafirmação do controle central de Roma (é claro que nunca formalmente abandonado). Isto se encaixa em uma imagem mais ampla de um retorno às raízes religiosas entre os líderes e fiéis de muitos credos, mais especialmente na emergência das correntes fundamentalistas. No Brasil, isto se evidencia pelo significativo crescimento das seitas pentecostais. O fenômeno fundamentalista é ainda mais notável nos países islâmicos, processo que veio a ser amplamente percebido, sobretudo por causa de pequena mas agressiva minoria que o interpretou como justificativa do terrorismo. Ainda assim, o outro lado do panorama é que tais grupos usualmente mostram preocupação social genuína para com os membros mais fracos de suas sociedades, preocupação que espelha o *ethos* que foi dominante na Igreja Católica dos anos 60.

Assim, talvez, este livro, escrito meia vida atrás, ainda tenha algo a dizer às presentes gerações que podem receber inspiração, não de minha escrita, mas das ações daquele generoso grupo de pessoas que fizeram o MEB. Isto poderia apoiá-los em seu trabalho que continua tão difícil como era no passado, já que o número de despossuídos no Brasil não diminuiu. Talvez também seja útil para aqueles preocupados com questões mais amplas que confrontam a Igreja Católica hoje: não lhes fará nenhum mal lembrarem-se da inspiradora liderança de João XXIII e dos que o acompanharam, é claro, um bom número de proeminentes homens de Igreja do Brasil.

Se este livro ajudar um pouco nesse sentido, não terá sido em vão o corajoso trabalho de Maria Valéria e Maria Valentina Rezende para lidar com minha prosa e o prolongado e tenaz esforço de Tim Ireland, a quem sou especialmente grato, para fazer que este livro fosse traduzido e publicado.

Emanuel de Kadt
Brighton, março de 2004

INTRODUÇÃO

Poucos períodos da história recente do Brasil pareceram tão ricos em presságios de mudanças para seus contemporâneos como a década que vai de meados dos anos 50 a meados dos anos 60. De um lado, viu-se, em certo sentido, o auge do sistema social e político implantado inicialmente por Getúlio Vargas nos anos 30. De outro, testemunhamos o aumento de grupos e movimentos, a maioria deles numericamente bem pequenos, porém claramente visíveis (e especialmente audíveis) na cena política, que demandavam mudança radical no sistema e prometiam vida melhor para os vastos grupos de brasileiros que haviam sido, até então, excluídos de qualquer benefício que a sociedade tivesse para oferecer. Entre esses grupos radicais, são de particular interesse aqueles cujo *pedigree* é cristão, em sentido amplo, devido à influência potencial que tinham na Igreja Católica Romana como tal.

Aqueles que se gabam do Brasil como sendo a maior nação católica do mundo podem estar esquecendo de levar em conta a debilidade do Catolicismo institucional no país; ao mesmo tempo, não há dúvidas de que a Igreja Católica é um corpo de significância incomum em um país onde a maioria das organizações estruturalmente importantes, de amplitude nacional, tem uma autoridade efetiva muito limitada fora dos principais centros da vida política. A Igreja sempre teve a notável capacidade de assimilar partes substanciais de todos os pontos de vista dissidentes, com exceção dos claramente heréticos; durante os anos do *aggiornamento* do Papa João e do Concílio Vaticano II, idéias críticas e inovadoras eram provavelmente muito mais impactantes, independentemente do grau de hostilidade com que elas possam ter sido recebidas inicialmente.

Foram considerações como essas que me induziram a tentar lançar alguma luz sobre as idéias e atividades dessa pequena minoria entre os católicos do Brasil, que poderia ser chamada de progressistas (radicais) nas esferas política e social. Este livro é o resultado dessa tentativa. Ele não

pretende ser uma discussão definitiva sobre o assunto. Pelo contrário: pela opção de concentrar-me inicialmente em um estudo de caso, eu, *ipso facto*, considerei e descartei de antemão a oportunidade de apresentar uma visão geral detalhada.

O caso estudado é o do Movimento de Educação de Base – MEB e seu desenvolvimento, desde seu começo até a segunda metade de 1966. O MEB é uma organização apoiada pela Igreja e financiada pelo governo que, desde o início de 1961, foi ativa nas áreas rurais dos estados menos desenvolvidos do Brasil. A ênfase inicial de seus programas educacionais, que eram transmitidos por rádio, deu-se na alfabetização e em várias formas de autopromoção dos camponeses; gradativamente, se interessou mais pela estrutura social que produziu e perpetuou as lamentáveis condições de vida dos camponeses, e seu principal esforço passou a ser especificamente orientado no sentido de mudar essa estrutura. Mas, depois do golpe militar, em abril de 1964, esse ímpeto radical foi perdido e a mudança estrutural de base, embora ainda considerada como necessidade a longo prazo, deixou de ser a prioridade nos programas educacionais do MEB e já não era discutida e buscada com o mesmo sentido de urgência.

Neste ponto, é necessário fazer breve relato da situação desenvolvida no Brasil desde 1964. Teria sido exagero – conforme mostrarão os capítulos 2 e 3 – descrever o Brasil antes do golpe como uma democracia no sentido pleno da palavra. Mas, sobrepondo-se a uma estrutura social que, no plano da política real na base da sociedade, em muitas áreas, carecia de todas as características ou de quaisquer pré-requisitos de um processo democrático, o Brasil tinha estabelecido um conjunto de instituições democráticas formais que, a despeito das intervenções relativamente freqüentes dos militares, funcionavam toleravelmente bem. O Brasil certamente tinha uma longa e orgulhosa tradição de não-violência nos níveis mais altos do sistema político, de golpes de estado sem derramamento de sangue e uso bem limitado de agressões físicas ou de perseguição à oposição política. Mantinha também, nessas instâncias mais altas, um conjunto solidamente operante de mecanismos que garantiam as liberdades civis individuais e um judiciário respeitado e independente.

O golpe militar de 1964 abalou tudo isso. Por um ou dois anos, inquéritos políticos zelosamente conduzidos pelos militares (IPM) caçaram muitos dos supostamente comprometidos com a “subversão” que prevalecera durante os anos da Presidência de João Goulart, e muitas pessoas de alta

ou baixa posição perderam seus empregos, mandatos eletivos ou direitos políticos. Quando o Marechal Costa e Silva assumiu o poder, depois do Marechal Castelo Branco – em março de 1967 – a situação parecia ter melhorado um pouco, com a tentativa do primeiro de cumprir sua promessa de “humanizar” a “revolução” (termo pelo qual o golpe e os processos políticos que desencadeou eram designados por quem o apoiava).

Uma série de eventos, que incluíam manifestações estudantis de protesto, inquietação do clero progressista e um aparentemente pouco importante desafio aos militares por parte de um jovem deputado federal oposicionista, eleito depois de 1964, culminaram em um final abrupto da linha de compromisso do Presidente Costa e Silva, quando os militares encenaram um novo golpe, um “golpe dentro do golpe”, na sexta-feira, dia 13 de dezembro de 1968.

Dáí em diante, a cena brasileira tornou-se crescentemente irreconhecível. Foi instituída uma rígida e altamente efetiva censura de todos os meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, não se veiculava notícia alguma sobre a crescente e severa repressão ou sobre o aumento do uso da violência pelas autoridades. Ocorreram demissões em todas as universidades; todas as salvaguardas legais tradicionais foram virtualmente abolidas; a regra da lei e a existência das liberdades civis normais passaram a ser uma nostálgica memória do passado, grupos terroristas de direita intimidam, atacam e assassinam; reina a arbitrariedade. A esquerda revolucionária respondia com uma série de ataques ainda mais audaciosos, especialmente a emissoras de televisão e a bancos. O sucesso no seqüestro do embaixador americano por um grupo de “guerrilheiros urbanos”, em setembro de 1969, e a sua soltura depois que o governo atendeu às exigências de publicar o manifesto dos seqüestradores e de soltar 15 prisioneiros políticos, foi seguido da instituição da pena de morte para certos atos “subversivos” e revolucionários.¹ E, assim, o ímpeto ascendente da espiral de violência e contra-violência gradualmente adquiriu mais velocidade.

Minha última visita ao Brasil, relacionada com este livro, começou naquele fatídico dia 13 de dezembro de 1968. Não vou tentar descrever o efeito daquele dia na vida de muitos dos meus amigos. Embora interessados

1. Estas podem parecer declarações demasiado taxativas, mas estão extensivamente documentadas por reportagens publicadas, durante a primeira metade de 1969, em diversas fontes tais como o *New York Times*, *Le Monde*, *The Times*, e *Latin America*. Um exame mesmo superficial em qualquer arquivo de jornal confirmará os fatos.

em minha pesquisa, estavam hesitantes com relação à conveniência da publicação de um livro sobre os eventos, pessoas e idéias que se haviam tornado tabu para os novos governantes do país. Quanto a isto, tive de fazer um julgamento muito difícil, mas o fato de este livro tratar de assuntos que já se tornaram claramente “ históricos” e de que a natureza das atividades do MEB, tanto quanto de seu pessoal, tenha sofrido tão fundamental transformação, fez-me decidir que a história poderia ser contada. Desnecessário dizer que tomei precauções, maiores do que as usuais entre sociólogos, de proteção do anonimato de meus informantes (que foram excepcionalmente cooperativos, francos e abertos, e me permitiram acesso a tudo o que eu quisesse ver), usando nomes fictícios para pessoas e lugares nos trechos do livro que estão diretamente baseados nos dados de pesquisa de campo.

A tarefa mais importante que me propus foi a de trazer alguma contribuição para uma melhor compreensão da maneira como as ideologias se desenvolvem em inter-relação com a ação social e as limitações impostas à ação por forças externas; tentei fazer isto primeiramente traçando a evolução de idéias no MEB e as mudanças na sua atuação. Assim, este não é, de modo nenhum, um estudo exaustivo: muitos aspectos de seu trabalho, muitos problemas específicos encontrados, muitos resultados alcançados foram excluídos. Minha atenção focalizou-se no MEB por ele estar tão inserido na cena progressista, antes de 1964, estando, simultaneamente, sob a égide formal da hierarquia católica brasileira. Era, por isso, um *locus* quase ideal para o estudo das multifacetadas inter-relações, influências e conflitos que surgiram com o aparecimento de um movimento de esquerda especificamente cristão no Brasil. Contudo, considerações acadêmicas não poderiam evitar meu interesse nos aspectos mais amplos do trabalho do Movimento ou a minha identificação com seu pessoal e seus trabalhos verdadeiramente dedicados aos camponeses brasileiros abandonados, excluídos e usualmente explorados.

Gostaria de chamar a atenção para alguns dos temas mais importantes de que este livro vai tratar. Em primeiro lugar, há uma discussão geral dos aspectos da estrutura social, econômica e política brasileira que são mais relevantes para o entendimento da situação da população rural do Brasil. Apesar de os camponeses e trabalhadores rurais brasileiros serem, obviamente, uma “classe” – tanto no sentido do conceito de Max Weber, de compartilharem condições de vida economicamente determinadas, quanto

no sentido marxista de compartilharem um destino comum de exploração nas mãos daqueles que possuem os meios de produção básicos – alguns dos mais persistentes aspectos do comportamento desses brasileiros só podem ser satisfatoriamente explicados se nos detivermos nas relações de dependência para com os patrões, isto é, relações de clientelismo – e suas modificações graduais em tempos mais recentes – que envolvem a maior parte das esferas de sua vida. Somente avaliando-se plenamente a persistência dessas relações será possível compreender as dificuldades encontradas pelos católicos progressistas, e particularmente pelo MEB, nos seus esforços para melhorar a situação do campesinato.

Em segundo lugar, há o tema do populismo. Este conceito é extensamente usado em todo o livro, referindo-se a certas características que vieram a ser comuns aos católicos progressistas a partir do pleno desenvolvimento de suas visões de homem e sociedade. Como intelectuais urbanos (no mais amplo sentido do termo), preocupados com os segmentos mais explorados da população, tornaram-se realmente hostis a qualquer “manipulação” do povo, cujo potencial para escolher seu próprio destino econômico e político recebeu grande relevância no pensamento populista – entendido como a situação prevalecente entre os *Narodniki* do século XIX na Rússia, protótipos dos populistas.

Uma exploração do conceito de populismo (no capítulo 5) lida com o assunto a partir da apresentação das idéias e atividades dos grupos de católicos progressistas que, anteriores ou contemporâneos do MEB, exerceram muita influência na evolução do Movimento, fornecendo com frequência os protótipos de conceitos ou fundamentando às atividades que se estavam tornando centrais no MEB. Atenção especial foi dada à radicalização do ramo de estudantes universitários da Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC). Embora, já pelos meados da década de 1950, novas idéias estivessem indubitavelmente presentes em vários círculos católicos no Brasil, foi na JUC que essas idéias foram inicialmente forjadas dentro de uma visão de mundo e com um programa de ação mais ou menos coerentes e articulados. E, apesar de encontrarem-se alguns bispos e padres entre os mais entusiastas partidários da JUC, os conflitos com a hierarquia foram parte importante da história. Em grande parte, como resultado disto, um novo movimento, a Ação Popular (AP), sem nenhum laço com a Igreja, foi fundado em 1961-1962 e, até 1964, foi principalmente esse movimento que fez avançar o impulso progressista.

Devo explicar, porém, que de modo nenhum tentarei fornecer um balanço histórico de movimentos como a JUC ou AP. Eles são aqui analisados apenas nos períodos em que tiveram relevância subsequente em eventos ou desenvolvimentos do MEB, uma vez que, especialmente desde 1964, as opiniões defendidas por membros desses movimentos mudaram nitidamente. É necessário, além disso, ter sempre em mente que o real poder, ou mesmo a influência desses grupos progressistas, não era de modo algum comparável com a sua bastante elevada “visibilidade” no Brasil do início da década de 1960. Mesmo no seu auge, foi de fato muito pequeno o impacto que causaram na cena política brasileira mais ampla; e, embora tenham se tornado proeminentes e poderosos no movimento estudantil, a maioria do meio estudantil manteve-se indiferente a qualquer atividade ou engajamento.

Outro ponto que devo ressaltar é o de que, por causa do meu interesse no MEB e na Igreja Católica, não me referi às visões progressistas que se desenvolviam – embora em escala bem menor – nas Igrejas Protestantes do Brasil. Sem dúvida influenciadas pelo que se passava entre os progressistas católicos, uma comissão especial para a questão Igreja e sociedade, da Confederação Evangélica do Brasil (as Igrejas não-Pentecostais), organizou uma conferência no Nordeste, em 1962, na qual se expressaram muitas opiniões progressistas.² Mas a comissão em questão foi logo dispersada, e a cara do protestantismo no Brasil permaneceu quase que solidamente conservadora até que alguns esforços ecumênicos começaram a dar frutos, após 1964. O mais notável deles foi o jornal bimestral *Paz e Terra*, para o qual contribuíram cristãos e não-cristãos progressistas de vários matizes.³

A segunda parte do livro trata o MEB, do modo pelo qual se tornou parte do mais amplo movimento progressista de inspiração católica nos anos que levaram ao golpe militar de abril de 1964, formulando sua

2. CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL, 1962.

3. A maioria das discussões sobre o protestantismo no Brasil omite a dimensão política – basicamente por ter sido tão insignificante até aqui [N.T: o autor se refere ao ano de 1969 ou 1970, quando foi publicada a edição inglesa deste livro]. É assim, por exemplo, no importante livro de Emilio Williems (WILLIEMS, 1967). Duas exceções são o artigo de Jovelino Pereira Ramos (RAMOS, J.P., 1968). E o ensaio de Waldo A. César, editor-chefe da *Paz e Terra* (CÉSAR, W. A., 1968). Alguma discussão sobre o protestantismo na política pode também ser encontrada no livro de (ALVES, M. M., 1968), valioso balanço feito por um jornalista engajado sobre cena do catolicismo progressista no Brasil, que veio ao meu conhecimento depois que este manuscrito já estava terminado.

própria e específica contribuição à proposta dos progressistas católicos para a “revolução brasileira”, trata de suas vicissitudes depois do golpe, do tipo de pressão – e ataques – aos quais foi submetido e da maneira como respondeu. Quando as esperanças de uma “revolução brasileira” foram destruídas pela “revolução” de abril de 1964, e seus defensores foram perseguidos pelos vitoriosos da “revolução”, as mudanças tornaram-se inevitáveis. Por um tempo os leigos do MEB mantiveram a determinação não apenas de tomar o partido do “pólo dominado” na sociedade brasileira, mas também de continuar com seus esforços para conscientizar os camponeses do fato de que a situação deles só – e principalmente – iria melhorar por meio de uma luta unida contra o pólo dominante e a conseqüente transformação da sociedade.

A mudança dessa perspectiva de conflito entre classes para a perspectiva de cooperação dentro de uma classe (o campesinato), a mudança da confrontação de classes para o desenvolvimento comunitário, pode ser vista como o terceiro dos temas mais importantes do livro; com especial atenção ao papel desempenhado nesse processo pelos bispos do MEB que, depois de 1964, transformaram sua presença, até ali quase apenas ornamental no Movimento, em altamente ativa (ver particularmente o capítulo 10). Este tema é desenvolvido também na discussão da minha experiência de trabalho de campo, que ocorreu em duas áreas que podemos chamar, de modo geral, “tradicionais” – o tipo de área que ainda predomina na parte do Brasil coberta, em um ou outro momento, pelo MEB.⁴

Dois anos após o golpe, quando eu estava ocupado na pesquisa de campo que me levou às áreas rurais, qualquer um que discutisse a realidade do conflito de classes era passível de ser considerado “subversivo” e ter de enfrentar problema com as autoridades. Mesmo a promoção da cooperação entre os camponeses ou o desenvolvimento de comunidades eram vistos

4. Estas áreas não eram, obviamente, “típicas” da realidade social encarada pelo MEB: o Brasil é muito grande e heterogêneo para que qualquer área limitada seja “típica”. Houve uma tentativa de captar a diversidade existente, quando dedicamos tempo à Zona da Mata, área litorânea do Nordeste, dedicada à plantação de cana-de-açúcar, com seu proletariado rural. A experiência do MEB nessa área, onde se encontravam algumas de suas melhores equipes de professores, supervisores etc., contribuiu largamente para a formulação desta perspectiva progressista nos anos que precederam o golpe de estado, e algum esclarecimento sobre a situação social é indispensável para a compreensão dos diferentes enfoques que passaram a prevalecer dentro do Movimento. A região amazônica, uma parte do país que se tornou crescentemente importante para o MEB depois de 1964, não pôde, infelizmente, ser visitada por falta de tempo. Dediquei, porém, alguns parágrafos gerais sobre a situação socioeconômica dos camponeses na região Norte, no capítulo 10.

como atos suspeitos por muitos homens do poder. Não é de admirar que o foco do MEB tenha então mudado. Entretanto, a nova abordagem trouxe limitações para os (potenciais) resultados: a questão central para a elaboração do terceiro tema é a diminuição da eficácia do MEB como catalisador de mudanças nas circunstâncias políticas do período pós-golpe (três últimos capítulos).

Os capítulos sobre o MEB também se dedicam aos dois temas anteriores, as relações de clientelismo (discussão da pesquisa de campo) e o populismo. O Movimento, de fato, desenvolveu sua própria e distinta versão de populismo⁵ resultante da conjunção de três fatores, que foram: as visões ideológicas que o MEB passou a compartilhar com o restante dos progressistas católicos do Brasil; uma acentuação metodológica da não-diretividade – isto é, a fidelidade aos princípios derivados do modelo de dinâmica de grupo na qual o líder do grupo não deve intervir no processo pelo qual o grupo chega a decisões; e, finalmente, as circunstâncias políticas peculiares que tornavam a ação impossível e favoreciam lentas discussões não dirigidas cujos resultados tendiam a ser mínimos.

Se a conclusão é de certo modo pessimista com relação a um possível alívio dos problemas mais urgentes da estrutura social rural do Brasil, e expressam-se dúvidas com relação ao papel efetivo do MEB, quando confrontado com as suas próprias aspirações de antes da queda de Goulart, em abril de 1964, não se desmerece em nada a profunda dedicação dos quadros do Movimento ao seu trabalho, nem se sugere uma subestimação dos esforços empregados na tentativa de ajudar a elevar o senso de dignidade humana ou de destravar o potencial criativo dos camponeses. Além disso, em áreas como o Norte, onde a confrontação entre “os que têm” e “os que não têm” é, de maneira geral, menos cortante e imediata, o trabalho de “humanização” do MEB entre os camponeses pode muito bem ajudar a estabelecer alicerces para relações sociopolíticas mais saudáveis no futuro.

Devo dizer claramente, desde o início, que minha pesquisa de campo envolveu-me, pelo menos parcialmente, como participante; como participante, passei a enxergar o mundo através dos olhos de meus muitos amigos do Movimento e a compartilhar de suas esperanças e medos. Até certo ponto, também participei de seus desentendimentos e discórdias,

5. O termo nunca foi usado pelo MEB e minha aplicação do mesmo ao Movimento provocou desconforto a um ou dois dos membros que leram os primeiros rascunhos deste livro.

embora a própria existência de tensões e conflitos tenha evitado que eu me identificasse demasiadamente e tenha ajudado-me também a preservar a dose de objetividade que este estudo exigia. Espero que essa objetividade não tenha sido muito afetada por meu sentimento de gratidão, pois teria sido muito difícil não me sentir grato pelo privilégio de trabalhar com pessoas tão profundamente comprometidas com a melhoria de vida dos membros menos favorecidos de sua sociedade.

2. ASPECTOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Um livro como este que, em grande parte, trata de tentativas de mudar as atitudes sociais e políticas de segmentos das massas brasileiras (especialmente nas áreas rurais), deve começar por olhar para alguns dos princípios básicos da estrutura social brasileira. Um exame, ainda que limitado, desses princípios – obviamente não uma análise profunda dos conceitos-chave sociológicos ou um exame total da sociedade brasileira – se faz necessário para a compreensão de vários problemas “práticos” encontrados pelos católicos progressistas, particularmente pelo MEB, tanto antes quanto depois do golpe de abril de 1964. Este panorama geral é, creio eu, tão desconhecido, mesmo para aqueles que têm alguma familiaridade com o Brasil, que se torna necessária uma discussão ampla preliminar como esta, ainda mais que nem sempre as implicações desses princípios foram claramente compreendidas pelos protagonistas deste estudo.

Nos últimos anos, um número crescente de estudos salientaram que o conceito de clientelismo⁶ oferece uma frutífera abordagem para a compreensão de certos padrões significativos e muito difundidos do comportamento social no Brasil, padrões estes que pareceram desafiar a análise quando discutidos somente em termos de classes sociais.

Obviamente, isto não quer dizer que o conceito de classe social seja irrelevante no Brasil. Seja qual for a definição de classe que se tome – se em termos marxistas, relacionado com a posse dos meios de produção e a dinâmica potencial de mudança inerente à “dialética” entre classes opostas, ou, nos

6. Uma excelente discussão sinóptica pode ser encontrada no trabalho de (HUTCHINSON, B., 1966).

termos *weberianos*, referindo-se às diferenças de oportunidades na vida para os membros de diversos estratos sociais, resultantes do poder econômico no mercado – classe social é um conceito crucial em todas as sociedades estratificadas e o Brasil dificilmente pode ser considerado sem classes. O ponto crucial, porém, é que a consciência de classes entre as massas é ainda muito rudimentar no Brasil, mesmo nas grandes cidades; e que a ação social e política orientada pelos interesses de classe tem sido insignificante entre os operários e os camponeses⁷. Sendo assim, todas as análises feitas em termos de classe social permanecem quase que totalmente no nível de desenvolvimentos potenciais – fracassando com frequência em conseguir dar continuidade da resistência dos padrões estruturais que parecem não ter nada a ver com a questão de classes.⁸ Isto é significativo para o assunto deste livro porque, certamente, até abril de 1964, os progressistas católicos, em geral, e o MEB, em particular, orientaram a maioria de suas atividades para estimulação da ação e da conscientização centradas nos interesses de classe. Alguns dos maiores obstáculos que encontraram podem ser melhor compreendidos pelo exame da dinâmica das relações patrão-dependentes, ou relações de dependência.

RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL ANTES DO SÉCULO XX

Muitos escritores, que procuraram distinguir as diferenças mais significativas entre as estruturas sociais e políticas da América espanhola e da América portuguesa no período colonial – diferenças que deixaram marcas permanentes nas sociedades contemporâneas –, concordam em que as autoridades coloniais centrais foram muito menos efetivas no Brasil.⁹ Isto é, sem dúvida, em parte resultado do tamanho do território brasileiro e da crescente vulnerabilidade econômica e militar de Portugal, praticamente desde o começo de sua aventura colonizadora no Brasil. O fato de que ouro e pedras preciosas não terem sido encontrados senão um século e meio após o início da colonização foi provavelmente muito importante. Os interesses de Portugal neste país ficaram, assim, por muito tempo, quase inteiramente centrados na agri-

7. N.T: Lembremos que o autor está se referindo ao final dos anos 60 do século XX, quando sua pesquisa e seu texto foram terminados.

8. É muito elucidativa a comparação com o Japão a este respeito. Ver (BENNETT, J. W.; ISHINO, I., 1963). A análise das relações clientelistas ali apresentada contém muitos *insights* igualmente aplicáveis à América Latina.

9. Dois relatórios de Richard M. Morse podem ser consultados sobre este assunto (MORSE, R. M., 1964; MORSE, R. M., 1962). A maioria das histórias padronizadas da América Latina insistem nesta questão; ver e.g. (HERRING, H., 1963).

cultura, e os dispersos engenhos que produziam fundamentalmente açúcar, com a mão-de-obra de escravos africanos, foram praticamente deixados por sua própria conta. Deste modo, a administração colonial permaneceu ainda mais distante do poder local no Brasil Colonial do que na América espanhola.

A sociedade colonial brasileira nos seus primórdios deve, portanto, ser vista como uma grande série de unidades distintas: os engenhos. Foi graças a Gilberto Freyre e seu monumental trabalho sobre a história social brasileira, *Casa Grande e Senzala*, que tomamos consciência da importância dessas unidades. Desde então, outros autores o seguiram, como Fernando de Azevedo que salienta muito mais a importância da estrutura do poder nos engenhos e as implicações dessas relações sociais específicas para a estrutura social mais ampla.¹⁰ Contamos, assim, com um retrato bastante detalhado da vida nos domínios dessas famílias patriarcais. Sua descrição baseou-se, na maior parte, nos engenhos de açúcar do Nordeste, mas na medida em que as fronteiras se deslocaram, os padrões sociais estabelecidos inicialmente naquela área espalharam-se para o sul e para o interior do país.

Os engenhos de açúcar, auto-suficientes e virtualmente autônomos, quase não recebiam a interferência das autoridades coloniais centrais. Seu centro social, a família extensiva, podia incluir tias ou irmãs solteiras, sobrinhos, sobrinhas e afilhados e rodeava-se de escravos, outros serviçais e dependentes de todos os tipos. Esse conjunto era capaz de preencher todas as funções econômicas, sociais e políticas necessárias para sua sobrevivência; funções estas que somente em uma etapa bem mais avançada foram separando-se em um processo de diferenciação e distribuindo-se em uma série de unidades formalmente independentes.¹¹ O engenho era, no início, uma unidade econômica de produção, baseada no trabalho escravo. As “relações de produção” nesse sistema econômico eram caracterizadas pelo exercício de poder quase absoluto, com a corrente de subordinação começando no senhor de engenho, passando, normalmente, por seus filhos, pelos escravos capatazes ou feitores e chegando, por último, aos escravos propriamente ditos. O engenho era sempre um clã, ou uma unidade de família extensiva, fundamentado em relações de submissão e dominação, no qual o cabeça da família patriarcal exercia poder sobre os outros membros da família; poder que,

10. AZEVEDO, F. de, 1958.

11. Uma das mais interessantes análises sociológicas de tal processo se encontra no trabalho de (SMELSER, N. J., 1962) – e isto apesar de seu jargão que nada ajuda.

embora não fosse totalmente arbitrário, era extremamente abrangente e despótico. A esposa e os filhos se submetiam pacificamente ao marido e pai e, por sua vez, “tiranizavam” outros membros ou dependentes dessa grande família.¹²

Finalmente, o engenho era uma unidade política. Nele não existia nenhuma intervenção independente que exercesse poder ou aplicasse localmente a justiça. O poder derivava inteiramente da propriedade de escravos e terras e, mesmo muito mais tarde, o proprietário das terras tinha de “obter por si mesmo e para a sua família a justiça que, se dependesse do Estado, não se faria”.¹³ O relacionamento entre engenhos da mesma área era, portanto, bem similar ao relacionamento entre os domínios feudais na Europa medieval, sendo a política ou a vida pública apenas extensão da vida privada; o senhor de engenho tanto “reinava” sobre o engenho, a família, os dependentes e escravos, quanto os protegia de interferências externas. Na estrutura social formada por estas unidades, não era o indivíduo que contava, mas a família, o clã do qual era membro.

A exceção, quanto a isto, era o próprio senhor de engenho. Seu individualismo extremo encontrava amplo escopo no seu papel autoritário de *pater familias* e em suas atividades como empreendedor, pilotando uma complexa empresa sob circunstâncias decididamente difíceis. Aqueles que operavam sob sua sombra, os chefes subordinados e os dependentes, tinham de respeitar o princípio de lealdade pessoal a seu senhor. Este princípio era aceito e internalizado por todos os envolvidos, que concediam, assim, qualidade de legitimidade ao exercício de poder do senhor de engenho, por mais despótico que fosse. Suas ordens eram vistas como perfeitamente válidas tanto por ele próprio quanto por seus subordinados, sua posição era de autoridade generalizadamente aceita, dentro de um quadro de valores aceito por todos.¹⁴ “A autoridade implica em conformidade, ao contrário da coerção, uma vez que a influência do superior sobre os subordinados baseia-se sobre suas próprias normas sociais”.¹⁵ Esta é, então, uma das bases da relação de dependência.

12. AZEVEDO, F. de. Op. Cit. p. 67.

13. HUTCHINSON, B. Op. Cit. p. 11

14. Sobre a legitimação do poder, ver (WEBER, M., 1956. p. 122). Os problemas de consenso de valores e de integração social, no sentido de normas internalizadas, são centrais para a escola funcionalista em sociologia, talvez melhor exemplificados pelo "período médio" do trabalho de (PARSONS, T. 1951). Tratei de parte da crítica a esta abordagem em (DE KADT, E. et al., 1965).

15. BLAU, P.M., 1964, p. 209.

Outro aspecto deste relacionamento que, como veremos, gradualmente assumiu maior importância nos tempos modernos é o elemento de genuína troca entre patrão e dependente, por meio da qual cada um deles tira algum proveito desse arranjo. Peter Blau definiu relações de troca como as que envolvem “ações voluntárias de indivíduos motivadas pelo retorno que eles esperam receber de outros e que, no caso típico, de fato recebem”. Especificou mais adiante que a ação “compelida pela coerção física não é voluntária, embora a conformidade com outras formas de poder possa ser considerada como um serviço voluntário prestado em troca dos benefícios que essa conformidade produz”.¹⁶ É claro que, no presente caso, essa troca é assimétrica – que os “benefícios” para o dependente estão condicionados pela própria existência de um sistema de distribuição desigual de poder e de recursos que opera a favor do senhor de engenho.

Uma vez que a superioridade esteja firmemente enraizada em estruturas políticas ou econômicas, ela permite a um indivíduo extrair benefícios de seus subordinados, sob a forma de tributo, sem pôr em nenhum risco a continuidade de sua superioridade sobre eles.¹⁷

Apesar disto, dentro desse sistema, o dependente recebe efetivamente certos ganhos pela relação de proximidade com um senhor benevolente. Em troca de seus serviços e sua lealdade ele pode esperar por proteção, ajuda especial ocasional e relativa segurança em um mundo muito inseguro.¹⁸ Como observou Hutchinson:

um homem sem patrão, que não conseguisse ser recrutado por algum proprietário de terras, encontrava-se, e em grande parte ainda se encontra, numa situação nada invejável. Conseqüentemente, à dependência forçada do escravo, somava-se, no Brasil, a dependência voluntária, mas prudente, do homem livre.¹⁹

Seria, porém, absurdo retratar o caráter essencial destas microssociedades dos engenhos exclusivamente em termos do consenso de seus membros livres ao valor da lealdade pessoal e à legitimidade da autoridade quase arbitrária do chefe da unidade, por um lado, e dos benefícios das relações de troca, por outro.²⁰ Toda a autoridade e todos aqueles sentimentos de lealdade baseavam-se

16. Idem. p. 91-92. O trabalho de Blau nesta área segue as idéias preliminares de George Homans. Ver especialmente (HOMANS, G., 1961).

17. BLAU, P.M. Op. cit. p. 113.

18. Para uma discussão sobre a mudança de posição dos dependentes livres dos primeiros tempos coloniais até o presente, ver (ANDRADE, M. C. de, 1963. p. 3).

19. HUTCHINSON, B. Op. Cit. p. 12.

20. Sobre o papel da Igreja como suporte a essa estrutura social, ver mais adiante, cap. 4.

no controle do proprietário sobre os principais recursos econômicos: terras, capital (importante nos engenhos de açúcar) e escravos. A dependência destes últimos é muito claramente o resultado do exercício do poder – neste caso a pura força física – e, portanto, os argumentos em termos de lealdade e troca de interesses são irrelevantes. Mas, também para os dependentes formalmente livres, não havia modo de escapar do poder superior dos senhores, cujo controle sobre todas as fontes alternativas de manutenção da vida era virtualmente total. Como argumentou Blau, a capacidade de proporcionar serviços unilaterais que satisfizessem as necessidades básicas era a “penúltima fonte de poder”, somente ultrapassado pela efetiva coerção física.²¹ Com a “penúltima” e também a forma final do poder ao seu dispor, os senhores de engenho sempre podiam garantir a aquiescência aos seus desejos, caso o arraigado mecanismo psicológico de obediência e lealdade viesse a falhar.²²

Esta era a forma na qual a estrutura colonial se apresentava “nas bases”. Quanto ao topo, o governo colonial era um sistema “patrimonial”,²³ no qual o rei reivindicava total poder pessoal sobre seus domínios. Tratava, pois, de evitar o surgimento de uma aristocracia rural independente, de estilo feudal, com direitos *políticos*, privilégios e posições hereditários; conseqüentemente, o aparato administrativo do reino era composto por homens pessoalmente ligadas ao rei pelos “benefícios” pessoais não-hereditários; sendo assim, antes burocratas do que senhores feudais. Como já se disse, a eficácia do sistema central do governo colonial era mínima no Brasil e, para qualquer efeito prático, o poder do rei não ultrapassava as porteiras dos engenhos. Mas é importante ter em conta a maneira pela qual o poder era exercido e os princípios nos quais se fundava, porque isso tem uma relação com o tipo de estrutura política que surgiu depois da Independência, na qual os funcionários do governo central detinham “benefícios” obtidos primeiro do imperador, depois do “Estado”. Foram o encontro e a peculiar mescla desses dois níveis, o do domínio patriarcal local das unidades rurais com o do governo patrimonial central, os fatores que deram à estrutura sociopolítica brasileira muitas de suas características mais evidentes – algumas mantidas até a metade do século XX.

21. BLAU, P.M. Op. cit. p. 22.

22. A precedência da dependência econômica sobre a lealdade ou a troca é também descrita para o caso japonês (BENNETT, J. W.; ISHINO, I. Op. Cit. p.75), numa comparação explícita com a América Latina: Idem. p. 237-239.

23. Ver WEBER, M. Op. cit. cap. 9, especialmente p.593.; e também MORSE, R. M., 1964, Op. Cit. p. 140.

Depois da Independência, na primeira metade do século XIX, algumas áreas de atividade, que até então haviam sido cobertas exclusivamente pela unidade familiar patriarcal, começaram a ser assumidas por estruturas formalmente independentes. Uma diferenciação de funções estava começando, com novos órgãos surgindo e absorvendo tarefas especiais nos campos do governo, da política e da religião. Com o crescimento das cidades, aparece uma classe alta urbana. Alguns de seus membros – normalmente vindos de famílias de proprietários rurais – foram usados pela monarquia centralizadora em sua tentativa de fortalecer seu próprio poder, às custas do patriarcado rural. Sob o Império,

os funcionários graduados – magistrados, presidentes de províncias, ministros, chefes de polícia – seriam, nas batalhas quase mortais entre a justiça imperial e a jurisdição dos *pater famílias* rurais, os aliados do governo contra seus próprios pais ou avós.²⁴

Foi estabelecida uma engrenagem de governo local descentralizado e formaram-se partidos políticos como veículos para canalizar a opinião “pública”. Tudo isto, é claro, era muito limitado e expressava pouco mais do que a opinião de alguns milhares de proprietários de terras, advogados, médicos, engenheiros, padres, funcionários públicos e homens de negócios, um eleitorado equivalente a não mais que 1% da população total do final do Império.²⁵

No todo, a mudança foi menos profunda do que a esperada. A base do poder no interior diluiu-se apenas levemente e os cabeças das famílias patriarcais não estavam inclinados nem foram coagidos a deixar as coisas escaparem de seu controle. Em grande parte, as altas classes das cidade, nas províncias, permaneciam intimamente identificadas com o patriarcado rural, pelos pontos de vista, laços familiares e concessões econômicas. O imperador parece ter obtido bem menos êxito em assegurar a fidelidade pessoal dos membros do governo local, depois da Independência, do que Freyre ou Herring sugerem:

A classe social economicamente dominante... apropriou-se do aparelho burocrático que havia sido montado pelos portugueses e, substituindo

24. Este denso trabalho descreve a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento de seu equivalente urbano, mas como a citação presente também mostra, não se aprofunda suficientemente quanto à estrutura do poder rural remanescente. FREYRE, G., 1951, i. 39.

25. HERRING, H. Op. Cit. p. 734; AZEVEDO, F. de. Op. Cit. p. 77; 93.

seu pessoal, pô-lo a seu próprio serviço sem jamais modificar suas características originais.²⁶

Procederam do mesmo modo para se apossar das novas estruturas que foram sendo criadas – tornaram-se prefeitos, juízes e chefes de partidos políticos.

Fora dos centros urbanos – e mesmo em grande número de pequenas cidades – os partidos políticos foram, desde o início, veículos para a expressão do poder pessoal e para a satisfação das ambições pessoais dos cabeças de “clãs patriarcais”. Não eram nada mais do que receptáculos convenientes para os votos cativos dos dependentes dos poderosos locais. Esses partidos deram ao Brasil um sistema político intensamente personalista, que se manteve até a história moderna; seu objetivo tornou-se içar os homens localmente mais poderosos para os mais altos postos formais de comando do sistema político. Na sua maneira local de operação, esse sistema político passou a ser caracterizado pelos princípios e mecanismos diretamente transferidos do sistema patriarcal do engenho ou da fazenda. Antes de tudo, estava o princípio pelo qual a autoridade era apoiada e legitimada: baseava-se, mais uma vez, na expectativa de lealdade pessoal. O controle de um cargo público formalmente estabelecido, legalmente dotado de certos poderes que a autoridade mandatária lhe dava sobre os outros, não era, em si, suficiente para assegurar submissão. Os novos funcionários ou líderes políticos não eram senão “senhores de engenhos” disfarçados; eles esperavam – e conseguiam – lealdade pessoal dos que estavam abaixo deles e usavam seus cargos (e seus subordinados) para fazer avançar seus próprios interesses, contando com seus dependentes para lhes dar apoio quando necessário.²⁷

POSIÇÃO DOS CAMPONESES NAS ÁREAS RURAIS “TRADICIONAIS”

Embora a escravidão tenha desaparecido e a roda da fortuna tenha trazido à tona novas famílias de fazendeiros e feito que outras sucumbissem, muitas formas do sistema que emergiu das unidades rurais multifuncionais no curso do século XIX, são ainda hoje reconhecíveis nas áreas rurais mais isoladas – apesar das mudanças significativas que ocorreram, principalmente nos últimos 20 ou 30 anos²⁸. Não há mais senhores de escravos; os senhores de

26. Idem. p. 94

27. Ibidem. p. 93.

28. N.T. O autor escrevia no final dos anos 1960.

engenho que produziam açúcar no Nordeste, especialmente na Zona da Mata, entregaram suas atividades aos gerentes dos engenhos centrais altamente mecanizados e capitalizados; e as relações de produção se transformaram em relações entre capitalistas agrários e proletariado sem-terra. Mas em outros lugares, nas áreas rurais longe do Sul, como nas de Minas Gerais e de Goiás, e em grande parte do Nordeste – de fato, na maioria das áreas onde o MEB operava –, os grandes fazendeiros e os comerciantes de peso formam o eixo do sistema fundamentado na dependência aos patrões, uma rede de relações similar, em um sem números de aspectos, ao já descrito. Um sistema que mostrou, além do mais, notável capacidade de expansão nas “modernas” áreas rurais, ainda que com formatos, de certo modo, modificados.

Como na sociedade das unidades rurais patriarcais, anterior a esta, o poder que sustenta o sistema atual de relações sociais nas áreas rurais fora da Zona da Mata é baseado na propriedade dos meios de produção e comércio – aqui, não há necessidade de afastar-se da análise clássica de Marx. Proprietários de terra e comerciantes controlam os meios de vida dos camponeses e o crédito local disponível. Agem como “porteiros”²⁹ ou filtros de comunicação entre os camponeses e o mundo exterior, inclusive as agências governamentais que concediam créditos para o desenvolvimento e os interesses econômicos das cidades de alguma forma ligadas à produção ou distribuição de gêneros alimentícios ou produtos de exportação. Não há dúvida de que muitos aspectos do comportamento de dependência podem ser, em última análise, atribuídos a relações economicamente determinadas pelo mercado. Esta é a força do argumento de Andre Gunder Frank, que rejeita todas as análises sobre a estrutura agrária brasileira que se focalizam nas “relações feudais”, e sugere que o comportamento dos camponeses e proprietários rurais é compreensível apenas como parte das dinâmicas do capitalismo monopolista. Os tipos de acordos de arrendamento ou parceria, mesmo com relação às safras que ainda estão por ser plantadas, variam “ao bel prazer do fazendeiro ou de seu administrador”, um prazer que é “determinado por considerações puramente econômicas e tecnológicas” dentro de um sistema onde “tudo... é

29. Também no sentido literal da palavra. Benno Galjart, referindo-se a Caio Prado Jr., salienta que o proprietário de uma fazenda “podia, até certo ponto, manipular os contactos [dos camponeses que viviam em sua propriedade]; um visitante de quem ele não gostasse não seria admitido” (GALJART, B., 1964.). Mesmo hoje, em um engenho de açúcar isto ainda pode ser verdade: ver o incidente com o sindicato descrito mais adiante, no cap. 10, sobre a Usina São Pedro.

monopolizado em extremo grau”. “A monopolização da terra [e do crédito] obriga os não-proprietários, e mesmo os pequenos proprietários, a comprar seu acesso a esse recurso-chave ou a seus frutos”.³⁰ Tais considerações foram enfatizadas tanto pela mobilidade do campo quanto nas áreas rurais que aumentaram nos últimos anos.

Os aspectos econômicos do poder de monopólio encontram-se com sua contraparte no poder de monopólio político. Antes de examinar estes aspectos, seria bom descrever a natureza das relações cotidianas entre proprietários de terras e camponeses, com sua trama de “trocas”, os aspectos “consenso” e “solidariedade”.³¹ O patrão dos camponeses é o dono da terra que eles ocupam como posseiros ou meeiros (arrendamentos são menos usuais nas áreas tradicionais), ou é o comerciante de quem eles dependem para vender suas safras. O patrão deve proteger o camponês dos forasteiros hostis (tais como oficiais do governo) e vir ao seu auxílio no caso de inesperados reveses resultantes de causas naturais ou econômicas. Como a maioria dos camponeses ainda vive em níveis de subsistência, ou muito perto disto, é necessário muito pouco para forçá-los a pedir ao patrão tais favores especiais. Outros favores bastante usuais incluem a garantia de um pedaço de terra, onde possam plantar para sua subsistência, ou o “favor” de permitir ao dependente a compra, a crédito, de gêneros de primeira necessidade nas entressafras, privilégio duvidoso que, de fato, coloca o camponês na condição de devedor do patrão.

Mas não é em todos os aspectos do relacionamento que a troca é tão desigual e, em tempos recentes, o dependente procura cada vez mais maximizar vantagens inerentes aos aspectos do relacionamento baseados nas obrigações tradicionais de “solidariedade” dos patrões. Um modo de conseguir isto é pedindo ao proprietário da terra que seja padrinho de seus filhos. Isto cria pelo menos certas obrigações socioreligiosas para reforçar aquelas de natureza socioeconômica, quando não laços afetivos que tornam o patrão genuinamente interessado e responsável pelo bem-estar da família do dependente.³²

30. FRANK, A. G., 1967 p. 265.

31. Idem. p. 273. Embora Gunder Frank exagere em sua crítica aos conceitos de “feudalismo” ou “sociedade dual”, e falhe ao examinar os aspectos “consensuais” e “de troca” das relações sociais no campo, sua análise é um lembrete saudável da primazia, naquelas circunstâncias, do poder econômico – de classe. (Ver também GALJART, B. Op. Cit. p. 8).

32. Nota que, enquanto previsivelmente “a instituição do compadrio garante apenas que ninguém deve ficar em desvantagem em comparação com a média da comunidade..., a tendência comum... é a de esperar vantagens excepcionais para os afilhados”, tanto que procurar o melhor padrinho tende a ser o mesmo que procurar o patrão mais poderoso. (HUTCHINSON, B. Op. Cit. p. 14).

O camponês, em compensação, tem várias obrigações.³³ Em primeiro lugar, espera-se que ele preste certos serviços ao dono da terra. Isto pode ser ou sem nenhuma remuneração (não tão freqüente hoje em dia) ou por um salário reduzido, ou nas condições de trabalho aceitas na região – com salários que raramente atingem o salário mínimo legal. Mas uma das coisas mais importantes que se espera do camponês é que ele cumpra certas obrigações *políticas* de apoio ao patrão. Isto só pode funcionar se o camponês for alfabetizado – qualificação exigida legalmente para ser eleitor³⁴ – mas sabe-se que, em muitas ocasiões, em que o poder local tem influência sobre o cartório eleitoral, aceita-se o registro de analfabetos ou semi-analfabetos como eleitores.³⁵ Estes, então, podem ser obrigados a apoiar o patrão em sua busca por cargo político ou a votar nos candidatos do patrão.

OS PROCESSOS POLÍTICOS TRADICIONAIS

Este aspecto da relação patrão-dependente é chamado, normalmente, de *coronelismo*³⁶, palavra derivada de coronel, título dado ao comandante local da Guarda Nacional, força militar auxiliar baseada nos municípios, criada em 1831, que legitimava o comando de forças paramilitares pelos poderosos locais. Durante seu apogeu – até aproximadamente 1865 – independentemente de quais eram suas obrigações oficiais, a Guarda Nacional tinha mais a ver com a manutenção da ordem interna do que a defesa (ou a ampliação) do território nacional. Após a extinção da Guarda Nacional – formalmente desmobilizada em 1918 – o termo *coronel* continuou sendo usado como um título de poder local: o coronel é um tipo de super-patrão local, que domina não apenas seus dependentes diretos, mas também seus vizinhos, independentes, porém detentores de menor quantidade de terras.³⁷

33. Richard N. Adams definiu relações paternalistas (como oposto às relações personalísticas ou impessoais) como aquelas nas quais o empregador tem direitos, o empregado somente privilégios. Ver o seu trabalho (ADAMS, R. N., 1964. p. 69). Embora o uso do termo paternalista seja talvez infeliz, Adams apontou uma característica claramente importante das relações sociais. A falta de simetria caracteriza as relações clientelistas, especialmente quando elementos tradicionais da mútua obrigação começam a desaparecer: dependentes sabem o que é esperado deles, quais suas obrigações; patrões sabem sob quais circunstâncias podem oferecer ajuda e garantir favores.

34. N.T. Os analfabetos não tinham direito a voto no Brasil na época em que este livro foi escrito.

35. VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de, 1965. p.38.

36. Quanto ao pano de fundo histórico ver (SODRÉ, N. W., 1965. p. 116-135). A discussão clássica da operação política das relações clientelistas nas áreas rurais tradicionais está em (LEAL, V. N., 1948).

37. VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Op. Cit. p. 30 e GALJART, B. Op. Cit. p. 4.

Ele garante a eleição de seus homens de confiança (quase sempre membros de sua família) para os postos políticos locais tais como prefeito, vereador ou presidente da Câmara Municipal.³⁸ Sabe que pode contar com a aquiescência de seus dependentes para somar votos para certos candidatos: isto faz parte do acordo de “troca” e dos padrões de “solidariedade”. Camponeses que não estejam “voluntariamente” convencidos da necessidade de compartilhar dos desejos do patrão são facilmente intimidados por um mais flagrante exercício de poder. Mesmo sob circunstâncias ideais de votação secreta, o *coronel* poderia convencer o camponês de que um *voto errado* seria fatalmente descoberto. Na realidade, as circunstâncias estão muito longe do ideal. Os candidatos apresentavam seus eleitores com suas cédulas eleitorais impressas em formas e até mesmo cores diferenciadas, facilmente reconhecíveis.³⁹ Uma zona solidamente dominada por um *coronel* pode ser virtualmente “fechada” nos tempos de eleição, de maneira que as cédulas dos candidatos de oposição não cheguem ao alcance dos eleitores. Se acaso chegarem, faz-se, descaradamente, pressão e intimidação junto à urna, dificilmente mantendo-se o sigilo do voto. Quando todos esses expedientes falham, alguns chefes políticos não têm hesitado em recorrer, se for o caso, à destruição de documentos eleitorais ou à anulação de urnas que contenham resultados desfavoráveis. Finalmente, o medo de represálias pós-eleitorais tenderá a manter na linha os eleitores de lealdade duvidosa. Indivíduos podem receber cédulas especialmente marcadas “que é melhor que apareçam dentro da urna”, ou comunidades inteiras podem ser vitimadas se seus votos não estiverem homogeneamente de acordo com os desejos do *coronel*.⁴⁰ Pode-se imaginar o porquê desses dependentes pensarem duas vezes antes de votar contra os candidatos de seus patrões.

Como no caso dos aspectos sociais e econômicos desse tipo de relacionamento, algumas formas de reciprocidade ou de troca também ocorrem na esfera política. Mais uma vez, como contrapartida aos *deveres* dos dependentes, sempre reforçados por fortes sanções, o patrão permite que seus dependentes usufruam de certos *privilégios* e obtenham *favores*.

38. A situação relativa à área de Franqueira, analisada no cap. 12, é instrutiva, também no que diz respeito às relações com os níveis mais altos do sistema político a serem discutidas brevemente.

39. Uma das inovações importantes e positivas feitas pela administração do Presidente Goulart foi a introdução da chamada *cédula única*, que tem o nome de *todos* os candidatos. Marechal Castelo Branco, porém, re-introduz a *cédula avulsa* em 1966 para as áreas rurais.

40. Para uma descrição das práticas mais fraudulentas ou coercitivas, ver também a discussão a respeito da pressão sobre a comunidade da área de Franqueira, cap. 12. (VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Op. Cit. p. 38)

Os dependentes serão recompensados individualmente com serviços menos importantes na burocracia municipal ou no serviço público: ser transformado em lixeiro ou guarda de jardins é, efetivamente, um considerável favor em um mundo de pobreza e insegurança. Seus homens de confiança – também dependentes, obviamente – receberão postos mais significativos; os filhos deles podem se tornar professores. Os cargos de professores mais compensadores, especialmente os da escola secundária, são considerados melhores do que cargos municipais: esses, também, estão normalmente à disposição do chefe político local. Veremos agora o modo como isto ocorre: ele indica um dos aspectos mais significativos da operação política das relações patrão-dependentes.

Um chefe político local não garante apenas a eleição de seus homens para os postos municipais, assegura também sólido domínio sobre a engrenagem política na sua área de controle. Ele também garante os votos de seus dependentes, como um pacote fechado, pode-se dizer, para as instâncias eleitorais superiores, contribuindo para a eleição de um deputado estadual ou federal, do governador do estado, ou mesmo do presidente da república. Se o *coronel* for um homem poderoso, com muitos votos à sua disposição, o deputado estadual pode, de fato, ser alguém com quem tenha ligações próximas ou pessoais, um homem que saiba que, sob o sistema de representação proporcional, para ser eleito bastam-lhe os votos do “curral” eleitoral desse *coronel*. Neste caso o deputado estará totalmente em dívida com o *coronel* e será pouco mais que um instrumento em suas mãos. Mais comum, porém, é o caso em que os votos arregimentados pelo *coronel* não são suficientes para eleger um deputado estadual (menos ainda um deputado federal). Nesse caso haverá uma série de barganhas entre os dirigentes estaduais do partido e os chefes locais, trocando-se os votos dos dependentes por vantagens junto às estruturas do poder estadual, que controlam tanto recursos públicos quanto decisões, podendo afetar o *coronel* e seu município.⁴¹

O direito do chefe local de indicar seus candidatos a determinados postos controlados pelo estado é praticamente garantido, especialmente para os que se situam no seu município. Mas serão necessárias algumas barganhas para decisões mais abrangentes: a pavimentação de uma estrada

41. Um exemplo verdadeiramente esplêndido de como os votos eram transferidos aos níveis superiores é dado por (VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Op. Cit. p. 90). Em 1947, a liderança do PSD de Pernambuco telegrafou, pouco antes das eleições, a um de seus homens, um coronel do município de Bom Conselho: “Favor reservar todos votos Bom Conselho para Barros Barreto”.

particular, a construção de uma escola, ou a ampliação da rede elétrica ao município.⁴² No Nordeste, seco e oprimido, a construção (e o local preciso) de açudes e represas tem sido instrumento tradicional de barganhas políticas; por esse meio grande número de proprietários de terra, com influência política, têm conseguido aumentar o valor de suas fazendas, freqüentemente com total desprezo pelos interesses dos demais habitantes.

Algumas destas barganhas políticas produzem benefícios para o município como um todo, mas, mesmo nesses casos, esses benefícios ficam concentrados no centro administrativo, na zona urbana. Marshall Wolfe observou que, em geral, os serviços públicos em toda a América Latina ficam concentrados nestes núcleos administrativos e que “qualquer ajuda financeira recebida de autoridades superiores ali será gasta; a maior parte dela em projetos que ficarão como obras perenes do administrador do momento – edifícios públicos e praças”.⁴³ Por isso, até mesmo essas eventuais melhorias reservam-se mais para a classe alta local, formada por proprietários rurais, comerciantes, ou profissionais que usualmente moram, ou possuem uma segunda casa, na “cidade”.

É preciso notar que, pelo menos até certo ponto, este processo de troca de votos por favores estaduais ou federais se auto-reforça. Uma vez que um dirigente político tenha assegurado algum tipo de “cooperação” das autoridades, está habilitado a usar o poder extra à sua disposição para fortalecer e solidificar a lealdade de seus dependentes. Mas, em troca, um séquito de dependentes leis assegura ao *coronel* o controle de posições administrativas que são chaves para abrir-lhe o acesso ao nível estadual do poder.

As linhas de comunicação entre a entidade pública legalmente constituída, o município, e os níveis mais altos de autoridade pública passam pelo coronel ou por seus representantes no governo local. Para o município torna-se extremamente difícil, mas não impossível, tomar atitudes ou montar relatórios formais que ponham em jogo sua posição.⁴⁴

Na verdade, no Brasil de antes de 1930, o único sentido das batalhas eleitorais, nas áreas onde coronéis rivais disputavam entre si a supremacia, era

42. Um estudo interessante, com muitos dados relevantes para esta discussão, é o trabalho de (PAULSON, B. H., 1964).

43. WOLFE, M., 1966.

44. PAULSON, B. H. Op. Cit. p. 51.

o de assegurar o privilégio de apoiar o governo estadual e, como resultado, receber seu importantíssimo apoio.⁴⁵

MUDANÇAS RECENTES NA POLÍTICA DA BASE DA SOCIEDADE RURAL

Em algumas áreas, as coisas praticamente não mudaram, apesar de que as funções políticas preenchidas anteriormente pelo engenho ou pela fazenda foram substituídas por organizações públicas formalmente distintas. Em outras áreas, as relações de dependência vêm se modificando em aspectos importantes, especialmente a partir de 1940. Como já se disse acima, certos aspectos da tradicional dependência para com os patrões foram transferidos para esferas supostamente não-tradicionais da política urbana, do sindicalismo, das indústrias e dos serviços públicos. Mas seria uma tolice sugerir que relações sociais e políticas, mesmo nas áreas tradicionais do Brasil, possam ser entendidas sem a introdução de algumas modificações no desenho da estrutura apresentado até aqui.

Em muitas localidades, os camponeses não enxergam mais como legítima a determinação do patrão ou *coronel* de que seus votos devam ser dados a ele, como parte de uma obrigação generalizada do dependente para com o patrão. Apesar do poder que os proprietários de terras e os *coronéis* têm de “punir” aqueles que não votam “corretamente”, os camponeses já não *dão* mais seus votos simplesmente por uma questão de costume. Aprenderam que o voto é uma mercadoria valiosa e que um cidadão pode servir-se de sua possibilidade de ser eleitor para, ao menos tacitamente, exigir um preço pelo voto que o patrão quer. Na maioria das áreas tradicionais do campo, este poder recém-descoberto pode ter significado muito pouco até agora, porque está fundamentado em nada mais que uma vaga agitação da consciência, do lado dos camponeses, e uma vaga inquietação a respeito das mudanças que andam ocorrendo “por aí”, do lado do *coronel*. Mas isto pode fazer que, além do transporte para os locais de votação e a oferta de alguma forma de divertimento, os eleitores recebam também refeições, sapatos, roupas ou até dinheiro.⁴⁶ Isto pode ainda fazer que, nos tempos de eleição, os indivíduos ou comunidades camponesas contem com maior possibilidade de obter êxito em suas reivindicações de “favores”.⁴⁷ Vilaça e Albuquerque descrevem esta

45. Onde Lopes se refere ao estudo pioneiro de Leal, acima citado. (LOPES, J. R. B., 1966. p. 69-70).

46. Ver VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Op. Cit. p. 39.

47. Ver mais adiante, final deste capítulo e capítulos 12 e 13.

mudança como sendo do voto de cabresto para o voto-mercadoria – “o voto passa a ser uma possibilidade de negócio”.⁴⁸ Mas, embora essas mudanças resultem no aumento do custo do voto para o *coronel*, ainda não representam uma transformação fundamental da natureza do exercício ou da aquisição de poder político.

Há lugares, porém, onde influências externas penetraram em maior escala. Essas influências são resultado, principalmente, da complexidade crescente da estrutura política estadual, que é obviamente mais suscetível às mudanças gerais que acontecem na sociedade, sentidas em primeiro lugar nos centros urbanos e nas capitais estaduais. Esta complexidade crescente significa que grupos políticos de oposição ao partido que está no poder não podem mais ser simplesmente ignorados em matéria de nomeações para cargos públicos, de uso do dinheiro público ou de ajuda federal, ou de planejamento de obras públicas. Mudanças como estas complicam os antigos “arranjos” entre *coronéis* e dirigentes partidários, que agora têm de levar mais em consideração as regras formais do jogo político. Assim, torna-se mais difícil preservar o “feudo” do *coronel* da intromissão de estranhos, pessoas que não lhe estão subordinadas em relação de dependência, especialmente pelas nomeações crescentemente independentes do judiciário, ou por causa da proliferação de agências federais operando por todo o país.⁴⁹ Falta apenas um pequeno passo para o surgimento de novos colecionadores de votos em espaços até agora preservados aos *coronéis*. Um evolução como esta anuncia mudança importante, uma vez que quebra efetivamente o monopólio automático e previsível do exercício do poder político e aumenta a consciência que o camponês tem de seu valor no processo como um todo, mesmo que, inicialmente, isso envolva pouco mais que uma disputa pelo seu apoio. Pode ser útil distinguir esta nova situação reservando-lhe um outro termo, freqüentemente usado neste contexto: o de relação patrono-cliente⁵⁰, ou clientelista, e não mais patrão-dependente, ou de dependência. Isto indica um elemento de escolha pessoal entrando agora na relação estabelecida com o patrão, ou melhor, nesse caso, patrono que ele *escolheu*.⁵¹

48. VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Op. Cit. p. 39.

49. LOPES, J. R. B. Op. cit. p. 70.

50. N.T. No original o autor utiliza sempre a palavra *patron*, *patron-dependant* e *patron-client*, que em inglês significa tanto patrão quanto patrono ou padroeiro. Ao traduzí-lo, utilizamos uma ou outra palavra em português, segundo o sentido.

51. Outra maneira de distinguir a nova situação seria chamando-a de relação “obtida”, como oposição à relação “atribuída”, previamente existente.

Nos anos 60, ocorre outro processo, especialmente nas cidades – como veremos mais tarde –, mas também no campo, que começou a enfraquecer a natureza totalmente pessoal do relacionamento (político) entre patrão e cliente. Embora os políticos ainda busquem votos por meio de promessas de emprego ou internamento em hospital, eles agora também apresentam plataformas que, ainda que nada ideológicas, são pelo menos políticas, pois implicam em compromissos que os indivíduos irão se beneficiar indiretamente, por meio de suas comunidades – energia elétrica, pavimentação das ruas, construção de novas estradas e assim por diante.

AS LIGAS: REFLEXÕES SOBRE “LÍDERES” E “SEGUIDORES”

Tomando a relação tradicional patrão-dependente como ponto de partida (de preferência à posição de classe dos camponeses, que objetivamente é tão relevante quanto aquela), as mudanças que surgiram nas áreas rurais aparecem em sua própria perspectiva, embora, como em breve veremos, a continuidade das estruturas tradicionais também possa ser superestimada. Um dos processos mais amplamente discutidos é o aparecimento no meio rural, de meados dos anos 50 em diante, de vários movimentos e organizações camponesas: primeiro as Ligas Camponesas; mais tarde, em grande parte como reação a elas, os sindicatos rurais. As Ligas, especialmente, foram vistas por vários observadores como grande avanço em direção a padrões não-tradicionais e classistas. Tanto que, em ensaio recente, Anibal Quijano classificou-as como exemplo de agrarianismo revolucionário, enxergando-as como organizações exitosas conduzidas pelos próprios camponeses. Ele sugeriu que os sindicatos também são controlados pelos camponeses e que ambos os fenômenos demonstram o avanço dos camponeses rumo ao desenvolvimento de uma consciência de classe.⁵² Assim sendo, um breve exame das atividades desses camponeses, e particularmente de seus padrões de liderança, é interessante neste contexto. Discutiremos as Ligas neste capítulo, mas a análise dos sindicatos (muito mais importantes em relação às iniciativas católicas) terá lugar no 6º capítulo. Ambos, Ligas e sindicatos, certamente representaram um desafio ao ilimitado “reinado” dos patrões. A questão a considerar mais detidamente era se eles se apresentavam aos camponeses (como clientes) meramente como patrão alternativo ou se sua presença no campo anuncia um modo totalmente novo de consciência e organização.

52. QUIJANO OBREGÓN, A., 1967.

Segue-se apenas breve recapitulação do aparecimento da primeira Liga Camponesa, em 1955, a partir de uma pacífica associação, na Fazenda Galilea, no município de Vitória do Santo Antão, a cerca de 50 km a oeste de Recife, amplamente documentado⁵³. Uma associação de ajuda mútua de meeiros daquela fazenda veio a ser vista como potencialmente perigosa e “comunista” pelo proprietário das terras, apesar deste haver inicialmente concordado em ser seu presidente de honra. Exigiu, então, a dissolução da associação e os camponeses foram ameaçados de expulsão de suas terras, algo que aparentemente interessava ao proprietário também por razões econômicas.⁵⁴ O conflito resultante assumiu caráter jurídico, e os camponeses foram pedir conselhos e ajuda a Francisco Julião, naquele tempo um desconhecido advogado e político de Recife, que era suplente de deputado pelo pequeno Partido Socialista do Brasil (PSB) na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Ele defendeu o caso não só nos tribunais mas também, mais tarde, na arena política – e acabou por obter da Assembléia Legislativa, em 1959, a desapropriação da fazenda em favor dos camponeses.

Como resultado desse episódio, Julião ganhou alguma fama. Logo, com um número crescente de colaboradores, começou a promover organizações semelhantes entre outros grupos de camponeses cujas condições de vida se pareciam com as da Fazenda Galilea. No início, os objetivos das novas organizações, agora conhecidas como Ligas, eram relativamente modestos.⁵⁵ As Ligas procuravam “mobilizar” os camponeses para determinados objetivos limitados. O mais importante deles era fortalecer os direitos dos camponeses à propriedade ou à posse das terras onde trabalhavam. Isto, em si mesmo, já representava significativo afastamento da concepção central das relações patrão-dependente, nas quais os proprietários rurais concediam *favores* em troca de tarefas *obrigatórias* executadas pelos camponeses. As Ligas lutavam por maior garantia do direito de posse (e pela suposta melhoria das condições de vida que viriam com ele), e tentaram alcançá-lo por caminhos tanto jurídicos quanto políticos. Consideravam como essencial que os camponeses fossem capazes de organizar-se – outra grande mudança da realidade de relações de dependência, nas quais cada camponês relacionava-se apenas com seu próprio patrão, e a classe camponesa como um todo permanece completa-

53. Sobre a origem e desenvolvimento das Ligas, ver (GALJART, B. Op. Cit. p.10; PRICE, R. E., 1964. p. 41-4; HEWITT, C. N., 1966; ANDRADE, M. C. de. Op. Cit. p. 243; JULIÃO, F., 1962).

54. ANDRADE, M. C. de. Op. Cit. p. 108.

55. Cf. ANDRADE, M. C. de. Op. Cit.; ou *Carta de alforria do camponês*, reproduzido como apêndice A no trabalho de Julião.

mente atomizada –, mas o direito de organizar-se era freqüentemente contestado pelos grandes proprietários rurais, que usavam a polícia local para dissolver reuniões ou intimidar. Outra reivindicação das Ligas era o direito de voto, do qual a maioria dos camponeses era excluída por ser analfabeta; não, obviamente, para votar nos candidatos do patrão, mas para eleger representantes genuínos de sua classe. A organização local de camponeses devia ser combinada com a pressão política local: esperava-se que, assim, se romperia o controle dos grandes proprietários sobre a administração pública, o judiciário e a polícia.

As Ligas também tinham reivindicações especificamente econômicas, referentes às “relações de produção” sob as quais a maioria dos camponeses tinha de viver. Contestavam fortemente o sistema tradicional, já discutido neste capítulo, que incluía o trabalho gratuito ou por um salário muito baixo em troca de um pedacinho de terra onde pudessem plantar para sua subsistência. Argumentavam que essas obrigações tradicionais de trabalho, e o sistema de parceria em geral – entrega de parte da colheita ao patrão em troca do uso da terra – simplesmente mantinham os camponeses ignorantes do preço real que pagavam pelo “privilégio” de poderem trabalhar em um pedaço de terra cedida. Elas também levantaram-se contra a prática de pagamento do trabalho por meio de “vales do barracão”, cupons a serem trocados por mercadorias vendidas no armazém da própria fazenda, onde os preços eram consideravelmente mais altos do que no mercado local. Mais tarde, as reivindicações das Ligas se tornaram mais revolucionárias. Embora Julião nunca tenha chegado a expressar uma posição ideológica consistente e realmente bem elaborada, o tom de suas declarações, livros e artigos – de fato, a única expressão da ideologia das Ligas – tornou-se mais estridente no início da década de 1960. Novas palavras de ordem surgiram: *Liberdade para os camponeses, Terra para quem nela trabalha*. Da reivindicação de uma reforma do sistema de posse, as Ligas passaram a reivindicar sua total transformação.⁵⁶

Quando Julião começou a organizar outros grupos de camponeses na linha da associação original da Galilea, concentrou-se naqueles que viviam sob as regras de posse e relações de trabalho tradicionais e tinha pouco a ver com o proletariado sem-terra que estava crescendo na zona açucareira do Nordeste.

Esta decisão estava baseada em considerações jurídicas, financeiras e econômicas: ele sentia que, sob todos os aspectos, os trabalhadores sem-terra

56. Ver a extensa entrevista com Julião, publicada em (BARRETO, L., 1963. p. 86).

careciam de meios para conduzir sua luta.⁵⁷ Embora a relação jurídica entre camponês e proprietário rural fosse obscura, os camponeses poderiam tentar usar o código civil – aceito como fundamento das relações sociais e econômicas pelos proprietários rurais – para melhorar sua posição.⁵⁸ Novamente, este era um passo para que os camponeses deixassem de pensar em termos de privilégios e favores garantidos pelo patrão, para verem a si mesmos como cidadãos com direitos garantidos por lei.⁵⁹ Além disso, a posse da terra lhes proporcionava a base para subsistência, apesar de escassa, e o excedente de produção podia ser vendido no mercado local. Os trabalhadores sem-terra, ao contrário, eram totalmente dependentes do salário que recebiam e quase sempre ficavam endividados devido às compras no *barracão*.

Julião, portanto, avaliou que teria boas razões para esperar êxito entre os camponeses mais tradicionais e, a julgar pela publicidade que recebeu naquela época, quase não há dúvida de que seu impacto foi substancial.⁶⁰ Mas é necessário que se pergunte o que realmente significava “êxito”. Daí temos que retornar à questão original, isto é: se as Ligas deveriam ser vistas como representando um rompimento fundamental com as relações sociais tradicionais nas áreas rurais, ou se elas envolviam apenas algumas formas de transformação interna – e talvez evolução – das mesmas. Em conexão com esta questão, é necessário considerar as idéias de Benno Galjart que afirmava, com certa insistência, que as Ligas não eram nada mais que “os séqüitos” dos velhos *coronéis* em novo formato, com os líderes das Ligas – e, incidentemente, também dos sindicatos – agindo de maneira equivalente à dos “patrões” a que eles substituíam.⁶¹ Anthony Leeds, que examinou especificamente o caso de Julião⁶², também compartilha dessa opinião. Leeds, de fato, acusa Julião de usar a causa dos camponeses apenas para alavancar sua carreira política. Sugere que Julião agia como um *coronel* benevolente em novo estilo, cujo poder político residia no apoio de seus seguidores. Leeds argu-

57. Ver JULIÃO, F. Op. Cit. p. 50.

58. Onde sugere-se que uma vez que um processo fosse instaurado, a situação se congelava e o camponês não podia ser movido de sua terra até que o julgamento fosse pronunciado, uma questão que poderia levar anos. (COMITÉ INTERAMERICANO PARA EL DESARROLLO AGRICOLA, 1966. p. 346)

59. Voltarei a essa discussão mais adiante.

60. Referências aos muitos balanços contemporâneos em jornais, periódicos e revistas podem ser encontrados nos artigos (DUMOULIN, D. C., 1964. p. 4; LEEDS, A., 1964b; LEEDS, A., 1964a. p. 224).

61. GALJART, B. Op. Cit. p. 18. A discussão dos sindicatos é abordada no cap. 6.

62. LEEDS, A., 1964a, Op. Cit.

menta, mais adiante, que Julião usava este poder para obter favores para si próprio e para seus seguidores pela manipulação da rede tradicional de políticos da qual se tornou membro. Leeds chegou a esta avaliação da liderança das Ligas depois de descobrir, como resultado de seu interesse em modelos de carreiras, como operavam as redes patrimoniais de alto nível na sociedade brasileira.⁶³ Para ele, Julião era apenas mais um típico brasileiro carreirista de classe alta, perseguindo seu objetivo de fama e poder por meio de uma série de passos oportunistas sem consistência profissional ou ideológica – um carreirista em contato com outros do mesmo tipo, que se usavam para recíproca promoção pessoal.

Leeds recebeu apoio indireto, vindo de uma fonte um tanto improvável, a algumas de suas posições, embora não à sua imputação de que Julião “usou” conscientemente os camponeses para seus próprios objetivos, avaliação esta que eu também vejo como incorreta. Em uma publicação sociológica apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro, Fragman Carlos Borges faz uma análise mais perceptiva do estado de coisas entre a classe camponesa do Nordeste, em que argumenta, no final de 1962, que Julião subestimou a importância da luta para alcançar resultado limitado, mas real, para os camponeses – ele estaria cada vez mais subordinando tudo às suas reivindicações revolucionárias mais amplas. Argumenta, também, que ele se dirigia cada vez menos aos camponeses e mais aos estudantes nas cidades.⁶⁴ O *eleitorado* de Julião estava aparentemente mudando, sua carreira estaria sendo melhor servida pelos conchavos políticos nas cidades do que pela sua ajuda aos camponeses nas áreas rurais.

Se olharmos pela perspectiva da liderança, então, Galjart e Leeds salientam uma continuidade com o comportamento tradicional e dizem que nada mudou realmente, *plus ça change, plus c'est la même chose*⁶⁵. Mas o que se passou com o outro lado da relação – os próprios camponeses? Agiram como meros “seguidores tradicionais”, agiram como “classe” ou, quem sabe, como alguma coisa intermediária? Galjart argumentou também que o comportamento dos camponeses no surgimento dos movimentos de sua classe deveria ser considerado como essencialmente contínuo com seu comportamento como dependentes. Ele afirma que eles viam essas organizações – e os sindicatos – fundamentalmente como fornecedores de serviços

63. Ver LEEDS, A., 1964b, Op. Cit.

64. BORGES, F. C., 1962, p. 259.

65. N.T.: "Quanto mais se muda, mais tudo continua na mesma", em francês no original.

pessoais de vários tipos: médicos, jurídicos, econômicos, mesmo educacionais e, dificilmente, como entidades que promoviam os interesses coletivos de sua classe.⁶⁶ Lêda Barreto, em seu empático retrato jornalístico de Julião, salienta que os camponeses enxergavam-no com “um doutor deles”, homem comparável ao líder messiânico Antônio Conselheiro, ou ao bandido Lampião, ambos claramente expoentes de desafios pré-políticos (e tradicionais) à estrutura social.⁶⁷ Galjart parece estar certo em sua sugestão de que os camponeses dificilmente agiam politicamente, com vistas aos seus interesses coletivos. Pode-se ir até mais adiante e afirmar que, na maioria das áreas rurais, os camponeses estavam apenas começando a vislumbrar seus interesses de classe; eles eram, em termos marxistas, nada mais que uma incipiente “classe para si”.

Entretanto, como Gerrit Huizer argumentou enfaticamente, na maioria dos casos seria enganoso classificá-los como seguidores tradicionais.⁶⁸ Sugeriu que se pode muito bem compreender os “seguidores” como um *continuum*. Em um extremo ele coloca um tipo que corresponde às relações tradicionais patrão-dependentes, nas quais os “seguidores tradicionais” consistem em certo número de dependentes ligados a determinado patrão. A posição deste, no final das contas, de acordo com Huizer, é respaldada pelo uso da força. Mas no outro extremo deste *continuum* podem-se encontrar os “seguidores racionais”, formados por um grupo de pessoas que escolheram livremente seguir um determinado líder. Este último grupo de seguidores tende a desintegrar-se uma vez que o líder não mais produza os resultados almejados e esperados.⁶⁹ Antes, a situação na qual um patrono é escolhido entre uma série de possibilidades foi definida como relação patrono-cliente. A escolha da mesma pessoa como patrono (ou líder) por grande número de pessoas não significa, necessariamente, nada além do fato de que todos agiram individualmente, por claros interesses pessoais (argumento de Galjart, discutido mais adiante, com relação às áreas urbanas). Mas tal escolha coletiva pode – talvez apenas gradualmente – conduzir a

66. GALJART, B. Op. Cit. p. 13. Um aspecto semelhante é proposto, mesmo para os sindicatos industriais, por (LOPEZ, J. B., 1964. p. 56; 160).

67. BARRETO, L. Op. Cit. p. 113. Para breve discussão dos movimentos messiânicos no Brasil ver meu texto (DE KADT, E., 1967a. p. 197); os abrangentes problemas do messianismo e do bandidismo como respostas tradicionais podem ser melhor compreendidos no trabalho clássico de Eric Hobsbawn (HOBBSAWN, E., 1959), ou no de (TALMON, Y., 1966). Muito útil é também o texto (QUEIROZ, M. I. P. de, 1968).

68. HUIZER, G., 1965.

69. Idem. p. 142.

conscientização dos interesses comuns entre as pessoas que, na terminologia de Huizer, constituem os “seguidores racionais”. Os interesses comuns dos quais se tornam conscientes podem ser os de cidadãos que exigem o cumprimento das leis ou de membros da comunidade local que se beneficiariam com o “desenvolvimento comunitário”, mas poderiam também vir a ser os interesses comuns de membros de uma classe explorada coletivamente por uma outra classe.⁷⁰ Huizer não parece ter levado em conta as duas primeiras possibilidades: em seu trabalho subentende-se que, quando alguém se move nesse *continuum* em direção à posição de “seguidor racional”, aproxima-se de uma situação na qual se poderia dizer que existe uma “classe para si”. Embora isto não pareça válido para todas as circunstâncias, Huizer pode muito bem estar certo no que se refere aos assalariados rurais sem-terra, não organizados em Ligas: muitas evidências apontam para o fato de que eles estariam gradativamente começando a perseguir seus interesses em termos coletivos de classe.

Voltando à natureza da transformação das relações sociais rurais forjadas pelo aparecimento das Ligas Camponesas, não há dúvida de que a “agitação” de Julião causou mais do que uma inquietação na imprensa nacional e mais do que um medo passageiro entre os conservadores e reformistas moderados. Os relatos do entusiasmo dos camponeses nos encontros realizados em todo o país para fundar novas Ligas eram testemunhos do impacto de Julião – embora, é claro, devamos ter consciência do exagero acrescentado por aqueles a quem interessava enfatizar os perigos desse processo. Uma vez fundadas as Ligas, há poucos dados a respeito do que se passou com elas. Continuou-se a relatar um certo número de ações violentas e de ocupações ilegais de terras pelos camponeses, durante 1963 e início de 1964. Apesar da geral escassez de evidências, inclino-me a concluir que as Ligas tiveram uma existência modesta, na maioria das áreas, principalmente depois que Julião foi eleito deputado federal por Pernambuco, em 1962. Não há dúvidas de que as Ligas ajudaram os camponeses a continuar trilhando a estrada da emancipação de sua dependência para com o patrão, (embora nem sempre do clientelismo). Mas eu diria que, sob circunstâncias não revolucionárias, essa estrada é longa e árdua e não leva diretamente à consciência de classe, e menos ainda à ação de classe. Certas condições teriam que prevalecer por um certo período para que isto viesse a acontecer. Uma dessas condições seria a participação real das bases rurais. Parece, porém, que esta foi muito limitada

70. Este problema é discutido mais adiante, nas Conclusões.

na maioria das Ligas.⁷¹ Por isso, torna-se difícil aceitar a opinião de Quijano de que as Ligas se desenvolveram em um movimento agrário revolucionário – apesar da mudança nos objetivos professados pelos líderes.⁷² Veremos no capítulo 6 como considerações semelhantes aplicam-se aos sindicatos rurais. Por isso, cabem muitas dúvidas se essas organizações avançaram no sentido de estabelecer base sólida para a mobilização camponesa, isto é, na criação tanto de um compromisso com a ação quanto de formas organizacionais adequadas para traduzir esse compromisso em comportamentos observáveis.⁷³

MUDANÇAS URBANAS

Embora este estudo não diga respeito diretamente à situação das massas urbanas, um exame rápido do processo desenvolvido nas cidades dá-nos um material comparativo muito útil no presente contexto. Entre os pobres urbanos, em que muitos são migrantes recentes do interior, a transformação de um dócil rebanho de eleitores em coleção de indivíduos que calculem com sagacidade as vantagens a receber de um jogo político é virtualmente completa. Antes, dar o seu voto para o candidato do patrão era um dos meios inquestionáveis pelo qual o dependente cumpria o seu lado na barganha; agora o voto é usado para fortalecer sua posição de barganha. Aparentemente ocorre uma boa dose de troca de favores.

Os eleitores solicitam do candidato que providencie todo tipo de coisas: emprego, moradia, água, luz, assistência médica, legalização de seu barraco e até mesmo telefone. O candidato é visto principalmente como intermediário na obtenção de serviços e favores, como agente dos favelados frente às autoridades negligentes.⁷⁴

É evidente que um candidato que consegue distribuir alguns destes bens antes das eleições (mais do que prometer para depois) tem efetivamente vantagem sobre seus oponentes.

Nas cidades grandes, onde os procedimentos eleitorais são de maneira geral corretos, com voto secreto e com o uso da cédula única para todos os candidatos, não é fácil intimidar os eleitores. Tampouco se pode esperar descobrir com algum grau de certeza em quem o eleitor votou: pode-se, no

71. Em relação a isso, vale notar a observação do próprio Julião ao jornalista Antonio Calado: "Fazer agitação é maravilhoso. Mas organizar - isso é que é difícil". (CALLADO, A., 1965. p. 58).

72. QUIJANO OBREGÓN, A. Op. cit. p. 312; 322.

73. Ver o estudo original (NETTL, J. P. 1967, p. 32; 70).

74. MEDINA, C. A. de, 1964. p. 82; LOPES, J. R. B. Op. Cit. p. 65.

máximo, observar seu comportamento durante a campanha. Esse comportamento pode ter sido intencionalmente ambíguo: um eleitor, para se precaver, pode negociar seu voto junto a mais de um candidato, para certificar-se de que, após as eleições, poderá beneficiar-se das vantagens que um homem no poder pode oferecer a seus clientes ou seguidores.⁷⁵ Por outro lado, o eleitor que quiser apostar no sucesso de determinado candidato e garantir uma posição relativamente segura de privilégio e ganho de favores significativos, mais do que apenas prometer sua lealdade, terá que demonstrá-la. Precisar dar demonstrações públicas de estima, fornecer informações sobre terceiros que possam ajudar ou atrapalhar e tem que estar disposto a ser usado por seu patrono para certos “serviços”.⁷⁶

Aqui, então, como no campo, a operação quase automática das relações patrão-dependente (especialmente do lado do dependente) está se rompendo pela disponibilidade de potenciais patrões alternativos. Ainda, nas cidades como nas áreas rurais, o mecanismo básico neste nível – do qual apenas muito recentemente se tem começado a sair⁷⁷ – continua sendo o da troca de apoio por *favores*, numa reciprocidade na qual não entra a noção de *direitos*. Isto resulta do acesso altamente desigual a recursos escassos, estruturalmente condicionado, por um lado, e do baixíssimo nível de renda média das massas, por outro. Eric Wolf sugeriu que tal situação, em geral, leva ao surgimento ou à perpetuação dos laços patrono-cliente, que se mostrariam “especialmente funcionais em situações nas quais a estrutura institucional formal das sociedades é fraca e incapaz de fornecer bens e serviços de maneira suficiente e regular, especialmente para as camadas mais baixas da ordem social”.⁷⁸

Os candidatos que realmente conseguem angariar votos suficientes para elegerem-se vereadores, deputados estaduais ou federais, por seus méritos, por meio de dinheiro vivo ou de promessas, usualmente representam interesses econômicos bem delimitados – talvez até mesmo os de apenas uma empresa.⁷⁹ Esses estreitos interesses serão, então, perseguidos em complexas manobras futuras, promessas de ajuda mútua, alianças e estruturas superiores de clientelismo, com o poder legislativo amoldando-se em torno de transações limitadas de “toma lá-dá cá” e o poder executivo sendo usado para propósitos

75. Idem. p. 83.

76. WOLF, E. R., 1966. p. 17.

77. Ver mais adiante, cap. 3.

78. Ver WOLF, E. R. Op. Cit. p. 17.

79. Ver LOPES, J. R. B. Op. Cit. p. 65

particularistas.⁸⁰ O relacionamento dessas pessoas com o cabo eleitoral, o caçador de votos no distrito eleitoral, mantém-se muito na linha clientelista. O cabo eleitoral trabalhará para o candidato na expectativa de, caso este tenha êxito em sua disputa por um cargo público, obter recompensas extras – dinheiro, obviamente, mas principalmente algum tipo de posição na qual possa incrementar sua própria capacidade para conceder apadrinhamentos e aumentar seu prestígio e poder pessoal.

Neste sistema, a eleição não representa o resultado nem de engajamentos ideológicos nem de interesses de classe do eleitorado. É um sistema que contribuiu grandemente para a debilidade dos partidos políticos no Brasil. No campo como na cidade, o apoio de um partido político, em geral, é praticamente irrelevante para que alguém crie sua base eleitoral. Ao contrário: os partidos existem em virtude dos votos que os políticos estiverem dispostos a trazer para cada partido. Então, antes de sua extinção, em 1965, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) comandava a lealdade de muitos trabalhadores das cidades mais como resultado de políticas paternalistas de seu fundador, Getúlio Vargas, do que por razões ideológicas ou por causa da existência de uma “consciência de classe”. Isto se torna mais claro no contexto do surgimento do populismo como estilo político no Brasil, processo que será analisado no próximo capítulo.

80. Sobre as estruturas superiores do clientelismo ver a excelente segunda parte do artigo de (LEEDS, A. Op. cit.) Ver também (CARDOSO, F. H., 1964, p. 105-6; 126; 133; 165).

3. ASPECTOS DO GOVERNO E DAS POLÍTICAS NACIONAIS A PARTIR DE 1939

A PRIMEIRA ERA VARGAS (1930-1945)

Com a referência a Getúlio Vargas, no final do capítulo anterior, atingimos um ponto em que é preciso mudar o foco desta discussão. Nossa análise da estrutura socioeconômica do Brasil, até aqui, fez-se de baixo para cima, partindo das bases da sociedade em direção ao seu topo. Este capítulo olhará novamente essa estrutura, mas desta vez a partir do governo e das políticas nacionais. Uma exposição histórica sobre essa estrutura, aqui, pretende, principalmente, ser um breve guia para os leitores que não estão familiarizados com os processos políticos que serão frequentemente mencionados nos capítulos seguintes e, obviamente, não tem pretensões a historiografia séria, estando totalmente baseada em fontes secundárias.⁸¹

Vargas subiu ao poder em 1930, depois de uma insurreição armada que trouxe o fim do sistema político da chamada Velha República. Até aquele ano, o poder nacional de fato estava dividido entre os dois estados, São Paulo e Minas Gerais; a Presidência da República era ocupada alternadamente por um representante ora de um, ora de outro. As instituições formais da democracia praticamente não funcionavam; as eleições eram manipuladas e o governo federal operava em benefício exclusivo de um pequeno setor das forças politicamente articuladas da Nação. Os revolucionários de 1930

81. Até recentemente não existia nenhum relato individualmente suficiente do período iniciado em 1930, nem em português nem em inglês. (N.T. O autor escrevia no final dos anos 1960. Após 1970 publicam-se muitos textos importantes sobre o período a que se refere). Várias fontes, como (BELLO, J. M., 1966; MOZRAZÉ, C., 1954; SODRÉ, N. W., 1965), já tinham sido consultadas quando (SKIDMORE, T. E., 1967) publicou seu excelente *Politics in Brazil, 1930-1945*. As considerações de Skidmore, por serem as mais completas, exatas e acessíveis, foram usadas como referência principal nas páginas que se seguem.

representavam os grupos e interesses que até então tinham sido privados dos benefícios do apoio do governo federal – um governo que parecia administrar o país em grande parte segundo os interesses dos produtores paulistas de café e dos fazendeiros de Minas Gerais, seus aliados.⁸²

Em primeiro lugar agiam em nome dos estados excluídos pelas manobras econômicas e políticas dos paulistas e mineiros; tanto os do Nordeste quanto os do Sul – mas especialmente o Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, eles representavam a classe média urbana, que havia crescido muito em número e importância durante as primeiras décadas do século XX e que formava a espinha dorsal dos constitucionalistas liberais. Sua principal meta política era uma representação mais “autêntica”: “as votações devem ser honestamente fiscalizadas e as cédulas honestamente contadas”.⁸³ Outro importante grupo era o dos jovens militares (tenentes), que eram “nacionalistas semi-autoritários”, preocupados com a “regeneração nacional” e com a modernização.⁸⁴

Vargas mostrou-se mestre em malabarismos, com a ajuda dos vários grupos que o apoiavam, em 1930. Alguns conseguiram mais do que esperavam no momento da revolução – os produtores de café, por exemplo⁸⁵; outros conseguiram menos. O mais beneficiado foi o próprio Vargas. Ele administrou o país dos anos 1930 – tendo mesmo tornado-se ditador em 1937 – por meio de uma série de acordos entre grupos políticos e econômicos importantes do país. Os produtores de café continuaram recebendo apoio financeiro; os militares foram promovidos e aumentaram seus efetivos; as classes médias beneficiaram-se de maior participação política e de rápido crescimento da burocracia, na qual podiam conseguir empregos à custa do Estado;⁸⁶ e, finalmente, os proprietários rurais tradicionais obtiveram o privilégio

82. SKIDMORE, T. E. Op. cit. p. 335 contesta a visão de que a revolta era contra o domínio dos produtores de café; sugere que eles estavam igualmente insatisfeitos com o governo federal. Isto pode ter sido verdade no ano seguinte à Revolução, mas parece bastante comprovado que eles foram os exclusivos beneficiários, por anos, das políticas federais e que os ressentimentos contra eles vinham construindo-se havia já longo tempo.

83. Idem. p. 13.

84. Ibidem. p. 9.

85. A análise clássica de como as políticas de Vargas ajudaram tanto os produtores de café quanto a industrialização está em (FURTADO, C., 1963, cap. 31-32); um resumo encontra-se no seu (FURTADO, C., 1965, p. 146-147).

86. A transformação da estrutura do Estado como resultado desse desenvolvimento da burocracia pública (o surgimento do estado cartorial) foi descrito brevemente por (JAGUARIBE, H., 1968, p. 144), e com mais detalhes (ainda que também com um jargão mais obscuro e obscurecedor) por (MENDES DE ALMEIDA, C., 1963, cap. 4).

de serem deixados em paz – o que significava o abandono das massas rurais (que naquele tempo ainda representavam dois terços da população total do Brasil) ao seu quinhão de dependência e exploração. Nenhum desses setores tinha uma base de poder suficientemente poderosa para capacitá-lo a impor ao governo os seus próprios objetivos e ter seus interesses garantidos; um grupo era habilmente jogado contra outro. Mas Vargas não estava contente com este tipo de apoio instável. Para manter uma medida substancial de controle no jogo de barganhas em que era obrigado a enfrentar os grupos “dominantes”, precisava contar com sua própria base de poder. Ele a encontrou na classe trabalhadora urbana.⁸⁷

No momento em que Vargas subiu ao poder, a classe operária urbana era ainda relativamente insignificante.⁸⁸ Vários fatores, entre eles o salto a frente dado pela industrialização, provocado pela necessidade de substituição de importações resultante da Grande Depressão, conduziram a importante crescimento do fluxo migratório do campo rumo às cidades. Não é necessário enfatizar novamente que o comportamento e as atitudes iniciais dessas novas massas urbanas derivavam do complexo de relações patrão-dependente. O mais significativo processo ocorrido ao longo do final da década de 1930 e do início da década de 1940 foi o fato de que as ações de Vargas – e do aparato do Estado identificado com ele – foram planejadas para fazer que ele aparecesse como superpatrão, ou patrono, dos trabalhadores e dos pobres, especialmente nas cidades. Por um lado, cuidou para que, sempre que possível, seus favores chegassem a pessoas específicas, vindo diretamente dele (uma máquina de costura, um emprego), agindo assim no papel de patrão ou patrono conforme o modo tradicional e já estabelecido. Mas, por outro lado, transformou a relação interpessoal de patrono-cliente em uma relação entre ele e categorias inteiras de pessoas, classes inteiras. Nesse novo modo de operação, que analistas políticos brasileiros, inclusive Weffort, chamaram de *populismo*, seus “favores” consistiam em previdência social e legislação trabalhista bem avançadas para aquele tempo.⁸⁹ Em 1937, nova estrutura sindical foi estabelecida, de tipo corporativo, e todos os sindicatos e associações

87. Francisco Weffort dedicou-se a uma análise sociopolítica deste período, por alguns anos. (WEFFORT, F. C., 1967). Sua última – e mais importante – formulação, *Le Populisme dans la politique brésilienne*. As análises seguintes são pautadas pelas idéias de Weffort.

88. Mesmo em 1940, a força de trabalho ocupada em atividades secundárias não ultrapassava 9% do total – enquanto as atividades primárias ocupavam 71% dos trabalhadores. Ver (IANNI, O., 1963, p. 143).

89. Ver p. 56.

de classe passaram a ser subordinados ao Ministério do Trabalho. Foi então criada, nos sindicatos, uma pirâmide de relações de clientelismo urbano e as instituições representantes de classe se tornaram os instrumentos com os quais o governo podia manipular as massas.

A classe trabalhadora brasileira, a partir daí, recebeu “de bandeja” seus direitos trabalhistas.⁹⁰ Não teve que lutar por eles; não houve agitação alguma entre as massas urbanas, quase nenhuma greve, nenhuma situação na qual o engajamento em qualquer luta a ajudasse a ver o mundo sob uma luz diferente. Por longo tempo, essas aquisições foram vistas pela maioria dos trabalhadores como favores tradicionalmente “garantidos”, mais do que, abstratamente, como direitos garantidos por lei. Gradualmente, porém, o significado dos “direitos” que conquistaram por meio da legislação trabalhista e de previdência social foram sendo apreendidos pela classe trabalhadora urbana. E foi esta mudança de “consciência” que levou à transformação das massas urbanas em uma força pelo menos potencialmente autônoma na cena política brasileira. Pois uma vez disseminada a concepção de “direitos”, duas coisas podiam acontecer em conseqüência. Pessoas que têm direitos podem exigir que estes sejam respeitados, que as leis sejam cumpridas, que seja eliminada a distância entre a letra dos estatutos e a realidade. Em segundo lugar, os direitos podem começar a ser vistos como algo dinâmico – novos direitos podem ser conquistados, velhos direitos, quem sabe, abandonados. Nas maiores cidades brasileiras, entre os setores da classe trabalhadora mais estabelecidos – se não entre os migrantes recentes – foi aparecendo devagar, em contraste com a consciência de insuperável dependência criada nas relações individualistas entre patrão e dependente ou cliente, um sentido de cidadania, “o reconhecimento de sua igualdade fundamental no interior do sistema institucional”.⁹¹ Os trabalhadores urbanos podiam não ter muita clareza quanto à sua posição como membros de uma “classe”, podiam estar

89. (cont.) Embora Vargas diferisse, em alguns aspectos, de outros populistas que só apareceram em cena depois de 1945 – homens como Ademar de Barros, João Goulart e, em seu modo quixotesco próprio, Jânio Quadros – ele se encaixava na categoria (SKIDMORE, T. E. Op. Cit. p. 83) sugere que ele, apesar de ocasionalmente “abandonar a pose populista”, permanece com enfoque “essencialmente paternalista, refletindo sua própria avaliação da crescente mas ainda limitada consciência política dos trabalhadores urbanos”. O uso do termo paternalista por Skidmore parece implicar que Vargas agia na linha tradicional das relações patrono-cliente o que, certamente, era parcialmente verdadeiro.

90. LANDSBERGER, H. A., 1967, p. 260.

91. WEFFORT, F. C., 1967, Op. Cit. p. 642. Ver também a clássica discussão em (MARSHALL, T. H., 1963).

longe de constituir uma “classe para si”, no sentido marxista. Mas o *populismo*, inicialmente promovido por Vargas, realmente os tornou conscientes de seus direitos (e, como extensão, também de seus deveres) como cidadãos do Estado. O Estado tornou-se um aliado que poderia ser mobilizado contra chefes, empregadores ou políticos, fossem eles patrões decadentes ou novos capitalistas “exploradores”.

A PRIMEIRA DÉCADA DO PÓS-GUERRA (1945-1954)

As contradições inerentes à coexistência, em uma mesma estrutura política, de mecanismos da política tradicional de acomodação da “classe dominante” e, ao mesmo tempo, dos mecanismos que estavam surgindo ao redor do novo estilo de *populismo* levaram gradualmente a crescentes tensões na política brasileira. Antes de examinar essas tensões e suas eventuais “resoluções”, é preciso discutir brevemente alguns outros processos que se desenvolviam na cena política brasileira em geral, uma vez que constituem o pano de fundo para o futuro surgimento de um radicalismo especificamente cristão.

O final da Segunda Guerra Mundial, à qual o Brasil juntou-se, em 1942, ao lado dos Aliados, trouxe o fim da ditadura de Vargas sob a Constituição do Estado Novo de 1937.⁹² As manobras de Vargas para ir até o fim com a “redemocratização” do país sob seus próprios auspícios e, sem dúvida, para seu próprio benefício, foram derrotadas pelo ministro da Guerra, Góes Monteiro, que depôs o presidente em nome das Forças Armadas, em outubro de 1945. Vargas foi, no entanto, autorizado a organizar sua base política e a participar das eleições de dezembro. Dois partidos “getulistas” formaram-se para absorver os votos daqueles que tinham até ali sido “da situação”: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). O primeiro visava à classe trabalhadora urbana, ou ao menos aos seus membros alfabetizados, e estendia, para a esfera política, os princípios embrionários do *populismo*. O segundo era um – tradicional – monstro de incompatibilidades, que juntava a classe média que apoiava Vargas e os industriais urbanos ligados ao Estado com os mecanismos construídos por Getúlio entre os políticos – *coronelistas* – dos estados do interior. O PTB e o PSD lançaram a candidatura do General Dutra para presidente. Em dezembro de 1945, Dutra derrotou facilmente o Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional

92. A discussão a seguir é baseada no relato de SKIDMORE, T. E. Op. Cit. cap. 2.

(UDN) – outra coligação espúria, neste caso da classe média urbana antigetulista com os chefes políticos do interior que tinham ficado de fora durante o Estado Novo. O próprio Vargas permaneceu ativo na política, como senador eleito pelo PSD do seu estado, o Rio Grande do Sul, embora fosse mais ouvido fora do Congresso do que dentro dele.

Dutra, que parecia preocupado, acima de tudo, para ver o país voltar à tranqüilidade, veio a mostrar-se “um ameno presidente não-político”.⁹³ Após menos de um ano de cooperação, a UDN passou formalmente para a oposição e, em dezembro de 1946, Vargas também decidiu romper com o Executivo. O governo de Dutra é usualmente discutido em relação a seu modo de lidar com os assuntos econômicos que, na opinião de todos os observadores, se conjuga a um espantoso nível de desgoverno. As reservas de moeda estrangeira do Brasil, na maior parte acumuladas durante a guerra, desapareceram quase por completo, como resultado da política de *laissez-faire*, sem nenhuma restrição às importações que consistiam em grandes quantidades de bens de consumo de luxo para os setores mais abastados. Em meados de 1947, o governo foi forçado a mudar seu curso. Seguiu-se um período de controles mais elaborados sobre importações e comércio, mas isto foi pouco para superar os problemas econômicos fundamentais do país.

A distância mantida por Vargas com relação ao governo de Dutra habilitou-o a reemergir na cena nacional quando se aproximaram as eleições presidenciais de outubro de 1950. Agora com a bênção dos militares, a quem ele prometeu comportar-se bem em relação à Constituição, Vargas candidatou-se pela coligação do PTB com o Partido Socialista Progressista (PSP) – o instrumento *populista* pessoal do governador de São Paulo, Ademar de Barros – contra Cristiano Machado, candidato do PSD do Presidente Dutra, e Eduardo Gomes que mais uma vez representava a UDN. Durante sua campanha, Vargas, como era de se esperar, conseguiu fazer, por todo o país, um enorme número de acordos semiprivados com os políticos do PSD, apesar do comprometimento oficial desse partido com a candidatura de Machado; nas cidades, discursava em estilo misto que juntava o *populismo* de estadista benevolente com promessas de usar o poder do Estado para promover um programa mais amplo de industrialização. Foi eleito por uma margem surpreendente de vantagem sobre o Brigadeiro, segundo colocado, angariando mais da metade do total de votos.

93. Idem. p. 65.

Uma vez no poder, Vargas realmente tentou ir adiante com o tipo de política que mais tarde se chamaria “desenvolvimentista”. Mas as propostas concretas não assumiram claramente a forma de um programa estruturado de desenvolvimento global, nem estavam embasados numa ideologia coerente. De fato, Vargas inaugurou seu segundo governo no momento em que três fórmulas principais de desenvolvimento estavam *começando* a aparecer: o neoliberalismo, que seguia, em grande parte, a receita de políticas econômicas e fiscais formulada pelos bancos centrais dos países industrializados (e pelo Fundo Monetário Internacional); o nacional-desenvolvimentismo, que os intelectuais brasileiros elaboraram em consonância com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da ONU; e o nacionalismo radical, adotado pela esquerda, e não apenas a esquerda marxista.⁹⁴

O nacionalismo, então, passou a desempenhar papel cada vez mais importante na cena política brasileira daquele período. Inicialmente, o nacionalismo era vago e difuso; passaram-se alguns anos até que as três posturas que acabamos de mencionar se tornassem claramente definidas e como alternativas em competição. Mas a ênfase, em princípio, estava nos assuntos econômicos. Uma primeira manifestação disso foi a controvérsia sobre a nacionalização da indústria de petróleo que causou polêmica por dois anos a partir dos últimos meses de 1951. Encontrava-se adesão à posição nacionalista em amplos setores da população politicamente articulada, entre a classe média, a classe trabalhadora urbana, entre os militares, e o nacionalismo parecia excelente meio para a construção de um consenso público.⁹⁵ Depois de janeiro de 1953, os setores nacionalistas mais radicais fortaleceram-se quando surgiu, nos Estados Unidos, novo enfoque para os problemas econômicos da América Latina, com a mudança da administração do Presidente Truman para a do General Eisenhower. A ênfase passou da cooperação e ajuda econômica para a criação de um “clima” apropriado para investimentos privados dos Estados Unidos.⁹⁶

Vargas agora vacilava entre o nacionalismo agressivo e as políticas econômicas e financeiras mais ortodoxas esperadas no exterior, enquanto, na frente interna, parecia tender, cada vez mais, a abandonar suas tentativas de manter uma política de conciliação. Voltou sua atenção bem mais para a

94. *Ibidem.* p. 37-92.

95. *Ibidem.* p. 109.

96. *Ibidem.* p. 116-117.

classe trabalhadora urbana, na esperança, segundo alguns observadores, de fundar nova era política para o Brasil sobre sólida aliança entre a burguesia industrial, a classe média e as massas urbanas.⁹⁷ Se Vargas teve realmente esta intenção, certamente falhou.⁹⁸ Encontrou resistência entre os militares que se opunham às suas políticas e criticavam suas nomeações para cargos públicos; finalmente, exigiram que renunciasse ao mandato diante de escândalo que envolveu um homem de sua confiança pessoal em um atentado político que resultou em assassinato. Quando, em agosto de 1954, Vargas escolheu o suicídio em vez da renúncia, deixou uma carta na qual declarava que “a campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho”⁹⁹, que “lucros das empresas estrangeiras alcançaram até 500% ao ano”, e lembrava a “espoliação do Brasil” combatida por ele.

DE VARGAS A GOULART (1954-1964)

O suicídio de Vargas causou profundo impacto emocional no país e deu vida nova ao sistema político que parecia estar se arruinando no final de seu governo. Depois de breve período, fizeram-se novas eleições e os herdeiros políticos de Vargas, Juscelino Kubitschek do PSD e João Goulart do PTB, foram eleitos, respectivamente, para os cargos de presidente e vice-presidente. A pressão militar para evitar que tomassem posse foi interrompida por um “golpe preventivo” constitucionalista, liderado pelo General Lott. Os eleitos tomaram posse em janeiro de 1956.

Se algum presidente do Brasil moderno tentou fazer funcionar uma “aliança” entre a ardilosa “burguesia nacional” e a classe trabalhadora urbana, foi Kubitschek, o homem que, mais que qualquer outro, pode ser visto como representante da primeira. Não que ele tenha tentado quebrar os acordos das políticas getulistas – ele devia demais ao PSD do interior – mas de fato investiu no desenvolvimento. Tentou abrir os gargalos da economia por meio de seu famoso *Programa de Metas*¹⁰⁰ e encorajou discussões e pesquisas sobre os problemas de desenvolvimento do Brasil, garantindo apoio do governo ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que juntou intelectuais

97. Idibem. p. 134. Para uma visão mais recente ver JAGUARIBE, H. Op. Cit. p. 148.

98. Para uma breve discussão sobre as razões, ver meu trabalho (DE KADT, E., 1965).

99. DULLES, J. W. F., Jr., 1967, p. 334.

100. JAGUARIBE, H. Op cit. cap. II.

nacionalistas tais como Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbusier.¹⁰¹ Impulsionou tanto o crescimento econômico quanto a autoconfiança nacional com o gigantesco empreendimento que foi a construção de Brasília. Seu nacionalismo era muito menos “exclusivista” do que aquele para qual Vargas fora atraído no final de sua vida; Juscelino encorajou e deu incentivos substanciais para o capital privado estrangeiro, que investiu em larga escala na produção de certos bens como veículos automotivos, outros bens de consumo duráveis e produtos farmacêuticos.¹⁰²

Entretanto, durante os últimos anos da Presidência de Kubitschek, o debate sobre o nacionalismo acentuou-se notadamente, mais uma vez avançado pelo antagonismo às exigências de ortodoxia financeira, posta pelo FMI como condição para receber sua ajuda.¹⁰³ Nelson Werneck Sodré, outro intelectual do ISEB, sustentava que o nacionalismo era uma expressão política da luta da burguesia e da classe trabalhadora contra as forças econômicas externas, contra o capitalismo internacional e, por isto, era um fator positivo.¹⁰⁴ Nem todos, porém, estavam dispostos a “crer numa espécie de comunhão idílica da burguesia nacional com o proletariado”,¹⁰⁵ algo de que Hélio Jaguaribe poderia, talvez, ser acusado com mais razão do que Werneck Sodré. Para sociólogos marxistas, como Octavio Ianni, o nacionalismo representava “a expressão ideológica de uma classe específica” e um fator até então negativo, uma vez que era

um meio de amortecer a consciência política do proletariado... A manipulação do nacionalismo em termos de uma conjunção de interesses de classe ou em termos de superação da contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora pode transformar os trabalhadores em dóceis elementos nas mãos dos interessados em apropriar-se do produto de seu trabalho.¹⁰⁶

Aqui, Ianni indiretamente chama a atenção para um fenômeno discutido explicitamente por Francisco Weffort: o fato de o conceito de *povo* ser um conceito ambíguo e mesmo enganoso, tendo sido usado tanto pelos nacionalistas, para diferenciar a nação inteira dos exploradores de além mar, quanto pelos

101. Para uma valiosa discussão geral (que, no entanto, de certa maneira menosprezou as diferenças que se desenvolveram mais tarde nesse grupo) ver (MARTING, H., 1967).

102. SKIDMORE, T. E., Op. Cit. p. 165.

103. Idem. p. 185 ss.

104. IANNI, O. Op. Cit. p. 63.

105. Idem. p. 64.

106. Ibidem. p. 65

populistas, para vincular entre si setores da população amplamente divergentes e mantê-los juntos no sistema político.¹⁰⁷ “O nacionalismo propõe, em nível teórico, essencialmente as mesmas idéias que os *populistas* propõem na demagogia dos comícios; ambos têm seu núcleo na idéia de que o *povo* é uma comunidade.”¹⁰⁸ Concretamente, porém, isto está longe de ser o caso: discursos como esses apenas mascaram a existência de conflitos de interesses. Apesar disso, afirma Weffort, “ainda que, sem dúvida, as políticas nacionalistas radicais busquem defender os interesses das camadas mais sacrificadas da população”, os conceitos usados em sua formulação resultam em “mistificação ideológica” e em atraso no surgimento da consciência de classe entre as massas.¹⁰⁹ O “consenso público”, até então fundamentado em um nacionalismo capaz de agradar a todos, não era mais possível, e abriu-se uma cisão entre os intelectuais do ISEB. Jaguaribe tornou-se pouco a pouco o ideólogo da burguesia (potencialmente) nacionalista; outros, como Álvaro Vieira Pinto, moveram-se nitidamente para a esquerda.¹¹⁰

O debate, logo os conflitos, sobre nacionalismo penetraram no meio estudantil e políticos *populistas* de esquerda, como Leonel Brizola – cunhado de Goulart e governador do Rio Grande do Sul, eleito pelo PTB – estavam começando a juntar apoio graças a seus apelos ao nacionalismo radical. Mas isto não teve grande influência na maioria dos políticos dos partidos: como se viu no capítulo 2, o funcionamento dos partidos políticos raramente dependia de fatores ideológicos. O sistema partidário só funcionava nas bases em períodos eleitorais e era, de fato, pouco mais que uma complexa estrutura de clientelismo, temperada com algumas promessas demagógicas para as

107. Como Nettl e muitos outros mostraram, a tentativa de apresentar os interesses de todas as pessoas como homogêneos e de depreciar a segmentação que existe na sociedade, ocorre em muitos países em desenvolvimento. Em outras partes do mundo, porém, e talvez especialmente na África, isto é mais necessário e menos absurdo objetivamente que no Brasil. No Brasil, existem fundamentos históricos mais sólidos para um sentido de nação enquanto, por outro lado, as clivagens de classe estão muito mais profundamente enraizadas do que na África ver NETTL, J. P. Op. cit. p. 5; 7; 8.

108. WEFFORT, F. C., 1965, p. 188.

109. É óbvio que em uma sociedade tão dividida em termos de classe, como o Brasil, a *articulação de interesses* tende a se tornar uma forma mais proeminente do processo político do que a *legitimação pela autoridade*. De fato, a verdadeira natureza da legitimação pela autoridade existente até aquele momento (baseada nos interesses de classe) estava ameaçada (NETTL, J. P. Op. cit. p. 131). Ver também a concepção, desenvolvida por (DAHRENDORFF, R., 1959, p. 176) de conflito de classe como representando um conflito sobre a legitimidade das relações de autoridade existentes.

110. Ver também a muito bem informada análise de Michel Debrun (DEBRUN, M., 1964), que discute várias outras figuras políticas importantes como Celso Furtado e também as posições mais ou menos nacionalistas desenvolvidas na (CEPAL, 1964).

massas; e cada partido apresentava diferentes matizes ideológicos em diferentes áreas do país.

Isto tanto era verdade para o Partido Democrata Cristão – o único partido que poderia ter especial relevância para o assunto deste livro – quanto para qualquer um dos outros, e não havia ideologia democrática cristã alguma identificável no Brasil. Não se poderia nem mesmo falar de um tema com variações. Esse partido carecia de significação não apenas por seu impacto limitado (sua representação na Câmara de Deputados, no início dos anos 60, nunca passava dos 5%), mas, sobretudo, por sua heterogeneidade. Nos estados do sul do Brasil, e especialmente no Rio Grande do Sul, o partido era conservador até a raiz dos cabelos e suas lideranças endossaram entusiasmadamente o golpe de abril de 1964. Por outro lado, o PDC de São Paulo fez surgir alguns dos políticos não-comunistas mais progressistas do estado e do país, tais como Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio, homens cujas imprecisas idéias políticas não diferiam muito das que eram defendidas pelos setores mais progressistas da juventude católica.¹¹¹ Finalmente, no Rio de Janeiro, a linha do partido tornou-se individualista e moralista e desenvolveu ligações ideológicas e pessoais com o movimento de Rearmamento Moral – embora também houvesse indivíduos progressistas ativos no partido.¹¹² A política partidária, assim, não tinha, em geral, nenhuma atração para os jovens progressistas católicos que estavam surgindo.

Gradualmente, a euforia dos primeiros anos da era Kubitschek deu lugar a uma avaliação mais sóbria das conseqüências de seu governo em termos de inflação e corrupção.¹¹³ Isto trouxe uma reação contra a idéia de que o mero

111. Ver Idem, cap. 4-5.

112. Em geral, em vários estados, a tensão interna entre as diferentes facções apareceu quando o partido foi abolido, junto com todos os outros partidos, pelo governo de Castelo Branco, em outubro de 1966. Para um balanço da ideologia do grupo de São Paulo, ver (TARSO, P., 1963). Cândido Mendes dedica ao PDC algumas páginas de seu livro (MENDES DE ALMEIDA, C., 1966, p. 42-45). É um trabalho muito interessante, mas inadequado como análise científica sobre o assunto. Mendes envolveu-se profundamente no movimento como um todo, como uma espécie de jovem 'estadista de autoridade' e ideólogo moderador. Este fato deu ao livro seu valor, mas ao mesmo tempo produziu uma falta de objetividade. Isto, por si só, não exclui *Memento dos vivos* do campo da historiografia contemporânea ou da ciência política; o que é mais intrigante é que Mendes move-se continuamente, e sem prévio aviso, de dados históricos (incompletos) para suas próprias convicções ideológicas. Quanto ao PDC, ele não menciona as diferenças de orientações entre os vários diretórios regionais.

113. SKIDMORE, T. E., Op. Cit., p. 173 escreve: "A construção de Brasília da noite para o dia... deu ao presidente uma vantagem sem precedentes junto aos opositores sensíveis às atrações de uma participação lucrativa no novo empreendimento".

crescimento econômico, qualquer forma de crescimento econômico, iria automaticamente resolver todos os problemas do país. Isso introduziu um período durante o qual a necessidade de reformas de base veio a ser amplamente discutida.

Kubitschek tinha deixado o setor agrário em paz; em parte porque, sendo herdeiro do velho sistema getulista de conciliação de interesses conflitantes, relutava em atacar a classe latifundiária tão poderosamente representada no Congresso e, em parte, porque sentia que as mudanças que estava promovendo no setor industrial urbano iriam “inevitavelmente provocar uma mudança correspondente no sistema agrícola, ao desatrelar as forças econômicas naturais que haveriam de unificar o mercado interno”.¹¹⁴ Mas nada disso aconteceu; ao contrário, as discrepâncias entre a cidade e o campo apenas ficaram mais pronunciadas.¹¹⁵ De todas as reformas de base necessárias, a reforma agrária era a mais mencionada, discutida e era considerada a mais urgente.¹¹⁶

A reforma administrativa, destrinchar a mata fechada do Estado Cartorial, era também uma “necessidade”. Kubitschek, no entanto, preferiu deixar como estavam as estruturas existentes. Não quis mexer em casa de marim-bondo e, por isso, tentou enfrentar os problemas administrativos criando novos órgãos por processo de acréscimo. O mesmo aconteceu com Jânio Quadros, seu sucessor: este também tentou, à sua maneira muito peculiar e nada ortodoxa, abrir caminhos dentro do labirinto burocrático que herdou. Mas, tal qual Kubitschek, pouco conseguiu como superação das limitações institucionais inerentes às políticas anteriores e às estruturas já estabelecidas.¹¹⁷

O breve governo de Jânio Quadros não apresenta um padrão consistente e é de difícil acesso. Renunciou após sete meses de sua posse, em agosto de

114. JAGUARIBE, H. Op. Cit. p. 163-164.

115. Vale a pena lembrar os argumentos de (FRANK, A., G. Op. Cit. p. 9-12; 190; 258), neste contexto: relações metrópole-satélite caracterizam o vínculo entre as partes desenvolvidas e subdesenvolvidas do país, em que as primeiras apropriam-se – pelo poder de monopólio – do pouco excedente gerado pelas regiões subdesenvolvidas; o resultado disto é que este país vai, simplesmente, “subdesenvolver-se” ainda mais. Embora se possa argumentar que o modelo de Frank é muito determinista, isto se aplica bem ao caso do Brasil durante esse período.

116. Alguns anos mais tarde, em 1964, as propostas agrárias desajeitadas e altamente demagógicas de João Goulart estavam entre as causas diretas de sua destituição pelo Exército; por isso, por meia década, o assunto foi, para qualquer propósito prático, ignorado.

117. SKIDMORE, T. E., Op. Cit. p. 193; 197.

1961, em um gesto intempestivo – tendo começado a suscitar oposição a suas políticas e a seu estilo de governo – provavelmente na vaga esperança de que uma onda de “sentimentos populares” a seu favor (que nunca sequer tentou mobilizar) forçaria o Congresso a não aceitar sua renúncia. Ele queria claramente romper com a política de conciliação getulista. Seu óbvio desprezo pelos políticos medíocres, sua tendência a governar sem eles, certamente sem as usuais barganhas de cúpula, sem clientelismo, sem manipulação por debaixo dos panos e assim por diante, representavam novo estilo de política no Brasil: abordagem romântica que, sem dúvida, de várias maneiras, ajudou a convencer a geração jovem desencantada – cristãos e outros – que as coisas poderiam ser diferentes. Se estas convicções eram justificadas é outra questão; já mencionamos o fracasso de Quadros em enfrentar os obstáculos institucionais e estruturais. Sua “política externa independente” tornou-o mal-visto e perigoso para setores influentes das Forças Armadas, fortemente influenciadas pelos Estados Unidos. Isso, porém, criou clima favorável para o aspecto antiimperialista da nova ideologia cristã.

Porém, um dos fatores mais importantes (ainda que tenha sido essencialmente fortuito) para a cristalização de grupos progressistas e da política progressista no Brasil – não somente entre os cristãos, ênfase – foi a situação criada pela renúncia de Jânio Quadros. Não é necessário lembrar aqui detalhadamente os acontecimentos daquele momento: o vice-presidente de Quadros, João Goulart, tomou posse no início de setembro, após tenso período de acordos e contra-acordos entre diferentes setores das Forças Armadas.¹¹⁸ O resultado foi uma solução conciliatória que diminuía drasticamente os poderes do presidente e interpunha um primeiro-ministro entre o presidente e o Congresso. Pelos cerca dos 15 meses seguintes, o principal objetivo de Goulart foi o de reconquistar todos os poderes de presidente por meio de um plebiscito. Ele se deu conta de que o êxito, naquela ocasião, dependeria de que o país se conscientizasse que o sistema parlamentarista não poderia funcionar adequadamente no Brasil. E Goulart tratou de fazer que ele não funcionasse: de setembro de 1961 até janeiro de 1963, quando o regime presidencialista foi restaurado por maciça maioria, o sistema político do Brasil apresentava uma imagem de completa frustração e ineficácia.

Em certo sentido, essa ineficácia não era nada nova: observou-se como, por algum tempo, o sistema político como um todo vinha sendo pressionado

118. Idem. p. 205-220.

por contradições agudizadas pelas políticas de compromisso (contra as quais Quadros parecia prometer a redenção). Como diz Skidmore: “Goulart... estava prestes a colher os frutos de prolongado impasse político”,¹¹⁹ com extremistas em ambas as pontas do espectro político exigindo “soluções anti-democráticas”.¹²⁰ A novidade era a total falta de direção, a clara ausência de governo efetivo por um ano e dois meses, uma sensação de total desgoverno. Mais do que a pressão já existente sobre instituições políticas, foram as circunstâncias desse período interino que criaram uma situação extremamente favorável ao aparecimento de movimentos políticos radicais prometendo ruptura total, não apenas com o passado, mas também com o presente.¹²¹ Por outro lado, na segunda metade de 1963, o governo de Goulart foi repetidamente derrotado em batalhas com o Congresso, que não queria cooperar com soluções “democráticas” para a mudança, após o fracasso de seis meses de governo reformista da “esquerda positiva” (Santiago Dantas; Celso Furtado).¹²² Os últimos dois anos anteriores ao golpe de 1964 constituíram o período em que se viu o maior desenvolvimento de grupos e grupelhos progressistas e revolucionários no Brasil.¹²³ Inquestionavelmente, o mais importante de todos eles foi a *Ação Popular*, o movimento de inspiração cristã fundado no período do parlamentarismo, que será analisado no capítulo 5.

POLÍTICA E AS MASSAS RURAIS

Tudo isso sugere claramente que, depois de um final relativamente bem-sucedido do governo de Kubitschek, quando o desenvolvimento econômico assegurou melhor divisão do bolo para quase todos, a tentativa de continuar com as políticas de acordos conciliatórios começou a se romper irrevogavelmente no início dos anos 1960. De um lado, as dificuldades econômicas do Brasil aumentaram e a taxa de desenvolvimento diminuiu consideravelmente seu ritmo. De outro, a pressão exercida pelos grupos

119. *Ibidem*. p. 223.

120. Esta observação demonstra o quanto a ideologia liberal americana de Skidmore o impede de chegar às conclusões aparentemente óbvias em seu próprio material. Para mim, é impossível imaginar qual solução “democrática” teria sido praticamente possível, dadas as forças e interesses envolvidos.

121. É uma das muitas valiosas generalizações em (SMELSER, N. J., 1962, p. 325) a de que os movimentos políticos radicais tendem a cristalizar-se nessas circunstâncias.

122. SKIDMORE, T. E., *Op. Cit.* p. 239-250.

123. *Idem*. p. 398 citando (ALEXANDER, R., 1962), refere-se a eles como “esquerda jacobina”: “aqueles que são a favor da revolução social a qualquer custo, e... são excessivamente nacionalistas, até ao ponto da xenofobia”.

menos privilegiados: nas cidades, devido à importância crescente do *populismo* urbano e do tamanho da massa militante; no campo, com o surgimento das primeiras Ligas e sindicatos – embora, em retrospectiva, se possam levantar sérias dúvidas sobre em que medida a estridência dos líderes correspondia, de fato, a uma tomada de consciência política das bases rurais.¹²⁴ Ficou cada vez mais claro que os interesses de alguns conflitavam fundamentalmente com os de outros; havia passado o tempo em que a ação do governo podia consistir em pouco mais do que a arbitragem entre reivindicações diferentes, em ceder judiciosamente a diferentes pressões em diferentes momentos. E não era mais possível ignorar a existência de 50% da população do Brasil – os camponeses e os trabalhadores rurais – na hora de fazerem-se acordos políticos e de repartir o bolo econômico.

Não apenas a fama das Ligas e a lenta expansão dos sindicatos nos primeiros anos da nova década anunciavam mudança no campo. Era também de substancial importância, nas avaliações do governo federal, a crescente força, em vários dos estados do interior do país, de políticos que não se encaixavam mais nos padrões tradicionais da política ruralista. Eles tinham conseguido atrair apoio, apesar da estrutura política tradicional (e ainda muito forte), com base em apelos mais ou menos progressistas à parte menos privilegiada do eleitorado – nas cidades e nas áreas rurais. O destaque dessas estrelas ascendentes era, sem dúvida, Miguel Arraes, eleito governador de Pernambuco, em outubro de 1962. Sua vantagem sobre o candidato da UDN na capital do estado foi enorme. Mas ele obteve extremo êxito, mesmo no interior do estado, onde o eleitorado era presumivelmente mais dócil às sugestões dos proprietários rurais violentamente anti-Arraes; conquistou ali quase o mesmo número de votos de seu oponente, João Cleofas.¹²⁵

Uma vez no poder, Arraes, perigoso subversivo apoiado pelos comunistas, aos olhos dos poderes estabelecidos, começou a trazer a realidade da cidadania para os grupos que tinham vivido até então à sombra dos *coronéis* e proprietários rurais. Dali em diante, os *coronéis* podiam contar com o aparato do Estado, até mesmo a força policial sempre e sem dúvida à disposição deles para intimidar camponeses, impedir greves, expulsar posseiros. Dali em diante, leis que nunca tinham sido aplicadas fora das cidades começaram a

124. Seja como for, não havia organização apropriada: o golpe de 1964, afinal de contas, não provocou nenhuma oposição ativa das massas. Ver também SKIDMORE, T. E., Op. Cit., p. 253, e o presente volume, caps. 12 e 13, passim.

125. BARROS, A., 1965, p. 91.

ganhar “significância” para os camponeses. Nos engenhos de açúcar da Zona da Mata, o salário mínimo tinha, até então, em quase todo lugar, sido apenas uma ficção legal: a decisão de quanto trabalho era necessário para se ganhar o salário mínimo ficava totalmente por conta dos empregadores. Arraes forçou-os a sentarem-se com os sindicatos e com seus próprios representantes, com o objetivo de elaborar normas claramente definidas, uma tabela oficial, que poderiam ser aplicadas sem ambigüidades e que especificassem o quanto seria pago para os diferentes tipos de trabalho.¹²⁶ Neste caminho, pelo menos alguns camponeses e trabalhadores rurais começaram a descobrir o Estado como aliado em potencial. Desenvolveram, também, novo sentido de legitimidade para suas demandas econômicas – e pode-se dizer que, pelo menos para os trabalhadores da cana, os salários finalmente deixaram de ser totalmente associados a “favores” do patrão. Tudo isto representou uma séria ameaça ao governo federal. O despertar do campo, até ali simplesmente ignorado na cena política brasileira, ameaçava desestabilizar o equilíbrio do qual dependia o bom funcionamento do sistema. O surgimento de Arraes como político popular e avesso a compromissos espúrios, capaz de obter amplo apoio das massas para possíveis ambições presidenciais, ameaçava o sistema vigente que havia levado homens como o Presidente Goulart a posições de proeminência.¹²⁷ Este último não deixou de reagir.

Goulart, por algum tempo, proclamou a necessidade de reformas básicas na estrutura rural.¹²⁸ Apresentou vários projetos de lei ao Congresso, incluindo uma emenda constitucional que permitiria o pagamento de terras expropriadas com títulos do governo. Durante todo o ano de 1963 Goulart não conseguiu a maioria necessária para aprová-las. Mas ele parecia ser mais bem-sucedido

126. A Tabela de Pernambuco está reproduzida no trabalho de Calado, apêndice I.

127. Sobre Arraes, ver SKIDMORE, T. E., *Op. Cit.*, p. 275-276; 281-282.

128. Sobre as propostas de Goulart para “reformas de base” ver, *Idem.* p. 237-247. Na p. 237, Skidmore sugere que elas poderiam ter três propósitos: (1) eliminar uma série de novos gargalos no desenvolvimento econômico; (2) conseguir uma distribuição de bens e renda mais equilibrada; (3) alterar a balança política. “O perigo era a contínua ênfase do presidente na necessidade de “reformas” sem assumir a crescente suspeita do centro a respeito de seu terceiro objetivo”. Skidmore obviamente refere-se ao perigo para a sobrevivência dos processos democráticos políticos formais – algo com o qual parecia mais comprometido do que com qualquer outra coisa. Sua análise subsequente deixa claro que ele lamenta o golpe militar de abril de 1964. Mas não percebe que as circunstâncias que conduziram ao golpe eram o resultado do crescente – embora ainda muito desarticulado – antagonismo de classes, e que o próprio regime pós-1964 só agiu para salvaguardar alguns dos interesses das classes que pareciam estar mais seriamente ameaçadas: a dos latifundiários, mas também a classe média urbana e a burguesia.

em seus gestos para fortalecer sua própria base de poder no campo, que envolvia a tentativa de transplantar para áreas rurais o *populismo* urbano com o qual estava familiarizado.¹²⁹ Esperava, assim, reforçar a raquítica estrutura no topo da qual estava precariamente empoleirado. Sua melhor chance veio depois que o Congresso, também como resposta à inquietação crescente no interior, sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural, em janeiro de 1963, o que conduziu a um intenso movimento de organização dos camponeses e trabalhadores rurais por agências apoiadas pelo governo.¹³⁰

A análise precedente não deveria deixar dúvidas – pelo menos com a percepção retrospectiva que agora é possível – de que os velhos mecanismos políticos não poderiam mais sustentar-se e de que o sistema rumava ao fracasso. De modo nenhum, porém, estava claro naquela altura como aquele fracasso ocorreria. Apesar dos numerosos exemplos de interferências diretas e indiretas dos militares na política desde o final do Estado Novo – sinais de tensão no sistema político – poucas pessoas pensavam em golpe militar em benefício das classes cujo domínio parecia ameaçado.¹³¹ Os que compunham a esquerda brasileira, cristãos ou não, estavam convencidos, pelo desenvolvimento do processo político daqueles anos, de que a revolução, a *sua* revolução, estava, se não na próxima esquina, pelo menos na esquina seguinte. A maneira como os cristãos enxergavam esta revolução ficará clara, assim espero, na medida em que a análise for avançando. O próximo capítulo abre-se com o exame das fontes de pensamento dos cristãos progressistas no Brasil e do surgimento de movimentos progressistas de inspiração cristã.

129. Para uma discussão geral de tais tentativas de estender as bases do poder ver (ADAMS, R.N., 1965, p. 33).

130. Goulart e os que estavam a sua volta não conseguiram manter o controle de seu curso. Ver adiante, cap. 6.

131. Ver, como notável exceção a esta afirmação, o pequeno livro de (GUILHERME, W., 1962).

4. A IGREJA E OS MOVIMENTOS DOS CATÓLICOS PROGRESSISTAS

CATOLICISMO BRASILEIRO: INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Vista de uma perspectiva histórica, a Igreja Católica no Brasil nunca foi uma instituição particularmente poderosa – principalmente quando comparada com a maioria dos outros países da América Latina, onde uma Igreja forte e, acima de tudo, rica entrincheirava-se no topo da estrutura de dominação colonial. Conseqüentemente, não gerou a espécie de apaixonado anticlericalismo encontrado em outros lugares. Durante o período colonial, o clero secular, usualmente ignorante e de moral frouxa, estava disperso principalmente nas áreas rurais, sujeito mais à dominação dos senhores de engenho e outros latifundiários, em cujas propriedades eram capelães, do que à autoridade de seus bispos. Com seus ensinamentos e pregações forneciam uma ideologia ancorada na teologia que justificava e dava suporte aos padrões socioeconômicos existentes. Com exceção dos jesuítas, escreve Gilberto Freyre,

clérigos, e até mesmo frades, acomodaram-se, gordos e moles, às funções de capelães, de padres-mestres, de tios-padres, de padrinhos de meninos; à confortável situação de pessoa da família, de gente da casa, aliado e aderente do sistema patriarcal.¹³²

Os capelães dos engenhos tornaram-se praticamente conselheiros ideológicos dos senhores de engenho, invocando graças aos céus para qualquer pedido desses senhores e, em seu papel de professores, transmitindo para as novas gerações as idéias prevaletentes sobre a organização social. Igreja e senhores de engenho punham seus respectivos poderes à disposição uns dos outros.

132. (FREYRE, G., 1999, p.195). N.T. O autor citou Gilberto Freyre a partir de uma edição em inglês – para reconstituir o texto original em português, utilizamos a edição de 1999.

Nessa comunidade de vida e interesses compartilhados, com sua troca de serviços e sistema de concessões mútuas, que chegavam a atingir o nível da indulgência, quando não cumplicidade, para com as faltas, fraudes, ou crimes do outro, padres e senhores de engenho, vivendo em solidariedade sob o mesmo teto, beneficiavam-se das forças que cada um representava, e que eram colocadas a serviço reciprocamente. Então a religião não representava nenhum obstáculo contra a crueldade do senhor de engenho e contra o poder bruto e autocrático...¹³³

Essa aliança não era apenas de habitat, educação e religião. Era fortalecida pelos interesses materiais compartilhados, uma vez que a própria Igreja estava envolvida na exploração de terras: os conventos estavam entre os maiores proprietários de terra e de escravos do Brasil colonial.¹³⁴

Algumas ordens religiosas, especialmente os jesuítas, representavam o catolicismo como instituição independente frente aos homens poderosos da sociedade. Opuseram-se aos bandeirantes, bandos de aventureiros ambulantes, em suas empreitadas para escravizar o índio brasileiro e desempenharam extensas atividades missionárias entre os índios.¹³⁵ Os jesuítas também tiveram papel importante na educação: suas escolas eram as únicas existentes, no sentido de sistema educacional estruturado, durante os dois primeiros séculos do período colonial.¹³⁶ Eles eram, de fato, a única força com propósitos eclesiásticos bem organizada no país, mantendo auto-disciplina moral que não se via em nenhum outro lugar na Igreja brasileira e uma enorme margem de independência com relação às autoridades civis.

A própria hierarquia era fraca e totalmente subordinada à Coroa, especialmente em função do Padroado, acordo que se estabeleceu gradativamente como resultado das concessões arrancadas aos sucessivos papas pelos reis portugueses, nos séculos XV e XVI, tornando as nomeações da Igreja mais dependentes da condescendência dos leigos do que das necessidades eclesiásticas.¹³⁷ A dominação da Igreja pelo Estado foi selada pelas *reformas*

133. AZEVEDO, F. de. Op. Cit. p. 70. O último comentário é claramente exagerado: cf. a discussão seguinte sobre o papel dos jesuítas.

134. Idem. p. 71. Ver também (FREYRE, G., 1963, p. 70).

135. Ver também (BUARQUE DE HOLANDA, S. (Org.), 1960, i. 265; ii. 12 f.)

136. Idem. ii 71.

137. Ibidem. ii 52-7. O capítulo de Américo Jacobina Lacombe, "A Igreja no Brasil colonial", a que se referem esta e a nota anterior, contém mais material valioso sobre a posição da Igreja no Brasil colonial.

regalistas de Pombal, o despótico e centralizador representante do Iluminismo em Portugal, que expulsou os jesuítas em 1759.

Logo após a Independência (1822), o imperador tomou para si as prerrogativas eclesiásticas que haviam sido anteriormente dos reis portugueses, situação aceita como fato pelo Vaticano. O controle do Estado sobre a Igreja foi quase completo durante o Império, e praticamente todo o clero secular apoiava a organização regalista na qual estavam presos. Um exemplo proeminente foi o Padre Diogo Antônio Feijó, regente do Império por algum tempo. Ostentava-se independência frente a Roma, formalmente expressa no consentimento imperial necessário para a promulgação das proclamações papais; o desejo do Vaticano de estabelecer sua autoridade em linha direta para com a Igreja do Brasil era visto, não somente pelo governo, mas também pela maioria dos membros da própria Igreja, como “interferência da Santa Sé em questões de Estado”.¹³⁸ O clero secular era pago pelo Estado, que coletava os dízimos devidos à Igreja. De modo geral, bispos e padres eram vistos como agentes do Executivo; os assuntos da Igreja eram regulados pelos decretos do Estado. Em 1854, o imperador levou o regalismo ao extremo, declarando que tinha o direito de indicar candidatos para todos os cargos e benefícios eclesiásticos sem avisar ou consultar os prelados, o que já era o costume aceito até então. Repetidamente foi levantada a questão da abolição do celibato do clero (instituição, de qualquer modo, então pouco aplicada na prática). Era grande a influência do pensamento liberal e da maçonaria na Igreja, mesmo depois da condenação da maçonaria pelo Papa Pio IX, em 1864.¹³⁹

Esporádicos apelos dos católicos pela eliminação dos vínculos que ligavam Deus e César no Brasil começaram a ser ouvidos desde o início da década de 1870, sob a influência retumbante da encíclica papal *Syllabus Errorum*, de 1864, e da proclamação do dogma da infalibilidade do papa no Conselho Vaticano I, em 1870. O caso da maçonaria gerou um conflito aberto entre o governo e dois bispos brasileiros, em 1873-1874, que os levou a serem condenados por uma corte civil e presos, sinal de que as tensões acumulavam-se. A *Questão Religiosa* agitou o país por alguns anos, mas parece que, quando um novo governo declarou anistia e relaxou a prisão dos dois bispos, em

138. MARIA, J., 1900, p. 67.

139. Idem. p. 66-71. Ver também (MECHAM, J. L., 1966, p. 264-271). A discussão mais detalhada da situação da Igreja brasileira neste período, como nos últimos anos do Império, está contida em (DORNAS FILHO, J. 1938), que trata especialmente das relações entre Igreja e Estado e incorpora muitos documentos relevantes deste período.

1875, a maioria dos membros da Igreja estava ansiosa por esquecer o passado e por ver reverter-se o *status quo* regalista anterior. Como lamentou o Padre Júlio Maria:

A Igreja reconheceu e proclamou em alta voz que tinha sido escravizada [pelo Estado]. Mas a anistia fez que tudo isso fosse esquecido, até mesmo o dever da Igreja de não tolerar [a volta a] este estado de coisas. O episcopado, renovando os laços de amizade, fez as pazes com o regalismo. O clero, como seus pastores, voltou à sua antiga submissão.¹⁴⁰

Entretanto, a questão das relações entre Igreja e Estado continuou a ser o pomo da discórdia entre o Império e o Vaticano, na medida em que o ponto de vista de Roma lentamente conquistava um número crescente de membros da Igreja. A solução veio de uma só vez, pouco depois da proclamação da República, em novembro de 1889: as novas lideranças do país, muito influenciadas pelas idéias positivistas, não viam utilidade para o Padroado e para tudo o que ele acarretava. Em janeiro de 1890 deu-se a separação formal da Igreja e do Estado. Dois meses mais tarde, em uma carta pastoral coletiva,¹⁴¹ os bispos acolheram bem a nova situação, declarando que “a Igreja Católica no Brasil recebeu garantias de uma série de liberdades que nunca tinha obtido durante a monarquia”.

As novas liberdades tinham de ser postas em prática. A separação institucional da Igreja e do Estado tinha de se tornar significativa em termos humanos. Os primeiros esforços do pensamento católico independente foram, por isso, dedicados ao problema da “revitalização” da Igreja como instituição: para a melhoria da reputação e do padrão do clero depois de séculos de decadência resultante de sua subordinação aos interesses do Estado. Os créditos dessa fase predominantemente pré-ideológica devem ser atribuídos ao Padre Júlio Maria, cuja vida e escritos constituíram um *tour de force* visando ajudar a Igreja nas dificuldades da transição para sua condição de independência. Em 1900, ele ainda achava necessário punir o clero por sua inabilidade para agir em novas direções. Velhos hábitos resistem a morrer: os laços do passado, que atavam os padres à máquina do Estado, resistiam e se prolongavam em sua predileção pelo envolvimento pessoal na política e no fracasso em estabelecer verdadeiros laços com a massa de fiéis. Sob a influência do *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII, Padre Júlio insistia em que o

140. MARIA, J., Op. Cit. p. 102.

141. Idem. p. 108. Uma discussão geral relevante sobre a Igreja neste período pode ser encontrada em (CRUZ COSTA, J., 1964, cap. 3-4).

clero se preocupasse com as questões sociais e econômicas relacionadas aos interesses da Nação e de seu povo. Dizia-lhes que deveriam ser “reformadores sociais”, em vez de atender uma pequena “aristocracia de devotos” a cujo serviço eles promoviam “festas para os vivos e funerais para os mortos”.¹⁴² Eles deveriam mostrar à gente do povo, aos pobres proletários que eles “eram os primeiros a ser chamados pelo Divino Mestre”.¹⁴³

Padre Júlio Maria pode ser visto, em certo sentido, como exemplo precursor da “oposição” progressista dentro da Igreja brasileira. Mas vê-lo como precursor do catolicismo progressista no Brasil pode ser uma interpretação equivocada se não for posta em uma perspectiva apropriada. O que ele queria era a aceitação e aplicação pela Igreja – que havia estado, até bem recentemente, abertamente dissociada de Roma – dos ensinamentos de Leão XIII. Os ensinamentos que desejava que fossem seguidos referiam-se às condições prevalentes na Europa no auge do capitalismo do *laissez-faire*. O apelo de Padre Júlio para que seus companheiros padres saíssem de suas igrejas, de onde “contemplavam o povo à distância”, pode ter sido relevante e adequado; sua preocupação com o destino dos “proletários”, com a “cristianização das oficinas” e com a “humanização das fábricas, onde os homens são absorvidos pelas máquinas”,¹⁴⁴ tinha pouco sentido no Brasil de 1900: mesmo na época do primeiro censo industrial, sete anos mais tarde, o número de estabelecimentos industriais (a maioria pequenas oficinas) era pouco maior do que 3 mil no país inteiro, e o total de pessoas empregadas não passava de 150 mil.¹⁴⁵ Não é de admirar que o impacto da *Rerum Novarum* tenha sido tão pequeno, até mesmo desprezível, do ponto de vista social. De fato, mesmo a encíclica *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI, que a retoma em 1931, causou pouco mais que uma pequena agitação no Brasil. As “idéias dominantes” do país continuaram a ser as de sua pequena elite.

Durante o final do Império e o começo da República, essas “idéias dominantes” eram uma mistura confusa e importada de positivismo com darwinismo e com outros sistemas de pensamento menos coerentes. Essa situação geral de desorientação intelectual manteve-se até o começo dos anos 1920. Daquele momento em diante, algumas expressões isoladas de cultura, literatura e arte especificamente brasileiras começaram a ser vistas, por seus protagonistas,

142. MARIA, J., Op. Cit. p. 127- 128.

143. Idem., p. 125

144. Ibidem.

145. VIEIRA, D. T., 1951, p. 249.

como um novo movimento – embora possa ter sido incoerente e grandemente devedor das tendências européias. Em 1922, o ano do Centenário da Independência do Brasil, foi organizada em São Paulo, a Semana de Arte Moderna, evento que, pode-se dizer, anunciava formalmente a existência de novas idéias no país.¹⁴⁶ Este foi também o ano da Revolta do Forte de Copacabana, primeiro sinal claro da insatisfação com o estado geral da sociedade e da política, entre os jovens oficiais cujas expressões de rebeldia que explodiram na década de 1920, tornaram-se conhecidas como *tenentismo*.

Não cabe aqui uma análise da cena cultural e política brasileira nos primeiros 25 anos do século XX. Mas é interessante notar que a primeira forma de ideologia distintamente católica que surgiu tinha um caráter negativo. Embora tenha sido promovida por um só homem (Jackson de Figueiredo), teve certo impacto sobre um círculo mais amplo. Essa ideologia desenvolveu-se como reação contra os ainda isolados e pouco coerentes impulsos expressos na Semana de Arte Moderna e na revolta dos tenentes, os primeiros rasgos de inovação no país, depois de décadas de estagnação política e confusão cultural e intelectual.¹⁴⁷ A ideologia de Jackson, inspirada pelas idéias de Bonald de Maistre e de Maurras, era definitivamente reacionária – epíteto do qual ele mesmo se orgulhava. O jornal que fundou, *A Ordem*, proclamava as virtudes não apenas da ordem mas, também, da autoridade, da moralidade, do catolicismo e do nacionalismo. Seu nacionalismo invocava um catolicismo puro do passado, quando o Brasil ainda não estava ameaçado pelo protestantismo ou pela maçonaria internacional, pelo capitalismo e pelo judaísmo. Ordem e autoridade salvaguardariam o país contra a revolução – não apenas o tipo moderado de revolução com que os tenentes pareciam ameaçá-la, mas também aquele que havia tragado a Rússia Tzarista, em 1917.

Jackson convertera-se gradualmente ao catolicismo, dando o passo final ao se confessar em 1921, já com 30 anos de idade, depois de uma entrevista com o arcebispo (mais tarde cardeal) do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. D. Leme estava por trás de muito do que acontecia na cena católica brasileira, desde sua nomeação como arcebispo do Rio, em 1921, até sua morte em 1942. Quando arcebispo de Olinda e Recife, sua primeira carta pastoral (1916) tratara dos problemas da indiferença religiosa no Brasil, do esquema mental agnóstico, secular e positivista da maioria dos intelectuais brasileiros e da

146. Ver CRUZ COSTA, J. Op. Cit. p. 249-257. Para um estudo detalhado, ver (BRITO, M. da S., 1964).

147. Ver o elucidador artigo de (IGLÉSIAS, F., 1962), ao qual muito deve minha discussão de Jackson e a de Alceu Amoroso Lima, que se seguirá. Ver também CRUZ COSTA, J. Op. Cit. p. 256-261.

falta de fundamentação doutrinária das idéias dos que se auto-intitulavam católicos.¹⁴⁸ Uma vez no Rio, estimulou grupos de estudo e associações de leigos católicos; estava por trás das atividades de Jackson, no Centro D. Vital que publicava *A Ordem*, atividades que via como parte do esforço para cristianizar a *intelligentsia* brasileira. D. Leme promoveu vigorosamente o que considerava serem os interesses da Igreja Católica na cena política nacional, mas depois opôs-se firmemente ao desejo de Jackson de fundar um partido político católico. Permitiu-lhe, porém, plena liberdade como diretor do Centro D. Vital e é bem possível que as idéias promovidas pelo Centro e publicadas em *A Ordem* tenham adquirido cunho polêmico como resultado da frustração das ambições políticas de Jackson.¹⁴⁹

Jackson faleceu repentinamente em 1928. Sucedeu-o, como editor de *A Ordem* e no Centro D. Vital, Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde, que dirigiu o Centro com firmeza e sem o envolvimento aberto em política que houvera na gestão de Jackson. As idéias de Amoroso Lima sobre o homem e a sociedade eram, em princípio, bem diferentes das de seu predecessor. É verdade que ele se opôs à revolução de 1930, culminância política do movimento dos tenentes e que, no final de 1932, tornou-se secretário-geral da Liga Eleitoral Católica (LEC), a resposta de D. Leme aos que ainda o pressionavam pela criação de um partido político católico. A LEC agia como grupo de pressão para assegurar a aceitação dos “princípios católicos” pelos candidatos de todos os partidos nas eleições de 1933, visando que estes princípios (por exemplo: sacralidade da família, isto é, não ao divórcio; ensino religioso nas escolas públicas) fossem incorporados na Constituição de 1934 – como de fato aconteceu.¹⁵⁰

Alceu também teve, por alguns anos no início da década de 1930, interesse passageiro pelos integralistas, cuja ideologia parafacista havia sido mais do que renunciada por Jackson. No meio da década, porém, definitivamente voltou as costas ao reacionarismo e tornou-se o principal introdutor, no Brasil, das idéias de Jacques Maritain – cujo livro *Humanisme Intégral* (1937) foi um marco no caminho em direção ao que hoje conhecemos como pensamento social católico progressista. Amoroso Lima mostrou consistente abertura intelectual e real capacidade para o diálogo filosófico e ideológico. Dirigiu

148. Ver a extensa biografia, escrita com o carinho de um discípulo – e um tanto tendenciosa – por Irmã Maria Regina do Santo Rosário (SANTO ROSÁRIO, M. R. do, 1962, p. 61-84).

149. *Ibidem.* p. 173-188.

150. *Ibidem.* p. 309-322. Este método foi seguido nas eleições subsequentes. Ver um exemplo posterior em meu artigo (DE KADT, 1967b, p. 207).

o Centro D. Vital por mais de três décadas e meia.¹⁵¹ Sob sua direção, o Centro exerceu importante papel no assentamento das bases para a “renovação” que se sucedeu no final dos anos 1950. Os grupos de estudo e os círculos de discussão do Centro, durante os anos 1930 e 1940, reuniram muitas pessoas que mais tarde iriam ter parte significativa na promoção de idéias progressistas na Igreja. Um certo número daqueles que, como jovens padres, debatiam no Centro D. Vital a necessidade de um retorno às fontes litúrgicas, o significado do humanismo cristão, ou o papel do leigo na Igreja se reencontrariam, mais tarde, como bispos, lutando decididamente para que a Igreja se envolvesse ativamente no processo de desenvolvimento, em favor dos menos privilegiados da sociedade.¹⁵² Neste sentido, o Centro D. Vital foi claramente um catalisador precoce no processo que acabou levando ao aparecimento da ideologia progressista católica. Mas o Centro, na verdade, nunca se tornou ponto irradiador de uma ideologia específica, nunca se tornou o pivô do movimento social *engagé*¹⁵³ na sociedade. Seus laços com a diocese do Rio, desde 1943, então dirigida pelo Cardeal D. Jaime Câmara, prelado muito conservador, tornou isso impossível.

A ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO CATÓLICA

O movimento social do qual surgiu, após muito anos sem direção clara, um catolicismo realmente social e progressista, foi outra organização na qual Amoroso Lima exerceu papel de liderança: a Ação Católica, forma de “apostolado leigo” que foi estimulada por vários papas, desde o começo do século XX, e formalizada por Pio XI, em meados dos anos 1920. No início da década de 1930, o Movimento já estava bem estabelecido na Europa: com ênfase, na Itália, em um movimento generalizado das massas, com ramos específicos para homens e mulheres, adultos e jovens, enquanto na França e na Bélgica deu-se, desde o começo, maior atenção a um “apostolado leigo especializado” como resultado do êxito da organização da juventude operária *Jeunesse Ouvrière Catholique* (JOC).¹⁵⁴

151. Depois do golpe de 1964, o Centro D. Vital passou a ser dirigido por Gustavo Corção, homem próximo à extrema direita do espectro político no Brasil da época.

152. Entre os mais proeminentes pode-se citar o Arcebispo de Recife, D. Helder Câmara, e o bispo brasileiro especialista em educação, o Bispo de Lorena, D. Cândido Padim.

153. N.T. Em francês no original.

154. Uma exposição geral sobre Ação Católica pode ser encontrada em (CONGAR, Y., 1957, cap. 5). Um livro dedicado à situação na Austrália também contém um valioso panorama de informação: (TRUMAN, T., 1960).

D. Leme acompanhou o desenvolvimento gradual da idéia da Ação Católica. O estatuto e as diretrizes para o conjunto coordenado de organizações católicas leigas que ele fundou em 1923, a Confederação Católica, foi de fato chamada Ação Católica. Em 1929, tinha formado um grupo de universitários em sua diocese, Ação Universitária Católica, e três anos mais tarde um movimento operário, a Confederação Operária Católica. Quando o estabelecimento dos ramos da Ação Católica foi formalmente encorajado por todas as dioceses do Brasil, seguiam-se os padrões italianos, com os quais D. Leme estava pessoalmente familiarizado. Em 1950, o ramo dos estudantes universitários, no Rio, foi renomeado de Juventude Universitária Católica (JUC) e o dos jovens da classe trabalhadora passou a chamar-se JOC: Juventude Operária Católica. Um ramo para os estudantes das escolas secundárias, Juventude Estudantil Católica (JEC) já havia sido organizado na diocese do Rio, em 1948.¹⁵⁵ Alceu Amoroso Lima tornou-se o primeiro presidente da organização inteira.

A Ação Católica foi organizada em larga escala. Patrocinava comícios e peregrinações e tinha milhares de membros que usavam entusiasticamente seus distintivos e apareciam em público para demonstrações de fé. Mas seu impacto não foi muito profundo e o entusiasmo não durou. Arrefeceu durante os anos 1940, tornando-se uma organização impressionante no papel, mas virtualmente inexistente na realidade. O início da mudança veio por volta do final daquela década, quando movimentos especializados nos padrões franceses e belgas – particularmente entre jovens – receberam maior proeminência. Os primeiros a ser oficialmente reconhecido pela hierarquia em escala nacional foram a JEC e a JOC. Depois, em julho de 1950, os outros ramos foram lançados nacionalmente: a JAC (Juventude Agrária Católica), para a juventude agrária; a JUC, que já existira por vários períodos em muitas das dioceses mais importantes; e uma espécie de baú para a categoria residual dos “independentes”, JIC (Juventude Independente Católica). Cada um desses ramos (exceto a JUC, que tinha homens e mulheres como membros) tinha setores separados para homens e mulheres. A JIC, na realidade, nunca formou uma identidade própria, menos ainda uma ideologia ou um modo característico de ação em seu “meio” vagamente definido como de classe média. Mas os outros quatro tomaram parte no desenvolvimento do catolicismo progressista no Brasil.

O menos efetivo, nos primeiros anos, foi a JAC. Sua fragilidade era, em parte, resultado de certa falta de interesse e apoio da hierarquia. Talvez, ainda

155. Ver SANTO ROSÁRIO, M. R. do. Op. Cit. p. 299-308; 334-49.

mais importante fossem as retrógradas condições das áreas rurais, onde uma “juventude agrária” – como categoria social separada – simplesmente não existia, já que os jovens tinham que compartilhar precocemente a maioria dos fardos da vida adulta, e onde, além disso, os próprios adultos normalmente formavam apenas um embrião de comunidade, no sentido sociológico do termo. Das lideranças da JAC, porém, surgiu, eventualmente, certo número de pessoas que vieram a ocupar, muitas vezes, posições de influência nacional nos círculos progressistas e eclesiais. Isso se deu mais ainda com a JOC. No começo, o papel da JOC dependia muito das condições locais e da atitude do “assistente”, o conselheiro eclesiástico nomeado pelo bispo diocesano (o que acontecia também com os outros movimentos juvenis da Ação Católica). Quando o assistente era progressista, pessoa com uma perspectiva semelhante à dos padres operários franceses, setores da JOC e seu equivalente adulto, a ACO (Ação Católica Operária), podiam ser organizações bastante agressivas, que estimulavam os operários urbanos a defender fortemente seus direitos efetivos e à conquista de outros. Com assistentes mais preocupados em pregar cooperação e entendimento entre as classes que se confrontavam nas empresas industriais capitalistas, o impacto da JOC e da ACO não era muito grande. Mas eles acompanharam o processo desenvolvido em outros círculos católicos e, gradativamente, o tom geral do movimento operário se tornou mais progressista. Após 1964, diferentes seções da JOC e da ACO lançaram desafios cada vez mais abertos ao governo pós-golpe que, com suas políticas econômicas, oprimia pesadamente a classe operária.

O ramo de estudantes secundaristas, a JEC, não deve ser subestimado, especialmente em seu impacto sobre os alunos das escolas dirigidas pela Igreja. Nos anos anteriores ao golpe, tinham desenvolvido suas próprias atividades sociopolíticas e mesmo idéias próprias; mas era natural que sua influência, como movimento, não fosse tão longe quanto a dos estudantes universitários – embora devamos lembrar que muitos destes tinham sido antes membros ou mesmo líderes da JEC. Assim, o movimento realmente crucial foi o dos universitários, a JUC. O catolicismo progressista no Brasil teve muitas fontes e, sem dúvida, já vinha fermentando por algum tempo quando surgiu como um corpo *coerente* de idéias e atividades. Mas isto aconteceu dentro de uma geração específica de estudantes ativistas da JUC. Por isto, uma análise da evolução da ideologia da JUC é condição *sine qua non* para a compreensão do fenômeno como um todo.

OS PRIMEIROS ANOS DA JUC

À JUC do período inicial dificilmente se poderia atribuir uma notável tendência progressista. Seu lema era o mesmo das organizações similares da Ação Católica: “ver, julgar e agir”. Era orientada em direção à divulgação das idéias católicas geralmente aceitas e à estimulação do comportamento religiosamente aprovado, por meio da participação ativa dos militantes católicos em seu próprio meio, o da universidade. No primeiro encontro nacional, em 1950, os temas das comissões variaram de problemas administrativos internos ao ensino religioso na universidade; abordaram também a educação sexual, a família, a vida espiritual e o cinema.¹⁵⁶ Daquele ano em diante, o conselho nacional do movimento se reunia anualmente para discutir problemas e políticas e para avaliar os resultados no ano anterior. Esses resultados pareciam estar principalmente nas esferas espirituais: retiros de Páscoa, peregrinações, cursos sobre cultura católica e a dispensa de serviços religiosos nas universidades. Mas em quase toda parte o movimento não conseguia enraizar-se em seu ambiente. Nem alcançava muita gente, nem parecia ter um efeito particularmente profundo sobre aqueles que participavam de suas atividades, mesmo os chamados militantes. Cresceu a insatisfação entre os sucessivos grupos de lideranças do movimento, especialmente de 1956 em diante e, no 8º Conselho Nacional, em 1958, a reflexão sobre um vago sentimento de desconforto abriu caminho para um esforço mais concentrado de autocrítica.

Sentia-se que a JUC se tornara um movimento que discutia, especialmente nos conselhos nacionais, textos bem preparados e bem fundamentados que, no entanto, significavam bem pouco na vida concreta do movimento¹⁵⁷. O denso relatório das discussões de 1958, nos quais, como sempre, vários assistentes tomaram parte ativa, transmite um sentimento de quase desespero com o funcionamento do movimento que – salvo em uma ou duas regiões – não influenciava ninguém além daqueles que compunham seu núcleo dirigente.¹⁵⁸ A causa da ineficácia da JUC foi encontrada na “falta de vida” do movimento, em suas discussões e orientações teóricas excessivamente abstratas, na falta de engajamento na realidade concreta.

156. Ver (DALE, R., 1962, p. 4). Esta análise histórica, preparada nos tempos da crise da JUC com a hierarquia descrita mais adiante, foi um guia útil.

157. Idem. p. 8.

158. VIII CONSELHO NACIONAL DE DIRIGENTES, 1958, p. 107-108.

Não foi por acaso que este problema veio à tona na JUC neste período. Juscelino Kubitschek estava apenas no meio de seu governo e os problemas da “realidade brasileira” já estavam sendo amplamente discutidos no país inteiro. O primeiro pronunciamento importante sobre esses assuntos, vindo de dentro da Igreja, a declaração dos bispos do Nordeste, tinha sido feito mais de dois anos antes.

O ponto crucial foi, provavelmente, o fato de a JUC de Pernambuco ter adotado uma orientação mais “prática” e socialmente engajada. Frente ao exemplo dos jucistas de Recife, que nos anos 1957 e 1958 concentravam-se em temas como universidade e sociedade, fatores sociais de saúde, de endemias e o problema da fome, e que já em 1958 agiam nas favelas de acordo às suas próprias idéias, os participantes do Conselho Nacional não poderiam deixar de ver a aridez das atividades nos outros lugares. No entanto, conforme ressalta o relatório do Conselho da JUC de 1958, “engajamentos” criam problemas para o movimento: uma virada para atividades com raízes mais profundas na realidade concreta e seus problemas levantava a objeção de que, sendo uma organização apostólica formalmente subordinada à hierarquia, a JUC não poderia tomar posições específicas quanto aos problemas sociais. De fato, foi a consciência desta restrição que manteve inicialmente o movimento num patamar mais teórico.

Nesse relatório do Conselho da JUC, em 1958, foi a primeira vez que se ventilou significativamente o “problema existencial” central da JUC: encontrar um caminho entre o *Cila* da teorização excessiva e o *Caribdis* do comprometimento político concreto. Pe. Almeri Bezerra, um dos “assistentes” de então, sugeriu que o ponto de equilíbrio poderia estar no desenvolvimento mais sistemático de um corpo coerente de idéias do movimento, que forneceria as linhas básicas para orientar as ações. Um ano mais tarde, no Conselho de 1959, esta idéia emergiu como sua proposta para o *ideal histórico* do movimento.¹⁵⁹ Está claro que o movimento vinha tateando nessa direção há algum tempo e é necessário lembrar que a busca de consistência e coerência não era excepcional na cena universitária brasileira daqueles anos. Uma preocupação crescente com o problema da reforma universitária iria logo predispor militantes de várias nuances de opinião a reexaminar suas premissas básicas e reformular suas idéias centrais sobre

159. O conceito de ideal histórico tinha, como ficará claro, afinidade óbvia com o projeto histórico derivado do existencialismo, que estava muito presente no clima intelectual desse período e que foi popularizado pelas publicações do ISEB.

as concepções de “realidade brasileira” e “revolução brasileira” que então começavam a brotar.

No Conselho da JUC de 1959, Pe. Almeri apresentou um texto que viria a ter grande influência.¹⁶⁰ Começou por declarar que para militantes cristãos não é suficiente saber que têm uma tarefa a cumprir neste mundo, uma tarefa que envolve problemas tais como “criação de uma ordem social cristã”, “salvação das estruturas sociais”, ou a “restauração de todas as coisas em Cristo”. Era necessária uma direção muito mais específica para que se pudessem aplicar, na situação presente, preceitos como estes, sem dúvida excelentes. Embora um cristão encontre o significado fundamental da história na sua fé, a fé não é necessariamente de nenhuma ajuda para habilitá-lo a encontrar o sentido da história de seu próprio tempo e de sua própria sociedade. Por um lado, os ensinamentos da Igreja e as especulações dos teólogos elucidam-no sobre os princípios universais para guiar sua ação. Os cientistas sociais, por outro lado, fornecem muitos fatos e algumas teorias sobre a sociedade, mas esses fatos e teorias usualmente não estão relacionados com um interesse explicitamente filosófico, muito menos teológico. Pe. Almeri, por isso, concluiu que

é absolutamente necessário, em vista de um engajamento cristão eficaz na ordem temporal, que se faça ampla e cuidadosa reflexão sobre as realidades históricas concretas (segundo tempo e lugar) à luz dos princípios universais cristãos, em busca da fixação de certos princípios médios, que exprimem o que se pode chamar de ideal histórico cristão.

Acrescentava, contudo, que o conhecimento e a reflexão por si mesmos não eram suficientes para o aparecimento de tais princípios médios que orientem a ação; a realidade deve ser vivida pessoalmente, por meio de engajamento ativo.

A discussão do *ideal histórico* de Pe. Almeri era baseada nas idéias de Jacques Maritain; embora essa ascendência não fosse explicitamente mencionada em seu texto publicado, o fato era conhecido no movimento. Pe. Almeri seguia bem de perto as formulações de Maritain quando dizia que o ideal histórico devia ser concebido não só como princípios médios, mas como uma “essência ideal realizável”:

Um ideal histórico concreto não é um *ens rationis* [ser de razão], mas uma essência ideal realizável (com maior ou menor dificuldade, mais ou menos imperfeitamente, mas esta é outra questão; não algo acabado,

160. BEZERRA, A., 1959, p. 37-40.

mas algo em processo) uma essência capaz de existir e que tende à existência em dado ambiente histórico e por isso correspondendo a um máximo relativo de perfeição social e política (relativo a esse ambiente histórico).¹⁶¹

Em linguagem sociológica, isto pode ser chamado de “tipo ideal” e tem afinidades com a utopia, compreendida como ideal construído que “ajuda a preparar a opinião pública para certas realidades possíveis”.¹⁶² A viabilidade de um ideal histórico como este poderia, de acordo com Almeri, evitar que se argumentasse de maneira relativista “que as iniquidades deste mundo deveriam ser aceitas tranqüilamente”. Mas há o perigo de que isto possa conduzir as pessoas a “cair na ilusão de um Reino de Deus a ser estabelecido na terra”, uma ilusão contra a qual Pe. Almeri prevenia com certa insistência. O futuro provaria que seu receio tinha fundamento. Pois, embora os mais sofisticados líderes intelectuais e filosóficos da juventude católica progressista nunca tenham sucumbido ao milenarismo óbvio, desenvolveu-se, no segundo escalão de ideólogos e difusores de idéias, na medida em que juntavam os princípios católicos a análises sociais baseadas em dados históricos e sociais empíricos, um traço utópico,¹⁶³ fundamentado em suposições que à luz de toda a experiência passada parecem irrealistas em termos humanos e sociais.

Essa análise social já vinha fermentando havia algum tempo. eclodiu nos círculos católicos em julho de 1960, com uma série de artigos escritos pelo frade dominicano francês, Thomas Cardonnel, em *O Metropolitano*, jornal editado pela União Metropolitana de Estudantes, UME, da cidade do Rio de Janeiro. Esses artigos geraram acirrada polêmica e conduziram a uma cada vez mais clara divisão de opiniões entre “progressistas” e “conservadores” sobre a

161. MARITAIN, J., 1946, p.135.

162. FURTER, P., 1966a, p. 39 – excelente análise por um observador de fora dos problemas educacionais relatados na presente discussão.

163. Por um longo tempo, cientistas sociais não fizeram distinção entre “utopia”, vista como uma construção ideal baseada em certas noções políticas e filosóficas, que pode servir como guia para uma mudança social significativa, e “utopismo” como crença na real possibilidade de construção de uma sociedade ideal, livre de males, de poder, de “contradições” etc. Usualmente ou atacavam todas as utopias ou engajavam-se em utopismos. Martin Buber fez a distinção em (BUBER, M., 1958, p. 10); mais recentemente, Wilbert Moore propôs reabilitação do conceito, seu discurso presidencial na Associação Americana de Sociólogos (MOORE, W., 1966). De extrema utilidade são também as excelentes discussões dessa questão por Pierre Furter. Ver suas obras (FURTER, P., 1966b ; FURTER, P., 1966a, cap. 3), e sua brilhante discussão do pensamento de Ernest Bloch em (FURTER, P., 1968). As idéias originais de Bloch não se chocam fundamentalmente com a distinção feita aqui entre “utopismo” e “utopia”. Tratei o problema em sua relação com alguns outros casos latino-americanos em (DE KADT, E., 1967a).

organização social. Eles foram o divisor de águas entre os pensamentos de duas gerações e, pela primeira vez, conduziram grande número de estudantes a protestar, *como cristãos*, contra a configuração de sua sociedade. É verdade que já se poderia apontar, então, o início dos pronunciamentos episcopais preocupados com as injustiças sofridas pela massa de brasileiros. Mas esses pronunciamentos não se desviavam, em nenhum ponto essencial, da interpretação da doutrina social cristã que enfatizava, quase que exclusivamente, a necessidade de harmonia social, promovia a idéia de solidariedade entre as classes, em oposição à aceitação e mesmo ao estímulo aos conflitos de classe defendidos pelos marxistas, vendo na cooperação entre todos os setores (classes) da comunidade a solução para os problemas sociais da nação. Este pensamento social-cristão girava em torno do evasivo conceito de “bem comum”, sempre apresentado como algo nítido em termos filosóficos e óbvios na prática. Ainda em 1963, Pe. Fernando Bastos Ávila, SJ, um dos representantes mais progressistas desse ponto de vista, que predominou até o fim dos anos 1950, proclamou no *Manifesto Solidarista*: “A comunidade é o lugar natural onde os homens pensam e querem juntos, onde eles planejam e decidem juntos em função de seu bem comum”.¹⁶⁴ Quão diferente é o tom do que ouvimos de Cardonnel:

Nunca insistiremos o bastante na necessidade de denunciar a harmonia natural, a colaboração de classes. Deus não é tão desonesto, tão falso como certo tipo de paz social, que consiste na aquiescência de todos a uma injustiça antinatural. A violência não é efeito das revoluções. Ela caracteriza também a manutenção de uma falsa ordem.¹⁶⁵

O MOMENTO DECISIVO PARA OS PROGRESSISTAS NA JUC

Assim, vários fatores combinaram-se para inclinar a JUC para uma postura mais progressista. Havia o descontentamento crescente, dentro do movimento, com sua falta de bons resultados e com a incapacidade de lidar com os problemas concretos de seus membros potenciais. A mudança de perspectivas nos círculos católicos europeus refletia-se no Brasil não apenas nos artigos de Cardonnel, mas também nos escritos de Leuret, Mounier e de outros pensadores católicos “avançados”, cada vez mais disponíveis em português.¹⁶⁶ A revista existencialista francesa, *Esprit*, fundada por Mounier,

164. ÁVILA, F. B. de, 1963, p. 11-12.

165. SOUZA, H. J. de, 1962, p. 21.

166. Cf. (THERRY, L. D. 1965, p. 33-34), que lista essas traduções.

foi também muito importante. Isto coincidiu com a crescente preocupação ativa dos estudantes – católicos e outros – com os problemas sociais em cidades como Recife, Belo Horizonte e Natal, onde eles começavam a elaborar vários projetos educacionais e organizativos entre as massas urbanas, e com uma reorientação para as carreiras universitárias em Ciências Sociais. Assim, a descoberta da “realidade brasileira” estava acontecendo não apenas em termos de estudos acadêmicos e avaliações refletidas na crescente produção sociológica, principalmente nas universidades de São Paulo e Belo Horizonte e no ISEB, mas também pelo contato direto e da indignação que essa realidade provocava. Havia uma fermentação geral nas universidades como um todo¹⁶⁷ e, finalmente, como era de se esperar, as transformações sociais e econômicas e as tensões políticas no Brasil dos anos seguintes à posse de Juscelino Kubitschek muito contribuíram para o tom radical que as discussões começavam a ganhar.

O Conselho Nacional da JUC decidiu pesquisar e elaborar um ideal histórico como tema central para o congresso do seu décimo aniversário, marcado para julho de 1960. Esse congresso foi excepcional e de substancial importância: juntou 500 delegados de todo o país, em contraste com umas poucas dúzias de participantes que se reuniam nos conselhos anuais. Uma longa análise, espécie de rascunho de tal projeto, foi apresentada ao congresso pela equipe de Belo Horizonte, um dos numerosos textos que fora previamente discutido (e criticado, mas não emendado) em um encontro do Conselho Nacional que precedeu o congresso. A JUC estava fortemente presente em Belo Horizonte entre os estudantes da Faculdade de Economia e Ciências Sociais, e as principais linhas de sua análise da realidade social permitem perceber como a ideologia progressista desenvolvia-se.¹⁶⁸

167. Idem. p.47. Informações de bastidores sobre a esquerda, tanto cristã quanto laica, podem também ser encontradas no artigo de Therry. Embora apresentando dados úteis, o artigo contém grandes distorções resultantes da incapacidade de Therry de ver a política em termos outros que aqueles da "democracia" americana. Ele parece avesso ao conceito de "frente única", superestima extremamente o papel representado pelos comunistas e nunca deixa de ser crítico sobre qualquer organização na qual ele não possa colocar confortavelmente o rótulo de "democrática". Como resultado, seus julgamentos e, às vezes, mesmo seus fatos (e.g. sobre a relação entre MEB e AP), não são dignos de confiança. Aqui está uma amostra de sua Conclusão: "Entre os principais atores descritos neste estudo, porém, não se encontra uma esquerda independente no verdadeiro sentido da palavra. Todos estão comprometidos, em algum grau, com interesses externos: o MRT, (Movimento Revolucionário Tiradentes) com o castrismo, a POLOP [Política Operária] com a variedade de comunismo de Pequim, a JUC e a AP com o PCB, que por sua vez é ligado a Moscou".

168. JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA, s.d., p. 27-32.

Eram três as opções consideradas básicas para o Brasil. Em primeiro lugar, havia a necessidade de superar o subdesenvolvimento. Em segundo lugar, a libertação do país do “campo de gravidade” do capitalismo, já que a existência continuada de instituições capitalistas era um impedimento, no Brasil, para o desenvolvimento. Finalmente, havia a necessidade de quebrar o equilíbrio internacional gerado pelo capitalismo, vergonhosamente fundamentado na complementaridade entre metrópoles e nações coloniais. Desta forma, num sentido negativo, o desenvolvimento implicaria numa retirada do livre jogo de trocas internacionais, cujas regras tinham sido estabelecidas pelos países economicamente dominantes e pelas “políticas egoístas dos monopólios (trustes, cartéis, holdings etc.)”. No sentido positivo, o desenvolvimento envolveria a criação de uma infra-estrutura sólida de indústria de base, o aparecimento de um sistema de transportes eficiente, a eliminação das disparidades regionais e o crescimento do mercado interno. Um dos pré-requisitos para a última exigência era a implantação de uma reforma agrária, que conduziria à modernização da agricultura assim como à criação de cooperativas e instituições agrárias “socializadas”.

A economia deveria ser planejada de maneira que seu funcionamento refletisse prioridades baseadas nas necessidades do povo; deveria ser organizada dentro da perspectiva total das idéias personalistas de Mounier, para tornar-se uma “economia pessoal, de pessoas e para pessoas, usando meios apropriados para pessoas”. Isto significaria a aceitação do princípio de primazia do trabalho sobre capital, “a substituição da instituição da propriedade privada... por um efetivo instrumento de personalização para todos os brasileiros, com o devido respeito às exigências superiores do bem comum”. Os setores determinantes da economia deveriam ser nacionalizados, isto é, colocados sob o controle do Estado; em outros setores da indústria deveria ser instituída a gestão partilhada com os trabalhadores. A natureza anônima da propriedade capitalista, com suas grandes e poderosas companhias limitadas, deveria ser eliminada: seria necessária a abolição das “condições proletárias”, expressão usada para referir-se à situação pela qual as massas brasileiras, cujo trabalho produz as riquezas nacionais, são destituídas dos benefícios dessa produção.

Mesmo em resumo tão breve, necessariamente inadequado, pode-se notar como idéias vindas de fontes diferentes estão misturadas nesta primeira tentativa de afirmar quais os componentes reais do *ideal histórico*. Idéias socialistas e slogans marxistas misturam-se com bocados mal digeridos de

filosofia personalista, cujas implicações para políticas práticas são dificilmente consideradas. Aparentemente o projeto era debatido com tal afã que sua publicação no Boletim da JUC, após o congresso, foi acompanhada de uma página de advertências das lideranças nacionais, baseadas principalmente nas críticas expressas no Conselho Nacional precedente, mas ainda não incorporadas ao texto. Isto mostrava que as idéias eram meramente provisórias, que o texto havia sido escrito um tanto apressadamente e usando, às vezes, uma linguagem descomedida (embora as idéias não fossem descomedidas). Além disso, em muitos pontos essas idéias iam mais longe do que os princípios médios que constituem a essência de qualquer *ideal histórico*, chegando à formulação de linhas políticas específicas que deveriam ter sido deixadas à escolha de cada indivíduo. Voltaremos a isto mais tarde; os acontecimentos do congresso fortaleceram intensamente o coro daqueles que ali viam e temiam uma infiltração marxista.

A JUC E A UNIVERSIDADE

Como uma seção especial da Ação Católica, a primeira preocupação da JUC era o seu próprio ambiente, a universidade. A JUC participava ativamente das políticas estudantis gerais e, como outros movimentos estudantis, desenvolveu uma preocupação específica com relação à reforma da universidade. O Movimento das Universidades Latino-Americanas, que nasceu em 1918, em Córdoba, na Argentina, tinha até ali sido ignorado no Brasil. Um seminário latino-americano sobre este assunto, realizado em Salvador, Bahia, em maio de 1960, com uma maioria de participantes marxistas, marcou o início da agitação crescente nas universidades.¹⁶⁹ No começo do ano seguinte, a União Nacional dos Estudantes, UNE, organizou um seminário nacional, também em Salvador. Desta vez, grande proporção de participantes era jucista. As reivindicações almejadas pelos reformadores eram de dar voz ativa aos estudantes na gestão da universidade, mas eles denunciavam a “desalienação” de todo o sistema educacional com seus currículos arcaicos e irrelevantes para o desenvolvimento e a grande desigualdade de oportunidades que efetivamente excluía da educação universitária as massas urbanas, salvo um número insignificante de estudantes. Então, os estudantes começaram por denunciar as diretrizes internas da universidade, mas logo se voltaram para observar as

169. DALE, R., 1962, Op. Cit. p. 14. Para uma demonstração da posição assumida pela esquerda laica do movimento estudantil, Ver (PINTO, A.V., 1962). Uma visão católica sobre o assunto pode ser encontrada no (JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA, 1963, p. 18-21).

funções sociais que a universidade cumpria. Eles se deram conta de que a universidade produzia indivíduos diplomados que iriam se transformar em parte de uma pequena e altamente privilegiada minoria – minoria sem qualificações ou capacidade para lidar com os problemas de desenvolvimento do país. “Questões relativas ao objetivo de uma educação universitária levaram a outras questões sobre o papel dos intelectuais e da elite na sociedade; daí, finalmente, a dúvidas sobre o próprio destino dessa sociedade.”¹⁷⁰

Não foi preciso muito tempo para que a JUC percebesse que os centros de aprendizado não são ilhas isoladas do resto da sociedade. Já no congresso de 1960, o meio universitário era definido como “compreendendo todas as microestruturas da universidade e as macroestruturas da sociedade, conquanto influenciadas ou influenciadas, e em estreita ligação com as microestruturas da universidade.”¹⁷¹ Durante os dois anos seguintes, o esforço pela reforma na universidade promovido pela JUC, junto com outras organizações estudantis (a maioria representando variações do marxismo), não conseguiu nada, a não ser greves, demonstrações e outras formas de militância. Isto apenas fortaleceu a convicção dos estudantes de que as mudanças na universidade e na educação não poderiam produzir uma reestruturação básica da sociedade. Ao contrário, elas só viriam como resultado da mudança de toda a sociedade. No começo de 1963, escrevia-se em um boletim da JUC:

Atualmente o movimento estudantil, e especialmente suas lideranças, estão tomando consciência do fato de que a reforma universitária é parte do processo brasileiro [mais geral], intrinsecamente articulado com as estruturas socioeconômicas e políticas. Assim sendo, não poderíamos simplesmente começar com uma reforma universitária para então avançar; a reforma universitária tem de tornar-se parte da Revolução Brasileira.¹⁷²

Aqui, portanto, está outro caminho que conduzirá os estudantes para uma posição revolucionária mais generalizada, posição que os conduziu, católicos e não católicos, a engajar-se no âmbito da sociedade como um todo, para além de seu meio específico. As políticas estudantis, como veremos agora, fizeram a ponte entre a universidade e a sociedade. Mas, na medida em que crescia a convicção de que não se veriam grandes mudanças na universidade enquanto não houvesse transformações radicais na sociedade, os estudantes

170. FURTER, P., 1967, p.37.

171. SENA, L. G., s.d., p. 6.

172. JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA, 1963, Op. Cit. p. 19-20.

participavam mais intensamente e não apenas discutiam sobre a “realidade brasileira”. Criaram ou aderiram a organizações que priorizavam atividades fora da universidade, que se engajavam em trabalhos políticos ou educacionais junto às massas, nas cidades ou no campo, como os Centros Populares de Cultura e a Ação Popular, dos quais falaremos mais adiante (é claro que o MEB também se inclui nesta lista). Primeiro, vejamos algumas linhas sobre políticas estudantis que colocaram os estudantes católicos em contato com outras ações nas universidades.

A participação católica nas políticas estudantis, *formalmente*, não envolvia a JUC. A questão era mais de envolvimento de certo número de indivíduos que compartilhavam um conjunto de idéias e crenças adquiridas pela participação na JUC. Mas, obviamente, era difícil traçar uma linha de demarcação: os estudantes que se candidatavam a um cargo na política estudantil eram conhecidos por pertencer a determinados grupos e a conquista de votos dependia, pelo menos, tanto da legenda à qual o candidato pertencia, apesar de não declarada, quanto de suas características pessoais.¹⁷³ A JUC sempre tentou participar das políticas estudantis locais, em cada faculdade, mas só aos poucos o movimento ampliou sua militância para as esferas regionais e nacional. Isto ocorreu com brilho em 1960, quando o congresso da UNE aconteceu logo depois ao da JUC. Naquela ocasião, um candidato de esquerda, Oliveiros Guanais, foi eleito para a presidência da UNE com o apoio da JUC e dos marxistas. Em 1961, já foi um militante efetivo da JUC, Aldo Arantes, da Universidade Católica do Rio de Janeiro, que conquistou o mais alto cargo na UNE. O sucesso de Arantes, sem dúvida, se deveu ao furor causado pelo manifesto publicado anteriormente pelo diretório estudantil de sua universidade, naquele mesmo ano, no qual ele tivera uma participação destacada. Este manifesto, vindo de estudantes de uma universidade católica, chocou a opinião católica estabelecida, não apenas por suas denúncias sobre a universidade burguesa alienante, a natureza de classe do Estado e a vacuidade das liberdades garantidas constitucionalmente, mas também por causa de sua audaciosa teologia da história, que era muito mais “avançada” do que tudo o que era comumente aceito como progressista no Brasil. Arantes foi, de fato, expelido da JUC pelo cardeal do Rio de Janeiro, após sua eleição

173. Ver (SEGANFREDDO, S., 1963, p. 6). Embora este seja um relato polêmico da história e das atividades da UNE, verdadeiramente reacionário e em muitos pontos incorreto, um leitor atencioso pode beneficiar-se das informações que ele contém. Ele toca em vários pontos sobre o papel dos jucistas na UNE.

na UNE. O manifesto dos estudantes católicos devia muito ao pensamento (e nessa ocasião à ajuda ativa) do Padre Henrique de Lima Vaz, SJ, brilhante jovem filósofo e teólogo, cuja influência foi muito profunda em toda a geração que estamos considerando, durante aquele período.¹⁷⁴ Ele veio à ribalta durante a controvérsia sobre os artigos de Cardonnel ao participar do seminário dos 80 líderes da JUC de todo o país, que ocorreu em Santos, em fevereiro de 1961, onde semeou as bases para a transição, que viria a acontecer, do conceito de “ideal histórico” para o de “consciência histórica”.

A entrada maciça da JUC nas políticas estudantis nacionais colocou-a em contato mais próximo, do que tivera até então, com outros grupos de estudantes, inclusive os da esquerda laica, com quem passou a colaborar em escala crescente. Em 1962, houve somente um candidato para a presidência da UNE, apoiado por todos os grupos majoritários, dos comunistas até a JUC. A experiência da JUC nas “bases” da vida universitária – a concentração de seus esforços nas faculdades – enraizou o movimento numa posição vantajosa, quando se lançou nacionalmente. Suas verdadeiras preocupações com os estudantes de “carne e osso” transformaram-se em exemplo para os outros que participavam da UNE: antes da virada da década, a UNE era constituída quase exclusivamente de uma cúpula (grupo de altos líderes) e tinha pouco contato com as pessoas que pretendia representar. No começo dos anos 1960, o apoio financeiro dado pelo Ministério da Educação propiciou à UNE espaço de manobra e certa possibilidade de exercer influência na cena nacional. Seus pronunciamentos sobre a política nacional e incursões no campo político multiplicaram-se; a JUC tornou-se manchete na imprensa nacional. Mas a politicagem, mais uma vez, afastou a liderança do contato com as bases estudantis e mesmo na JUC parece ter havido problemas dessa natureza. A ação, qualquer tipo de ação, tornou-se boa por si mesma. Um pouco mais tarde, em meados de 1963, foi publicado um artigo num boletim da JUC que refletia sobre o envolvimento dos estudantes em política:

Um súbito despertar para uma realidade que exige uma resposta dos cristãos... [levou a]... uma supervalorização da atividade socialmente orientada e da mudança de estruturas, enquanto a estrutura do próprio movimento foi negligenciada. Na medida em que o movimento cresceu, tomou posições coerentes, perdeu em profundidade, reflexão e organi-

174. O manifesto está reproduzido no trabalho de (SOUZA, H. J. de, Op. Cit. p. 89-98). Ver, no mesmo volume, a defesa de Pe. Vaz do manifesto e de seu papel indireto na sua formulação, (VAZ, H. C. de L., 1962a, p. 55-68).

zação. Assumiram-se os mais diversos engajamentos virtualmente sem nenhum sentido apostólico. O movimento, assim, negava sua própria razão de ser.¹⁷⁵

É quase certo que estas críticas não refletiam os sentimentos da maioria dos membros da JUC, para os quais era bem-vinda a abertura, finalmente alcançada, para a realidade social e política brasileiras. Tais críticas eram, porém, de fato bastante parecidas com as queixas da hierarquia que, dois anos mais tarde, levaram a um grande conflito entre estudantes e bispos. Esse conflito foi causado, em primeiro lugar, pelo fato de estar a JUC obviamente desenvolvendo uma visão do papel próprio da Igreja no mundo e do leigo na Igreja que não era de maneira alguma partilhada pela vasta maioria dos bispos. A outra causa do conflito, mais imediatamente visível, pode ser encontrada no desagrado dos bispos com posições públicas da JUC sobre questões sociopolíticas. Para entender esse desagrado dedicaremos algum tempo a examinar a posição dos próprios bispos.

Até aqui, não me referi aos pronunciamentos dos membros e órgãos da hierarquia, e seria mesmo difícil enxergar neles fontes diretas das idéias progressistas que descrevi. Mas os bispos brasileiros nunca foram homogêneos em suas visões sociopolíticas e várias declarações episcopais, na década que precedeu o despertar da JUC, devem ter ajudado a preparar a base para a posição progressista especificamente cristã. A exposição que se segue, embora constitua inevitavelmente uma digressão, pode ao menos dar-nos alguma indicação do grau de contribuição dos bispos brasileiros para a criação de uma atmosfera que favoreceu a “explosão progressista” na virada da década. Pode também esclarecer o quanto essa explosão ultrapassou os bispos.

PONTO DE VISTA DA HIERARQUIA BRASILEIRA¹⁷⁶

Em 10 de setembro de 1950, logo após a JUC ter sido lançada como movimento nacional, o bispo franciscano da pequena e antiga cidade de Campanha, Minas Gerais, publicou uma carta pastoral por ocasião de uma semana (de estudos) ruralista, que reuniu 1.960 padres de paróquias rurais, 250 proprietários de terras, 270 professores rurais e muitas pessoas de ordens religiosas que trabalhavam em escolas secundárias. O título da carta pastoral

175. JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA, 1963, Op. Cit. p. 15; 17.

176. Agradeço ao Pe. Raimundo Caramuru por colocar à minha disposição a documentação na qual a presente seção foi baseada. Como essa documentação era datilografada, mimeografada ou em forma de panfletos, não é possível citar o número exato das páginas.

era: *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma social*. Depois de lembrar a seus leitores que a Igreja tinha “perdido” os trabalhadores urbanos na Europa do século XIX, D. Inocêncio Engelke afirmava que igual perigo ameaçava a Igreja com respeito aos trabalhadores rurais de seu tempo. Enquanto “sua situação entre nós é subumana”¹⁷⁷

...os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, não precisarão inventar nada. Bastará que comentem a realidade, que exponham a situação na qual vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipemos a revolução. Façamos por espírito cristão o que nos indicam as diretrizes da Igreja...

e isso significa não apenas a doação de esmolas, mas o exercício da justiça. D. Inocêncio continuava, dizendo que não se deve esperar a aprovação de uma legislação social para cumprir-se os deveres de cristão, que a ação social não podia ser adiada e falava da necessidade de “desproletarizar os trabalhadores rurais”. “O terrível quadro que desafia sociólogos, legisladores... e o apostolado cristão é o de uma enorme massa de trabalhadores sem-terra e enormes áreas de terras sem trabalhadores.”

Dali em diante, começaram a aparecer outras cartas pastorais, individuais ou coletivas, referindo-se a problemas sociais. No ano seguinte, três bispos do Rio Grande do Norte lançaram um documento – de tipo inteiramente tradicional – na ocasião de outra semana de estudos sobre os problemas rurais. Em 1952, aconteceram dois encontros, respectivamente em julho e agosto, de bispos cujas dioceses estavam em “áreas de desenvolvimento” – a região amazônica e a região do Vale do S. Francisco. Estes encontros foram aparentemente solicitados pela Ação Católica e formalmente convocados pelo Núncio Apostólico. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, que iria mais tarde tornar-se o centro organizacional para esse tipo de encontros, só foi fundada mais adiante, naquele mesmo ano.¹⁷⁸ A discussão

177. É interessante notar que encontramos, já nos primeiros documentos públicos da Igreja dos tempos recentes sobre a vida das populações rurais do Brasil, o termo “situações subumanas”, um termo que do meio para o final da década de 1960 veio a ser fortemente identificado com D. Helder Câmara.

178. O pai da idéia da criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) foi D. Helder Câmara, na ocasião bispo auxiliar do Rio, que se tornou o primeiro secretário-geral da Conferência, cargo que ocupou até sua indicação para a diocese de Recife, em 1964. D. Helder aparentemente também estava envolvido na organização dos dois outros encontros aqui mencionados: ele assinou o documento do S. Francisco como secretário do Encontro.

dos prelados da Amazônia surgiu do Plano (governamental) para Desenvolvimento Econômico da Amazônia,¹⁷⁹ que discutia alguns dos problemas peculiares da região (saúde, educação, migração e colonização, seringueiros). Os prelados enfatizavam o papel pioneiro que a Igreja deveria exercer, especialmente na educação, na abertura de hospitais etc., e advertiam sobre os perigos de dar-se primazia, supostamente inspirada no marxismo, para a economia.

Uma preocupação semelhante expressou-se na declaração dos bispos do Vale do São Francisco, também relacionada a um plano de desenvolvimento do governo.¹⁸⁰ Criticavam a ausência de provisões para assistência religiosa, tanto quanto a pequena proporção do orçamento de 1951-1952 (2,5%) destinada à educação e a falta de ênfase na cooperação com entidades privadas, especialmente escolas e hospitais. Os bispos, então, clamaram por um desenvolvimento “humano” em oposição ao desenvolvimento “meramente econômico” – um clamor que a partir dali foi repetido insistentemente, em todos os contextos imagináveis, por grupos de bispos e de católicos leigos. Os bispos do São Francisco continuaram a discutir problemas de saúde, educação, migração e aprofundaram-se numa análise dos problemas agrários e da reforma agrária. Nesta área, as recomendações específicas mantinham-se bem cautelosas: embora pudesse ser justificada a desapropriação (parcial ou total) de um latifúndio que não preenchesse suas funções sociais, mediante uma “indenização razoável”, os bispos punham suas esperanças basicamente na colonização de terras desocupadas. Quanto às propriedades já ocupadas, “é utópico, em nosso meio e circunstâncias, pensar em desapropriações em larga escala, (para isso faltam-nos recursos, clima psicológico e maturidade política)”. Mas já em 1952 esses bispos falavam na necessidade de uma nova orientação educacional no campo, para a formação de líderes rurais locais que deveriam substituir a liderança dos “advogados urbanos”.¹⁸¹

179. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi criada pelo governo de Dutra, em 1948, e mais ou menos hibernava desde então. Vargas, no início de seu segundo governo, fez algumas tentativas de infundir nova vida ao Plano. Ver SKIDMORE, T. E. Op. Cit. p. 71.

180. A Comissão do Vale do São Francisco também foi instituída em 1948 e, outra vez, foi o segundo governo de Vargas que, mais tarde, em 1951, tentou inutilmente resgatá-la da ineficácia: o CVSF continuou a levar uma “existência totalmente vaga”. (Ver HIRSCHMAN, A. O., 1963, p. 50-5.)

181. Esta preocupação tornou-se fortemente evidente quando os sindicatos rurais foram organizados – mas os “advogados urbanos” aparentemente mantiveram sua posição predominante. Ver cap. 6.

Quatro anos mais tarde, um encontro de considerável importância aconteceu em Campina Grande, na Paraíba. Em maio de 1956, sob os auspícios da CNBB, o conjunto dos bispos do Nordeste reuniu-se, pela primeira vez, para discutir os problemas socioeconômicos da região, juntamente com leigos especialistas, inclusive representantes de vários ministérios governamentais que cooperaram ativamente na preparação do encontro. Após o encontro, que durou seis dias e foi encerrado pelo Presidente Kubitschek, foi publicado um extenso documento.¹⁸² A declaração dos bispos – obviamente um trabalho de especialistas – analisava a vida social e econômica da região e os diversos órgãos oficiais envolvidos em aspectos de seu desenvolvimento e apresentava propostas detalhadas para vários projetos comunitários na região. Novamente, ouve-se “uma paternal advertência aos economistas” sobre suas metas puramente econômicas e insiste-se na necessidade de uma perspectiva mais ampla sobre o homem.

A Igreja não tem soluções técnicas e temporais especificamente suas para os problemas de natureza econômica e social. Ela examina os dados concretos e tenta analisá-los de um ponto de vista moral. É no campo religioso e moral e nas repercussões diretas ou indiretas dos problemas sociais e econômicos que se encontra o modo de ação peculiar à Igreja... A Igreja pode ajudar a propor os obviamente importantes métodos e técnicas de desenvolvimento no contexto dos requisitos naturais de um humanismo cristão.

Os bispos do Nordeste continuavam dizendo que “nas atuais estruturas socioeconômicas que constituem nossa organização política e o sistema de nossa economia privada há tremendas injustiças”, injustiças essas pelas quais a Igreja não era responsável e com as quais não podia ser conivente. “A Igreja coloca-se do lado dos injustiçados, para cooperar com eles numa tarefa de recuperação e redenção”. A conclusão mais significativa era a de que as necessidades técnicas e administrativas do Nordeste não poderiam mais ser satisfeitas por meio dos diversos órgãos estatais que operavam naquela área: solicitava-se urgentemente novo “plano de alto nível”, que reunisse as várias autoridades públicas, a iniciativa privada e a Igreja para uma cooperação mais próxima. Este ponto foi mais tarde elaborado nas sugestões anexadas pelos grupos de trabalho. Um desses grupos, depois de analisar a predominância de interesses pessoais e setoriais e a ubiqüidade das negociatas políticas

182. Reeditado em 1960 pelo governo, junto com vários decretos presidenciais que eram o resultado direto daquele encontro. Cf. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1960).

na distribuição de apoio financeiro federal para a região, clamou por “um grande projeto nacional para o Nordeste”. Três anos se passaram até que aquele grande plano nacional finalmente se cristalizasse na forma da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), estabelecida após a aprovação pelo Congresso de um projeto de lei presidencial, em dezembro de 1959. Muitas forças ajudaram a gerar esta importante agência – forças de caráter natural (a seca de 1958) e de caráter político. Uma dessas foi, sem dúvida, o entusiasmo por uma agência como aquela entre os bispos do Nordeste, que foi ainda mais alardeado em seu segundo encontro, em maio de 1959 (tempo em que a agitação na região estava claramente crescendo).¹⁸³

Já, então, se havia aberto a era Kubitschek, com sua exaltação geral, seus grandes planos de desenvolvimento e, significativamente, os crescentes sinais de “perturbação” surgidos em algumas das áreas rurais do país. Os bispos da Amazônia reuniram-se, uma segunda vez, no final de 1957, os do Nordeste, conforme estava planejado, reuniram-se em meados de 1959, como foi dito. Os primeiros preocuparam-se com pouco mais que os problemas internos da Igreja, mas os segundos focalizaram, mais uma vez, principalmente a estrutura socioeconômica. Entretanto, todos estes pronunciamentos permaneceram, como era de se esperar, firmemente circunscritos à doutrina tradicional da Igreja. Os pronunciamentos dos bispos do Nordeste pareciam, realmente, antecipar uma linha mais ativa na busca por justiça social; em geral, porém, a ênfase na “harmonia entre as classes sociais” (declaração da CNBB, em 1958) permaneceu como a nota dominante, temperada pelos apelos àqueles que se achavam em posições de privilégio ou autoridade. Assim, por ocasião da preparação da discussão sobre um projeto de lei para reforma agrária, o episcopado de São Paulo, muito mais conservador que os prelados do Nordeste, no final de 1960, apelou aos proprietários de terra para que tivessem “a mente e o coração abertos”. Na mesma declaração, pediram aos trabalhadores rurais que procurassem uma “pessoa iluminada e cristã” para explicar-lhes o escopo da reforma agrária, diante do perigo de que surgissem equívocos caso eles fossem “informados sobre ela de maneira tendenciosa por agitadores interessados em explorar o assunto”; explicitavam que eles deviam “manter-se em alerta contra infiltração comunista”.

Em julho de 1961, o Papa João publicou sua encíclica *Mater et Magistra*, o primeiro e maior pronunciamento sobre assuntos sociais por um pontífice

183. Ver HIRSCHMAN, A. O. Op. Cit. p. 85.

em exercício desde a *Quadragesimo Anno* de Pio XI, em 1931. Embora a *Mater et Magistra* não contivesse saídas surpreendentemente novas – como foi muito mais o caso da segunda encíclica social do Papa João, *Pacem in Terris*, de abril de 1963 – ela deu um polimento progressista à doutrina social tradicional da Igreja. A Comissão Central da CNBB referiu-se a essa encíclica em um documento emitido em outubro de 1961, mas não houve sinais de que seus impactos teriam sido muito profundos. O documento da CNBB discute, entre outros assuntos, a situação rural. Isto é feito em termos bem gerais e apenas cautelosamente reformistas: o documento fala sobre desenvolvimento da infra-estrutura, novas técnicas agrícolas, política tributária, créditos, controle de preços e agroindústria. Mas a reforma agrária não era mencionada, muita menos desapropriações. O MEB, que naquele momento estava apenas começando, é paternalmente afagado como “um instrumento providencial em nossas mãos... para a expansão da JAC, da sindicalização rural e das Frentes Agrárias”. Finalmente, a ameaça comunista é mais uma vez exposta aos fiéis. Afirma-se que os comunistas não estão nada interessados em soluções – para eles, quanto pior melhor – e que “agitadores vermelhos em várias frentes preparam-se para a guerrilha, segundo o melhor modelo cubano ou chinês”.

CRESCENTES ATRITOS ENTRE A JUC E A HIERARQUIA

Foi nesse clima que a hierarquia, finalmente, deparou-se com o “desafio” de um confronto com a JUC, em 1961. O conflito estava em banho-maria desde o congresso de julho de 1960, depois do qual parece que alguns católicos proeminentes haviam “denunciado” o movimento a vários bispos. A participação em larga escala dos jucistas no Seminário da UNE sobre a reforma universitária (Salvador, início de 1961) criou problemas posteriores, especialmente com D. Eugênio Sales, naquele momento Administrador Apostólico da Diocese de Natal, clérigo com visões sociais reformistas, mas paternalista em seu tratamento dos assuntos eclesiais e relutante em permitir muita liberdade de movimentos aos leigos das organizações católicas. Quando o Conselho Nacional da JUC encontrou-se pela primeira vez, desde o Congresso dos 10 anos, em julho de 1961 em Natal, as tensões expressaram-se, por exemplo, no anúncio da intenção de renúncia de Fr. Romeu Dale, então assistente nacional. Embora ele não tenha dito isto claramente, sua consistente defesa do movimento provocou tanta tensão e diferenças entre ele e a hierarquia que a situação se tornara insustentável.

Nesse período, estava cada vez mais claro que a concepção da JUC sobre seu papel dentro da Igreja, sobre a amplitude de liberdade que esperava ter frente ao controle eclesiástico e sobre qual era sua esfera própria de ação divergia substancialmente do pensamento dominante entre os membros da hierarquia. Esse pensamento era compartilhado por D. Eugênio, que estava presente, como observador, no encontro do Conselho de 1961. Várias opiniões específicas expressas durante o encontro do Conselho perturbaram-no muito e ele questionou a posição da JUC junto à Comissão Episcopal para a Ação Católica quando esta se reuniu pouco depois.¹⁸⁴ Sua severa crítica repercutiu com simpatia entre outros membros da Comissão que também tinham se sentido ultrajados pelo manifesto dos estudantes da Universidade Católica do Rio de Janeiro, vindo a público alguns meses antes, em cuja redação se acreditava que estivera também a mão da JUC. Eles decidiram pegar o touro pelos chifres e, depois de proibir oficialmente a publicação de qualquer texto discutido ou aprovado pelo Conselho da JUC de 1961, emitiram uma ordem oficial, com uma linguagem extremamente forte, às direções nacional e regionais da JUC e a seus assistentes, proibindo terminantemente que o movimento fizesse pronunciamentos radicais ou que se engajasse em atividades políticas que os bispos considerassem indesejáveis.¹⁸⁵

A JUC, então, encontrava-se numa crise de legitimidade que vinha sendo tecida desde que ingressara nos mares desconhecidos do *ideal histórico*. A crise estava presente de forma embrionária no conceito central, que era, em resumo, construído por duas idéias cujas implicações práticas eram bastante diferentes. A primeira, a noção de “princípios médios”, pensados para guiar o indivíduo em suas escolhas específicas sob circunstâncias concretas, era indeterminada e ambígua, vaga o suficiente para permitir muita liberdade para o julgamento individual, consideradas aquelas circunstâncias. Nesta característica, a idéia da JUC é compartilhada com vários dos pensamentos sociais católicos, que poderiam servir a ampla gama de opiniões e políticas.

Mas o segundo elemento do *ideal histórico* tendia a torná-lo uma utopia, concreta e específica, que descrevia os detalhes de uma, ainda potencialmente realizável, ordem social ideal. Projetos utópicos para o futuro têm especificidade muito maior – e maior poder de persuasão – do que princípios médios que orientem comportamentos em uma direção geral; eles sustentam uma

184. DALE, R. Op. Cit. p. 18.

185. O texto completo pode ser encontrado na (REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, 1961).

posição sociopolítica específica em vez de uma variedade delas. Utopias deixam menos espaço para a escolha e conduzem a comprometer-se mais amplamente. Esse aparente comprometimento da JUC, órgão oficial da Igreja com mandato delegado pela hierarquia, com opções sociais e políticas específicas para o Brasil, em primeiro lugar, levou a algumas tensões internas no movimento: como já se disse, nem todos os membros aprovavam as idéias e ações que vieram a ser consideradas pela maioria quase como “linha oficial” da JUC. Mas de maiores conseqüências foi o fato de que esse comprometimento suscitou a indignação dos bispos – em parte, sem dúvida, porque essas opções não coincidiam com as opções mais conservadoras dos mesmos, em parte como resultado de um ressentimento pela desconsideração à autoridade deles.

Não se pode dizer que os estudantes não estavam conscientes desse problema. Ele lhes foi exposto no congresso de 1960 por um de seus assistentes. Pe. Sena enfatizava: “À hierarquia é que cabe dirigir a Igreja... é dela que devemos filialmente receber a interpretação autêntica da Revelação e da própria tradição, a ela é que devemos submeter nossas experiências e nossas conclusões”. E, embora afirmando que “aos fiéis [leigos] cabe a iniciativa cristã: eles são os soldados da primeira linha de frente”, acrescentava: “A hierarquia aprovando as nossas conquistas como que as canoniza e as insere na Tradição da Igreja.”¹⁸⁶ Os leigos, porém, mostraram pouca inclinação a submeter humildemente à aprovação de padres e bispos os julgamentos sociais e políticos a que chegaram como cristãos. Eles tinham tomado consciência – como outro de seus assistentes, Fr. Romeu Dale, explicou, num documento que apareceu logo depois que as ordens oficiais restritivas dos bispos foram emitidas – de que “a autoridade do magistério normalmente tem limites” e de que não faz parte das tarefas da hierarquia organizar as estruturas da sociedade. Eles se ressentiam também do freqüentemente “muito distante e autoritário” exercício da autoridade pelos bispos, que tratavam todos os leigos “como menores de idade”. Comportamento como este não caía bem para uma geração que lutou duramente para libertar-se do peso da autoridade paterna da tradicional família patriarcal brasileira.¹⁸⁷

Tudo isto era verdadeiro e importante, mas também tinha força o argumento de Fr. Romeu de que o trabalho da JUC não teria sentido sem uma ligação vital com os bispos. A Ação Católica era um movimento da Igreja;

186. SENA, L. G. Op. Cit. p. 15.

187. DALE, R. Op. Cit. p. 34-35.

como parte dela, a JUC estava subordinada e devia obediência à hierarquia.¹⁸⁸ O problema era que seus membros tinham levado a organização, de certa maneira, a escapar do controle.¹⁸⁹ Como membros da JUC, a única organização católica dentro das universidades com dimensões nacionais, os estudantes embarcaram juntos em uma excitante jornada de descobertas. Nessa jornada encontraram-se com outros, não-católicos, igualmente engajados, estavam orgulhosos de suas descobertas e empenhados em não abandoná-las.¹⁹⁰ Pena que a hierarquia, originalmente, lhes tivesse dado um mandato; era intolerável que os bispos agora quisessem controlá-los. A JUC era uma organização deles, dos estudantes, eles é que a tinham tornado no que ela era, tinham utilizado suas estruturas para pensar e agir juntos. Em resumo, eles *eram* a JUC.

Para os assistentes, o problema não se apresentava de maneira tão simples. Muitos deles identificavam-se inteiramente com a nova linha do movimento e queriam, tanto quanto os militantes, utilizar a organização para a promoção de uma revolução social no Brasil, a qual achavam que a Igreja deveria abençoar. Mas eles, afinal, eram padres especificamente indicados pelos bispos para um cargo de confiança e viram-se em um dilema de lealdade até que instruções precisas fossem recebidas da hierarquia. Estavam preparando a questão seguinte para os bispos quando estes intervieram:

Conviria que a JUC, como movimento, assumisse a responsabilidade de um trabalho organizado no plano político? Ou seria melhor que os elementos militando na política universitária se organizassem por conta própria, num grupo próprio, agindo como cristãos (incluindo elementos não de JUC e até mesmo não-cristãos), mas sob sua própria responsabilidade?¹⁹¹

Os assistentes viam o problema pelo seu adequado ponto de vista. Os membros da JUC, que estavam pensando em termos semelhantes, mesmo antes

188. N.T. Parece-nos importante esclarecer que, na época a que o autor se refere, os militantes de todos os ramos da Ação Católica recebiam formalmente um "mandato" dos bispos para a ação apostólica de cristianização em seus respectivos meios sociais e aí representar "oficialmente" a Igreja. A necessidade de tal mandato já era questionada pelos militantes na virada das décadas de 1950-1960, mas só o Concílio Vaticano II, em meados dos anos 1960, é que vai consagrar a teologia segundo a qual a missão apostólica já pertence "naturalmente" aos leigos, em virtude do próprio batismo, e não necessita mandato da hierarquia.

189. Veremos no cap. 8 como ocorreu um processo semelhante no MEB.

190. Para uma visão geral das dinâmicas do surgimento de uma "consciência jovem" no Brasil, ver FURTER, P., 1967, Op. Cit.

191. DALE, R. Op. Cit. p.27.

de que a hierarquia os forçasse a ir fazer política em outro lugar, começaram claramente a questionar a verdadeira natureza do que seria próprio do movimento. Isto ocorreu no quadro de uma reavaliação mais ampla do relacionamento entre a hierarquia e o leigo na Igreja, da divisão de trabalho entre eles e de em que medida o relacionamento deveria ser guiado pela autoridade ou pela cooperação, por uma necessidade de obter permissão dos bispos para as linhas gerais de ação (e de pensamento) ou pela liberdade de desenvolver-se por sua própria iniciativa e sob sua própria responsabilidade. Os jucistas estavam também começando a sentir, conforme passaram da política estudantil para a ação fora da universidade, que deveriam ampliar suas bases para incluir outros – intelectuais, operários e camponeses. Naquele estágio, embora já discutisse essa possibilidade, a JUC ainda não queria romper formalmente com a Ação Católica e com a hierarquia e declarar-se um movimento leigo independente (passo que seria dado em meados de 1966). Em lugar disso, como resultado de necessidades internas e da pressão externa dos bispos, um novo movimento nasceu: a Ação Popular. Uma vez que esse veículo alternativo para a ação social e política passou a existir – com adesão da maioria dos membros ativos da JUC –, as preocupações da JUC voltaram-se, cada vez mais, para a reflexão sobre a questão que tinha originalmente detonado a crise: o papel do leigo na Igreja e a análise teológica e filosófica de sua ação no mundo, como membro da Igreja.¹⁹²

192. No Concílio Vaticano, o problema do papel do leigo foi amplamente revisto e essas discussões, nas quais se expressaram opiniões muito radicais sobre o assunto, influenciaram os leigos ao menos tão importante quanto a do mais "equilibrado" documento final, o *Decreto sobre o Apostolado dos Leigos*, ou a das seções relevantes da *Constituição Dogmática sobre a Igreja*, também conhecida com *Lumen Gentium*. Para uma discussão que reflete claramente as idéias das pessoas das quais temos falado nestes parágrafos, por alguém que estava profundamente envolvido nesse processo durante todo o período, ver (SOUZA, L. A. G. de, 1965).

5. O AUGUE DOS CATÓLICOS RADICAIS I

Teoria e Ideologia

AP E SUA ANÁLISE FILOSÓFICA DA HISTÓRIA

A Ação Popular – AP – começou informalmente suas atividades no final de 1961, mas foi oficialmente lançada no dia 1º de junho de 1962, mais como movimento político do que como partido político. Muitos de seus fundadores vieram do meio dos militantes mais ativos da JUC, embora, desde o começo, a AP atraísse pessoas de fora dos círculos estudantis católicos. Àquela altura, já não restava nenhum traço da falta de engajamento social prevalente no movimento estudantil católico no primeiro estágio.¹⁹³ Por isso, este capítulo lidará com a fase mais decisiva para os progressistas não-marxistas do período anterior ao golpe de 1964.

É essencial lembrar sempre que as idéias e atividades aqui analisadas são as que encontramos até abril de 1964. Especialmente no caso da AP, não é admissível nenhuma extrapolação desta análise para o período posterior à violenta repressão que sofreu a partir daquela data. A história da AP continuou a escrever-se em anos posteriores – creio que essa história mostrará diferenças fundamentais e até essenciais com relação aos dias que precederam ao golpe. Por isso, o período específico aqui examinado não nos conduz à orientação posterior da própria AP: o movimento parece ter perdido virtualmente toda a conexão com suas próprias raízes especificamente fincadas no pensamento

193. A falta de relevância social mais abrangente da orientação precedente pode ser vislumbrada em artigo escrito num panfleto de comemoração do 5º aniversário da JEC, em Belo Horizonte (JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA, 1958, p. 18-21). Naquele momento, a maior preocupação era claramente religiosa. Pedia-se aos estudantes que aprofundassem sua fé. A lista de autores sugeridos como fundamentais para uma visão mais humana do cristianismo é instrutiva. Dos 21 nomes, dois são jovens padres contemporâneos, que tinham influência direta no movimento; sete eram santos, padres da Igreja ou fundadores de ordens religiosas. A maioria dos outros eram figuras católicas da literatura como Graham Greene ou Chesterton; somente três deles, Jacques Maritain, Simone Weil e Padre Lebreton, eram autores cuja preocupação principal era mais com o social do que com o pessoal ou espiritual.

progressista católico, processo que teve seu começo já antes do golpe. Mas este período antecedente ao golpe continua a ser seminalmente importante para a compreensão das idéias do MEB, em particular, que continuou a funcionar abertamente após o golpe, sem nenhuma forma de repúdio ao seu próprio passado. O período examinado nas próximas páginas foi significativo para o MEB, como veremos no capítulo 8, e muitos dos seus princípios surgiram sob a influência das idéias das quais falarei em seguida e em reação contrária a elas.

De meados de 1962 até sua retirada forçada da cena política, parece que a AP obteve substancial apoio fora das poucas universidades que foram centros do radicalismo da JUC – embora seja interessante notar que, no começo, a AP parece não ter tido êxito no Recife, onde boa quantidade de atividades “engajadas” de vários tipos vinha sendo desenvolvida há algum tempo, desde a Sudene, por intermédio dos programas municipais de incentivo à cultura popular, até os esforços de alfabetização promovidos pela universidade sob a direção de Paulo Freire. A AP parece, inicialmente, ter encontrado seus novos adeptos nas universidades e faculdades menores, entre jovens intelectuais e profissionais e entre os estudantes mais velhos da escola secundária. A maioria dessa gente deve ter vindo de ambientes que eram pelo menos de classe média.¹⁹⁴ Mais tarde, a AP atraiu seguidores entre os trabalhadores e camponeses politicamente mais avançados, mas o seu número nunca atingiu proporções significativas e seu engajamento parece nunca ter sido muito profundo. Por isso, a AP permaneceu, até o golpe, um movimento essencialmente populista, isto é, um movimento de intelectuais para o povo.¹⁹⁵

Não há informações confiáveis sobre o número de membros da AP ou sobre a área na qual efetivamente operou.¹⁹⁶ “Membros”, além do mais,

194. Sobre a composição social da AP há uma quase total falta de evidências seguras. O golpe de 1964 dispersou o movimento e seus documentos e travou todos as ações que permitiriam a obtenção de dados estatísticos objetivos sobre ela. Assim, temos que apoiar-nos amplamente naqueles que se lembram de suas impressões na época, um método dificilmente confiável para a coleta de evidências estatísticas. Uma dessas expressões foi-me transmitida pela Sra. Maria Brandão, socióloga da Universidade da Bahia. Ela sugeriu que os militantes da AP eram oriundos de famílias tradicionais da classe alta ou média. Para elas o movimento representava um protesto “aceitável”, embora radical, por causa de seu implícito rótulo de cristão. Estas considerações sobre a extração social quase certamente aplicam-se a *fortiori* à JUC.

195. Mais adiante, neste capítulo, há uma discussão sobre as origens deste conceito e uma justificação de seu emprego num sentido que não é usual na América Latina

196. (SANDERS, T. G., 1967, p. 96) afirma que, no início de 1964, a AP era composta de 3 mil membros – sem, no entanto, fornecer nenhuma fonte. THERRY, L. D. Op. Cit. p. 36 sugere que naquele tempo o quadro de associados era estimado entre 2 mil e 3 mil.

é um termo de certo modo enganoso naquele contexto. Durante esse período, havia na AP um núcleo de talvez 20 ou 30 ideólogos e ativistas, grupo nem monolítico em seus pontos de vista, nem constante como membro. Esta era a cúpula. Produziram, sempre após longas discussões e desavenças, as linhas gerais de orientação e ação do movimento. Além da cúpula, havia o conjunto dos militantes: aqueles que formavam parte de algum “grupo” específico da AP, quase sempre organizados pelo local de trabalho ou de estudo. Esses militantes comprometiam-se com as linhas de ação elaboradas pela cúpula. Mas aquelas linhas eram também aceitas por outras pessoas que nunca vieram a pertencer a um “grupo” específico da AP. A cooperação de alguma maneira “flutuante” desses “simpatizantes” parece ter aumentado substancialmente o alcance de um movimento que, em si mesmo, era provavelmente bem pequeno. Certamente, até 1964, o movimento representava mais um “estado de espírito” amplamente compartilhado por seus “simpatizantes” do que uma força política resultante de uma organização disciplinada. Quando, nas páginas seguintes, me refiro mais à AP do que a outras manifestações do cristianismo progressista, é apenas porque AP era a mais articulada delas e a mais importante em termos de abrangência.

Desde o início, a AP tomou cuidado para evitar dar a impressão de que era, em algum sentido, um movimento confessional cristão. Ela não tinha laços formais com a Igreja, nem desejava ser conhecida como movimento de cristãos. Referências religiosas ou teológicas eram deliberadamente omitidas de seus documentos; não se encontra, em lugar nenhum, uma referência sequer a seus antecedentes no movimento dos estudantes católicos.¹⁹⁷ Embora, naquele tempo, a AP fosse vista por muitos como uma espécie de organização “paracristã”, por causa da presença de tantas pessoas que haviam anteriormente sido participantes ativos da JUC. Mas, talvez, especialmente pelas dificuldades que a JUC tinha experimentado com a hierarquia, a AP não queria ter nada a ver com bispos na qualidade de bispos e desconfiava de outras organizações que mantivessem ligações formais com a Igreja. Desnecessário dizer que declarou guerra às organizações católicas mais acomodadas, ou reformistas, (tais como muitos dos sindicatos apoiados pela Igreja), mas também mantinha discussões com o MEB (especialmente nos primeiros dias de ambos os movimentos) e mesmo com a JUC. Além disso, bom número dos que se identificavam com a AP

197. Uma confusão compreensível, mas nem por isso menos absurda, entre JUC e a AP embrionária pode ser encontrada no livro de (SEGANFREDDO, S. Op. Cit. p. 102), em que os documentos preparatórios para a reunião de fundação da AP são citados, como referindo-se à JUC.

pareciam cada vez mais ter-se afastado pessoalmente da religião e do catolicismo.

A atitude da hierarquia com relação a AP foi, no início, a de “esperar para ver”. Influenciada pelo clima de radicalização entre os católicos brasileiros e no Brasil como um todo, a própria Comissão Central da CNBB, ainda sob o encanto da encíclica do Papa João, *Pacem in Terris* (publicada em abril de 1963), foi persuadida a emitir uma declaração, na Páscoa daquele ano, que foi muito além de qualquer declaração ou ação episcopal anterior, afirmando a necessidade de mudanças radicais. Preparada em colaboração com um grupo de leigos católicos proeminentes que, ao menos nos palanques, mostrava-se sensível às idéias que estavam sendo então formuladas nos setores mais progressistas da opinião católica, a declaração iniciava referindo-se à *Pacem in Terris* em termos entusiásticos. Continuava falando das “profundas aspirações do povo” neste “país subdesenvolvido, onde as massas populares não participam do processo brasileiro”. Mais adiante referia-se à “ordem estática, viciada pelo pesado fardo de uma tradição capitalista”, uma ordem na qual “a maioria, que nada possui, por isso mesmo é privada de muitos dos direitos fundamentais e naturais enunciados na *Pacem in Terris*”. A declaração continuava referindo-se especialmente a várias “transformações urgentes”. Na questão rural, os bispos falavam, entre outras coisas, da “desapropriação por interesse social”; isto deveria ser objeto de “indenização justa”, mas “com a devida consideração das possibilidades do país e das exigências do bem comum” – uma formulação que deixava a porta escancarada para uma reforma agrária mais radical do que a que Igreja tinha estado disposta a apoiar até então. Os capítulos seguintes falavam de reformas nas empresas industriais, de modo que, aos poucos, todos os envolvidos na indústria pudessem ter efetivamente participação em sua propriedade, lucros e tomada de decisões; de reforma eleitoral (elogiando a cédula única introduzida por Goulart); e de reformas no sistema educacional.¹⁹⁸

Mas, no transcurso do ano de 1963, a atitude, inicialmente neutra, dos bispos com respeito à AP transformou-se em suspeita e hostilidade. A evolução da ideologia da AP, e particularmente de suas atividades, resultou na publicação de outra carta pastoral da Comissão Central da CNBB, em dezembro daquele ano, dirigida aos responsáveis pelos movimentos juvenis da Ação Católica. Chamava a atenção para “a incompatibilidade” [com a Ação Católica] de certas correntes ideológicas em voga entre os leigos, especialmente para a

198. CNBB, 1963.

necessidade de extrema cautela com relação à AP e proibindo os militantes católicos de compor “frentes únicas” com marxistas.

Os bispos procuraram evitar que todos os jecistas entrassem na AP e delimitaram cuidadosamente as condições sob as quais eles poderiam fazê-lo. Uma dessas condições seria a “intenção dos militantes de modificar substancialmente a AP em direção a uma linha autenticamente cristã.”¹⁹⁹ Por tudo isso, a AP não poderia ser excluída deste estudo: apesar dos conflitos com outras organizações cristãs, apesar das dúvidas religiosas pessoais, ninguém poderia negar as reais origens do movimento. Em seu estudo sobre este período, Cândido Mendes de fato vê a AP como a expressão dos “católicos de esquerda”²⁰⁰; e mesmo quem se detenha nas minúcias formais dessa caracterização, terá pouca dúvida de que a AP carregou a marca do catolicismo progressista até o golpe de abril de 1964.

Essa marca pode ser encontrada na sua análise filosófica da história, e sua ligação com a teologia católica não é menos visível por estar apenas implícita. Para a AP, a linha central que corre através da história é a do processo de socialização, entendido como a crescente densidade e ubiqüidade das formas sociais (opondo-se às individualistas) das relações humanas. Este conceito ganhou proeminência na encíclica do Papa João XXIII, *Mater et Magistra*, de 1961, em que foi definido como uma “progressiva multiplicação das relações na sociedade, com diferentes formas de vida e atividade e institucionalização jurídica”.²⁰¹ Os papas anteriores usavam o termo “socialização” de maneira pejorativa, referindo-se à intromissão do Estado na vida privada dos cidadãos nos aspectos econômicos, sociais e políticos. Aos poucos, no entanto, durante a década que antecedeu a publicação da encíclica do Papa João, esses traços foram-se perdendo e, com a *Mater et Magistra*, o conceito finalmente tornou-se “respeitável” para a Igreja – ainda que continuasse a suscitar oposição substancial dos quadros conservadores.²⁰² O Papa João via a socialização “ao mesmo tempo [como] efeito e causa da crescente intervenção das autoridades

199. Citado em THERRY, L. D. Op. Cit. p. 39.

200. MENDES DE ALMEIDA, C., 1966. Op Cit. p. 51 não apresenta as relações históricas entre a JUC e a AP. A JUC é mencionada nesse livro, de passagem e negativamente, apenas uma vez.

201. *Mater et Magistra*, de João XXIII, parágr. 59. É pena que este processo seja designado como “socialização”, termo que tem significado totalmente distinto na terminologia sociológica tradicional. Nos próximos parágrafos, adotarei o uso introduzido pela encíclica.

202. A excelente edição brasileira, *As encíclicas sociais de João XXIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963 – contém os textos em português da *Mater et Magistra* e da *Pacem in Terris*, com extensos e competentes comentários de Luís José de Mesquita, para cada parágrafo. Para o tema aqui discutido ver p. 170-177.

públicas”, mas também como “fruto e expressão de uma tendência natural, quase irreprimível, dos seres humanos – a tendência a unir-se para atingir objetivos que estão além da capacidade e dos meios à disposição de cada indivíduo”.²⁰³

Bem antes de que o Papa João inserisse o conceito na corrente principal do catolicismo, a “socialização” era um elemento importante no complexo pensamento de Pierre Teilhard de Chardin, cujas idéias tinham começado a influenciar as concepções filosóficas dos futuros líderes intelectuais dos católicos progressistas no Brasil, no começo dos anos 1960. Teilhard, jesuíta e ilustre paleontologista, desenvolveu interesse precoce pela teoria da evolução e escreveu abundantemente sobre o assunto durante sua vida – sem, no entanto, ter permissão de seus superiores para publicar qualquer um de seus trabalhos filosóficos mais importantes. Após sua morte, em abril de 1955, sua obra, aos poucos, veio à luz. Causou verdadeira enxurrada de publicações secundárias – críticas, interpretações e defesas – e logo adquiriu grande influência no mundo católico. Teilhard apresentava uma visão unificada e integrada do universo. Nas palavras de Sir Julian Huxley,

Teilhard considerava que os diferentes ramos da ciência combinam-se para demonstrar que o universo em sua totalidade deve ser visto como um gigantesco processo, um processo de devir, de acesso a novos níveis de existência e organização, que pode ser propriamente chamado de gênese ou evolução.²⁰⁴

Dentro dos limites dessa evolução, “socialização” refere-se ao crescimento da solidariedade entre os homens e sua unificação.²⁰⁵

As opiniões de Teilhard sobre esse processo estavam apenas marginalmente incorporadas na doutrina social católica do Papa João. Para Teilhard, a socialização parecia ser o resultado de uma dinâmica basicamente inevitável e irreversível, proveniente da natureza biológica e psicossocial do homem, na cada vez maior “compressão” dos habitantes do mundo e na “atração” exercida sobre a humanidade pelo “ponto Omega”, o estado final para o qual o universo está se dirigindo. “Para Teilhard, esse Omega, ponto final, Deus, é também o Cristo – o Homem-Deus cuja segunda vinda completará a plenitude do universo de pessoas.”²⁰⁶ O impacto sem precedentes das idéias de

203. *Mater et Magistra*, paragr. 60.

204. "Introduction" para o livro de (TEILHARD DE CHARDIN, P., 1961, p. 13).

205. Para uma análise do desenvolvimento do pensamento de Teilhard sobre o assunto, ver (COFFY, R., 1966) – que, apesar de seu título, lida exclusivamente com a idéia de socialização. Uma bibliografia relevante é encontrada na p. 15.

206. Esta citação, uma das muitas possíveis, vem de (LIGNEUL, A., 1964).

Teilhard, sem dúvida, deveu-se à sua fusão de ciência – Teilhard fala, por exemplo, de suas reflexões sobre a evolução como constituindo “uma séria prova científica de que... o grupo zoológico humano... está efetivamente caminhando... em direção a um segundo pólo crítico de reflexão, de ordem coletiva e superior”²⁰⁷ – com história, filosofia e teologia [“Para um crente cristão, é interessante notar que o sucesso final da hominização (assim como da involução cósmica) é positivamente garantida pela “virtude redentora” de Deus Encarnado em sua criação”].²⁰⁸ Quanto a isto, Teilhard é aparentado a Marx, cujo apelo deve-se ao fato de que reivindica *status* “científico” para uma *Weltanschauung* que contém explicações do passado e previsões do futuro da humanidade.²⁰⁹ Não surpreende que a AP tenha sido influenciada por ambos. Tanto que o *Documento Base* da AP, elaborado no final de 1962 por sua equipe de coordenação declara: “O fato da socialização preside inegavelmente o surgimento da história humana e aparece como a matriz fundamental para a interpretação de seu processo evolutivo.”²¹⁰ A socialização, no entanto, não é, na visão da AP, simples processo evolucionário; é um processo dialético (e aqui encontramos outra tendência em voga na época, inspirada no hegelianismo mediado pelo Pe. Vaz), um processo no qual a luta representa parte de extrema importância.

Antes de examinar este aspecto dialético da socialização, é necessário dedicar algumas linhas para outro importante desenvolvimento filosófico. Sob a influência do Pe. Vaz, a noção central inicial de *ideal histórico* – para começar, um conceito ambíguo – foi aos poucos sendo substituída pela noção de *consciência histórica*. O ideal histórico sugeria a tarefa de elaboração de uma imagem do futuro que seria uma “essência ideal realizável”, algo mais parecido com uma utopia específica a ser perseguida. A consciência histórica, em contraste, é vista como resultado de uma reflexão consciente e crítica sobre o processo histórico (segundo o entendimento daquela época, isto é, como resultado do passado e como potencialidade para o futuro) e sobre as contradições, conflitos e aspectos indesejáveis da realidade, tanto quanto sobre as esperanças e os ideais dos homens ou os aspectos altamente valoriza-

207. TEILHARD DE CHARDIN, P. Op. Cit., p. 306.

208. Idem., p. 308 n.

209. Ver (MacRAE, D.G., 1961, P. 182). Teilhard é também aparentado a Marx no sentido de que, por sua filosofia, atraiu a muitos cientistas que, no entanto, tinham dúvidas quanto à sua ciência; por outro lado, muito filósofos e teólogos impressionam-se com sua ciência mantendo, porém, reservas quanto às suas outras posições.

210. AÇÃO POPULAR, 1963.

dos de sua existência concreta. A consciência histórica emerge quando o homem passa a olhar seu mundo criticamente e toma consciência do fato de que “a história se desenvolve num período de tempo empírico, a que é dada substância pela ação do homem em forma de iniciativa histórica – quer dizer, ação que transforma o mundo”.²¹¹

Transformação do mundo: era esta a mensagem geral contida no chamado à consciência histórica. Uma transformação baseada na compreensão das condições reais que se encontram aqui e agora (e suas raízes históricas)²¹², uma transformação que humanize o mundo.²¹³ Mais especificamente, essa humanização é também o que o cristianismo moderno pede do homem: “o homem, em sua liberdade e em sua ação, deve promover o destino da criação: recusar-se a isto, ou fazer de sua apropriação do mundo um gesto egoísta, é o pecado original, a fonte do mal”. Superando radicalmente o “naturalismo” religioso, Vaz sustenta que Deus não deveria ser visto como

uma potência cósmica operando num tempo mítico, mas uma Palavra que rompe imprevisivelmente a regularidade do tempo do mundo... e provoca uma decisão do homem, a aceitação de um destino histórico que orienta agora o tempo do homem como marcha para a realização histórica do Reino de Deus.²¹⁴

O homem tem a capacidade de dar forma à história; “o grande pecado do cristão hoje será o pecado de omissão histórica.”²¹⁵

Vaz examinou também o problema da dialética na história. Argumenta que a história só começa a existir quando um homem comunica ao outro o sentido que ele dá ao mundo. Mais provavelmente, um sentido de dominação do homem sobre o homem. Numa significativa citação quase literal, ele sugere que “a história, até hoje, sempre foi isto: um homem dominando o outro, ou grupos humanos dominando outros grupos, em termos os mais variados possíveis”. Mas uma “solução” dialética em termos de dominação “não é a síntese final da história, seu sentido último”. Por meio dessa dialética de dominação, “pouco a pouco manifesta-se um sentido mais profundo da história: a síntese em termos de reconhecimento, reconciliação, aceitação do

211. VAZ, H. C. de L., 1962a, Op. Cit. p.72.

212. Esta é a contribuição de Marx, diz Vaz (Idem. p. 75).

213. Ibidem. p. 79.

214. Ibidem. p. 80

215. VAZ, apud SANDERS, T. G. Op. Cit. p. 93. Ver estudo de Sanders sobre a filosofia da consciência histórica.

homem pelo homem... como pessoa”. Apesar de que a dominação e a conciliação coexistirão sempre na história,

o problema do avanço da história é o da superação permanente, em círculos cada vez mais amplos, portanto da universalidade cada vez maior, da reconciliação sobre a dominação. Isto nos mostra a história como uma espécie de movimento assimétrico, movimento que vai tendendo para um momento de reconciliação final. Este momento, para o cristão, está situado na sua linha de perspectiva histórica: a esperança escatológica da manifestação definitiva de Deus aos homens.²¹⁶

Vaz, assim, formulou cuidadosamente sua esperança final em termos escatológicos, recomendando uma esperança fora da história, uma esperança – como mais tarde Karl Rahner iria colocar – do futuro *absoluto*, da luta do homem por trazer para mais perto, mas que nunca poderá alcançar na história.²¹⁷ Vaz reconhecia a dificuldade desta formulação para uma filosofia da história inteiramente profana. Não encontrando nenhum equivalente secular óbvio para “a manifestação final de Deus ao homem”, sugeriu, hesitantemente, para aqueles que não se baseavam em um ponto de vista explicitamente cristão, que essa tendência assimétrica da história – a universalização das relações de conciliação – poderia ser simplesmente aceita. Parecia entender que ela deveria ser aceita como artigo de fé sem fundamentação teológica, algo como o credo marxista na futura sociedade sem classes. E, de fato, assim se deu: no contexto secularizado da AP, a esperança escatológica tornou-se uma esperança intra-mundo. A esperança para além da história transformou-se em crença na possibilidade real da utopia.

A dialética da História apresenta uma dura fisionomia de luta: é a multiplicação de formas de dominação em todos os planos da realidade humana. Mas só uma visão desesperada e absurda (que é ainda uma forma extremamente sutil de dominação do outro) pode entregar a palavra final da História à relação que aliena, despersonaliza, nega o homem. Mais profundamente, e em definitivo, é o movimento de reconhecimento, de personalização, de solidariedade que orienta a História. É ele que lhe confere, que dá a norma final das opções historicamente válidas e a medida mesma do humano.²¹⁸

216. (VAZ, H. C. de L., 1962b, p. 7) transcrição datilografada de uma palestra pronunciada.

217. (RAHNER, K., 1966, p. 202). Ver tb. (VAZ, H. C. de L., 1966).

218. AÇÃO POPULAR. Op. Cit. p.8

Ainda que esta formulação fosse, de certa forma, ambígua quanto à possibilidade de realização plena de uma sociedade não-dominante e ao período necessário para realizá-la, não há dúvidas sobre como essa ambigüidade foi livremente resolvida no movimento. Muitos dos adeptos do novo radicalismo cristão passaram a crer que era possível chegar a uma “purificação” final do mundo e eliminar tudo o que fosse “mal”, ânsia de poder, dominação, individualismo e alienação. Depois da revolução, e depois que as novas teoria e práxis tivessem tido tempo suficiente para permear as relações sociais, as contradições que a sociedade tinha até então conhecido iriam desaparecer e todos os homens tornar-se-iam “sujeitos de sua própria história”.

Este traço “utópico” na ideologia progressista²¹⁹ provavelmente devia-se tanto à relutância de Marx em considerar a possibilidade de que os problemas sociais pudessem continuar a contaminar o mundo após o advento do comunismo, quanto à formulação ambígua de Teilhard sobre as chances de a humanidade atingir o ponto “Ômega”. Quanto a isto, parecia haver contradições, ou pelo menos ambigüidades, nas obras de Teilhard.²²⁰ Ele ressaltou repetidamente que o homem devia escolher livremente entre colaborar com o processo evolutivo ou opor-se a ele; que o risco de falhas existe; e que o “tempo da história” é o “tempo do mal”. Mas as passagens de *O Fenômeno Humano* aqui já citadas, parecem de fato argumentar que o ponto “Ômega” será atingido como resultado da evolução “natural” somada à salvação “sobrenatural” e que, por isto, não é um fenômeno exclusivamente escatológico. Em última análise, Teilhard parece tratar o processo como inevitável, tanto que seus pontos de vista são bem consonantes com as esperanças de certa maneira utópicas – ou milenaristas – às quais há pouco me referi. A humanidade deve atravessar “pontos críticos nessa estrada”²²¹; indivíduos podem errar ou falhar – mas *finalmente* “a interrupção, ou a regressão, parecem ser impossíveis”.

219. Ver cap. 4.

220. Estas são difíceis de deslindar para alguém que, como eu, não se tenha familiarizado suficientemente com a extensão dos escritos de Teilhard.

221. LIGNEUL, A. Op. Cit. p. 66. Há diversas “exegeses” sobre isto. Quem quer defender a “ortodoxia” de Teilhard nega a ambigüidade de suas idéias – cf. (CUYPERS, H., 1967, p. 38). Outros rejeitam a tentativa de Teilhard de “fundamentar as esperanças da humanidade em bases experimentais”. (cf. SMULDERS, SJ, P., 1964, p. 227.)

O ELEMENTO PERSONALISTA NA WELTANSCHAUUNG PROGRESSISTA CATÓLICA

Os católicos progressistas no Brasil compartilhavam, com os membros de muitos outros movimentos progressistas do pós-guerra no mundo, uma orientação profundamente humanista. A eliminação do “mal” e das “contradições” viria como resultado da promoção, no seu sentido mais geral, do bem-estar da população brasileira, do povo oprimido, do homem brasileiro.

Nosso compromisso único é, pois, com o homem. Com o homem brasileiro, antes de tudo. O que nasce com a sombra da morte prematura sobre o seu berço. O que vive com o espectro da fome habitando seu teto miserável, acompanha inseparável seus passos incertos, passos de quem caminha na vida sem esperança, sem rumo. O que cresce embrutecido e analfabeto, exilado longe dos bens da cultura, das possibilidades criadoras, dos caminhos autenticamente humanos de uma liberdade real. O que morre de uma morte animal e anônima, atirado ao duro chão de sua miséria. Pelo homem lutamos e também com o homem. Nossa luta é de todos.²²²

O homem e o completo desenvolvimento de seu potencial eram os principais elementos da bandeira da AP. Este desenvolvimento completo seria possível somente após a eliminação das estruturas de dominação. Naquela época, isto significaria essencialmente a eliminação do capitalismo, que estava conduzindo o mundo para o impasse de um crescimento contínuo da alienação e da dominação, tanto nas nações quanto entre elas. Suas estruturas teriam de ser substituídas por outras, nas quais cada pessoa pudesse afirmar-se na liberdade e na cooperação com seu semelhante. A AP estava convencida de que somente estruturas em moldes socialistas tornariam isso possível – mas a ideologia que a guiava estava bem afastada do marxismo-leninismo.

A interpretação que a AP fazia da história devia muito a Hegel, na sua insistência sobre o movimento dialético na história; a Marx, em sua ênfase nas relações de dominação; a João XXIII, em seu uso do conceito de socialização; e a Teilhard, em sua interpretação otimista e utópica do que é possível no futuro em geral. Mas os princípios básicos – e vagos – que guiariam as relações sociais após a grande transformação derivavam amplamente de uma outra fonte, que também foi levada em conta na ênfase do movimento sobre o “homem” e a expansão de seu potencial: o existencialismo “personalista” cristão de Emmanuel Mounier.²²³

222. AÇÃO POPULAR. Op. Cit. Introd.

223. Ver p. 114

Mounier deu ênfase, em sua filosofia, à suprema importância das relações interpessoais, à abertura para “o outro”, semelhante à ênfase encontrada nos trabalhos de Jaspers, Marcel, e Buber.²²⁴ Embora aceitando o realismo da descrição de Sartre sobre as relações humanas como sendo do sujeito para com o objeto, do tirano para com o escravo, e de sua visão de que o homem pode “olhar” seu companheiro de modo hostil, paralisante, Mounier é enfático quando nega que a existência do homem se esgota nesses modos de relação. A comunicação real é possível e o indivíduo só se torna uma pessoa no momento em que consegue transcender as limitações de seu individualismo, tornando-se “disponível” para os outros (Marcel). O homem deve esforçar-se, em cooperação com os outros, para criar uma sociedade que dependa de “uma série de atos originais que não tenha equivalentes em nenhuma parte do universo”. Atos como esses incluiriam o esforço de colocar-se na posição do outro, de compreendê-lo e de tornar-se disponível. É necessário, também, o compromisso fundamental de reordenar nossos relacionamentos, voltando-se de uma preocupação com a reivindicação, exigências e luta, para a centrá-lo na generosidade e na gratuidade. “A economia da pessoa é uma economia de dons, não uma economia de compensações e cálculos”.²²⁵

Mounier escreveu muito sobre sociedade e sobre a “desordem estabelecida” trazida pelo capitalismo e reforçada pela democracia parlamentarista [liberal].²²⁶ Na análise final, porém, sua atenção centrava-se nas pessoas, não mais nas instituições, nas metas de mudança da natureza do homem ou nos métodos para atingi-la ou no contexto institucional que tornaria isso possível.²²⁷ “Ele não tinha uma sociologia, embora reconhecesse a necessidade de se ter uma”.²²⁸ E na medida em que os católicos progressistas forjaram sua própria visão sobre o futuro a partir da obra de Mounier, ela sofreu essas lacunas.

As idéias de Mounier sobre economia, Estado e sociedade mantiveram-se

223. No interessante e valioso artigo, (DETREZ, C., 1967) cita a convergência de várias correntes de pensamento, também no contexto amplo das idéias prevaletentes entre a juventude brasileira, naquele tempo. Sua afirmação de que as doutrinas existencialistas não receberam formulações específicas no Brasil (como receberam o positivismo de Comte e o marxismo) parece ser contraditória tanto com sua própria análise quanto com as evidências fragmentárias que apresentei aqui.

224. Ver (MOUNIER, E., 1960, cap. 2). Para uma excelente análise do pensamento de Mounier, ver (PIERCE, R., 1966, cap. 3).

225. MOUNIER, E. Op. Cit. p. 65-66.

226. PIERCE, R. Op. Cit. p. 51-52.

227. Idem. p. 71.

228. Ibidem. p. 55.

apenas esboçadas, apesar de afirmar repetidamente sua fé no socialismo.²²⁹ De vez em quando suas posições sobre a transição para a nova ordem social, descentralizada, socialista e organizada em termos corporativos, expressava um romantismo revolucionário que camuflava perigosamente os problemas reais da violência revolucionária e dos efeitos de corrupção do poder absoluto: “Nossa crença fundamental é de que a revolução é uma questão de seres humanos, que sua eficácia principal é a chama interior que se comunica de pessoa a pessoa, quando os seres humanos se dão gratuitamente um ao outro.”²³⁰ Seus escritos, porém, também protestavam contra a retórica dos revolucionários e a condescendência fácil em relação à violência ou à ditadura em nome do bem das “gerações futuras”.²³¹

Mounier advertia, freqüentemente, que não se poderia esperar que a perspectiva de uma filosofia personalista se tornasse a realidade exclusiva do mundo. O seu era um “otimismo trágico”, inteiramente ciente dos obstáculos inevitáveis para se atingir generosidade e amor, da tensão entre as estruturas sociais e as relações interpessoais, do caráter permanente da força no mundo.

O problema real reside no fato de que, enquanto a humanidade existir, embora estejamos envolvidos numa luta de força, temos ao mesmo tempo a vocação de lutar contra o reino da força e contra a instauração de um estado de força.²³²

Apesar disto, a maioria dos progressistas católicos parecia acreditar que o domínio da força e outros aspectos “impersonalistas” da sociedade poderiam ser exorcizados para sempre.

Há mais um aspecto do pensamento de Mounier que teve grande influência nos progressistas católicos. Como outros existencialistas, Mounier expressa profunda preocupação por uma vida de autenticidade, através de escolha cuidadosa e honesta entre as opções que se apresentam no dia a dia. “Cada vez que faço uma escolha entre isto ou aquilo, indiretamente escolho o que hei de ser. Sou construído por essas escolhas.”²³³ Por meio de uma vida plenamente consciente, o homem torna-se o que realmente é: ele não tem

229. *Ibidem*. p. 56; 103; 121; 140.

230. Apud PIERCE, R. Op. Cit. p. 76.

231. *Idem*. p. 75.

232. MOUNIER, E. Op. Cit. p. 56; 104.

233. *Idem*. p. 22.

outra essência além de sua existência. Este é o aspecto do existencialismo que deu novo peso à história e à construção da história e que fortaleceu, mais tarde, a importância atribuída, pelos progressistas católicos, à consciência histórica. Além disso, a ênfase na autenticidade por meio de opções livres propiciou suporte filosófico de outra importante característica: o horror populista a qualquer ação que restringisse a liberdade de escolha das pessoas, que as forçasse a seguir direções que não fossem genuinamente delas. A contribuição do povo para a elaboração e para a construção da nova sociedade era vista como essencial.²³⁴ E, embora os progressistas católicos estivessem conscientes da necessidade de organizar as massas, isto deveria ocorrer depois que as massas fossem conscientizadas sobre os problemas envolvidos e tivessem optado pela mudança. O movimento, pelo menos em teoria, opunha-se firmemente às modernas técnicas *populistas* de mobilização superficial das massas e acusou Goulart, e também os marxistas, de massificação, isto é de manipulação, em oposição à orientação que tornaria possível a livre escolha.

DIGRESSÃO SOBRE O POPULISMO

Como o conceito de populismo é importante para o resto deste capítulo e para posterior análise dos desenvolvimentos no MEB, creio que é necessário explicar porque o introduzi neste estudo. Mais além serão necessárias algumas justificativas para minha decisão de atribuir a este termo significado tão radicalmente diferente do que tem seu equivalente lingüístico (*populismo*) no Brasil.²³⁵ Hesitei, por duas razões, em desafiar inteiramente o uso brasileiro do termo – que também é usado na América espanhola²³⁶. Em primeiro lugar, porque isto contribuiria para a confusão terminológica, já suficientemente presente entre os cientistas sociais. Em segundo lugar, porque discutir sobre termos me parece um exercício sem sentido e estéril. Acabei por fazê-lo, porém, pela convicção de que os movimentos católicos progressistas, no Brasil, assemelhavam-se, em muitos aspectos cruciais, a certos movimentos que ocorreram, ou estão ocorrendo, no mundo, e que

234. AÇÃO POPULAR. Op. Cit. s. 4.

235. Ver acima, cap.3, subtítulo "A primeira era Vargas".

236. Ver, por exemplo, (DI TELLA, T., 1965) um artigo que traduziu o populismo da América Hispânica como "populism" para a comunidade acadêmica anglófona. No capítulo de conclusão, porém, sugiro que se pode apontar certas semelhanças – limitadas – entre o fenômeno coberto pela definição de populismo aqui adotada e aquelas usualmente mencionadas como "populismo" na América Latina.

têm sido de fato qualificados como populistas pelos cientistas políticos. Por essa razão, se utilizo tal termo, o que afirmo deve ser lido (e criticado) nessa perspectiva comparativa que proponho.²³⁷

O termo populismo foi primeiramente usado para o movimento *narodnik* que surgiu na Rússia na década de 1870.²³⁸ Os *narodniki* eram intelectuais que desenvolveram uma ideologia como expressão da posição de classe dos camponeses russos oprimidos que, naquele momento, começavam a se expor aos efeitos do desenvolvimento capitalista russo.²³⁹ Os populistas estavam de acordo com Marx e seus seguidores na visão do capitalismo como um mal que deveria ser combatido, mas, em contraste com os marxistas, não viam necessidade de que todas as sociedades passassem por uma fase capitalista. Elaboraram para a Rússia uma teoria de desenvolvimento não capitalista que olhava ao mesmo tempo para o passado e para o futuro. As instituições da aldeia comunal, o *mir*, em decadência naquela época, iriam formar as bases para a construção de novas instituições públicas (cooperativas) adequadas à sociedade industrial. O planejamento socialista propiciaria a transição para a sociedade industrial de uma maneira mais “humana” do que os mecanismos individualistas do mercado capitalista; o socialismo seria antecipado por uma revolução social – isto é mudança básica na estrutura da sociedade, como oposição a revolução política “burguesa” dirigida apenas contra as instituições do estado czarista. Desta maneira o empobrecimento dos camponeses russos seria evitado, bem como o empobrecimento de toda Rússia como nação, em relação ao Ocidente desenvolvido.

Este último ponto é de considerável importância. Os intelectuais, que compunham uma ilha de sofisticação em um país arcaico e, em muitos sentidos, brutal, estavam conscientes da posição atrasada da Rússia face ao resto da Europa, da qual eles importavam sua própria cultura. Eram ocidentalizados, mas opunham-se a que seu país fosse explorado pelas nações desenvolvidas do mundo. Sendo ocidentalizados, estavam também alienados de sua própria sociedade e seus valores. Essa alienação, por sua vez, produzia um sentimento de culpa que rejeitava as idéias importadas e conduzia a glorificação da gente

237. Esta perspectiva comparativa me chamou atenção, pela primeira vez, durante a Conferência sobre o Populismo, realizada na London School of Economics, em maio de 1967. A coletânea das palestras encontra-se num volume editado por (IONESCU, G.; GELLNER, E., 1969). Para um resumo dessa discussão ver *Populism, Government and Opposition*, p. 137-179, primavera 1968.

238. A apresentação que se segue está baseada, principalmente, na valiosíssima análise de A. Walicki, em IONESCU, G.; GELLNER, E., Op. Cit.

239. Para um breve, mas excelente relato desse período, ver (GERSCHENKRON, A., 1965, cap. 6-7).

simples, os camponeses. “Ao povo” tornou-se a palavra de ordem dos populistas. O povo saberá o que é bom e justo (“O povo se levantará e a justiça reinará”); o povo transmitirá seus valores à elite intelectual que, não sendo manipuladora nem elitista, simplesmente ajudará a formar tais estruturas sociais conforme o desejo do povo. Estava claro para os populistas que aquelas estruturas teriam forte sabor de cooperação (derivado dos *mir*s), e que o Estado teria de assumir importante papel na sociedade do futuro; fora isso, eles tinham apenas umas poucas idéias sobre como construir tais estruturas ou com o quê, elas, de fato, se pareceriam.

Detalhei um pouco os *narodniki* – mas mesmo assim simplificando bastante a realidade histórica, especialmente quanto à evolução das idéias populistas – porque constituíram o primeiro movimento ao qual o termo “populista” foi aplicado e porque, de várias maneiras, têm analogia mais íntima com o caso brasileiro do que há na maioria dos movimentos “populistas” subseqüentes. Como termo genérico, “populismo” obviamente carrega vasto espectro de significados; basta examinar cuidadosamente as páginas do texto de Ionescu e Gellner para inteirar-se disto.

Na Europa Oriental, onde as doutrinas populistas voltadas para os camponeses eram, ao menos em parte, descendentes diretas das idéias de seus parceiros russos, os movimentos politizaram-se em partidos rurais, logo no seu início. Eles nunca desenvolveram uma visão comunitarista equivalente à que se gerou na Rússia por meio da volta às instituições dos *mir*s, ainda que tenham dado muita ênfase às vantagens das cooperativas para os pequenos proprietários rurais. Nos relativamente pequenos países da Europa Oriental, “a Dinamarca foi e continua a ser o modelo [de sociedade]”.²⁴⁰

Nas discussões sobre a África contemporânea, o termo populismo foi usado com uma quase desnorteante variedade de conotações – algumas delas tão gerais que são quase sem sentido. Mas, incluindo-se certos movimentos políticos africanos modernos nessa categoria, é possível obter alguns *insights* sobre a “degeneração” do populismo, uma vez que ele chega ao poder quando as lideranças dos movimentos têm de lidar com os problemas inerentes à ação de governar – em contraste com o ataque às autoridades e ao “sistema” quando se está de fora. Os casos africanos também são potente alerta sobre a possível contradição entre a retórica populista e a realidade social empírica.²⁴¹

Na América do Norte, talvez de todos o caso mais fora dos padrões, o

240. IONESCU, G.; GELLNER, E., Op. Cit. p. 104. "Eastern Europe".

241. Idem. cap. 5. Ver a excelente análise de John S. Saul

populismo foi um movimento de massa de fazendeiros, no qual intelectuais urbanos não tiveram virtualmente nenhum papel; mas representou, de fato, aqueles que, sob as condições americanas do final do século XIX, eram tão “povo comum” quanto os camponeses russos em sua sociedade. Os pequenos fazendeiros capitalistas da América também foram apanhados pelo processo de mudança social: o advento do capitalismo “cartelizado” em larga escala. Compreensivelmente, porém, suas respostas não foram comunitárias, mas individualistas.

Finalmente, para a América Latina, como já se viu, o termo populismo foi aplicado predominantemente para os movimentos urbanos, fenômenos claramente de transição, amplamente manipuladores, “no qual a genuína voz do povo encontra poucas chances de expressão”.²⁴² Hennessy denomina isso “populismo urbano” e o contrasta com o populismo rural, a variedade mais antiga, focalizado principalmente nas populações indígenas e encontrado no México e no Peru (partido da *Acción Popular* de Belaúnde). O novo populismo rural é exemplificado por certos aspectos importantes da Revolução Cubana, sua ideologia e sua prática (por exemplo, a relutância de Castro em institucionalizar a revolução e sua tendência a invocar “o povo” contra a burocracia). Por último, Hennessy concorda com a minha aplicação do termo aos recentes movimentos progressistas católicos. Estes, escreve ele, “distinguem-se por suas fortes tendências populistas, particularmente entre seus adeptos mais jovens... cujo conceito de revolução é o de mudanças feitas pelo povo em seu próprio interesse”.²⁴³

Esta rápida revisão de alguns dos movimentos chamados populistas confirma que o termo cobre um conjunto muito heterogêneo de casos, como acontece também com alguns outros conceitos usados em ciência política e social.²⁴⁴ Antes de prosseguir no esclarecimento do sentido específico do termo que estou adotando, um último ponto deve ser salientado. Pode ser verdade que “comunismo” e “socialismo” sejam termos vagos, mas, como salienta Peter Worsley, as pessoas classificadas como “comunistas” ou “socialistas” normalmente “vêm-se como parte de uma tradição comum ou de um movi-

242. Ibidem, p. 28. Alistair Hennessy, "Latin America".

243. Ibidem, p. 51. Para uma breve discussão de movimentos como estes fora do Brasil, ver (DE KADT, E., 1967, Op. Cit.).

244. IONESCU, G.; GELLNER, E., Op. Cit. p. 247. Peter Worsley, "The Concept of Populism", ressalta, no final de sua admirável análise geral, que "populismo" não é um termo mais elástico do que "capitalismo" ou "comunismo" e que, para "a eterna tentativa do povo de reivindicar a política como algo de seu" (mais uma definição sumária), "populismo" vale o mesmo que outro neofilismo terminológico."

mento organizado, ou atribuem sua estirpe ideológica a uma fonte específica”.²⁴⁵ Este, definitivamente, não é o caso daqueles que, pela lógica fria do cientista social, se acham incluídos na categoria de populistas.

Tipicamente, nunca houve uma Internacional Populista e muitos dos movimentos rotulados de “populistas” jamais usaram tal rótulo para se autodenominarem. Nem mesmo tomaram conhecimento de que outros movimentos, para nós, análogos... sequer existiam; muito menos tiveram qualquer contacto organizacional com eles.²⁴⁶

Conseqüentemente, não é nada surpreendente que o rótulo de populista possa ser sentido, pelas pessoas envolvidas, como distorção da “verdadeira natureza” do movimento ao qual pertencem.²⁴⁷

Obviamente, nenhum termo pode capturar a “verdadeira natureza” de um movimento ou descrevê-lo “exaustivamente”. “Populista” será usado aqui apenas para enfatizar certos aspectos importantes dos movimentos que este livro estuda, um grupo de características às quais não se daria a devida atenção se se fosse usado apenas o termo “progressista”²⁴⁸, menos específico. Basicamente, descrevo esses movimentos como “populistas” pelas seguintes razões:

1. são formados por intelectuais (e estudantes), preocupados com a situação de vida das massas oprimidas na sociedade, o “povo”, que aparentemente não pode, por si mesmo, defender seus interesses;
2. esses intelectuais têm profundo horror à manipulação do povo: seu credo central é que as soluções dos problemas vividos devem vir basicamente do próprio povo, que suas idéias e visões, desenvolvidas em um meio totalmente diferente, podem, quando muito, servir como caixa de ressonância, mas nunca como flechas indicando para onde deve seguir.²⁴⁹

COMENTÁRIOS ADICIONAIS SOBRE A ANÁLISE DA SOCIEDADE

245. Idem. p. 218.

246. Ibidem.

247. Na pior das hipóteses, pode ser visto como ofensivo. Eu, de fato, encontrei certa resistência ao uso do termo “populista” entre alguns de meus amigos brasileiros que leram os primeiros esboços do meu livro. Espero que não tenha restado nenhum desconforto quanto a esta versão revista.

248. Quando todas as características desse grupo estão presentes, o movimento corresponderia ao “tipo ideal”.

249. Ver, no sumário da Conferência sobre Populismo na revista *Government and Opposition*, o resumo de Sir Isaiah Berlin (p. 173-8). A sucinta definição de George Hall (p. 179) foi: “Os movimentos populistas são movimentos que visam o poder em benefício do povo no seu conjunto, que deriva da reação contra as tensões resultantes de rápidas mudanças econômicas, sociais, ...

PELOS CATÓLICOS PROGRESSISTAS

Nenhum povo explorado ou oprimido é capaz de comandar seu próprio destino até que se torne consciente de sua situação no mundo. Daí a importância que os católicos progressistas deram à “conscientização”. Isto envolvia, em primeira instância, a apresentação de certos fatos e teorias – uma ideologia – às pessoas até então ignorantes da situação na qual se encontravam. A ideologia da AP era bem semelhante, em suas visões de passado e presente, àquelas propostas no esboço de *ideal histórico* apresentado, dois anos antes, pela equipe da JUC de Belo Horizonte. Mas os pontos de vista da AP foram melhor trabalhados, escritos com maior elegância e análise mais consistente. O instrumento central para a dissecação da realidade brasileira era o par conceptual “pólo dominante” e “pólo dominado”, obviamente derivados do princípio histórico das dialéticas de dominação. A elaboração deveu muito à análise marxista do conflito de classes. Também deveu muito a Marx em outro sentido: o princípio central do sistema de dominação era entendido como baseado no fato de que os meios de produção, distribuição e formação de opinião estavam em mãos privadas.

O *esboço ideológico* apresentado no encontro de fundação da AP contém uma descrição das ordens institucionais inter-relacionadas, dos diferentes setores que compunham o pólo dominante – tais como proprietários rurais, “burguesia financeira”, “burguesia industrial”, “burguesia internacional” – não visto como uma classe com interesses idênticos mas como vários grupos cujos interesses coincidem parcialmente. O *Documento Base* contém seções que tratam não apenas do curso da história do mundo, o socialismo e a filosofia, mas também do cenário histórico da situação presente da América Latina no mundo e da situação socioeconômica do Brasil.

A seção sobre a história do mundo considera o movimento comunista como o responsável por alterar, mas não por transformar radicalmente, a estrutura de poder nos países que se tornaram comunistas. Por causa do novo papel atribuído ao Estado, a revolução “perdeu a perspectiva de superação da alienação e criou novo pólo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante”; o que falta é “a participação real, plural”.²⁵⁰

... culturais ou políticas, por parte daqueles, geralmente intelectuais, que estão excluídos da estrutura de poder existente. Esses movimentos caracterizam-se por uma crença na volta a, ou na adaptação de, formas e valores mais simples e tradicionais que emanam do povo, particularmente dos setores mais arcaicos que são considerados os repositórios da virtude.”

A AP, obviamente, compartilhava do desencantamento pós-stalinista dos neomarxistas do mundo e dos humanistas socialistas com os resultados da Revolução Russa.²⁵¹

Na seção sobre a situação socioeconômica do Brasil, há vários ataques mal disfarçados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), principalmente pela falta de uma verdadeira perspectiva revolucionária. A política dos comunistas propunha “melhorias econômicas gradativas” e a colaboração com a “burguesia nacional, com interesses [supostamente] antagônicos aos do capitalismo internacional”; visão distorcida, segundo a AP, que só poderia ser sustentada por aqueles que não se dão ao trabalho de testar suas teses pela “verificação concreta da realidade”. Trabalhos empíricos demonstraram “a tendência do imperialismo a alojar-se nas estruturas econômicas dependentes pelos processos de desenvolvimento burguês [e neocapitalista]”.²⁵²

Não há dúvida de que, neste caso, numa perspectiva sociológica, a AP estava certa e os comunistas, errados. Sua concepção de colaboração com “todos os nacionalistas e democratas” em uma frente unida, que reuniria “o maior número de patriotas, independentemente de sua posição de classe ou filiação partidária”²⁵³, certamente superestimava o patriotismo da burguesia como um todo e seu interesse em opor-se ao imperialismo, como evidencia, por exemplo, a “desnacionalização” da indústria brasileira e sua incorporação progressiva ao “capitalismo internacional”.²⁵⁴ Seu erro de julgamento era relativamente visível, mesmo antes de abril de 1964; tornou-se muito mais evidente após a tomada do governo pelos militares.

Por outro lado, a visão comunista era mais realista, mesmo sendo ideologicamente menos atraente para aqueles que ansiavam por rápida e radical mudança.

O marxismo [afirma a *Revista Estudos Sociais* sob orientação do PCB] não concebe o desenvolvimento social como se consistisse unicamente em um salto para um novo regime, mas como um processo no qual a revolução é precedida de mudanças graduais na velha ordem. A postura

250. AÇÃO POPULAR. Op. Cit. s. 3.

251. Para uma coletânea representativa destes pontos de vista, ver (FROMM, E., 1965).

252. AÇÃO POPULAR. Op. Cit. s. 4.

253. (MATOS, A., 1962, p. 403). Este periódico geralmente expressava os pontos de vista do PCB.

254. Existe um volume crescente de literatura sobre este problema. Um excelente artigo de (SUNKEL, O. 1967), coloca em ordem muitos destes argumentos gerais. Para o Brasil, veja (CARDOSO, F. H., 1967).

6. O AUGUE DOS CATÓLICOS RADICAIS II

Atividade e Práxis

TEORIA E PRÁTICA DA CONSCIENTIZAÇÃO

Para todos que participaram de um ou de outro movimento progressista de inspiração cristã, a ação era da maior importância. Seus militantes se reuniam e debatiam sobre os males gerais do capitalismo ou sobre a perversidade do imperialismo. Os marxistas reconhecem a “unidade de teoria e prática”; os progressistas católicos compartilhavam esse princípio, não apenas como resultado das raízes comuns de suas respectivas filosofias na dialética hegeliana, mas também como resultado da preocupação com “engajamento” no pensamento existencialista. O princípio tinha vários corolários importantes, além da idéia psicologicamente fundamentada de que a conscientização não seria possível a não ser que fosse acompanhada do uso prático do conhecimento recentemente adquirido (a conquista de resultados sociopolíticos práticos).²⁵⁸ Mas, mesmo em circunstâncias pré-revolucionárias, este processo era lento. Somente em algumas áreas, especialmente em Pernambuco, essa experiência avançou a ponto de conduzir a resultados permanentes de conscientização, antes que o golpe pusesse fim a quase todas as práticas progressistas.

A conscientização se fazia principalmente por meio de dois instrumentos: os vários esforços de alfabetização das massas e o movimento mais geral pela cultura popular (Movimento de Cultura Popular). Em ambos, os progressistas católicos tinham importante papel, embora o Movimento de Cultura Popular fosse também fortemente influenciado pelo Partido Comunista.

O MEB, é lógico, era uma das organizações preocupadas com a alfabetização de adultos. Entretanto, antes de passar ao exame detalhado desse movimento, é necessário rever brevemente outro tema de interesse considerável:

258. Um ponto bem elaborado por (MENDES DE ALMEIDA, C., 1966. Op. Cit. p. 178-185). Este problema, como aparece no MEB, será extensamente discutido mais adiante. Ver caps. 12 e 13.

o Método Paulo Freire. Em seu curto período de existência adquiriu forte impulso, embora no momento em que foi reprimido, em abril de 1964, fosse ainda caracterizado mais como empreendimento potencial do que efetivo, mais como promessa do que realização.²⁵⁹ O Método Paulo Freire expressava a filosofia educacional de Paulo Freire, professor na Universidade de Recife, filosofia elaborada independentemente da AP, ainda que intimamente relacionada com seus pontos de vista em muitos aspectos. *Educação como prática da liberdade*: título do livro no qual Freire expõe suas idéias e um claro resumo de sua tese principal.

Freire não concebia a educação de adultos senão baseada no profundo respeito do mestre por seus alunos, a partir da idéia de que educação deve tornar o homem consciente de sua liberdade no mundo – sua possibilidade de escolhas e opções – e estimular uma atitude crítica a respeito do mundo. Em seu método não havia escolas ou salas de aula tradicionais, mas, sim, *círculos de cultura*; não havia professores, mas, sim, *coordenadores*. O caminho pelo qual a alfabetização se faz deve passar pelo âmago dos problemas existenciais do homem. É inútil tentar ensinar pessoas que trabalharam arduamente durante todo o dia a ler e escrever com frases da escola tradicional brasileira, do tipo *Eva viu a uva*; pessoas que devem ter cruzado com pouquíssimas Evas e nunca provaram uma uva.²⁶⁰ A alfabetização deve ser ensinada ao mesmo tempo em que se promove a conscientização. Palavras como *favelas, arado, terreno, comida* ou *governo*, selecionadas do próprio vocabulário dos envolvidos, devem formar a base do processo de aprendizagem. Discussões sobre essas palavras, em torno de fotografias ou desenhos que representem “situações existenciais”, partem da situação da vida cotidiana: sua comunidade, vizinhança, lugar de trabalho, patrão de quem recebe seu salário ou autoridades com quem tem de lidar. Aos poucos, os alunos tornam-se conscientes de seu próprio ambiente, de como é e de como poderia ser. A partir daí, podem começar a pensar numa sociedade mais ampla, no mundo como um todo e a tornarem-se conscientes de seu lugar no mundo, de seu potencial criativo como “criadores de cultura”,²⁶¹ como pessoas ativamente engajadas na transformação do mundo.²⁶²

259. Somente no Estado da Guanabara (cidade do Rio de Janeiro), 6 mil pessoas foram matriculadas nos cursos de treinamento para ‘coordenadores’ de grupos de alfabetização, entre a metade de 1963 e o golpe: os planos para 1964 falavam em atingir 2 milhões de analfabetos - Introdução de Francisco Weffort no livro de (FREIRE, P., 1967, p. 11).

260. Idem. p. 104.

Freire foi considerado “subversivo” pelas autoridades militares do período posterior ao golpe de 1964; foi preso e mais tarde exilado no Chile, onde escreveu seu livro. Francisco Weffort ressalta, na sua admirável introdução ao livro, que a pedagogia da liberdade pode carregar o germe da revolta, porque a conscientização traz à luz a realidade da situação de vida do homem na qual lutas e violência são freqüentemente os fatos mais significativos. “Se a conscientização abre caminho para a expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão”.²⁶³ Embora o incitamento à revolta nunca tenha sido o objetivo direto de Freire como educador, a democratização, sim, o era; por isso rejeitava métodos autoritários na educação, assim como o paliativo social do assistencialismo e o sufocamento da expressão política pela massificação. Estes fatores transformam o homem em objeto em vez de sujeito; impõem a ele silêncio e passividade, asfixiam sua consciência e sua capacidade de crítica e o aprisionam numa espécie de “antidiálogo”.²⁶⁴ E, em última instância, “o que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se”.²⁶⁵ Afinal, como se verá, uma abordagem populista fundamentalmente semelhante à que será proposta e praticada pelo MEB.

O segundo, e igualmente importante instrumento de conscientização, era o movimento, mais generalizado, de *cultura popular*. Desde o início, os estudantes tiveram relevante papel no seu desenvolvimento, que ocorria nas capitais de vários estados importantes. Em Recife, o Movimento de Cultura Popular foi criado pela Prefeitura, sendo prefeito Miguel Arraes. Inicialmente, em 1960, muitos dos que ajudaram a dirigir suas atividades haviam sido membros da JUC. Apesar de a liderança continuar nas mãos dos católicos, com o passar do tempo, os membros do Partido Comunista tornaram-se cada vez mais influentes entre seus quadros. Foi, pelo menos em parte, em reação a essa evolução que Paulo Freire transferiu seu método (populista) para o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife.²⁶⁶ No Rio de Janeiro, tanto a união local de estudantes quanto a UNE mantinham centros

261. Ibidem. p. 108 ss.

262. Cf. a discussão do conceito de consciência histórica, no cap. 5. Os mesmos conceitos tornaram-se importantes no MEB (ver cap. 8)

263. FREIRE, P. Op. Cit, p. 12. Cf. , mais adiante, o ponto de vista semelhante ao expresso por D. Távora, presidente do MEB, quando defendendo o livro *Viver é lutar* (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963b).

264. FREIRE, P. Op. Cit. p. 57.

265. Idem. p. 58.

dedicados à cultura popular. Também em São Paulo várias organizações estu-
dantis tinham comitês de cultura popular.

Em meados de 1962, esses centros, e vários em outros estados, expandiram-se em organizações autônomas financiadas com dinheiro público. Muitas delas passaram a ser controladas pelos membros do PCB. Essas organizações tentaram atingir e agitar as massas por meio de peças teatrais, filmes, panfletos e outras manifestações culturais que abordavam os problemas do povo e tinham um conteúdo claramente sociopolítico. A cultura brasileira em geral e a cultura popular então existente eram vistas como culturas impostas e alienadas: “O trabalho de cultura popular é o trabalho de todos os que querem a desalienação da cultura, e uma conseqüente emancipação nacional”.²⁶⁷ Um dos textos lidos durante o primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular formulava assim a questão: “A cultura popular assume um caráter de luta que, ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional, promove a integração do homem brasileiro no processo de libertação socioeconômica e político-cultural do nosso povo.”²⁶⁸ A luta contra o imperialismo destacava-se nas declarações emanadas dos *Centros Populares de Cultura* (CPC), que se multiplicaram rapidamente por todo o Brasil. Mas muitos desses centros parecem ter tido pouca substância, tendo sido forjados principalmente por estudantes entusiasmados, mas não muito eficientes (ou persistentes) – em muitos casos, estudantes secundaristas, fora dos poucos grandes centros populacionais.

Os progressistas católicos que se dedicavam à cultura popular viam-na, nas palavras de Cândido Mendes, como um “contínuo processo de realimentação entre a ação e a consciência, uma transcendendo a outra na efetiva construção de uma nova experiência histórica”.²⁶⁹ A cultura popular tinha a ver com a situação de vida do povo e com suas “verdadeiras” crenças e valores que haviam sido obscurecidos pela imposição de elementos da cultura alienada. Uma das tarefas da cultura popular era a de restaurar o vigor desses valores em sua pureza original. A este respeito, as idéias dos progressistas católicos – que

266. Isto aconteceu ao mesmo tempo em que o MEB se “radicalizou” em seu I Encontro de Coordenadores, em dez. 1962. Há razões para acreditarmos que Freire foi influenciado por esses fatos.

267. (I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR, 1963). O MEB foi um dos movimentos que participou – certamente um dos movimentos melhor organizados.

268. Idem. Relatório apresentado pelo Movimento de Cultura Popular do Departamento de Educação do Município de Natal.

269. MENDES DE ALMEIDA, C. A. Op. Cit. p. 190.

coincidiavam tão bem com suas orientações populistas mais amplas – tinham um apelo que ecoava para além de seus próprios círculos. Por isso, pode-se ler na *Revista Brasiliense* que o CPC pretendia

abrir o caminho que levará a uma autêntica cultura popular aprendendo da estética popular e identificando-se com as aspirações, as emoções, os problemas, as angústias e o pensamento das massas populares. A partir daí... o CPC espera [ajudar na] formação de uma [real] cultura brasileira.²⁷⁰

Mas as opiniões sobre a cultura popular que prevaleciam no ano que precedeu ao golpe estavam apenas parcialmente cristalizadas em posições claramente distintas, e reinava grande confusão com relação a seus objetivos reais entre as pessoas engajadas nas várias atividades. As definições e declarações públicas tendiam principalmente a refletir o ponto de vista dos comunistas; os progressistas católicos, no entanto, tinham reservas consideráveis sobre certas idéias dos marxistas. Estes, em geral muitos menos preocupados com a filosofia da conscientização, pareciam crer que a mera conscientização, mera “desalienação”, seria suficiente para produzir o clima necessário a mudança das estruturas.²⁷¹ Além disso, viam a cultura popular como instrumento a ser forjado pelas lideranças políticas, com base em sua interpretação da melhor maneira de utilizar determinado fenômeno cultural na luta política: cultura popular para eles era um instrumento político nas mãos da elite, a ser usado para acelerar o curso da história. Para os marxistas ortodoxos as verdades da cultura popular eram relativas a “objetivos políticos específicos”.²⁷² Qualquer tipo de debate, espetáculo, exibição ou curso poderia ser “transformado em meio cultural capaz de desenvolver a consciência política das massas. Para isso, basta que tais eventos não se limitem apenas aos objetivos [abertamente] declarados.”²⁷³ Cultura popular, por isso, “é uma questão de apropriação dos meios de produção cultural para fins políticos”.²⁷⁴

Em valioso artigo, Uchoa Leite discute algumas das diferenças entre os populistas católicos e os comunistas (sem, no entanto, identificar as duas posições como tais). Para os comunistas, cultura popular era algo que se fazia para o povo e envolvia a introdução de um “conteúdo politizante nas formas

270. RIBEIRO, C., 1962.

271. Idem. p 182. Para uma visão marxista ortodoxa do assunto, veja (ESTEVAM, C.,1963).

272. Idem, p.24

273. Ibidem. p. 35.

274. Ibidem. p. 33.

populares de expressão artística”. Mas, como ressalta Uchoa Leite, com toda propriedade:

Se a politização é uma maneira de despertar a consciência das pessoas e de criar as condições para que o povo... possa escolher seu próprio caminho político, então a apropriação de suas formas artísticas para oferecer-lhes um novo conteúdo político é implicitamente uma negação de sua capacidade de julgamento.²⁷⁵

Para os que seguiam uma orientação populista, cultura popular e alfabetização estavam intimamente ligadas. Todo o esforço de alfabetização por parte dos que trabalhavam com Paulo Freire – e dos membros do MEB – visava tornar o homem consciente de sua situação social com o propósito de capacitá-lo a fazer escolhas políticas válidas. A cultura popular tinha de se adequar a esta concepção, não poderia simplesmente apresentar às pessoas soluções concretas – isto seria massificação; se o fizesse, além do mais, como qualquer outro tipo de propaganda, careceria das raízes de verdadeira cultura e obstruiria, mais do que ajudaria, o surgimento da verdadeira consciência social e política.

PRIMÓRDIOS DO SINDICALISMO RURAL

A área de atividade na qual os progressistas católicos, provavelmente, obtiveram mais sucesso foi a da organização de sindicatos de trabalhadores rurais ou a conquista de influência naqueles já existentes. Uma breve discussão dos antecedentes legais e políticos relevantes facilitará a compreensão do que se passou nesse campo.

A organização de sindicatos de trabalhadores rurais fora legalizada no Brasil em 1944; o Artigo I de um decreto aprovado no final daquele ano dizia: “A todos os que exercem atividades rurais, seja como empregadores, seja como empregados, é permitido formar associações com a finalidade de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais”²⁷⁶. As primeiras instruções oficiais publicadas pelo Ministério do Trabalho para implementar o decreto de 1944 apareceram no ano seguinte. A legislação, porém, teve efeito apenas nas áreas agrícolas mais desenvolvidas do sul do Brasil. Nas partes mais longínquas do país, levou mais de 15 anos para que a sindicalização se tornasse realidade, como resultado de vários fatores interligados. Em primeiro lugar, como vimos, não se poderia descrever como

275. LEITE, S. U., 1965, p. 279.

276. PRICE, R. E. Op Cit. p.8.

proletariado rural a maioria dos camponeses nos estados do Nordeste e do Centro-Oeste, até então, e a estrutura das relações tradicionais patrão-dependente não propiciava condições favoráveis ao desenvolvimento de organizações camponesas. Em segundo lugar, os latifundiários opunham-se tenazmente contra qualquer tipo de organização dos camponeses – como indivíduos, frente a seus dependentes, e coletivamente, frente ao governo. De fato, em 1954, quando João Goulart, ministro do Trabalho do segundo governo de Vargas, propôs impulsionar o estabelecimento de sindicatos rurais, a Confederação Rural Brasileira (associação dos latifundiários) se opôs veemente a esse plano, enviando um memorando ao Conselho de Segurança Nacional que afirmava, entre outras coisas, “que, a não ser por razões políticas, não há nada que justifique o sindicalismo rural”, “que o proletariado rural não está suficientemente maduro para compreender os direitos políticos que o Ministro João Goulart quer lhes assegurar”, e “a ação do ministro do Trabalho é imprudente”.²⁷⁷ Finalmente, excetuando-se o incidente mencionado acima, o ministro do Trabalho, cujo reconhecimento oficial era necessário para o funcionamento de um sindicato rural, não tinha pressa em promover a extensão do sindicalismo de classe no campo. O ministro fazia parte de uma estrutura de poder que ainda se assentava, até o final dos anos 1950, em uma série de compromissos que mantiveram a estrutura rural essencialmente intocada. Provocar o antagonismo dos latifundiários era algo a ser cuidadosamente evitado, uma vez que sua força política no Congresso continuava sólida. Goulart, sozinho, em 1954, ousou desafiar-los; duas semanas após tê-lo feito, foi obrigado a renunciar.²⁷⁸ Conseqüentemente, poucos sindicatos haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho no final da década. Isso não evitou o aparecimento de várias organizações camponesas abrigadas sob o código civil e não sob a legislação trabalhista. Especialmente, os comunistas tentaram criar tais associações em várias partes do país, inclusive no Nordeste, primeiro no início dos anos 40, depois novamente no início da década de 1950.²⁷⁹ Na maioria dos casos, estes eram pouco mais do que organizações fantasmas, normalmente controladas por uma pequena liderança urbana, mas, mais tarde, quando a legislação facilitou a fundação de sindicatos, elas se tornaram bastante convenientes por poderem ser facilmente convertidas em sindicatos.

Aos poucos, o governo passou a se interessar pela promoção de tal legislação. Havia várias razões para a preocupação crescente do governo, como já

277. WILKIE, M. E., 1967, p. 37.

278. Para outras ações que influenciaram sua renúncia forçada, veja (SKIDMORE, T. E. Op. Cit. p. 126).

279. Ver BORGES, F. C. Op. Cit. p. 253.

vimos: o surgimento das Ligas, vistas, por volta de 1960, como o “reflexo” da situação revolucionária de Cuba; o sentimento generalizado no país de que as áreas rurais não poderiam mais ficar abandonados à própria sorte; e o aumento do interesse pelo destino dos camponeses por parte de vários grupos da Igreja católica.

O primeiro desses esforços católicos começou no Estado do Rio Grande do Norte, onde, já em 1949, o então bispo, D. Eugênio Sales, fundou o Serviço de Assistência Rural (SAR).²⁸⁰ Na primeira década de sua existência, a orientação dessa organização foi essencialmente paternalista e paliativa: concentrava-se em vários pequenos projetos de desenvolvimento da comunidade e de educação nas áreas rurais. Mais tarde, em 1960, porém, o SAR passou a se interessar mais ativamente pela possibilidade de organizar os camponeses em sindicatos. A ênfase do trabalho do SAR começou a ir em direção ao treinamento das lideranças e seu papel foi sendo reformulado, gradativamente, como o de estimular a formação de sindicatos rurais. O primeiro sindicato liderado pela equipe do SAR foi fundado em novembro de 1960. Outros membros da hierarquia seguiram o exemplo. No começo de 1961, o arcebispo de Recife nomeou um pequeno número de padres para ocupar-se com o problema da sindicalização (a preparação e fundação de sindicatos rurais). Foi então fundado o SORPE, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, sob a direção de Pe. Paulo Crespo. Sua primeira tarefa foi ocupar-se do treinamento dos potenciais líderes camponeses, para que conhecessem a doutrina social católica e fossem capazes de resistir à sedução da ideologia marxista e das organizações políticas revolucionárias.²⁸² Embora as organizações mantidas pela Igreja estivessem, sem dúvida, genuinamente interessadas em ajudar os camponeses e na promoção humana, o novo interesse em trabalhar com os sindicatos rurais era, em princípio, resultado da notoriedade que as Ligas tinham adquirido na ocasião. Os sindicatos pareciam um meio de, simultaneamente, combater os males do marxismo e manter as massas rurais “dentro da Igreja”.

Na medida em que a Igreja se envolvia com a fundação de sindicatos rurais, a atitude do governo, especialmente do ministro do Trabalho, foi mudando e deixando de ser a de espectador insensível para se tornar parte interessada. A segunda instrução oficial, referente ao decreto de 1944 e que

280. Ver PIERCE, R. Op. Cit. p. 47 ss.

281. Ver WILKIE, M. E. Op. Cit. p. 42.

282. Ver o artigo de (CRESPO, P., 1963).

tratava da fundação e funcionamento de sindicatos rurais, foi expedida em meados de 1959. Nessa época, o ministro do Trabalho era membro do pequeno PDC, Partido Democrata Cristão, e estava empenhado em ajudar os primeiros esforços embrionários de organizações ligadas à Igreja.

Em 1962, a intensificação da atividade e do interesse do ministro do Trabalho refletiu-se em três novas instruções.²⁸³ Na época, o ministro, já não político do PDC, estava mais preocupado com sua própria influência no processo de sindicalização rural do que em ajudar as organizações cristãs a desenvolverem-se. Apesar disso, no começo, essas instruções interessaram quase que exclusivamente os sindicatos apoiados pela Igreja: no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e a seguir em vários outros estados do Nordeste. Outras organizações, não ligadas à Igreja, não se empenharam no campo da sindicalização rural até a segunda metade de 1962.

Quais eram, então, as características desses primeiros sindicatos apoiados pela Igreja, e como compará-los com as Ligas? As Ligas, partindo de uma posição inicial reformista, mudaram para uma postura mais revolucionária, senão em termos de atividade visível, ao menos em termos de ideologia – ou retórica – de suas lideranças. Essa ideologia tornou-se, como diriam os brasileiros, marxizante – isto é, não inteiramente marxista, mas inspirada por uma simpatia para com as idéias revolucionárias marxistas. Os sindicatos apoiados pela Igreja eram chamados a afirmar a doutrina social cristã acima e contra o “materialismo” das Ligas. Os esforços dos sindicatos operantes em áreas com proletariado rural eram, antes de tudo, dirigidos a assegurar o cumprimento das leis trabalhistas pelos empregadores. A maioria dessas leis havia sido mantida como letra morta no campo. Por isso, apesar da lei reconhecer os sindicatos como legítimos meios de defesa dos interesses dos trabalhadores, muitos empregadores negavam-lhes o direito fundamental de organização. Os empregadores quase nunca pagavam o salário mínimo legal, nem procediam honestamente na distribuição e avaliação das tarefas diárias. Situações essas que requeriam ação imediata. Surgiram então negociações econômicas, com o objetivo de chegar à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais – de fato normalmente preocupados simplesmente em manter uma renda real na inflacionária economia do Brasil.

Para obter a implementação dos códigos legais relevantes para os trabalhadores rurais, os sindicatos, e mais as federações nas quais eles se agrupavam

283. Ver PRICE, R. E. Op. Cit, p. 8.

em cada estado, tinham de recorrer aos tribunais trabalhistas. Para isto, precisavam empregar advogados. Frequentemente, esses advogados acabavam ocupando uma posição proeminente. Wilkie escreve que, quando os padres, originalmente incumbidos pelo arcebispo de Pernambuco de organizar os sindicatos rurais, tentaram retirar-se para segundo plano, “os leigos que assumiram o controle do movimento sindical foram muito mais os advogados do que os próprios camponeses.”²⁸⁴ Originalmente, então, do mesmo modo que as Ligas, os sindicatos eram organizações estimuladas e construídas de cima para baixo e não surgiram como resultado do desenvolvimento autônomo da consciência camponesa nas suas bases, ou por pressão gerada de baixo. Está patentemente claro que aqueles que tomaram a iniciativa de organizar sindicatos rurais – os bispos e, mais tarde, os padres e os leigos profissionais contratados pelas federações – não viam os sindicatos como meio para a mobilização política dos camponeses. No início, não imaginavam que a pressão camponesa pudesse conduzir a “mudanças estruturais de base” nas áreas rurais. Sua abordagem era estritamente econômica e legalista: para eles, era uma questão de implementação dos “direitos” existentes e de negociação com as estruturas vigentes. O uso político dos sindicatos com o objetivo de mudanças nas leis existentes ou da conquista das mudanças estruturais de base, que significariam a redistribuição de riquezas e especialmente do poder no campo, estavam ausentes de seu modo de ver as coisas. Ainda menos concebível para eles era o uso dos sindicatos como núcleos de um movimento revolucionário mais amplo.

ENTRADA DOS PROGRESSISTAS CATÓLICOS NO SINDICALISMO

Não tardou muito para que os sindicatos fundados sob instigação das autoridades da Igreja começassem a desviar-se do curso estabelecido por seus criadores. Uma vez que começaram a espalhar-se, bispos, padres e advogados não puderam mais manter o domínio sobre a rede de organizações que crescia rapidamente, nem manter sua ideologia sob controle. Quando organizações como o SORPE quiseram expandir suas atividades, precisaram empregar pessoas que tivessem certa capacidade de treinar e educar camponeses analfabetos ou semi-analfabetos, e que também estivessem desejando exercer este tipo de trabalho sob as condições do campo, frequentemente, muito precárias. Alguns dos novos quadros, obviamente, aceitaram de todo o coração a

284. WILKIE, M. E. Op. Cit. p. 46.

ideologia e os métodos de trabalho de um homem como Pe. Crespo. Mas muitos outros que se envolveram na sindicalização – principalmente estudantes tanto secundaristas quanto universitários – vieram para a nova tarefa com uma ideologia já constituída de posições muito mais avançadas, ou a desenvolveram durante o próprio trabalho no campo. Estes eram jovens da JEC, da JUC e, em alguns casos, da AP. Penetraram em uma série de organizações, cristãs e não cristãs, dependendo das oportunidades apresentadas nas diferentes áreas, sempre escolhendo aquelas que fossem ou pudessem vir a ser mais militantes e radicais. No início, especialmente aqueles que aderiram à linha da AP, viam o MEB por demais moderado, e não se interessaram por ele. Gradativamente, porém, durante o ano de 1963, depois que o MEB digeriu as conclusões do I Encontro de Coordenadores e adotou idéias que, em resumo, combinavam bem com as dos demais progressistas católicos, a AP aos poucos passou a aprovar e participar do trabalho do MEB no campo. Sua presença ali era importante porque tanto a juventude católica, que caminhava para uma postura mais radical, quanto os bispos e padres, que estavam preocupado com a “ameaça” das Ligas e dos comunistas, viram essa organização como um bom meio para a realização de seus diferentes objetivos.

A maioria daqueles a quem a Igreja Católica confiou a educação no sindicalismo rural passou a ver os sindicatos como um meio potencialmente muito importante de organização que poderia ser usado para provocar as transformações revolucionárias, em primeira instância, no campo e, subsequentemente, em toda a estrutura socioeconômica. Depois que os camponeses e trabalhadores rurais se conscientizassem de seus direitos como cidadãos, que aprendessem a ver a si mesmos como parte da nação e parte da sociedade, entenderiam o funcionamento dessa sociedade e qual era a sua parte nela na condição de grupo oprimido e explorado em termos econômicos e políticos – o pólo dominado, com o qual os cristãos dedicados à sindicalização se identificavam tão profundamente. E pela participação em organizações tais como os sindicatos, o povo rural desenvolveria a consciência de classe e começaria a pensar em termos de ação de classe. Estariam, assim, totalmente conscientizados.

Mas os jovens radicais, os que trabalhavam no MEB, com certeza, reconheciam que essa transformação na mentalidade dos camponeses não seria um processo fácil e que dificilmente se poderia esperar pelo surgimento da consciência de classe da noite para o dia. Muitos passos teriam de ser dados

antes que o camponês ou o trabalhador rural pudesse alcançar ao menos o sentido de “cidadania”: até o momento, o Estado tinha significado para ele pouco mais do que o poder armado do proprietário de terras. Esse processo demandaria muita paciência para despertar os camponeses para as possibilidades de mudança que existiam se eles se unissem contra aqueles a quem haviam sempre visto como seus superiores naturais.

Quanto ao processo de sindicalização em si, os progressistas católicos não viam razão para fundar numerosos sindicatos locais antes que a conscientização dos camponeses atingisse o estágio que tornasse essas organizações possíveis de serem utilizadas de fato pelos próprios camponeses. Qualquer outra estratégia de ação iria apenas levar a novas formas de paternalismo e massificação. Assim, previam árdua tarefa de conscientização que poderia levar muito tempo até mostrar resultados na forma de organizações militantes dirigidas pelo próprio povo. Essa abordagem populista, porém, teve de ser abandonada no espaço de um ano. Em meados de 1963, foram forçados a fazer exatamente o que tanto condenavam em seus rivais: passaram a fundar sindicatos em toda parte, sem considerar a capacidade dos próprios camponeses em dirigi-los. Como populistas,²⁸⁵ haviam chegado ao tipo de situação que necessariamente os levaria a abandonar ou alguns de seus princípios e escrúpulos ou a esperança de manter controle efetivo sobre o curso dos acontecimentos.

Esta situação foi causada pelas mudanças na estrutura política nacional, resultantes da crescentemente visível falência da política de compromissos que fora eficiente em períodos anteriores. Uma vez que o Presidente Goulart, alarmado com o surgimento de políticos não-tradicionais e não-*populistas* como Arraes em alguns estados importantes, envolveu-se numa tentativa de alargar sua base de poder expandindo ao campo seu *populismo* até então exclusivamente urbano, os progressistas católicos defrontaram-se com uma situação completamente nova. Isto aconteceu após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963.

285. Ver a segunda hipótese geral sobre populismo, mais adiante, no Cap. 14

MASSIFICAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS

Havia quase dez anos estava em discussão no Congresso Nacional um projeto de lei para estender o alcance da legislação trabalhista vigente, até então aplicável somente aos trabalhadores urbanos, para que incluísse explicitamente os trabalhadores rurais. O projeto fora discutido em comissões e em sessões plenárias, arquivado, reaberto, arquivado novamente; seu tortuoso vaivém do Senado para a Câmara, e vice-versa, terminou em janeiro de 1963, quando o Congresso aceitou, no essencial, a última versão do Senado e mandou a lei para a aprovação do presidente. O Estatuto do Trabalhador Rural foi assinado por Goulart, em março de 1963, e entrou em vigor três meses depois.²⁸⁶ Com relação ao objeto deste livro, os aspectos mais significativos do Estatuto, dos decretos e instruções publicados de junho em diante para regulamentar sua implementação, foram as provisões que tratavam da fundação e do funcionamento dos sindicatos rurais. Eles davam uma sólida posição legal às atividades dos sindicatos apoiados pela Igreja, até então numa posição bastante precária quanto à legalidade. Mas também tiveram outro efeito: induziram uma corrida ao campo de várias pessoas, partidos e movimentos interessados em utilizar as novas possibilidades para construir sua base de poder no campo – Goulart entre eles, por intermédio do Ministério do Trabalho.

A lei trabalhista especificava que, em cada município, poderia existir apenas um sindicato para cada categoria de trabalhadores: uma vez que um sindicato fosse constituído e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, tinha assegurado o monopólio da representação e não era possível nenhum desafio à sua diretoria, de fora da organização. Cinco categorias de trabalhadores rurais eram mencionadas e incluídas: trabalhadores empregados na agricultura, na pecuária, em atividades extrativistas, agricultores autônomos e pequenos proprietários sem empregados.²⁸⁷ Um sindicato poderia ser iniciado por cinquenta pessoas pertencentes a uma destas categorias ou a uma combinação delas. Se os trabalhadores de três ou mais categorias estivessem presentes, o sindicato tinha de ser um sindicato geral de trabalhadores rurais, mas se somente uma ou duas categorias estivessem representadas, o sindicato teria de ser específico daquelas ocupações.²⁸⁸ Como muitos dos trabalhadores do

286. PRICE, R. E., Op. Cit. p. 9. Descreve a longa trajetória do projeto de lei, da primeira versão mandada para o Congresso pelo Presidente Vargas, até o produto final de 1963.

287. Idem. p. 16. Com esta definição oficial fica também claro que o sindicato incluía tanto camponeses quanto o proletariado rural.

288. Ibidem. p. 20.

campo empregavam-se alternadamente em vários tipos de atividade, e como havia migração constante especialmente para as áreas que necessitavam mão-de-obra extra nas colheitas, estas disposições legais praticamente estimulavam a criação de sindicatos fantasmas, desde que as regras tornaram extremamente fácil a fundação de um sindicato .

Havia consideráveis vantagens no controle de um sindicato. Uma taxa federal (o “imposto sindical”) era automaticamente descontada da folha de pagamento, à razão de um dia de salário de cada trabalhador por ano, e mais uma taxa adicional estabelecida periodicamente para os empregadores. Parte desse montante era repassada às organizações federativas estaduais ou nacional, mas a maior parte (60%) ia para os cofres do sindicato local.²⁸⁹ Estas disposições financeiras, apesar de evidentemente só funcionarem bem onde a hostilidade dos empregadores à própria idéia do sindicalismo já tinha sido superada, fortaleceram ainda mais a posição dos fundadores e das primeiras diretorias dos sindicatos; tornaram sua posição, na prática, virtualmente invulnerável.

Para além do poder, obviamente muito limitado, que derivava do controle sobre um sindicato local, havia perspectivas bem mais atraentes para os que tivessem ambições políticas: o controle das federações que surgiam rapidamente em diferentes estados e que certamente teriam voz ativa na escolha das diretorias das confederações nacionais.

A partir de meados de 1963, o ritmo acelerou-se.²⁹⁰ O Ministério do Trabalho, desde muito tempo baluarte do apoio a Goulart, criou a Comissão Nacional do Sindicalismo Rural (Consir), formado por três representantes do ministério, três da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e um trabalhador rural indicado por cada um desses órgãos, embora a Supra aparentemente nunca tenha tomado parte ativa nesse processo. A Comissão formulou um plano grandioso para um real esforço de sindicalização em massa, esperando constituir 1.700 sindicatos no primeiro ano de seu funcionamento. Claramente, a intenção do presidente era a de escorar, pela extensão ao campo, os tentáculos populistas de seu partido, o PTB, por inter-

289. *Ibidem.* p. 29-31.

290. O relato seguinte é baseado principalmente em várias longas entrevistas feitas em 1965 com pessoas profundamente envolvidas nos esforços cristãos de sindicalização, e em documentos escritos por um deles, antes e depois do golpe de 1964. Infelizmente, a maioria do material documental desse período não está disponível hoje em dia [1969] e, conseqüentemente, não foi consultado diretamente.

médio do Ministério do Trabalho, o combalido sistema político. Tudo indica que Goulart já não tinha mais o controle efetivo de sua própria máquina. A Consir tinha uma minoria de membros do PTB que apoiava Goulart; um igual número de comunistas, um membro da AP e um representante dos sindicatos cristãos – embora este tenha chegado depois que todas as negociações haviam sido consumadas e por isso tenha ficado de fato impotente para influenciar as atividades da Consir.

Uma das indicações de que a máquina clientelista do governo sofria processo de corrosão era o fato de que, desde o início, a Consir apoiou os esforços que a Ultab (União dos Lavradores de Trabalhadores Agrícolas do Brasil), dominada pelo PCB, vinha fazendo para fundar seus próprios sindicatos e federações e fazê-los reconhecidos formalmente pelo Ministério do Trabalho. Como já se disse, até então os comunistas tinham concentrado seus esforços, na Ultab, nas Ligas Camponesas e em outras associações de trabalhadores rurais que funcionavam sob o Código Civil. Após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, muitas delas foram rapidamente transformadas em sindicatos, apesar do fato de que a primitiva Ultab tenha ficado em geral indiferente a esse tipo de organizações e até as tenha combatido por vê-las como “instrumentos dos padres”.

Enquanto isso, tornara-se óbvio para os populistas católicos que, se quisessem manter influência no processo, não poderiam esperar pela lenta gestação de consciência dos trabalhadores rurais. Os acontecimentos os forçaram a entrar na onda e a tentar fundar tantos sindicatos quanto possíveis com uma liderança que aceitasse sua orientação. Essa orientação era substancialmente diferente da que era dada por outras organizações de inspiração cristã, que não tinham ficado esperando que os camponeses estivessem “inteiramente prontos” para começar a estabelecer seus sindicatos. No sul do país – S. Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná – as Ligas Agrárias Católicas, criadas havia muito tempo, tinham um ponto de vista “solidarista” conservador. Organizações diretamente ligadas às dioceses, como o SAR no Rio Grande do Norte e o Sorpe em Pernambuco, eram talvez um pouco mais combativas e preocupadas com a formação de líderes camponeses. Algumas delas podiam, na prática, ser bastante militantes, mas sua ideologia, segundo observamos, estava longe de ser revolucionária. Os únicos verdadeiramente radicais eram os católicos populistas. Foram gradativamente aumentando as diferenças entre a maioria dos sindicatos do Nordeste, constituídos pela ação de organizações diocesanas e demais sindicatos: os criados pelos membros da AP e a

maioria daqueles orientados pelo MEB. Essas diferenças, combinadas com outros fatores de caráter mais pessoal, levaram-os a um confronto, em julho de 1963. O confronto das duas correntes deu-se no Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Embora, nesse congresso, os líderes camponeses tenham participado lado a lado com seus assessores, urbanos em sua maioria, foram estes últimos que deram o tom do encontro e se envolveram em polêmicas ideológicas. As relações entre os líderes e assessores dos sindicatos “do padre” ou católicos moderados e os católicos populistas iam claramente tornando-se cada vez mais tensas.

Diante da corrida para o campo e da pluralidade de agentes competindo na criação de sindicatos, os sindicatos “do padre” tentaram adiantar-se, fundando a Confederação Nacional garantindo, assim, sua própria maioria nesse órgão.²⁹¹ Para constituir-se uma confederação, segundo a lei, bastavam três federações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Em julho de 1963, existiam cinco federações: três, católicas moderadas, no Nordeste; uma de orientação cristã conservadora, em São Paulo e somente uma dirigida pela Ultab, no Paraná. A preponderância cristã naquele momento era uma expressão de sua já antiga preocupação com a sindicalização: embora a Ultab tivesse tentado fundar outras oito federações em andamento, a maioria delas ainda não havia sido de fato fundada e nenhuma tinha sido reconhecida.

Pouco depois, as quatro federações cristãs reuniram-se em Recife e fundaram a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag). O Paraná não participou, alegando que o convite chegou tarde; os organizadores, porém, acreditaram que essa ausência era uma manobra deliberada para questionar a legalidade do encontro. Seguiu-se um período de muita intriga, durante o qual a Ultab pressionou de várias maneiras as quatro federações fundadoras originais para fazê-las admitir que a confederação não tinha sido fundada legalmente ou, ao menos, que a eleição do conselho tinha sido irregular. Nisto eles eram totalmente apoiados pela Consir. No começo de novembro, houve uma reunião das federações cristãs e a Consir, na qual estava ausente o membro da comissão mais identificado com os pontos de vista das federações cristãs. Nessa reunião, foi dito aos representantes da Consir que os papéis de fundação da confederação seriam arquivados e que não seria considerada mais nenhuma ação para assegurar seu reconhecimento.

291. Essa idéia já vinha sendo ventilada havia tempos: (CRESPO, P. Op. Cit. p. 64) a menciona ao dizer que as federações do Nordeste estavam reunindo-se para criar a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.

As federações cristãs talvez tenham demonstrado certa falta de imaginação na escolha dos meios para resistir a essas pressões. Sem ver alternativa, não puderam senão ceder à sugestão da eleição de um novo conselho, num encontro no Rio, nos dias 19 e 20 de dezembro de 1963, ao qual todas as federações existentes seriam convidadas. Como resultado, a corrida acabou virando autêntica competição. Tinha-se apenas um mês para recrutarem-se tropas e colocá-las em posição para a batalha decisiva e as três partes interessadas fizeram total uso de todas as possibilidades disponíveis pela nova legislação. A Ultab parece ter sido particularmente hábil na constituição de sindicatos e federações por toda parte. Eles até mesmo “fundaram” cerca de dez federações que alegavam representar categorias específicas ou áreas já cobertas por federações fundadas pelos grupos católicos moderados. Esse expediente garantiria que estes últimos fossem neutralizados e que não estivessem presentes em dezembro, já que o Ministério do Trabalho teria de decidir, entre reivindicações conflitantes, a quais dar o reconhecimento e esse processo levava tempo.

Afinal, a Consir convidou 24 federações para o encontro de dezembro. Acontecendo em clima de excitação política generalizada, o encontro caracterizou-se principalmente por conchavos dos vários grupos, que usavam de todos os meios para ganhar posições e negociavam suas barganhas políticas até altas horas da noite. A Ultab controlava o maior grupo de delegados: dez federações ao todo. Oito federações tinham uma orientação mais ou menos católica – embora, ao final do evento, duas delas tenham feito acordo com os representantes das seis federações cuja linha era principalmente identificada com a AP. Em um primeiro momento, as federações não-comunistas tentaram fazer acordo sobre programa de ação e sobre a divisão dos cargos no conselho: juntos, eles tinham clara maioria de votos. Mas as diferenças de opiniões eram muito grandes e os antagonismos pessoais muito profundos. Não havia tolerância entre os porta-vozes abertamente revolucionários da AP e os assessores mais influentes dos católicos moderados, cuja concepção sobre o papel do movimento sindical era, em grande parte, modelado conforme a AFL-CIO, a Confederação Norte-Americana dos Sindicatos Trabalhistas, e seu parceiro latino-americano, Orit (Organização Trabalhista Interamericana).

Estagnadas as tentativas de cooperação entre os cristãos moderados e os progressistas, a AP e os comunistas reorientaram suas atenções uns para os outros, chegaram a um acordo para fazer uma “frente única” e decidiram pela

divisão do espólio. A Ultab ficou com a presidência e as finanças e um representante da AP tornou-se secretário-geral. Além disso, cada parte recebeu mais dois cargos. Aos católicos moderados foram oferecidos os dois cargos menos significativos no conselho de nove membros: terceiro vice-presidente e segundo-secretário. No último momento, decidiram aceitar esse derrisório oferecimento. Obviamente esperavam que, uma vez que a organização estivesse funcionando, a AP iria mudar de idéia e cooperar com eles para prevalecer sobre os comunistas. Mas nos três meses decorridos até o golpe, a confederação não chegou a deslanchar, e não há nenhuma evidência de que os católicos moderados estivessem fazendo algum progresso em seus esforços para persuadir a AP a separar-se dos comunistas.

AP NA ARENA POLÍTICA

Entretanto, a AP, aparentemente, passou a ter dúvidas sobre a “frente única” na Contag. Parece que, em geral, as frentes únicas foram mais freqüentemente experiências infelizes para AP e seus membros estavam longe da unanimidade quanto à sensatez e a oportunidade de tal cooperação. AP era o parceiro politicamente menos experiente e sofisticado no jogo político do que os comunistas. Os comunistas armaram um astuto jogo pelo qual beneficiavam-se muito do apoio da AP, sem ter que conceder muita coisa em troca. As eleições da Contag passaram a ser vistas sob essa luz e, depois de completada a “autópsia” desses eventos, a AP parecia estar pronta para reformular suas relações com os comunistas, talvez até para o rompimento total com eles.

Esse rompimento, precipitado pelo golpe de abril de 1964, teria sido justificado por muitas razões.²⁹² A AP ressentia-se das práticas manipuladoras do PCB, que estava legalmente impedido de participar abertamente na política. O partido, no entanto, freqüentemente tirava vantagem dessa contingência escondendo sua verdadeira coloração política frente às massas, para as quais comunismo era ainda uma palavra suja. Os comunistas assumiam grande variedade de papéis, dependendo de quem fosse seu aliado no caso: do papel de antiimperialistas, junto à burguesia nacionalista, ao de anticapitalistas, junto ao resto da esquerda progressista. A AP também duvidava (e com razão) da disposição dos comunistas para a promoção de mudanças radicais, se

292. A exposição das opiniões da AP, que apresento no próximo parágrafo, baseiam-se no relato de um informante entrevistado em dezembro de 1965, que teve a oportunidade de observar de perto a cúpula da AP (sem, no entanto, pertencer a ela), e no anteprojeto de um documento feito pela liderança da AP no início de 1964, analisando os problemas da frente única (datilografado).

necessário, por meios realmente revolucionários, e começou a suspeitar de que estava sendo impelida, pelos comunistas que não queriam ser pegos em flagrante se as coisas acabassem mal, para as posições mais expostas. Ao mesmo tempo, os comunistas pareciam estar pretendendo “usar” as outras forças progressistas para seus próprios propósitos de chegar ao poder. Eles tentavam ditar as políticas, sempre reivindicando direitos como força revolucionária mais antiga no país, agindo “como uma espécie de Santo Ofício da Revolução Brasileira”. Suas atitudes, na visão da AP, eram baseadas na premissa de que toda frente única não passava de um compromisso passageiro, uma “aliança temporária com o erro”, possível somente se pudesse ajudar o partido a, no fim, chegar à hegemonia. As lideranças da AP concluíram que, se a prática do movimento tivesse de ser levada em conjunto com a de outros agrupamentos políticos, seria necessário que, na frente única, cada partido constituído mantivesse sua própria identidade claramente definida e abertamente divulgada. Isto levaria a uma demarcação de interesses e diferenças e a evitar manipulações dissimuladas de uns sobre os outros.

Esta percepção desenvolvia-se na AP após cerca de 18 meses de plena atividade, de penetração em organizações existentes, estatais ou privadas, de colaboração com outras organizações de esquerda, e de um certo sucesso na conquista de novos membros (ou simpatizantes) para ocupar posições de importância política. Isto vinha acontecendo, como já se disse, especialmente no movimento sindical rural. Além disso, alguns de seus membros ocupavam cargos na burocracia federal e estadual – particularmente em departamentos responsáveis pela educação. Assim, durante esse período, membros e adeptos da AP estavam, em certa medida, próximos aos centros de poder político, embora não participassem efetivamente da tomada de decisões em escala que produzisse algum impacto.

Contudo, essa aparente proximidade do centro da política produziu desgaste da pureza populista de suas ações. Assim, a luta pelo poder na Contag representou a degeneração de um movimento potencialmente grande de significação social em um instrumento fragmentado, de eficácia duvidosa, a ser usado pelos politicamente ambiciosos. A despeito de si mesma, e das prescrições bem claras de sua ideologia populista no sentido contrário, a AP participou freneticamente – sentiu que *tinha de* participar. De modo semelhante, o movimento passou a se organizar de maneira muito mais “elitista” do que sua própria ideologia parecia permitir; de fato, institucionalmente, a AP desenvolveu uma estrutura, durante esse período, que tinha mais em

comum com a estrutura do Partido Comunista do que com um movimento cuja preocupação principal fosse, como se suporia, “deixar falar o próprio povo”. Esperava-se que quem se tornasse membro atuante de um grupo da AP executasse certas tarefas de acordo com uma “linha” que havia sido determinada na instância superior: esperava-se, efetivamente, que eles se submetessem à “disciplina”.²⁹³ Era compreensível que isto criasse conflitos entre a cúpula e os filiados. De fato, substanciais tensões permearam o movimento desde sua fundação.²⁹⁴ Mas, sendo a “infiltração” uma atividade favorita de todos os movimentos políticos de esquerda, durante o frenético último ano do governo de Goulart, a liderança da AP deve ter querido, muitas vezes, adiantar-se às manobras dos menos escrupulosos quanto à “massificação”.

O golpe tornou todas estas considerações irrelevantes, ao menos no que diz respeito às atividades políticas desempenhadas abertamente. Depois de 1964, os fragmentados remanescentes clandestinos da AP voltaram-se para a direção dos que defendiam uma revolução violenta, enquanto o PCB tentou manter uma posição de compromisso e condenou o “aventureirismo” contra a posição do Partido Comunista do Brasil, de tendência maoísta, e outros grupos marxistas dissidentes. Como escrevi no começo do capítulo anterior, após 1964, a AP parecia ter, finalmente, perdido suas referências especificamente cristãs. Desde seu início, ela havia evitado conexões institucionais com a Igreja ou com as organizações católicas, mas nos dias que antecederam ao golpe ainda mantinha marcas filosóficas e ideológicas de seu parentesco com os progressistas cristãos. A partir dali, porém, parece não apenas que ela se dividiu em vários pequenos grupos mutuamente antagônicos, já não se podendo mais falar, propriamente, de *uma linha* da AP, como também que as idéias sustentadas pela maioria das diferentes facções tinham passado a ancorar-se totalmente em um radicalismo laico – marxista, castrista ou maoísta.²⁹⁵ A partir desse ponto, voltaremos à evolução do objeto central deste estudo, o Movimento de Educação de Base.

293. Às vezes, tal disciplina estendia-se à vida privada das pessoas: um informante contou-me que um membro de um dos grupos da AP recebeu ordens de romper relações com uma moça que pertencia ao PCB. Cf. a já clássica discussão deste mesmo fenômeno, em (SCHWEITZER, A., 1944).

294. Nos anos de clandestinidade, posteriores ao golpe, o movimento aparentemente separou-se em várias facções hostis umas às outras.

295. De certo modo desconfio do que escrevo aqui, uma vez que foi impossível obter informações realmente confiáveis sobre o desenvolvimento da AP no período posterior ao golpe.

7. MEB: OBJETIVO, FUNCIONAMENTO E SEUS QUADROS

AS ORIGENS DO MEB

A maioria dos documentos do MEB, incluindo-se os que tratam da história do movimento, começam seu relato a partir de um acordo entre o governo federal e a CNBB, no início de 1961, quando a CNBB concordou em expandir a experiência das escolas radiofônicas das dioceses de Natal e Aracaju para todas as áreas menos desenvolvidas do Brasil. A educação pelo rádio já vinha sendo feita havia alguns anos – no caso da diocese de Natal, por exemplo, desde 1958. Dessa forma, era feito boa parte do programa de trabalho social do SAR, de grande alcance, instituído pelo bispo local, D. Eugênio Sales, sob sua supervisão direta.

Por volta de 1958 já havia um bom número de emissoras de rádio de propriedade de dioceses²⁹⁶ e, naquele ano, ocorreu o primeiro encontro para discutir problemas de interesse comum. Nesse encontro, assistido por representantes de 32 emissoras, muitas delas dos mais prósperos estados do sul do país, foi estabelecida uma organização encarregada de manter as emissoras em contato umas com as outras e de estudar a solução de problemas comuns: a Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec). Sua primeira secretária-geral, que organizou o encontro em nome do secretariado para Ação Social da CNBB, desde o início interessou-se especialmente pelo papel educacional dessas emissoras. Era bem consciente do fato de que um sistema de escolas radiofônicas poderia funcionar efetivamente somente se fosse dirigido por pessoas treinadas para isso. Assim, rápidos cursos de treinamento foram organizados para futuros quadros dos três recém-formados sistemas de escola

296. Na verdade, as emissoras eram de propriedade dos bispos, uma vez que, de acordo com a lei brasileira, emissoras de rádio não podem pertencer a pessoas jurídicas.

radiofônica. Nesses cursos, foi de grande utilidade a experiência anterior da diocese de Natal e das escolas radiofônicas colombianas instaladas em Sutatenza.²⁹⁷ No início de 1960, quando esses sistemas de escola radiofônica já estavam funcionando havia algum tempo, a Renec convocou os responsáveis para um Encontro de Educação de Base, em Aracaju, Sergipe. Embora esse encontro se concentrasse principalmente sobre problemas técnicos e organizacionais, foram também discutidas algumas implicações mais amplas sobre educação de base. Provavelmente, foi nessa oportunidade que se levantou a questão de estender o trabalho existente para uma escala nacional.

Durante a campanha para as eleições presidenciais de 1960, em visita a Sergipe, Jânio Quadros conheceu o trabalho do sistema de escolas radiofônicas da diocese de Aracaju, cuja atividade básica era a de ensinar camponeses adultos a ler e escrever. Quadros ficou bem impressionado e, durante a visita a Aracaju, encontrou-se com o arcebispo, D. José Távora, responsável pelas escolas radiofônicas. Durante aquele encontro, D. Távora e Quadros discutiram a possibilidade da Igreja organizar este tipo de educação pelo rádio em maior escala, por todo o país.

D. Távora discutiu a questão com o pessoal da Renec, no Rio. Sentiam que, naquele momento, já tinham acumulado suficiente experiência com métodos de treinamento para tornar possível uma maior expansão e bases mais profundas. Aceitariam criar uma rede de sistemas de escola radiofônica, se pudessem contar com os recursos necessários para isso. Se o governo federal providenciasse os recursos, não haveria problemas. D. Távora também consultou alguns de seus amigos bispos, especialmente o secretariado da CNBB que, naquele momento, era ocupado por D. Helder Câmara, então arcebispo-auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro. Homem, cuja principal preocupação já estava no campo social, desde que chegara ao Rio estava muito mais consciente da profundidade dos problemas sociais e econômicos do Brasil do que a maioria de seus colegas, recebeu a idéia com entusiasmo. Promovendo a educação de base, a Igreja poderia desempenhar destacado papel para seu desenvolvimento. Poderia contribuir para elevar os baixíssimos padrões de vida da população rural, tornando-a mais capaz de ajudar a si própria.

297. O clericalismo da *Acción Cultural Popular* colombiana foi, no entanto, rejeitado desde o início. Pode-se encontrar uma breve discussão sobre as escolas radiofônicas colombianas em meu trabalho (DE KADT, 1967a).

Acordos básicos foram feitos entre os bispos e o presidente, logo no começo do novo mandato presidencial. D. Távora propôs formalmente a idéia a Quadros, em carta datada de 11 de novembro de 1960: a CNBB providenciaria o pessoal e a organização e executaria o trabalho; o governo daria sua benção secular e pagaria a conta. Cerca de quatro meses depois, em 21 de março de 1961, o presidente assinou um decreto dando ao Movimento de Educação de Base, a ser lançado pela CNBB, a responsabilidade de organizar as escolas radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.²⁹⁸ O decreto previa transferência de recursos durante cinco anos (1961-1965) e estipulava que o MEB receberia 400 milhões de cruzeiros durante o primeiro ano – em pagamentos bimensais, adiantados.²⁹⁹ Em troca, o Movimento instalaria 15 mil escolas radiofônicas naquele ano e planejava sua expansão a cada ano subsequente, sempre superior à do ano anterior. Provisões foram feitas para acordos subsidiários com vários ministérios, tais como Educação, Agricultura e Saúde e, numa cláusula importante, o MEB teria o direito de requerer o apoio de funcionários federais para serviços considerados indispensáveis para o Movimento. Esta facilidade foi usada, em larga escala, no prosseguimento da organização, também por meio de acordos separados com os vários estados com respeito a funcionários, especialmente para trazer professores do estado para o Movimento, nos cargos de supervisores, professores e assim por diante. O secretário da Renec tornou-se secretário-geral do MEB.

Como veremos, a implantação foi concebida em escala monumental. Todos os envolvidos, sem dúvida, sonhavam com uma campanha de alfabetização em massa que iria eliminar de uma vez por todas o analfabetismo rural, ou ao menos reduzi-lo substancialmente, colocando-o abaixo da média nacional de analfabetismo, de aproximadamente 50% dos brasileiros de mais de dez anos de idade. No Nordeste, a taxa de analfabetismo, segundo o censo de 1950, era bem acima de 70%, situação que aparentemente mudou na década seguinte.³⁰⁰ Já se havia tentado antes vários esforços grandiosos

298. Decreto Presidencial nº 50.370, 21 de mar. 1961, publicado no Diário Oficial em 22 de março de 1961. A versão final envolveu uma mudança nas pretensões originais da organização nacional, pela exclusão das áreas mais desenvolvidas do sul do país. Em termos gerais, é lógico, isto fazia sentido – mas supunha uma homogeneidade do desenvolvimento que o Sul dificilmente possuía. Muitas áreas rurais do Sul poderiam ter sido beneficiadas também.

299. Isto representava aproximadamente US\$ 1.7 milhões, pela taxa de câmbio média durante aquele ano.

300. Todos os especialistas que consultei consideram os números sobre alfabetização do Censo de 1950 como totalmente incorretas.

como este, todos eles malogrados depois de pouco tempo por falta de fundos ou de pessoal, ou por causa da atrofia política da agência patrocinadora. No caso do MEB, não se tem dúvida da honestidade das intenções e da preocupação genuína do presidente ou dos bispos que tomaram a iniciativa – mas é difícil escapar da impressão de que as motivações de ambos os lados incluíam também outras considerações. Analfabetos não podiam votar no Brasil, era provável que um financiamento do governo para a elevação das massas rurais a condição de eleitores trouxesse alguma recompensa nas urnas – não importa quão irrealista isso possa parecer, visto em retrospectiva. Tal resultado podia parecer especialmente importante para um *populista* como Jânio Quadros, que chegou à Presidência levado por uma onda de entusiasmo popular sem ter a máquina política à sua disposição. Para muitos bispos, por outro lado, o projeto prometia prestígio e influência pela obtenção de emissoras de rádio, e um bom número deles esperava usar os programas básicos de educação para o ensino religioso e a propagação da fé.

AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS E OS SISTEMAS

O esquema operacional inicialmente estabelecido pelo Movimento, em linhas gerais, manteve-se inalterado através dos anos. As mudanças que ocorreram relacionavam-se mais ao equilíbrio de poder entre os elementos que o constituíam do que ao padrão geral de organização e trabalho. O Movimento, originalmente um departamento da CNBB - mais tarde tornou-se uma agência independente, na qual um conselho dos bispos (Conselho Diretor Nacional, CDN), nomeado pela CNBB, exercia a autoridade suprema – foi concebido em três níveis: municipal, estadual e nacional.

A unidade básica da organização era o *sistema*, composto de uma *equipe* – de professores, supervisores, locutores de rádio remunerados e pessoal auxiliar que elaborava os programas diários, os executava e supervisionava sua aplicação nas escolas radiofônicas – dos líderes comunitários e dos *monitores* que faziam a ponte entre a equipe e os camponeses beneficiários. O número de *sistemas* cresceu de 11, em 1961 – quatro dos quais já existiam como organizações diocesanas independentes antes da fundação do MEB – para 59 em 1963, baixando para 52 no final de 1965, como resultado das dificuldades políticas e financeiras que se seguiram ao golpe de 1964. Estavam ainda em operação.³⁰¹ Alguns *sistemas* vieram a trabalhar com outros métodos que não o

301. A tendência ao declínio continuou nos anos seguintes: em dezembro de 1967 havia 21 sistemas em operação.

de aulas pelo rádio, geralmente devido a não materialização da estação emissora ou da frequência de transmissão prometidas não se materializavam depois que a unidade local do MEB e, assim, no decorrer do tempo, a ênfase geral do trabalho do Movimento desvio-se do ensino pelo rádio. No entanto, a forma mais comum de organização e trabalho manteve-se aquela das escolas radiofônicas

Essas escolas radiofônicas eram muito simples. Embora muitas vezes funcionassem nos prédios de escolas locais, construções geralmente precárias, havia muitas comunidades onde nem estes prédios existiam.³⁰² Nesse caso, a classe, de 10 a 15 alunos, a maioria deles entre 15 e 30 anos,³⁰³ reunia-se na moradia do monitor, quase sempre uma casa de taipa, semelhante às outras da área. Conforme mostra a Tabela 1, o número de escolas radiofônicas alcançou no máximo a pouco mais de 7 mil, no terceiro trimestre de 1963. A partir daí, nota-se um declínio provocado, em um primeiro momento, por uma alteração forçada no horário da programação das emissoras de rádios, resultante da introdução, pelo governo brasileiro, de um boletim diário oficial de uma hora de duração, cuja transmissão era compulsória para todas as emissoras. A alteração do horário de programação do MEB, que passou a ser transmitido ou muito cedo ou muito tarde para os camponeses, significou que muitos abandonaram o curso e um quarto das escolas radiofônicas foram fechadas, embora a flutuação sazonal possa ter tomado parte nisso também. Uma redução posterior ocorreu depois do golpe, em 1964; em muitas áreas o MEB esteve inativo durante mais de três meses. Onde restou um *sistema*, algumas escolas foram reabertas, outras nunca mais foram reativadas. Conseqüentemente, entre dezembro de 1963 e dezembro de 1964, o número de escolas radiofônicas foi reduzido em mais um quinto; em dezembro de 1964, restavam cerca de 4.600. Com o fechamento de todos os *sistemas* que funcionavam em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Goiás – resultado essencialmente de pressões políticas e financeiras – o número de escolas radiofônicas caiu para menos de 2.500, no começo de 1967. O

302. Há uma desorientante variedade de tipos de “comunidade”, termo aqui usado para se referir a conjuntos de famílias rurais que, de algum modo, consideram-se pertencentes a um mesmo “sítio” ou “grupo local” ou “vizinhança”, fora do núcleo “urbano” do município. Para uma útil análise geral veja (WOLFE, M. Op. Cit; SMITH, L., cap. 17).

303. A proporção de estudantes abaixo de 15 anos, em duas amostras não muito representativas, tomadas em 1963 e 1964, era respectivamente 24% e 4%. Nas mesmas amostras, os alunos de mais de 30 anos somavam 15% e 17% respectivamente. Parece certo que aproximadamente dois terços dos estudantes do MEB tinham entre 15 e 30 anos (cf. MEB em cinco anos, p. 97).

declínio foi maior nas áreas de tensão política como o Nordeste. Além do mais, depois do golpe, os camponeses de lá perderam interesse nas escolas radiofônicas que já não podiam nem discutir os problemas reais enfrentados pelo povo, nem assegurar a promessa de uma participação política significativa para os alfabetizados. No Norte, pelo contrário, nos estados menos “politizados” da Amazônia, o Movimento continuou a ganhar terreno firmemente: isto pode ser visto pelo número absoluto de escolas em proporção ao total.³⁰⁴

Tabela I – Número de rádios e proporção por região³⁰⁵

	Dez. 1961		Dez. 1962		Dez. 1963		Dez. 1964		Dez. 1965		Jan. 1967	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
NO *	75	3	362	7	500	7	678	15	1.051	23	1.154	45
NE **	2.586	96	4.956	88	6.464	88	3.604	78	3.280	73	1.332	53
CO***	26	1	280	5	389	5	316	7	191	4	41	2
	2.687	100	5.598	100	7.353	100	4.598	100	4.522	100	2.527	100

Fonte: MEB em cinco anos, p. 90, e relatórios anuais.

* Amazonas, Pará, Rondônia.

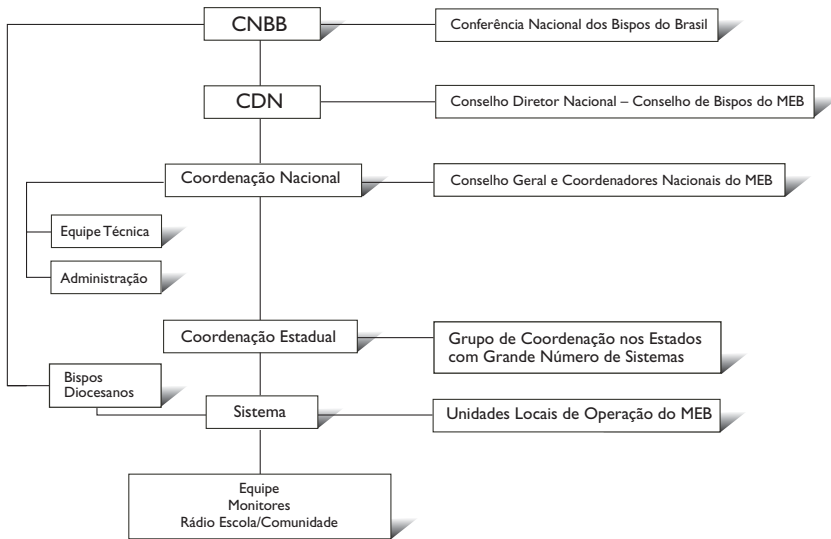
** Maranhão, Piauí, Ceará, R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia.

*** Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso.

304. Para uma discussão mais ampla dessas implicações ver o cap. 10.

305. Nota: Estes números devem ser tomados mais como indicadores da ordem de magnitude do que como um documento totalmente verdadeiro do número de escolas radiofônicas funcionando ativamente. Alguns relatórios de monitores (e dos sistemas) foram certamente otimistas, especialmente nos últimos anos.

Gráfico I



O monitor é uma das peças mais essenciais da engrenagem do MEB. Durante o primeiro ano de operação, ele (ou ela) era nomeado pela direção e, mais tarde, passou a ser escolhido pelos próprios camponeses. O monitor era sempre um membro da comunidade. No início, era considerado como a ligação entre a escola e a equipe que dirigia o *sistema*: pessoa que recebeu alguma educação formal e era, ao menos, semi-alfabetizado. Era uma espécie de auxiliar sem remuneração, que retransmitia as instruções dos programas para os alunos, conferia seus exercícios, fazia-os ir ao quadro negro, estimulava os mais lentos e liderava as discussões. Este último aspecto de suas tarefas era o mais dependente de sua capacidade de liderança. Não demorou muito para que este fator – liderança – se tornasse o requisito mais importante para um monitor. Gradualmente, começou a ser visto no movimento menos como professor auxiliar e mais como líder comunitário, com muitas incumbências além daquela de fazer, por uma hora, cada noite, a ligação entre o professor radiofônico e os alunos.

Esta mudança ocorreu *pari passu* com a transformação da auto-imagem do Movimento, em que o elemento alfabetização, visto como parte da educação de base, foi derrubado de sua posição predominante pelo interesse muito maior em compreender a situação existente e pelas organizações que pudessem conduzir o camponês a tornar-se menos dependente

dos proprietários rurais e mais assertivo quanto a seus próprios interesses. Em 1963, isto resultou, por exemplo, no aparecimento de atividades orientadas à preparação dos camponeses para a participação nos sindicatos rurais. No mesmo período, os *sistemas* começaram a deslocar sua primeira preocupação da programação das aulas radiofônicas, para dar mais atenção às visitas dos supervisores às escolas e comunidades e a novos métodos de cooperação comunitária. O treinamento, estudos e cursos que vinham sendo feitos havia cinco anos, adquiriam maior importância conforme os anos se passavam. Nos dois primeiros anos, esses treinamentos eram organizados com a pretensão de provocar impacto, através das escolas radiofônicas. Aos poucos, porém, conforme o Movimento desenvolvia uma visão mais ampla sobre suas tarefas, a ênfase afastou-se das escolas radiofônicas para a comunidade, e do monitor, como professor-auxiliar, para o monitor como líder potencial da comunidade.

Os treinamentos eram elementos-chave para o funcionamento do Movimento. Serviam para preparar a equipe do *sistema*, ou atualizá-la. No primeiro ano de operação, a maioria das equipes era recrutada entre pessoas recomendadas pelo bispo ou pelos padres locais; mais tarde, o fluxo de novos membros para o Movimento tornou-se muito menos dependente de iniciativas eclesiais. A maioria dos recém-admitidos diriam que seu primeiro treinamento lhes tinha dado uma nova perspectiva sobre o mundo. Certamente se referiam à visão sobre a organização social e econômica, e mesmo a questões religiosas como o papel do leigo na Igreja – embora essas questões fossem abordadas mais por implicações do que pelas discussões explícitas. Assim, o método pelo qual as equipes locais eram integradas ao Movimento servia de modelo para a capacitação que elas, por sua vez, davam aos monitores. Concebidos, em primeiro lugar, como instrumentos de treinamento, tanto esses cursos quanto os encontros de representantes dos diferentes níveis de lideranças do Movimento, mais formais e menos frequentes, evoluíram para um fluxo de mão dupla, no qual a visão das bases veio a exercer tanta influência sobre os dirigentes quanto o inverso. Foi naquelas reuniões que passaram a ser trabalhados os princípios de não-diretividade que viriam a ter influência fundamental no desenvolvimento geral do Movimento.³⁰⁶

306. Veja cap. 11.

Tabela 2 – Treinamentos para as equipes, 1961-6: n° de participantes e proporção por região

	1961		1962		1963		1964		1965		1966		1961-7	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
NO	–	–	–	–	53	16	12	9	2	2	23	28	90	10
NE	78	84	93	69	187	57	107	81	76	72	59	72	600	68
CO	15	16	42	31	90	27	13	10	28	26	–	–	188	21
Total	93	100	135	100	330	100	132	100	106	100	82	100	878	100
N° Treinamentos	4		6		14		6		5		3		38	

Fonte: MEB em cinco anos, p. 87 e relatórios anuais

Tabela 3 – Treinamentos para monitores, 1961-5: n° de participantes e proporção por região

	1961*		1962		1963		1964		1965**		1961-5		1961-7	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
NO	80	7	65	2	205	5	588	19	225	12	1163	8	90	10
NE	1052	89	3458	93	3220	84	2071	66	1455	78	11256	82	600	68
CO	50	4	186	5	445	11	488	15	183	10	1352	10	188	21
TOTAL	1182	100	3709	100	3870	100	3147	100	1863	100	13771	100	878	100
N° Treinamentos	36		135		153		111		83		518		38	

* números aproximados

** números incompletos

Fonte: MEB em cinco anos, p. 86

Do início de 1961 até o final de 1966, como mostra a Tabela 2, um total de 38 treinamentos foram realizados para as equipes dos *sistemas*, atingindo cerca de 900 pessoas. O auge aconteceu durante o ano de 1963, quando se realizaram 40% de todos os cursos e foram treinados 40% de todos os membros potenciais para as equipes – foi o período de mais rápida e eufórica expansão. A Tabela 3 fornece os dados disponíveis referentes aos treinamentos para monitores. Até o final de 1965, foram realizados 500 desses treinamentos, com a participação de quase 14 mil *treinandos*. A predominância

de nordestinos entre os monitores treinandos é notável; seu declínio após 1964 (em termos absolutos e relativos) é ainda mais marcante.³⁰⁷ A participação nos treinamentos não garantia a entrada dos indivíduos na organização, mas o número de fracassos não era alto, apesar de haver certa rotatividade de pessoal.

Os dados apresentados nestas tabelas, em particular aqueles referentes aos monitores, certamente fornecem os indicadores mais significativos em termos quantitativos do alcance e eficácia do Movimento. Apesar de existirem importantes diferenças na “qualidade”, especialmente entre os monitores, o impacto do MEB deve ser medido pelos quadros que formou. Muitas destas pessoas tornaram-se líderes nas áreas rurais. O fato de não terem produzido um grande efeito deve ser atribuído ao relativamente curto período disponível para atividades livres – e aprendizado – nas áreas rurais: após o golpe, quase todas as categorias de liderança camponesa tornaram-se suspeitas e poucas atividades, além do ensino, eram toleradas.

As estatísticas quanto ao número de analfabetos que concluíram um ano de curso no MEB são muito mais questionáveis. Os únicos dados disponíveis são aqueles mostrados na Tabela 4, que mostram o número de alunos matriculados e ainda freqüentando as aulas no final de cada ano. Eles aumentaram de 39 mil em 1961 para 111 mil em 1963; depois baixaram, em 1964, para 64 mil, com mais uma pequena diminuição para 61 mil, ao final de 1965. No ano de 1966, com o fechamento de tantos sistemas, o número caiu para 31 mil. O importante crescimento do trabalho do Movimento na região amazônica refletiu-se num crescimento gradual de mil (ou 2.5%) em 1961 para 16 mil (ou 53,2%) em 1966.³⁰⁸ Ninguém no Movimento sabe exatamente a margem de erro dessas cifras por causa de exageros nos relatórios; para os primeiros anos poderia facilmente estar entre 10 e 20%. Atendimento, no entanto, não garante resultados – e não há dados disponíveis para uma avaliação confiável da eficácia do MEB na promoção da alfabetização. O máximo que se pode dizer é que com cifras como estas temos a idéia da magnitude envolvida.

307. Como pode ser verificado na Tabela 3, os dados se tornam mais incompletos depois de 1964. Tudo o que se sabe sobre 1966 é que se realizaram pelo menos 11 treinamentos de monitores em 6 dos sistemas (464 participantes). Esses baixos números refletem um declínio na quantidade de treinamentos devido a dificuldades financeiras e problemas administrativos (comunicação) desse período.

308. No final de 1967, restavam 27 mil estudantes, dos quais 14 mil estavam na região amazônica.

Sabe-se que houve muita desistência durante dois anos: em 1963 e em 1964, um quarto daqueles que começaram não persistiram. Um dado importante foi o aumento da proporção de alunos “avançados” que completaram um segundo ou subseqüente ano de trabalho: subiu de 17% em 1961 (todos nas escolas radiofônicas já existentes em Natal) para 41% em 1965. Pode-se assumir que o impacto – no mais amplo sentido da palavra – do Movimento estava relacionado com o tempo empregado nas aulas. Em todo caso, focalizando-se mais os problemas relacionados com as condições sociais e econômicas dos camponeses, naquele momento, a atenção dada à pura alfabetização como sinal de eficácia diminuía (fora da Amazônia) conforme o tempo passava. No entanto, de acordo com as cifras encontradas nas publicações do MEB, a ênfase manteve-se na alfabetização.

Tabela 4 – Alunos ao final de cada ano, 1961-1966, e proporção por região

	1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
NO	974	2,5	6200		6902	6,2	9257	14,5	12225	19,9	16448	53,2
NE	37374	96,5	98183		98236	88,4	50248	78,8	46370	75,3	12278	39,7
CO	386	1,0	3188		5928	67	4253	6,7	2905	4,7	1195	3,9
dos quais, Alunos Adiant.		17%		11%		24%		30%		41% (est)		Falta o dado

Fonte: MEB em cinco anos, p. 92 e relatórios anuais

COORDENAÇÃO GERAL : NACIONAL E ESTADUAIS

Naqueles estados onde havia mais de dois ou três *sistemas*, sua coordenação era feita por uma equipe própria: a Coordenação Estadual. Essas equipes – existiram em Pernambuco, Ceará, Bahia, e Minas Gerais – operavam a partir da capital do estado. Com o passar do tempo, as funções formais das equipes estaduais tornaram-se menos importantes do que seu papel como elemento-chave na dinâmica do desenvolvimento ideológico e estrutural do Movimento. A liderança estadual estava relativamente perto das “bases” e participava em boa parte do trabalho efetivo. Por isso, conheciam os problemas da clientela do MEB por experiência própria; suas idéias sobre exploração e pobreza relacionavam-se a evidências concretas. E ainda, por terem alto nível

educacional, eles poderiam entender a linguagem ideológica ou filosófica mais abstrata da equipe do Rio, com quem tinham contato freqüente. Desta maneira, as equipes estaduais – e os *sistemas* situados nas capitais estaduais mais importantes – faziam a mediação entre a teoria e a prática também porque, diferentemente de quem atuava em áreas mais distantes, eles viviam em lugares onde a nova postura progressista da JUC e, mais tarde, da AP expressou-se de forma organizada. O contraste era muito grande com os *sistemas* individuais do Norte, que não eram coordenados regionalmente, nenhum deles tendo sido fundado antes de 1963.³⁰⁹ Foi, principalmente, a visão e a atividade das estaduais e dos *sistemas* das grandes cidades que levaram o Movimento, de 1962 em diante, a uma direção nova, populista, que o colocou mais próximo do povo e o transformou em expressão da visão de mundo popular antes daquela defendida pelos bispos.

Finalmente, em nível nacional, havia um secretariado-geral, uma administração e uma equipe técnica estabelecidos nos escritórios nacionais, no Rio. De início funcionavam em um edifício que sediava o Secretariado da CNBB, mas no começo de 1964 o Nacional mudou-se para sua sede própria. O Nacional dava todas as orientações ao Movimento, dava expressão à unidade nacional que superava as diferenças regionais, fornecia serviços técnicos especializados – tais como preparação de cartilhas, textos mimeografados, instruções e documentos de estudo para os *sistemas* e treinamento de lideranças de alto nível – e manutenção do contato com organizações governamentais e eclesiais. No auge da atividade do Movimento, havia, incluindo-se o quadro de secretários, o administrativo e o doméstico, mais de 50 pessoas trabalhando no Nacional; mais tarde esse número baixou para a metade. A Tabela 5 apresenta dados totais dos funcionários do Movimento. No Nacional, várias profissões estavam representadas, desde educação, sociologia e psicologia a direito e contabilidade. Alguns tinham diplomas universitários, outros estudavam enquanto trabalhavam. Cada um contribuía de acordo com sua perspectiva especializada para o funcionamento do Movimento e seu desenvolvimento ideológico que foi especialmente influenciado pelos vários estudantes e graduados em filosofia.

309. Alguns dos problemas engendrados por esta discrepância são discutidos no capítulo 11. A situação da região amazônica é brevemente examinada na p. 298.

Tabela 5 – Total de funcionários contratados, 1963-1967, e proporção

	1963		1964		1965		Jan 1967	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
NO	43	9	45	10	61	14	74	38
NE	367	76	315	72	315	71	115	59
CO	74	15	77	18	65	15	7	4
Subtotal	484	100	437	100	441	100	196	100
Nacional	47	-	32	-	29	-	25	-
Total	531	-	469	-	470	-	228	-

Fonte: MEB em cinco anos, p. 83 e relatórios anuais

No Nacional, também, havia muitos que, ainda estudantes, tinham sido ativos na política estudantil e na Ação Católica antes de vir para o MEB. O Nacional incluía, durante os anos cruciais de 1962 e 1963, vários indivíduos (inclusive dois antigos coordenadores da JUC) que mantinham ligações pessoais com a movimentação do radicalismo cristão discutido nos capítulos anteriores, sem, no entanto, em nenhum sentido agirem como porta-vozes sem critério ou como transmissores de idéias unilaterais. Por outro lado, o secretário-geral e um novo membro do alto escalão da equipe nacional do MEB trabalharam por muitos anos em estreita ligação com os bispos, no Secretariado da Ação Social da CNBB. O Nacional tornava-se uma estufa, por vezes inconfortavelmente tensa, onde a ideologia do Movimento se desenvolvia; ela proporcionava as ligações com o que acontecia no mundo de fora, e colocou novos conceitos mais amplos que estavam sendo formulados nos círculos cristãos à disposição da organização. Mas as novas idéias eram difíceis de ser compreendidas pelos membros menos sofisticados do Movimento, e os ideólogos do Nacional quase nunca desciam de seu reduto, onde análises sociológicas misturavam-se com especulações filosóficas. Isto criou repetidos atritos com os *sistemas*, que freqüentemente censuravam os intelectuais do Rio por sua falta de vivência, de participação efetiva no trabalho do Movimento.

O Nacional também tinha a responsabilidade total das finanças do MEB; recebia os recursos do governo e os canalizava para os escalões inferiores. Com o passar dos anos, essa responsabilidade financeira tornou-se quase um ônus, primeiro porque as promessas do governo federal em termos de dinheiro eram sempre maiores do que seu desembolso e, em segundo lugar, porque a

dependência do MEB dos recursos governamentais, após 1963, deu ao governo oportunidades de pressionar o Movimento e desviar seu trabalho para uma linha mais comprometida com os pontos de vista das novas autoridades. No primeiro ano de existência, o MEB recebeu menos de um décimo do montante mencionado no decreto do Presidente Quadros – e metade do dinheiro não foi repassado senão na última semana daquele ano. Enquanto a quantia prometida era da ordem de US\$ 1,5 milhão, a soma efetivamente recebida não alcançava mais que US\$ 110,000.00 no primeiro ano – do dinheiro pendente, aproximadamente, mais US\$ 270,000.00 foram repassados durante o ano seguinte. Ano após ano, os relatórios anuais reclamavam da irregularidade na chegada do dinheiro. Normalmente, a quantia inserida no orçamento nacional sofria algum corte por parte do Congresso ou por algum decreto resultante de medidas econômicas gerais; o MEB aprendeu a preparar-se para isto, pedindo uma soma maior do que esperava receber. Por meio do expediente de não pagamento da soma total fixada até o final do ano, ou mesmo do ano seguinte, o ônus financeiro do governo federal ficava automaticamente mais leve pelo constante processo inflacionário.

As quantias anuais orçadas e recebidas podem ser recalculadas em um total significativo pelos ajustes da inflação e convertendo as quantias para dólares. Este é um processo de certa maneira arriscado, mas as cifras seguintes fornecem ao menos uma idéia aproximada do problema³¹⁰ e também um alerta importante a quem tenda a levar demasiadamente a sério os dados oficiais do Brasil. Para os cinco anos, 1961-1965, segundo o acordo original entre o governo federal e a CNBB, o total a ser encaminhado ao MEB, do orçamento federal aprovado pelo Congresso, somava US\$ 3,8 milhões. O total efetivamente recebido pela organização, porém, não excedeu os US\$ 2,2 milhões: menos de 60% da quantia aprovada.

Insegurança financeira e conseqüentes problemas de planejamento – nenhum plano parece ter sido seguido até o final, e todos os planos tiveram que ser constantemente revisados – na verdade foram características do Movimento desde sua concepção. Mas foi nos anos seguintes a 1964 que a insegurança tomou proporções impressionantes, beirando o desespero. Em 1966, o MEB tinha requisitado – sem dúvida com excesso de otimismo – US\$ 2,2 milhões, montante significativo mas não totalmente irrealista, em

310. Calculados a partir de cifras fornecidas pelo Relatório Anual, e no *MEB em cinco anos*, Tabela da página 105, onde as cifras foram expressas em cruzeiros de 1961 com a ajuda de uma Tabela de deflação da Fundação Getúlio Vargas.

vista da necessidade de renovar o equipamento já obsoleto. Depois de enorme esforço, que incluiu inúmeras reuniões, uma delas do ministro da Educação com os bispos do Conselho Nacional do MEB (CDN), o governo liberou, em junho, recursos na ordem de US\$ 300.000 como contribuição total para 1966.³¹¹ Este dinheiro só foi liberado, sem dúvida, porque as autoridades não queriam provocar um rompimento explícito com a CNBB, que continuava responsável pelo Movimento. Mas os governantes não hesitaram em usar toda a sua capacidade de pressão financeira (fica-se tentado a chamar de chantagem) para forçar o MEB a permanecer nos limites estabelecidos pela “filosofia” dos dirigentes do país após o golpe. Durante essas exaustivas negociações, em 1966, os porta-vozes do governo sugeriram até mudanças estruturais no Movimento e em seu relacionamento com o Estado, mudanças essas que permitiriam um controle mais efetivo.³¹²

CARACTERÍSTICAS DOS QUADROS DO MEB

Até aqui muitas afirmações foram feitas sobre os vários tipos de pessoas encontradas no MEB, segundo os diferentes níveis da organização. Relativamente cedo, durante meu trabalho de campo, foi possível perceber um padrão quanto às características pessoais e os conhecimentos daqueles que compunham seus quadros. Surgiu-me uma imagem mental de um grupo de pessoas que não apenas eram cheias de idealismo, mas também altamente educadas em comparação com seu ambiente, que se juntaram ao Movimento movidos por uma consciência social e política bem desenvolvida, frequentemente vindas de algum movimento juvenil progressista da Ação Católica.

Para testar a veracidade dessa impressão, baseada mais na extrapolação, para o conjunto do Movimento, da experiência que eu tinha tido junto ao Nacional, apliquei um pequeno questionário a uma amostra de pessoas ativas no Movimento durante minha estada no campo. Esta amostra de 56 pessoas não era totalmente representativa do Movimento como um todo. Embora ela

311. A situação piorou em 1967 e o MEB quase parou. Melhorou um pouco em 1968, depois de um novo acordo assinado entre o governo e os bispos, em agosto de 1967, pôde funcionar normalmente nas áreas em que tinha sobrevivido.

312. Nesse momento, o ministro da Educação propôs que os recursos fossem canalizados diretamente para os bispos em cujas dioceses os sistemas funcionavam. Desse modo, o Nacional seria eliminado e as autoridades teriam muito mais força para influenciar cada unidade de base do Movimento. Ver mais adiante a discussão sobre a "diocesanização".

nos dê uma imagem bastante exata daqueles mais diretamente responsáveis pelo funcionamento do MEB em cada nível, da liderança efetiva desde o Nacional até os *sistemas*, não se pode chegar a muitas conclusões relativas ao conjunto das pessoas que trabalhavam nos *sistemas*, como supervisores etc. Além do mais, como a coleta de informação ocorreu em 1966, aqueles que deixaram o Movimento depois do golpe, mas que tiveram papel importante nos primeiros anos, foram automaticamente excluídos. No entanto, apesar destas limitações, os dados³¹³ obtidos elucidam um grande número de aspectos importantes da formação dos quadros do MEB, confirmando alguns dos resultados esperados e refutando outros.

Para a análise, a amostra foi dividida em três grupos: os líderes superiores (Nacional e coordenadores estaduais), os líderes intermediários, (coordenadores e ex-coordenadores dos *sistemas*), os demais participantes.³¹⁴ Talvez a conclusão geral mais importante que se pode tirar dos dados seja relativa às diferenças de características pessoais e de conhecimentos encontradas, mais uma vez, entre os diferentes níveis do Movimento. Assim, enquanto as lideranças superiores eram preponderantemente masculinas (60%), em outros níveis as mulheres predominavam (65%).³¹⁵ A metade dos componentes dos grupos superiores entrara durante os primeiros dois anos de operação, contra somente um quinto dos que ocupavam posições intermediárias de lideranças e nenhum dos membros comuns.³¹⁶ A importância da cláusula do decreto presidencial, permitindo ao MEB requisitar o trabalho de professores do sistema público de educação reflete-se na alta proporção de ex-professores: a metade do quadro de membros comuns que já havia trabalhado em algum outro lugar, antes de entrarem para o Movimento, e quase dois terços do grupo intermediário, mas somente um terço daqueles do nível superior, tinham sido professores.³¹⁷

Não surpreende que, entre pessoas dedicadas à educação, um alto nível educacional tenha caracterizado a amostra inteira. Somente duas pessoas não

313. Para uma discussão mais detalhada do método usado e das limitações da pesquisa, ver Apêndice I que contém também os dados apresentados em forma de Tabelas e uma discussão mais precisa da significância estatística dos dados. Nas páginas seguintes devo referir-me apenas à significância estatística onde se menciona uma comparação entre dois grupos que não é estatisticamente significante no nível de 10%.

314. Veja as notas introdutórias ao Apêndice I.

315. Apêndice I Tabela I. Os dados não tem significância estatística no nível de 10%.

316. Apêndice I Tabela 3.

317. Apêndice I Tabela 4.

havia cursado além do ginásio. Todos os outros haviam pelo menos começado a cursar o colegial. O mais notável foi o fato de que, das pessoas do grupo de liderança superior, metade estava cursando a universidade e a outra metade já se tinha graduado. No resto da amostra, apenas um pouco mais da metade tinha ao menos algum tempo de educação superior, dos quais dois terços eram formados, geralmente em faculdades locais.³¹⁸

A origem social dos quadros do MEB, marcadamente, não era da classe trabalhadora. Numa divisão *grosso modo* do nível social dos entrevistados em classe média e classe trabalhadora,³¹⁹ somente 21% de toda a amostra (12 pessoas) encaixavam-se na última categoria. A porcentagem era um pouco maior (29%) nos grupos intermediários de liderança. Um quinto dos que classifiquei como classe média eram claramente de famílias urbanas de classe média alta — a dos profissionais liberais, grandes empresários ou altos funcionários públicos. Somente uma pessoa do grupo de nível superior veio de família de classe trabalhadora urbana.³²⁰ Dados sobre a educação dos pais sugerem que o *status* de classe média era recente ou precário para a maioria das pessoas da amostra, mas nisto também o grupo superior é uma exceção evidente: nesse grupo, dois terços tinham pais que haviam feito pelo menos parte do curso ginasial, tendo mais da metade deles completado o ginásio; entre as outras duas categorias, quase 70% dos pais nunca tentaram fazer o ginásio e um terço deles ou não tinha nenhuma escolaridade ou não completou a escola primária.³²¹

Agora vejamos alguns dados que podem revelar até que ponto aqueles que se integraram no MEB tinham envolvimento prévio nos movimentos juvenis da Ação Católica. Tal envolvimento pode, em certos casos, ser tomado como evidência *prima facie* de idéias progressistas ao menos embrionárias — o que era certamente verdade para a maioria dos que tinham sido membros da JUC e da JEC — enquanto em outros casos ela pode indicar uma preocupação cristã apolítica mais difusa. Os dados gerais indicam também quais as relações pessoais que facilitavam o fluxo das idéias entre o MEB e os círculos nos quais a ideologia progressista católica do Brasil estava sendo elaborada.

Essa ligação já não deve surpreender. Exatamente a metade das pessoas da amostra foram (e em alguns casos continuavam sendo) membros de algum

318. Apêndice I Tabela 5.

319. Veja Apêndice I, questionário, nota para Q.6, para uma discussão da classificação social de classes.

320. Apêndice I, Tabela 6. Dados estatisticamente não significativos ao nível dos 10%.

321. Apêndice I, Tabela 7.

dos corpos constituídos da Ação Católica. Destas, apenas cerca de um quinto não participaram de alguma maneira em um dos movimentos ideologicamente “radicais”, JUC e JEC³²² e, mais uma vez, é o grupo superior de liderança que se sobressai. Entre eles somente um quarto não tinha tido experiência pessoal na Ação Católica – em contraste com os 59% do resto da amostra. Entre esses últimos, 34% tinham participado de um ramo “radical” do movimento, e 7% em um movimento não-radical. Em contraste, 20% das lideranças superiores vinham dos ramos não-radicais, enquanto 53% foram membros da JUC ou da JEC.³²³

O cruzamento desses dados com as datas de entrada no MEB também mostra uma diferenciação notável. Dos que entraram no Movimento nos primeiros dois anos de funcionamento (quinze ao todo), dois terços tinham algum tipo de experiência na Ação Católica; destes, quatro quintos pertenceram a um dos movimentos juvenis progressistas (mais da metade da amostra total). Em contraste, entre os que entraram no MEB mais tarde, recrutados depois que o primeiro período de preparação intensiva e cuidadosa, 55% não tinham tido experiência em nenhum dos movimentos da Ação Católica, mas abriram caminho para a expansão de 1963 e começo de 1964. Nesse grupo, um terço tinha-se envolvido em um dos movimentos progressistas.³²⁴ Isto indica que no tempo da expansão rápida uma proporção bem substancial daqueles que entraram nos quadros do MEB não eram motivados ideologicamente. No entanto, é importante notar que nesse contexto tendem a aparecer distorções, como resultado da saída de alguns dos quadros mais progressistas, após o golpe de 1964.

Houve outra tentativa no sentido de medir o “idealismo” dos quadros, ou sua disposição para fazer sacrifícios pela causa que representava. Perguntava-se às pessoas se o fato de terem se juntado ao MEB ocasionou corte em sua renda. Um quinto daqueles que trabalhavam no MEB não

322. De algum modo, esta identificação da JUC e da JEC com o radicalismo obviamente simplifica demais os problemas. Nem todos os setores desses movimentos eram igualmente radicais. Também não pude levar em conta o tempo que essas pessoas permaneceram na AC: como ficou claro no 2º capítulo, a radicalização desses movimentos só ocorreu a partir de 1960. Mas quase todos da amostra que indicaram participação na JEC e na JUC provavelmente tornaram-se membros depois de 1960.

323. Veja Apêndice I Tabela 8. Comparação entre “progressista” e os demais não é significativa, no nível de 10%. Como muito poucas pessoas que tinham sido membros da AP estavam dispostas a declará-lo por escrito em 1965-1966, eu omiti a AP dessa análise.

324. Apêndice I, Tabela 9. Não significativo no nível de 10%.

responderam à pergunta. Entre os que responderam havia uma diferença enorme entre os que aderiram ao Movimento logo no início e os demais. Para 36% dos que entraram nos dois primeiros anos, não há dados disponíveis; dos que responderam, exatamente dois terços tiveram diminuição de renda. Dos outros, 15% não responderam; dos que responderam, somente um pouco mais de um quarto viram suas receitas diminuírem por terem entrado no MEB.³²⁵

Finalmente, verificamos as idéias às quais os quadros do MEB estavam expostos. Com o propósito de apurar quais pensadores ou sistemas de pensamento efetivamente exerciam influência “direta” (fora o impacto indireto das publicações do próprio MEB), pediu-se que listassem o que haviam lido, ou não, sobre Lebreton, Mounier, Marx, Sartre, Teilhard de Chardin ou Vaz (as fontes intelectuais mais importantes da ideologia progressista analisada nos dois capítulos anteriores). Perguntou-se também sobre algum “livro importante em suas vidas”.

Lebreton, o autor mais próximo da realidade concreta entre os autores listados, também o mais fácil de se ler e o mais preocupado com o subdesenvolvimento da época e o menos preocupado com filosofia e ideologia (a ideologia está implícita em seu enfoque humanista cristão dos problemas econômicos), liderou facilmente a pesquisa: foi mencionado por 84% dos entrevistados.

Os seguintes, empatados, foram Mounier e Pe. Vaz, como já se viu, fontes proeminentes das idéias radicais. Pouco mais da metade dos entrevistados os leram; aproximadamente nove décimos na categoria superior, pouco menos de um terço do grupo intermediário, e pouco mais de metade de todos os entrevistados do nível mais próximo às bases (este é um dos exemplos mais claros e mais óbvios da não-representatividade dessa parte da amostra: no Movimento como um todo essa porcentagem deveria ser muito mais baixa.) Teilhard de Chardin – provavelmente mais comentado do que lido – também apareceu significativamente na cúpula: 80% o mencionaram. Do grupo intermediário, 29% estavam de alguma maneira familiarizada com sua obra, novamente ultrapassada pela terceira categoria, com 38%. Marx e Sartre vieram por último. Em ambos os casos, um quinto das duas categorias mais baixas tinham algum conhecimento sobre seus

325. Apêndice I Tabela 10. A proporção bem grande de adeptos do início do Movimento, sobre os quais não existem dados disponíveis tornam a conclusão estatisticamente duvidosa. A classificação por níveis na organização não produziu resultado claro.

trabalhos; entre os líderes superiores, dois terços tinham lido (ou lido sobre) Marx e 40% (sobre) Sartre.³²⁶

Em suma, apesar de estes dados não fornecerem evidência profunda, servem para confirmar a imagem intelectual – e a auto-imagem – e o fato de suas idéias derivarem das mesmas fontes encontradas na análise documental dos capítulos anteriores. Os outros autores cujos nomes foram escritos pelos entrevistados não acrescentam muito ao panorama intelectual, exceto para confirmar a benignidade dos quadros do MEB, suas preocupações para com o bem do próximo: Saint-Exupéry, Michel Quoist, Khalil Gibran figuraram proeminentemente, junto com brasileiros como Celso Furtado e Josué de Castro.³²⁷

O MEB E SEUS BISPOS

Um último aspecto da estrutura formal do MEB deve ser tratado neste estágio porque em maior ou menor extensão influenciou seu funcionamento por toda sua existência: as funções e a participação dos bispos na organização. O MEB aconteceu como extensão de iniciativas limitadas tomadas por um pequeno grupo de bispos, em suas dioceses. Nasceu em direta dependência da CNBB – embora desde o começo seu trabalho fosse concebido para o leigo, e os leigos fossem proeminentes na formulação de suas tarefas. No entanto, a unidade básica de trabalho, o sistema, foi estabelecido em bases diocesanas. E mesmo depois que o Movimento adquiriu personalidade jurídica autônoma, essas bases diocesanas de organização foram conservadas. Apesar das tentativas de clarear a posição, em vários momentos na história do Movimento, o papel do bispo frente à equipe local permaneceu sempre ambíguo.

As equipes locais estavam intimamente integradas na estrutura nacional e regional. Contratar e despedir eram responsabilidades exclusivas da liderança leiga, e a linha de trabalho do Movimento, como já vimos, desenvolvia-se por meio da interação dos vários níveis da organização. Nunca se pôs em pauta a questão de que o bispo local exercesse controle sobre as atividades cotidianas da equipe: somente esta era considerada como tendo o necessário conhecimento técnico e profissional em educação. Mas a maioria

326. Apêndice I Tabela 12. Em vista da heterogeneidade dos dados, nenhum teste estatístico foi aplicado.

327. Apêndice I, Questionário, Q.13

dos bispos em cujas dioceses operava um sistema considerava-se responsável ao menos pela linha doutrinária da equipe – uma responsabilidade tornada explícita no regulamento formal aprovado em agosto de 1964.

Doutrina é um conceito amplo e elástico, especialmente quando se trata de doutrina social. Ninguém pode afirmar com certeza onde, no trabalho do MEB, passava a linha divisória entre decisões técnicas e educacionais, e aquelas que envolviam opção ideológica – embora, é lógico, houvesse instâncias onde o aspecto ideológico era evidente. Alguns bispos deixavam a equipe de sua diocese totalmente só, usualmente por falta de interesse, mas em alguns casos porque eram defensores da autonomia leiga para assuntos seculares. Alguns as apoiavam ativamente mesmo durante o período mais radical. Mas em numerosos casos havia mais atrito e vários incidentes, especialmente com os bispos mais conservadores que, tendo aceito as escolas radiofônicas como meios de prestígio e catequese, achavam que os “agitadores” jovens estavam usando-as para pregar idéias radicais que consideravam mal fundamentadas e perigosas.

As tensões expressavam-se localmente e também eram refletidas nas deliberações da diretoria do Movimento, o CND. Ele foi instituído depois que o Movimento tornou-se formalmente independente da CNBB e constituía-se de 11 membros. Um destes seria escolhido pelo presidente da República – medida nunca implantada de fato – e os dez restantes indicados pela CNBB, todos bispos. De agosto de 1964 em diante o secretário-geral passou a ser membro do CDN, de fato o único leigo do órgão. Durante os três primeiros anos o CDN era pouco mais que uma sigla, e a maioria das decisões eram ratificadas pelo presidente, D. Távora, que era regularmente consultado pela liderança do Nacional. Mas, do final de 1963 em diante, os bispos começaram a assumir suas responsabilidades mais seriamente.

Uma série importante de encontros entre os membros do CDN e grande número de bispos (variando de 45 a 90), inclusive alguns que não eram “bispos do MEB”, em um primeiro momento (isto é, não tinham um *sistema* em suas dioceses), aconteceu em Roma, em novembro de 1963, durante a segunda sessão do Concílio Vaticano II. Também presentes estavam dois dos líderes dirigentes do Movimento, que fizeram questão de falar pessoalmente com tantos bispos do MEB quanto possível. Durante essas conversações, alguns dos prelados mais conservadores tiveram a oportunidade de levantar dúvidas sobre o funcionamento do Movimento – quanto à sua filosofia política, sua adaptação às variadas condições do país, sua posição face ao

clima demagógico político crescente, sua atitude indiferente quanto à instrução religiosa e à evangelização e, finalmente, quanto à ambigüidade do papel dos bispos diocesanos com relação às equipes e à resistência destas a submeterem-se à sua autoridade. Outros bispos, no entanto, elogiaram os quadros do Movimento, a dedicação com que estavam executando suas tarefas e os benefícios que estavam trazendo para as pessoas da diocese.

Os encontros individuais e coletivos propiciaram a primeira oportunidade significativa para a liderança leiga apresentar o Movimento e seus problemas aos membros da hierarquia e para avaliar os sentimentos destes. Parecem ter obtido êxito em acalmar os críticos mais extremistas. O fato disso ter ocorrido em Roma, durante o que foi provavelmente a sessão mais decisiva do Concílio para o surgimento de um engajamento coletivo na renovação da Igreja, foi certamente fator positivo, no sentido de que o MEB poderia beneficiar-se da boa vontade gerada pela atmosfera extraordinária, e de que havia encontrado os bispos longe de suas preocupações cotidianas – até mesmo, talvez, com o MEB. Positivo, também, por ter tornado os leigos conscientes da resistência que novas idéias poderiam gerar mesmo entre os bispos brasileiros que, como um todo, estavam entre os mais progressistas do Concílio. Conforme os leigos escreveram no relatório de seus encontros em Roma para os seus colegas do Nacional: “A Igreja inteira tem um longo caminho a percorrer – inclusive os bispos de vanguarda: há uma longa distância [ainda] entre as idéias e a sua aceitação na prática”. Se houve algum aspecto negativo nos encontros, estava relacionado com este ponto: visões e idéias aceitas em Roma não garantiam sua implementação quando da volta de cada bispo à atmosfera menos rarefeita de seu próprio território.

Os bispos do CDN, que realmente eram, se não uma amostra aleatória do episcopado brasileiro, ao menos um grupo razoavelmente representativo do espectro que ia dos conservadores moderados até os muito progressistas, passaram a se envolver mais diretamente nos assuntos do Movimento no início de 1964, quando o MEB repentinamente se viu abertamente acusado de ser “subversivo”. O primeiro momento de tensão pública ocorreu em fevereiro daquele ano, quando o então governador do Estado da Guanabara³²⁸, Carlos Lacerda, apreendeu *Viver é Lutar*, a nova cartilha para alunos mais

328. N.T. Correspondente ao município do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, que foi estabelecido como um estado separado quando a capital federal transferiu-se para Brasília. Mais tarde foi extinto e incorporado, como capital, ao Estado do Rio de Janeiro.

adiantados, ainda na gráfica, depois de ser informado de que a publicação era de natureza “comunista”. A intervenção pessoal de D. Távora conseguiu um compromisso, que não foi do agrado da maioria dos elementos mais militantes do Movimento.³²⁹ Pouco depois disto, porém, a repressão agravou-se. Com o golpe de 1964, houve uma série de ataques ao Movimento; em muitos lugares, seus líderes foram interrogados e até presos. Os muitos bispos que defenderam suas equipes locais com vigor o fizeram mais por meio do uso de sua influência, particularmente, do que por declarações públicas de apoio.

Pouco mais de um mês após o golpe, o CDN encontrou-se para uma série de reuniões importantes, durante as quais surgiram desentendimentos substanciais sobre políticas passadas e planos futuros. Vários de seus membros dirigiram suas críticas especialmente ao “radicalismo” leigo do passado, à falta de controle dos bispos e à falha do Movimento quanto a ser verdadeiramente – ou explicitamente – cristão em suas atividades. Mas, mesmo se muito do que foi dito durante essas reuniões incomodou a liderança leiga, o CDN emitiu um documento forte em defesa do MEB, que foi enviado à CNBB. Daquele momento em diante, o CDN reunia-se em intervalos mais regulares e as questões de que tratava tornaram-se mais substantivas. Enquanto, no início de 1964, vários de seus membros, talvez a maioria, estavam a favor da independência total do Movimento em relação à hierarquia (algo pressionados pela insistência crescente de muitos dos leigos desde o I Encontro de Coordenadores, em dezembro de 1962), os acontecimentos que se sucederam ao golpe convenceram a todos de que foi graças às ligações formais com a Igreja que o Movimento sobreviveu. O assunto da “laicização” estava bem encerrado. Em seu lugar, houve uma redução significativa da autonomia, até ali, total, da qual os leigos desfrutavam.³³⁰

Em primeiro lugar, o CDN como um todo e um ou dois de seus membros em particular começaram a assumir papel mais ativo nas relações do MEB com as autoridades governamentais. Eles se tornaram uma espécie de pára-choque entre o governo hostil e um grupo de leigos combativos e frequentemente perseguidos, agindo como intermediários nas negociações sobre dinheiro, defendendo o Movimento frente às autoridades e explicando –

329. Ver cap. 8.

330. O Movimento teve que fazer certos ajustes inevitáveis. No próximo capítulo as alterações nas idéias do Movimento, sob o impacto de tudo isso e as primeiras circunstâncias externas serão analisadas em detalhes.

embora raramente com sucesso – a visão das autoridades sobre os leigos do MEB. Em todo caso, uma tarefa muito difícil que eles conduziram com tato, ainda que nem sempre ao gosto dos leigos e sem conseguir, ou querer, evitar a necessidade de uma adaptação clara do Movimento às novas circunstâncias.

Em segundo lugar, ocorreu uma alteração no nível dos *sistemas*, que gradualmente propiciou maior poder aos bispos das dioceses. Como já disse, a demarcação de funções e responsabilidades entre a equipe e o bispo local nunca fora muito clara, fato que levou, desde o início, a atritos em vários sistemas. Já em Roma, muitos bispos haviam levantado este ponto e reivindicado voz mais ativa no comando do Movimento. Essas reivindicações, porém, encontraram a resistência de D. Távora, embora tenham sido recebidas com simpatia por alguns dos membros do CDN. Os ataques ao MEB, depois do golpe, embora aparados pelos bispos, os tornaram mais conscientes de suas responsabilidades – mal definidas – e, aos poucos, no período que se seguiu, essas responsabilidades não só se tornaram mais nítidas como também mais efetivamente assumidas.

É bem verdade que, antes e depois do golpe, o CDN tendeu a respaldar a liderança leiga nos casos de diferenças de opinião com os bispos locais, mas, aos poucos, vozes se levantaram no CDN por uma maior independência dos *sistemas* locais com relação à liderança centralizada do Nacional (e das Estaduais) e por uma integração maior dos *sistemas* na estrutura das dioceses. Os leigos resistiram intensamente a essa tendência à “diocesanização”, mas de fato uma espécie de desânimo quanto à possibilidade de salvar a “unidade nacional” acabou por tomar conta do Movimento, em seguida ao golpe. No nível local, o resultado, em alguns casos, foi o ajustamento da teoria e prática do MEB às novas circunstâncias políticas, com um acordo entre os bispos e as equipes de concentrarem-se em uma linha menos “perigosa” e mais puramente educacional. Em outros, as diferenças de pontos de vista entre uma equipe radical e um bispo cauteloso, se não-conservador, conduziram a tensões que tornaram impossível a continuação do funcionamento do *sistema*. Como resultado, vários *sistemas* foram fechados. Isto ocorreu também em alguns casos, notadamente no Nordeste, onde os bispos e os leigos concordavam no desejo de continuar os trabalhos, guiados pelas idéias progressistas de antes do golpe, mas achavam impossível essa continuidade sob um regime militar repressivo.

O Movimento como um todo, porém, resistiu a desaparecer. Apesar da forte pressão exercida pelo governo – mais diretamente por meios financeiros –, ele sobreviveu ao golpe que levou ao desaparecimento de quase todas as outras expressões de radicalismo católico leigo (ou à sua metamorfose em formas irreconhecíveis) e que paralisou quase todos os esforços dos diferentes movimentos e organizações que buscavam atingir a conscientização dos camponeses. É claro que, se queria sobreviver, era inevitável que o MEB tivesse que se ajustar às novas circunstâncias. O próximo capítulo analisará detalhadamente os deslocamentos das idéias sob o impacto dessas e de outras (anteriores) circunstâncias externas. Mas, no final das contas, é importante notar que certos princípios gerais muito importantes no Movimento permaneceram essencialmente sempre os mesmos. Estes princípios têm a ver com o engajamento do MEB junto aos camponeses, contra a exploração do povo e com a necessidade de tornar o povo consciente de seu potencial como “agente da história” – por meio da cooperação franca de uns com os outros. A expressão do populismo do MEB no genuíno espírito de humildade e igualdade com que seus quadros abordavam os camponeses – cuja experiência de vida sempre os colocou em posições inferiores em um mundo onde os patrões mantinham o povo “no seu lugar” – era, talvez, o aspecto que melhor poderia justificar a continuidade do funcionamento do Movimento após o golpe. Apesar da limitada possibilidade de resultados tangíveis, ali onde militares e donos de terras estavam constantemente à procura de “subversão”, pode-se argumentar que qualquer ação que auxiliasse na superação de uma tão triste falta de sentido de dignidade e brio humanos dos camponeses e que diminuísse sua passividade é válida por si mesma. Pode até mesmo ser a de preparar o terreno para um possível desafio, pelos camponeses, das estruturas que ainda, hoje, os mantêm oprimidos e explorados.

8. ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DO MEB ATÉ ABRIL DE 1964

PRIMEIRAS FORMULAÇÕES E OBJETIVOS DO MEB

Este capítulo diz respeito, principalmente, ao exame da evolução ideológica do MEB até abril de 1964, pela discussão de vários documentos informativos sobre os objetivos e métodos da organização e pela análise das circunstâncias nas quais foram formulados.

Na época dos primeiros contatos com o Presidente Quadros, no início de 1961, a tarefa proposta era a de realizar, por meio de uma organização nacional, a extensão dos dois ou três *sistemas* de escolas radiofônicas até então existentes e comandados por alguns bispos individualmente. O principal objetivo era a alfabetização, embora desde o começo isso tenha sido situado em um contexto mais amplo. A educação de base deveria tratar o camponês como “homem integral” e iria ajudá-lo a desenvolver-se plenamente. Para alcançar isto, o Movimento dedicar-se-ia ao desenvolvimento da comunidade, à alfabetização, à educação sanitária e agrícola e à introdução de práticas democráticas. Pretendia-se criar um espírito de iniciativa que ajudasse a preparar os camponeses para “... as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país”.

Além disso, a educação de base tinha de

zelar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico e ajudando-o a defender-se contra ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade.³³¹

O Movimento jamais chegaria a estampar explicitamente o anticomunismo em sua bandeira. Sua afirmação aparecia no primeiro esboço do Regulamento Interno, mas tinha desaparecido de sua forma final, quando publicada.

331. Instruções Gerais, esboçadas, no início de 1961, e encaminhadas ao Presidente Quadros, como "Objetivos".

Uma atitude defensiva, contrastando com a de outros grupos ou organizações, obviamente não seria aceitável para a futura liderança do Movimento, mesmo no seu primeiro estágio. Havia, desde o início, uma atitude positiva, centrada na necessidade de ajudar o camponês a criar por si mesmo os meios pelos quais pudesse moldar seu próprio destino. Isso está claro já na primeira ocasião em que o Movimento, ainda embrionário, é mencionado em um boletim mensal da CNBB.³³² O artigo prepara o terreno para o lançamento do MEB, pela discussão sobre os problemas do subdesenvolvimento nas áreas rurais brasileiras e da descrição das condições de vida subumanas dos camponeses. Em seguida, o texto passa a tratar da necessidade de educação de base,

que tem o poder de despertá-lo para seus próprios problemas e de ajudá-lo a encontrar suas próprias soluções. Através da educação de base ele pode aprender como comer bem, como proteger sua saúde e como manter boas relações com seu próximo. Ele será capaz de andar com seus próprios pés, decidir seu próprio destino e buscar sua promoção civil, moral, econômica, social e espiritual.

Várias dessas frases seriam retomadas, com pequenas variações, em todas as subseqüentes formulações dos objetivos básicos do Movimento, ainda que o contexto no qual se inseriam se alterasse com o tempo, refletindo a mudança das circunstâncias de funcionamento, a influência de diferentes setores e de fontes externas de idéias.

Uma destas modificações ocorreu antes mesmo do Movimento estar efetivamente lançado. No primeiro esboço das Instruções Gerais – documento enviado ao Presidente Quadros – havia uma enumeração do que deveria ser incluído na educação de base. Um dos itens era formação cristã. Encontra-se este mesmo item em um esboço inicial do Regulamento Interno. Mas o elemento explicitamente religioso desapareceu da tarefa do MEB, não foi incluído na versão final desse documento. Nas Instruções, ele foi reduzido a uma frase que fala apenas de zelar pelo desenvolvimento espiritual das pessoas; no Regulamento, este mesmo item tornou-se uma cláusula sobre educação moral e cívica. Parece que a primeira intenção de dar ao Movimento um caráter explicitamente cristão caiu antes mesmo do MEB passar à prática.

A principal pressão para a remoção desse item veio do governo federal, que achou difícil enquadrar o financiamento de um empreendimento de caráter

332. (CNBB, 1961).

especificamente religioso, levando-se em conta a natureza leiga do Estado brasileiro. A pressão do governo coincidiu com uma opinião defendida por várias pessoas da própria organização nascente, reforçando-a. Os leigos envolvidos nos primeiros contatos encontraram muito entusiasmo entre os membros da hierarquia nas áreas onde se propunha instalar um *sistema* do MEB, mas logo se percebeu que o entusiasmo de muitos bispos pela nova organização devia-se à expectativa de maior prestígio (e poder) frente à elite e à perspectiva de catequese em massa, aberta pela possibilidade de controlarem uma emissora de rádio. Era óbvio que, se predominassem na prática das dioceses, essas visões resultariam na distorção substancial da tarefa original do Movimento. Por isso, a despeito dos leigos engajados na fase inicial serem todos católicos praticantes que já tinham trabalhado em vários escritórios ou comissões da CNBB, o MEB não podia, de acordo com a formulação original de seus objetivos, assumir o desempenho de funções especificamente religiosas. Como veremos adiante, estas funções foram incorporadas mais tarde, depois do golpe de 1964, quando o “equilíbrio de poder” entre os bispos e os leigos mudou e o governo passou a temer mais a ação para a mudança social do que as implicações religiosas de atividades financiadas com recursos públicos.

O Regulamento Interno foi o que restou como única fonte oficial das finalidades e métodos de ação do Movimento, até o golpe de abril.³³³ Por isso, outros documentos de natureza menos formal tiveram de ser usados para seguirmos o desenvolvimento ideológico do MEB. O primeiro deles, que é relevante, é o Relatório Anual de 1961, escrito na segunda metade do ano seguinte. Seu estilo denuncia o fato de que os responsáveis por esse relatório não tinham tido, até então, muito contato com os camponeses e sua situação concreta, nem se tinham deixado influenciar pelas novas idéias que já se espalhavam rapidamente entre os jovens católicos. O conteúdo era um tanto elitista e, em alguns trechos, muito abstrato: aparecem aí os primeiros sinais da tendência do Nacional a enveredar pelas mais altas esferas filosóficas, deixando para trás, e perplexas, as pessoas que formavam a base do Movimento.

O relatório dizia que educação de base deve conferir três benefícios ao homem: concepção de vida, tornando-o consciente de seu próprio valor físico, espiritual, moral e cívico; estilo de vida, que norteie o comportamento

333. Estatutos formais de incorporação foram escritos no final de 1963, quando o MEB tornou-se oficialmente independente da CNBB. Eles foram, porém, formulados em amplos termos formais, e até ali eram irrelevantes para o traçado da evolução ideológica do Movimento.

nas esferas pessoal, familiar e social; e, finalmente, mística de vida que aja como força interior, assegurando dinamismo e entusiasmo no cumprimento de deveres e no exercício de direitos.³³⁴ A educação de base deve orientar o camponês sobre as condições humanas, comportamento social, trabalho, família e organização social e política. O primeiro destes itens pareceria, para quem o visse de fora, uma tarefa excessiva, propondo-se responder a questões demasiado amplas: Quem sou eu, por que existo, o que é um ser humano, em que direção o mundo está evoluindo e como eu posso influir no seu destino? Menos abstratos eram os problemas relacionados com o comportamento social – o conhecimento de seu próprio ambiente, o valor da ajuda mútua e da solidariedade, da temperança, da propriedade e da família – ou com o trabalho: o trabalho humano e sua história, trabalho e capital, organização e nobreza do trabalho, conscientização profissional e de classe e organização de sindicatos.³³⁵

O MEB RADICALIZA: I ENCONTRO DE COORDENADORES

Em meados de 1962, quando as declarações do Nacional baixaram das nuvens teóricas, as tarefas práticas estabelecidas não avançavam além do que propunha a doutrina social tradicional da Igreja. Não tardou muito, porém, para que o MEB ultrapassasse essa posição. No início de dezembro de 1962, enquanto os bispos do Brasil estavam em Roma, no Concílio Vaticano II, o Nacional convocou um encontro, em Recife, dos coordenadores de todos os *sistemas* já existentes. Esse encontro, que durou uma semana, pôs frente a frente, pela primeira vez, todos os líderes nomeados para a organização desde que fora concebida. Algumas dessas pessoas já se conheciam pessoalmente mas nunca tinham tido encontros formais na qualidade de quadros do MEB, nem tinham tido a oportunidade de discutir os problemas encontrados durante aqueles primeiros meses, eufóricos mas, muitas vezes, caóticos. Os quadros de um *sistema* só sabiam indiretamente alguma coisa sobre os outros, principalmente pelos contatos com o Nacional. As discussões do I Encontro Nacional de Coordenadores mostraram que muitas equipes, especialmente aquelas que trabalhavam nas capitais dos estados mais politizados, tinham desenvolvido um crescente sentimento, compartilhado com vários membros do Nacional, de desconforto quanto ao sentido de seu trabalho. Na medida em que o Encontro progredia, uma reinterpretação mais específica do papel, dos objetivos e dos métodos do MEB foi tomando forma. Esse encontro

334. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1961 p. 1.

335. Idem, p.2.

marcou, para o MEB, a sua própria “descoberta da realidade brasileira” e estimulou sua entrada na corrente dos católicos radicais do Brasil – dois anos depois das primeiras manifestações da JUC e mais ou menos seis meses depois da fundação da Ação Popular.

No momento do I Encontro do MEB, as idéias propostas pelos novos progressistas católicos estavam muito no ar e é óbvio que alguns dos participantes mais influentes no encontro eram fortemente atraídos pela nova ideologia. Além disso, várias pessoas claramente identificadas com os católicos radicais dirigiram a fase inicial do encontro; suas declarações provocaram profundo impacto. Um desses visitantes colocou o trabalho do MEB em uma perspectiva teológica; sua análise levou os participantes a familiarizarem-se com as idéias sobre o significado cristão da história e sobre a conscientização histórica como engajamento do homem na transformação do mundo que haviam sido elaboradas principalmente pelo Padre Vaz e que forneceram as bases teológicas – e filosóficas – para a ideologia da JUC e da AP. Após essa introdução, o Encontro prosseguiu baseado num extenso documento de estudo. Sua discussão, em grupos, revelou que quase ninguém tinha realmente considerado todas as implicações de sua participação no MEB, que não havia uma idéia clara dos caminhos que o Movimento deveria seguir dali para a frente pois, em termos coletivos, não havia sido conscientemente escolhido um determinado caminho. Dessas discussões, surgiu aos poucos a idéia de que a educação, razão de ser do MEB, deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo.

Outro importante documento foi apresentado no encontro por um membro do Nacional até recentemente membro da JUC; suas idéias tinham ligação direta com as análises da “realidade brasileira”, correntes na época entre os progressistas católicos. Seu uso dos conceitos “pólo dominante” e “pólo dominado” provocou acirradas discussões entre os participantes – especialmente porque isto sugeria que o trabalho conduzia *ipso facto* à identificação do Movimento com o “pólo dominado” ou a um compromisso com ele. A doutrina tradicional católica tornava inaceitável, para muitos, a idéia de envolvimento do MEB com uma determinada classe; mas, ainda assim, o encontro como um todo deu um passo bastante firme nessa direção. Não há dúvidas de que a experiência dos participantes, ainda bastante excepcional naqueles dias entre os que aderiam à nova postura progressista cristã de trabalho efetivo com camponeses e trabalhadores sem-terra, facilitou esse passo.

Já havia, pois, uma grande diferença entre “o valor da ajuda mútua, da solidariedade, da temperança, da propriedade e da família” enfatizados, apenas alguns meses antes, no Relatório Anual de 1961 e o objetivo geral que surgia do encontro de dezembro:

Contribuir de modo decisivo para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, levando em conta todas as dimensões do homem e usando um autêntico processo de conscientização.³³⁶ Isto deve ser assumido na perspectiva da autopromoção e levar a decisiva transformação de mentalidades e estruturas. Essa transformação nos parece, no presente momento, tanto necessária quanto urgente.

Esta é, certamente, uma formulação bastante forte mas, ainda assim, não é mais do que uma pálida reprodução de algumas das coisas ditas durante o encontro.

As conclusões das discussões dos grupos devem ter deixado os participantes um pouco assustados por sua recém-adquirida ousadia e pela força de seus sentimentos.³³⁷ É lógico que, em qualquer organização, e especialmente em uma organização da natureza do MEB, dizem-se, freqüentemente, coisas contraditórias, durante as discussões em pequenos grupos. Essas opiniões diferentes e, talvez, extravagantes são subseqüentemente resolvidas nas sessões plenárias. Assim, os relatórios das discussões de grupos não representam posições oficiais do MEB, mas são valiosos por possibilitar um mergulho nas diversas correntes de opinião que fluíam no Movimento.

Um dos grupos mais cautelosos, após perguntar se o MEB não era, até certo ponto, apenas um paliativo, concluiu que a orientação geral precisava ser repensada quanto às necessidades do Brasil, sugerindo que se poderia chegar a “uma completa revisão das posições tomadas até agora, que provavelmente foram condicionadas por uma consciência conservadora e individualista que, aos poucos, foi perdendo a relevância histórica”. Um segundo grupo concluiu que o Brasil precisaria de uma transformação global que só poderia ser violenta – já que a evolução era impossível, mas somente o tempo poderia dizer se essa violência implicaria em revolução sangrenta. Esse grupo considerava ainda que a posição do MEB era ambígua: como organização, estava formalmente ligado ao governo e à “burguesia clerical”, que deu

336.A palavra efetivamente usada é "povo". Esta é a primeira vez que este termo aparece no vocabulário do MEB.

337.Os dois parágrafos seguintes baseiam-se nas anotações feitas durante o Encontro, pelos seus relatores.

início ao Movimento como paliativo, enquanto seu pessoal (eles mesmos e seus colegas) identificava-se profundamente com os oprimidos – com o pólo dominado – e desejavam formar quadros revolucionários. Mas um terceiro grupo não partilhava dessa interpretação. Tendo perguntado a si mesmos se o MEB era um movimento revolucionário, o grupo respondeu que não: “seus quadros”, concluíam, “são compostos de pequenos burgueses que assumem atitudes de falsa prudência e receio e estão envolvidos com a burguesia”. Em consequência, o grupo propunha novo treinamento e nova seleção de supervisores com vista a desenvolver uma mentalidade revolucionária.

No final do encontro, essas diferentes visões foram trazidas para discussão em assembléia. Nela, chegou-se à conclusão de que todos ali deviam romper com a mentalidade burguesa; logo, o MEB “não estava de modo algum comprometido ideologicamente com a burguesia” (sic). Pelo contrário, sua linha era revolucionária. Essa profunda mudança teve muitas implicações. Uma delas, destacou um participante, era que o governo poderia retirar seu apoio financeiro. Aquela premonição, na verdade, tinha fundamento, mas somente em 1964 se tornou real ameaça.

O encontro foi, pois, claramente um divisor de águas no desenvolvimento da ideologia da organização e de seu programa de ação. Como resultado das discussões, uma pequena comissão foi escalada para preparar uma cartilha realmente relevante para a vida dos alunos do MEB. Isto levou à publicação de *Viver é lutar*, que imediatamente causaria tantos problemas, como veremos.

O ano de 1963 trouxe o mais intenso e amplo desenvolvimento de suas atividades, sua entrada no campo da cultura popular e, em particular, seu envolvimento crescente na formação dos sindicatos rurais. O Movimento veio a ser criticado por grande coro de pessoas com inclinações menos progressistas, tanto de dentro quanto de fora (um número substancial de bispos diocesanos e um ou dois membros do CDN), mas foi adiante, certo do caminho que tinha escolhido e nele acreditando sinceramente.

O Relatório Anual de 1962, escrito no final do ano seguinte, assumiu a responsabilidade de muitas das frases que haviam sido criadas durante o encontro. A conscientização ali aparece com destaque entre os objetivos do MEB. O processo de educação acontece por meio de “ações” e ajuda o homem a “tornar-se consciente do que ele é, do que os outros são, do que todos

podem vir a ser”. A educação implica em desenvolver a conscientização do homem em face da história. “O futuro não é um simples momento. É o homem desenvolvendo a si mesmo, de maneira a renovar-se continuamente e continuamente transformar o mundo”. Por isso, o homem deve ser o construtor de sua própria história e a educação serve para ajudá-lo a alcançar essa capacidade de ação: ela deve “tomar como ponto de partida as necessidades e os anseios do povo por libertação”.³³⁸

A QUESTÃO DA “CARTILHA SUBVERSIVA DOS BISPOS”

Viver é lutar, cartilha preparada no ano de 1963 por uma comissão de educadores de vários *sistemas*, especialmente do Nordeste, foi impressa em janeiro de 1964. Três mil exemplares desse caderno, destinado aos alunos mais adiantados, foram apreendidos ainda na gráfica, no fim de fevereiro, por ordem do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que, aparentemente, recebera informações de que “folhetos comunistas estavam sendo impressos para o Ministério da Educação”. O incidente causou alvoroço na imprensa³³⁹ e, pela primeira vez, trouxe o MEB à cena pública – sob circunstâncias muito desfavoráveis. O mesmo incidente estimulou também a divisão entre seus quadros leigos e seus bispos mais cautelosos. Aumentou o sentimento de desconforto entre alguns líderes do Nacional, que sentiam que o curso do Movimento estava se tornando cada vez mais imprevisível. Nos últimos meses do governo de Goulart nenhuma restrição externa parecia se impor ao povo e sua conscientização poderia levar a resultados verdadeiramente imprevisíveis. Por isso, os detalhes do método e do teor do que seria a conscientização ganharam importância; tornaram-se, de fato, as pedras de toque do caráter radical do Movimento.

Viver é lutar, parte de um conjunto didático, consistia em 30 lições, realisticamente ilustradas com fotografias, tratando das experiências do camponês e de sua verdadeira situação de vida.³⁴⁰ O resto do conjunto era constituído de três apostilas mimeografadas e distribuídas somente para os

338. (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1962). Todas citações da Apresentação.

339. Uma das manchetes jornalísticas (*A Notícia*) dizia: “Cartilhas subversivas apanhadas ontem pertencem aos bispos cor-de-rosa”.

340. A este respeito, começava por conjecturas bem similares às do método Paulo Freire, embora nenhum levantamento de vocabulário e estilo tenha precedido a redação da cartilha. Do final de 1962 em diante, certa influência mútua parece ter ocorrido, particularmente no Nordeste.

engajados na produção dos programas radiofônicos. A primeira denominada *Mensagem*, elaborava a mensagem espiritual do *Viver é lutar*, referindo-se a textos do Evangelho e sugerindo ligação com os programas de catequese. Essa apostila era a publicação mais abertamente cristã do MEB. Tentava neutralizar os argumentos daqueles que achariam que *Viver é lutar* carecia de espírito cristão (crítica que, apesar disso, foi feita). A segunda brochura, *Fundamentação*, tratava das bases filosóficas do processo de conscientização. Sua linguagem era extraordinariamente densa e obscura; uma equipe escreveu ao Nacional dizendo que o tratamento filosófico era desnecessário para aqueles que tinham estudado filosofia e completamente incompreensível para aqueles que não o tinham (eles estavam certos!). Como a *Mensagem*, essa apostila também oferecia comentários didáticos. O mesmo procedimento foi usado na *Justificativa*, a maior dessas apostilas, que continha dados e informações obtidos de uma grande variedade de fontes tais como estatísticas oficiais, monografias sociológicas, documentos legais (especialmente sindicais) ou publicações sobre economia da Cepal. Era um texto notável, espécie de livro didático sobre a sociedade brasileira.

A partir da apreensão dos livros didáticos pela polícia de Carlos Lacerda, menos de um mês e meio antes do golpe de abril, muitas destas apostilas complementares foram apresentadas como defesa contra as acusações de “subversão”. Mas, como escreveu um crítico amigável a um dos membros do Nacional, uma semana antes do Exército assumir o controle do país, “a cartilha muito provavelmente vai ser lida sem o relevante material que a acompanha”. Isto era, sem dúvida, verdade: as outras apostilas eram destinadas somente aos membros das equipes e não chegavam nem mesmo aos monitores. Por isto, o impacto essencial de *Viver é lutar* viria de seu próprio texto: aquele seria o instrumento que alcançaria os camponeses, a base para sua conscientização e o inevitável ponto de partida para suas discussões. De um ponto de vista conservador, *Viver é lutar* poderia, de fato, ser chamada de “subversiva” – este termo tão convenientemente vago com que se estigmatiza qualquer instrumento de mudança indesejada.

Mas as pessoas que, um ano antes (no Encontro de Coordenadores), haviam declarado que não eram de modo algum comprometidas ideologicamente com a burguesia não pretendiam ser chamadas de subversivas nem tinham a menor intenção de provocar. D. Távora, presidente do MEB, tentou, antes de tudo, pôr panos quentes no incidente, em um encontro com Carlos Lacerda (que ele conhecia muito bem). Obteve êxito e, numa

coletiva de imprensa convocada no dia seguinte a esse encontro, pôde anunciar o encerramento formal do incidente. Sua maneira de lidar com o assunto, porém, foi considerada leve demais por muitos dos líderes do alto escalão do Movimento e suas declarações na coletiva de imprensa tiveram, de fato, um caráter muito defensivo. D. Távora enfatizou o cuidadoso treinamento dos monitores, que conduziriam as comunidades a transformações “baseadas em princípios cristãos”; disse que todo o trabalho tinha orientação cristã e era administrado por pessoas que tinham se dado conta de que “soluções materialistas seriam desastrosas para o Brasil”.³⁴¹ Por outro lado, não moderou sua linguagem na declaração, enviada por escrito duas semanas mais tarde, ao delegado de polícia encarregado do caso. Levando em conta o fato de que tinham sido lançadas dúvidas ideológicas sobre o trabalho do MEB, suspeito de estar a serviço do comunismo, declarou:

Mais do que ninguém, nós, os bispos que representamos a Igreja, sabemos como distinguir comunismo de catolicismo... Por outro lado, arcebispos e bispos das regiões subdesenvolvidas deste país vivem no meio do povo e sabem, todos eles, que especialmente as condições de vida das populações rurais, ali, são tão aflitivas, sua situação econômico-social é tão precária e injusta que a constatação ou mesmo as fotografias dessa realidade podem parecer subversivas. Entretanto, o bom-senso conclui que subversiva não é a constatação e, sim, a situação real.³⁴²

Era sobre essa realidade subversiva que *Viver é lutar* falava. Seu método era, essencialmente, levantar questões e, ocasionalmente, fornecer respostas muito gerais; era basicamente uma apostila com o objetivo de estimular discussões entre os camponeses sobre coisas que “realmente interessavam” a eles. A primeira lição dizia:

Eu vivo e luto.
Pedro vive e luta.
O povo vive e luta.
Eu, Pedro e o povo vivemos.
Eu, Pedro e o povo lutamos.
Lutamos para viver.
Viver é lutar.

341. Coletiva de Imprensa, 27 de fev. 1964, citado em (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963b, Op. Cit., que apresenta a documentação inteira sobre o episódio, e reproduz todos os comentários da imprensa.

342. Idem.

Alguns outros exemplos serão suficientes para transmitir o teor do livro.

A sétima lição fala de Deus:

Ao homem não basta comida.
Não basta casa e salário.
O homem precisa de Deus.
Deus é Justiça e Amor.
Deus quer Justiça entre os homens.
Deus quer Amor entre os homens.

Mesmo uma pequena homilia como esta, porém, pode ser altamente “subversiva” quando os homens vivem sob condições que são a encarnação do oposto de Amor e Justiça. A mensagem é direta:

Pedro voltou esclarecido do treinamento. Voltou esclarecido de que o governo é para todos. Todo o povo deve participar no governo. Alguns homens têm de sobra e muitos nada têm. Alguns ganham demais. Muitos trabalham e seu trabalho é explorado por outros. Muita coisa está errada no Brasil. É preciso mudança completa no Brasil.³⁴³

Ou, novamente, algumas lições mais adiante, depois de falar sobre o aumento do custo de vida:

Quem marca o preço da mercadoria? Por que quando o salário sobe, piora ainda mais a carestia? Por que o trabalhador não tem o fruto de seu trabalho? Quem está lucrando com isso? O povo do Brasil é um povo explorado. Explorado não só por brasileiros. Há muitos estrangeiros explorando a gente. Como libertar o Brasil dessa situação?³⁴⁴

As idéias expressas em lições como esta, de fato, encaixam-se perfeitamente com a ideologia pela qual os radicais católicos que não pertenciam aos quadros do MEB confrontavam-se com o mundo. Para muitos, a análise social contida nessas idéias era empiricamente inquestionável. Nenhum observador moderadamente objetivo poderia contradizer isto:

Como são as eleições no Brasil? Muitos eleitores votam no candidato do patrão. Muitos votam a troco de sapato, roupa, remédio... Outros votam a troco de emprego ou dinheiro. Esta situação pode continuar? Voto é consciência. Voto é liberdade. Consciência não se vende. Liberdade não se compra.³⁴⁵

343.Lição 16.

344.Lição 26.

345.Lição 20.

Algumas outras afirmações da cartilha, porém, davam mais margem a críticas. Não era necessário ser contra mudanças radicais para sentir-se desconfortável com generalizações incondicionais tais como “o povo tem fome e doença”, “o salário não dá para nada”, “o operário sofre injustiça. Sofre injustiça como o camponês”.³⁴⁶ Como escreveu um bispo crítico: “generalizações são meias verdades, mais perniciosas do que os erros”; elas são, argumentava ele, a moeda corrente dos demagogos que exploram a promessa ambígua divulgada em *slogans* tais como “todo o povo deve participar do governo”. Outra carta que encontrei nos arquivos dizia que a mensagem poderia muito bem conduzir à “violência por mal-entendido; quando chegar a hora você não poderá imprimir às pressas outra cartilha dizendo: ‘o português do armazém não deve ser linchado; o fazendeiro não deve ser enforcado’ “. E continuava: “a cartilha como um todo não me parece aumentar a dose de amor no mundo – bem ao contrário”.

Aqueles que enxergavam *Viver é lutar* menos como uma expressão de solidariedade humana e amor do que de conflito de classes estavam, sem dúvida, certos. Em meados de 1963, o MEB optou por identificar-se com o pólo dominado. Estava, então, desenvolvendo muitas das posturas características de seu populismo. Generalizava-se a idéia de que era intrinsecamente errado dar respostas específicas aos problemas dos camponeses; o próprio povo deveria decidir como enfrentar seus problemas e que tipo de estrutura deveria ser construída para substituir as estruturas injustas da época. Por isto, ninguém do Movimento estava preocupado com a falta de diretivas precisas do *Viver é lutar*. Mas as pessoas de fora do Movimento estavam e o MEB entrou em conflito especialmente com os homens de Igreja (colaboradores do MEB ou não) convencidos de que a doutrina social cristã tinha respostas claras para todos os problemas. Eles achavam que *Viver é lutar* servia apenas para rebelar o povo contra sua própria situação, “sem dar nenhuma resposta”. Ainda dois anos mais tarde, um diplomata do Vaticano, que tinha acompanhado todo este processo, exclamou (mais magoado do que zangado):

A Igreja tem as respostas para esses problemas – a doutrina social da Igreja dá as respostas. Então, por que não ensinar aos alunos essas respostas? ... A principal tarefa da Igreja não é a de fazer os camponeses revoltarem-se contra sua situação; é a direção espiritual e o cuidado das almas.³⁴⁷

346. Lições 6 e 10.

347. Entrevista, 6 de set. 1966.

Mais difícil, porém, era lidar com as acusações de simplismo ou de excessiva generalização. Mas, mais uma vez, a maioria dos técnicos do MEB não se deixou perturbar muito. As minúcias e os escrúpulos dos intelectuais reformistas da classe média perder-se-iam entre os camponeses ignorantes. A conscientização tinha de lidar com aspectos da situação que precisavam mudar. Ela levaria a ações e seria confirmada por elas – e, como ações deste tipo seriam combatidas pelas forças representantes do *status quo*, deveria assumir caráter de luta, um caráter revolucionário. Revoluções não são feitas por pessoas que passam todo o tempo se lembrando do outro lado da moeda; por isso a necessidade de uma abordagem mais arrojada. *Viver é lutar* era a clara expressão da perspectiva profundamente radical do MEB naquele momento, e não foi por acaso que depois do golpe a cartilha foi tirada de circulação pelo próprio Movimento, substituída por outra, cartilha chamada *Mutirão*. Com muita ênfase na cooperação entre os camponeses, *Mutirão* poderia ajudar a gerar a solidariedade intraclasse e não se poderia dizer que estimulasse conflitos entre classes. A formulação das angústias dos camponeses em termos dialéticos desapareceu: a “classe inimiga” sumiu.

Há, porém, indicações de que esta mudança de ênfase já estava em plena marcha *antes* do golpe, que setores da liderança do Movimento estavam começando a se preocupar com as conseqüências imprevisíveis do radicalismo desenfreado. No final de 1963, começaram a manifestar-se receios quanto à “linha” do Movimento nos documentos internos do Nacional. Não que os responsáveis pela coordenação geral duvidassem da justeza da oposição do MEB à ordem social vigente, mas parecia que tinham assumido algumas das críticas à cartilha quanto ao uso de *slogans* ambíguos e lemas simplistas. Havia também a preocupação crescente com o fato de que tanto aliados quanto antagonistas estavam começando a falar do MEB e da AP como se fossem a mesma coisa. O problema veio a ser formulado em termos da necessidade de evitar o comprometimento do Movimento *como tal* com esta ou aquela linha política, ainda que, por opção pessoal, alguém do MEB decidisse envolver-se com um grupo político específico. O MEB, como já se disse, como movimento educacional engajado em uma realidade histórica determinada, precisava de justificativa ideológica, mas não poderia proclamar-se a favor de um ou outro *sistema* social como, por exemplo, o socialismo.³⁴⁸

Muitas dessas dúvidas vieram à tona em janeiro de 1964, durante uma semana de estudos do Nacional com um grupo de especialistas externos (Pe. Vaz foi

348. Documento preliminar para o planejado II Encontro de Coordenadores.

o mais proeminente), idealizada como preparação para o II Encontro de Coordenadores, planejado para abril. As anotações das discussões, embora sumárias, mostram o grau considerável de perplexidade frente a questões fundamentais como o significado da conscientização, a que exatamente ela pretendia conduzir e como a ideologia dos conscientizadores influiria nesse processo. No entanto, grande parte do tempo do encontro foi absorvida em discussões extremamente abstratas, durante as quais os conceitos discutidos pelo Pe. Vaz – tais como “ideologia-reflexa”, “projeto histórico” – foram lançados sem muita clareza ou resultados práticos. É óbvio que foram aparecendo consideráveis pontos de tensão na organização a respeito da relação entre a tarefa educacional e seu possível envolvimento prático em atividades políticas evidentemente controversas. Não é fácil trabalhar na conscientização das massas e depois lavar as mãos na hora de estabelecer os instrumentos de luta contra o “pólo dominante” — especialmente para quem tem opiniões políticas fortes e vê perigo de que os frutos de seu trabalho educacional sejam colhidos por seus adversários políticos. Essas tensões eram mais evidentes em torno dos problemas do sindicalismo rural, profundamente discutido nas reuniões preparatórias que ocorreram pouco depois das fáticas eleições para o conselho da Contag. A “coalizão” da AP com os comunistas, que foi o clímax dramático daqueles confusos eventos, provocou uma resposta indignada do Pe. Crespo, do Sorpe, na forma de uma circular condenando a AP – e o MEB – por sua recusa em cooperar com os sindicatos cristãos moderados. Depois da semana de estudos, chegou-se à firme decisão, ao menos no Nacional, de que, dali em diante, os técnicos concentrar-se-iam exclusivamente nos aspectos educacionais do sindicalismo. Uma vez que o envolvimento do MEB com a organização dos camponeses e trabalhadores rurais em sindicatos era um aspecto tão central de suas atividades antes do golpe, justifica-se um exame mais detalhado de sua evolução.

MEB E OS SINDICATOS

O MEB, é necessário lembrar, foi fundado pela CNBB. Nos primeiros anos de funcionamento, a Conferência dos Bispos ainda mantinha ativo interesse, embora muito indireto, no Movimento, visto essencialmente como uma ferramenta maleável à disposição dos bispos. Quando os bispos preocuparam-se coletivamente com o sindicalismo rural e quando, da metade de 1962 em diante, a Comissão Central da CNBB começou a

promover explicitamente a idéia de sindicatos rurais apoiados pela Igreja,³⁴⁹ o MEB foi visto como instrumento educacional óbvio para a fase preparatória. Com suas escolas radiofônicas, monitores e supervisores cobrindo a maior parte da área onde os sindicatos deveriam ser criados, o MEB representava para a hierarquia excelente meio de assegurar a penetração da doutrina social cristã no campo. Os camponeses com os quais eles já haviam estabelecido contato deviam ser educados pelo Movimento para atividades sindicais e preparados para o momento em que os sindicatos de orientação cristã pudessem ser instalados. O Conselho de Bispos do MEB, o CDN, aprovou totalmente a reorientação da organização para o campo da sindicalização. Os técnicos do alto escalão, apesar de algumas dúvidas sobre a disposição do Movimento para este tipo de trabalho, viram nessa nova tarefa excelente oportunidade para o engajamento. Nenhum bispo poderia contestar seu entusiasmo, apesar de que provavelmente muitos deles teriam contestado, desde o início, o avanço do caráter radical de sua ideologia se estivessem verdadeiramente conscientes disso e se tivessem compreendido suas implicações.

Em meados de 1962, os bispos, preocupados com a multiplicação de esforços desconexos das dioceses no campo do sindicalismo, deram a tarefa de coordená-los a um jovem advogado que exercera importante papel na JUC durante sua fase crítica de transição, em 1960. Ele deveria fazer do MEB seu quartel general e também ajudar a preparar seus técnicos para a tarefa de educação sindical. Essa nomeação foi um ponto significativo de virada para o Movimento. Ocorreu no mesmo período em que a AP foi formalmente fundada, alguns meses antes do I Encontro de Coordenadores, quando as críticas sobre as condições das áreas rurais do Brasil cresciam rapidamente. O fato de haver uma pessoa do Nacional diretamente encarregada do sindicalismo impulsionou o desejo de agir e foi relevante para a promoção de drástica mudança estrutural, que já vinha empolgando os técnicos do Movimento. Relevante por duas razões: fortaleceu seus membros, cujas idéias viriam a ter profunda influência coletiva na linha que surgiria do I Encontro de Coordenadores; e ajudou a superar as dúvidas, e mesmo a hostilidade, a respeito do MEB, que haviam prevalecido, até então, entre os jucistas mais engajados, que viam o movimento como “clerical” e excessivamente atrelado à Igreja. Um certo número deles acabou por entrar no MEB.

349. Ver (CNBB, 1962, p. 14; 48).

Desde o começo do trabalho pela sindicalização no campo, estava claro que o Movimento iria ocupar-se da educação para o sindicalismo: usaria suas escolas radiofônicas e outros modos de atingir as comunidades rurais para suscitar o interesse pela idéia de sindicalismo e para transmitir o conteúdo básico de sua teoria e prática. Tudo isso deveria acontecer no processo geral da conscientização. O tema do sindicalismo deveria ser levantado aos poucos e naturalmente, na medida em que os camponeses comesçassem a expressar anseio por organização e ação. Isso passou a ser parte das atividades do MEB em contato direto com a comunidade: uma faceta do trabalho, certamente importante mas não a ponto de superar a alfabetização ou o cooperativismo. Foram organizados treinamentos especiais sobre sindicalismo rural para os líderes camponeses que fossem surgindo, “para tornar possível a formação de sindicatos verdadeiramente dirigidos pelos próprios camponeses”³⁵⁰ Essas novas atividades possibilitaram atrair para seu centro grande número de camponeses que, até então, tinham ficado apenas na sua periferia. Isso também conduziu a uma dramática alteração na proporção de homens e mulheres entre os monitores: antes do início do trabalho com o sindicalismo, havia grande predominância de mulheres.³⁵¹

Mas nem toda a atividade do MEB nesse campo era meramente educacional. De fato, vários *sistemas* envolveram-se nesse processo muito mais profundamente do que o puro interesse educacional justificaria. O Relatório Anual de 1962 já havia mencionado que várias pessoas, do Nacional e de alguns *sistemas*, estavam especialmente encarregadas de dar assessoria sobre sindicalismo rural; mencionava, casualmente, que vários *sistemas* “na falta de outros, assumiram também a responsabilidade direta de ajudar na criação e fundação de sindicatos”.³⁵² Isto significava de fato que, nas localidades onde o MEB era a única influência externa, onde nenhum dos outros “partidos” interessados em organizar os camponeses tivesse ainda estabelecido uma base de operação, os camponeses que quisessem fundar um sindicato poderiam recorrer à orientação de seus supervisores. Mesmo os camponeses semi-alfabetizados, capazes de ser monitores estimulantes e verdadeiros líderes da comunidade, não poderiam, sem uma orientação especializada, avançar nos complexos procedimentos necessários ao reconhecimento de um sindicato pelo Ministério do Trabalho. Sem alguém alfabetizado e com o conhecimento

350. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963a, p. 62.

351. *Idem.* p. 13.

352. *Ibidem.*

das fórmulas administrativas e legais apropriadas, dos processos e dos canais competentes, o sindicato jamais sairia do chão.

O dilema para os técnicos do MEB era claro, especialmente quando começou a corrida, politicamente motivada, aos sindicatos e federações: ou deixavam estagnar o desenvolvimento do mais importante instrumento de “conscientização através da ação” – por escrúpulo em ultrapassar os limites estabelecidos pela visão populista, que progredia muito entre eles naquele tempo, e pelo fato de seu papel estar definido em termos educacionais – ou assumiam a alternativa de ajudar e, inevitavelmente, envolver-se como “assessores”, orientando a ação dos camponeses nos momentos mais cruciais. Esta orientação seria particularmente significativa quando um sindicato tivesse de ser representado em nível de federação ou congresso, como o realizado em Natal, em julho de 1963 (a Convenção Nacional de Trabalhadores Rurais), onde foram discutidos problemas e tomadas decisões muito além da experiência de vida e da compreensão de quase todos os camponeses presentes, com exceção de alguns líderes melhor preparados. Se a “corrida” não tivesse acontecido, os sindicatos teriam sido criados com mais vigor e com o papel menos proeminente dos “assessores”. Uma mescla sensata de esforços educacionais adicionais e de ajuda aos líderes camponeses na orientação das ações, planejada para criar maior consciência dos problemas e crescimento da confiança em sua própria capacidades de exercer o poder, poderia ter resultado no desaparecimento gradual da necessidade de aconselhamento externo. Mas, naquelas circunstâncias, a pressão para que os “assessores” agissem era simplesmente grande demais. Além disso, o pessoal do MEB especificamente encarregado da sindicalização temia a entrada, nas comunidades onde trabalhava, de gente de fora, gente que poderia “massificá-las” mais por convicção do que por necessidade.

Em alguns estados, como Sergipe, a iniciativa de usar os técnicos do MEB para a sindicalização veio da hierarquia. Em outros lugares, a decisão de continuar nesse campo veio de dentro do próprio Movimento, das equipes locais ou do coordenador nacional para sindicalismo. De acordo com o Relatório Anual de 1963, havia, de fato, “especialistas” em sindicalismo nas Estaduais ou nas equipes locais de onze estados: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Goiás.³⁵³ Eram, na maioria, pessoas especialmente recrutadas para

353. *Ibidem.* p. 62.

este trabalho. Uma proporção significativa delas parece ter sido ativa no movimento estudantil católico. Algumas, na AP, agarraram a oportunidade de concretizar suas convicções ideológicas em um contexto específico e de implementá-las na estrutura de uma organização bem estabelecida. Estavam, sem dúvida, contentes porque o MEB carecia de padrões fortes de autoridade centralizada e estava comprometido com um método básico de trabalho que permitia muita liberdade de ação para as bases. Na verdade, em algumas áreas, a equipe ocupava-se o tempo todo com o trabalho de sindicalização. Por isso, enquanto a intenção era deixar este trabalho formalmente separado da educação, para os camponeses havia completa identificação do MEB com os esforços em promover sindicatos³⁵⁴ – como também para muita gente que observava tudo isso de fora.

Conforme avançava o ano de 1963, os objetivos do trabalho sindical foram se definindo mais claramente em termos da criação de bases de poder para o controle das instâncias mais altas da estrutura sindical. Houve casos em que o MEB foi ostensivamente usado para a promoção de metas políticas assumidas individualmente por membros de suas equipes. Quando Leonard Therry analisa o encontro da Contag, de dezembro de 1963, fala de “sindicatos do MEB controlados pela AP”; ele certamente exagera e simplifica demasiadamente a questão.³⁵⁵ O MEB em si não “tinha” nenhum sindicato, nem a AP os controlava. Mas é verdade que, em certas instâncias, em que todo o trabalho de base para a fundação não apenas dos sindicatos, mas também das federações, foi executado sob o amparo do MEB, membros de sua equipe foram enviados como representante da federação para o “segundo encontro” da Contag, em dezembro de 1963: foi o caso, em seis das 24 federações presentes. Quatro dessas federações poderiam, de fato, ser descritas como seguidoras da linha de ação claramente orientada, senão formada, pela AP; as outras duas federações cujos representantes vieram das equipes do MEB eram parte do grupo dos católicos moderados.

Resta apenas repetir, concluindo, a observação de que, nesse tempo de luta pelo poder na Contag, o principal impulso à sindicalização rural surgiu da disputa entre grupos com visões ideológicas conflituosas pelo controle burocrático de uma organização nacional de duvidosa eficácia para os próprios camponeses. É impossível dizer como as coisas teriam evoluído se o golpe não

354. Ver, por exemplo, THERRY, L. D. Op. Cit.

355. Idem.

tivesse acontecido logo depois. Mas no MEB, no começo de 1964, havia um receio generalizado sobre a direção que as coisas pareciam estar tomando. A volta a um papel educacional mais claramente delimitado estava sendo defendido no Nacional e muito provavelmente teria sido implementada na prática.

Qualquer hesitação que havia restado, porém, foi “resolvida” de uma só vez, pelo golpe. Embora a educação para o sindicalismo (incluído, geralmente, sob o amplo termo “associativismo”) continuasse a figurar entre as tarefas estabelecidas, na prática, o Movimento tinha pouco a realizar, depois de abril de 1964, numa área de atividade cheia de perigos políticos e aparentemente de pouco efeito prático em tais circunstâncias. Numa escala bem limitada, outros continuaram esse trabalho, tentando fortalecer as precárias fundações assentadas em tempos mais auspiciosos. Em alguns casos, especialmente na zona açucareira do Nordeste, os sindicatos e federações, embora severamente limitados quanto ao alcance de suas ações, conseguiram alguns êxitos em lutas por salários e melhores condições de vida. Mas, na maior parte do meio rural, onde a organização de sindicatos mal tinha começado em 1964, parece válida a afirmação de que o golpe, por negar praticamente qualquer papel legítimo aos sindicatos, condenou-os à modorra, com um quadro de associados minguado e passivo.

OBSERVAÇÕES SOBRE SINDICALISMO EM UM DOS SISTEMAS

Pode ser bastante elucidativo o exame de um relatório sobre a experiência com a sindicalização de um dos sistemas do MEB, que cobria um dos estados do Nordeste. Um documento retrospectivo sobre o desenvolvimento da sindicalização foi elaborado pelo coordenador da equipe daquele estado, em setembro de 1964, e enviado para o Nacional, em cujo arquivo o encontrei. Seu tom é equilibrado e objetivo e seus notáveis critérios parecem enquadrar-se bem com o panorama geral apresentado acima. O MEB iniciou suas atividades naquele estado em 1962. Treinou e estabeleceu uma equipe para elaborar programas radiofônicos de educação de base, na expectativa de se obter uma estação transmissora, mas a estação transmissora nunca se materializou. Ao invés de sentar-se e esperar no escritório, a equipe começou a considerar outros métodos para atingir a comunidade. Ali geraram-se as idéias que conduziram à criação da Animação Popular (AnPo).³⁵⁶ O método

356. Ver mais adiante.

foi desenvolvido com o nome de “caravanas populares”, com uma equipe que atuava como uma espécie de agente itinerante de conscientização, viajando de jipe de um lugar para outro, em difíceis condições. Apesar dessas “caravanas” pretenderem estimular as comunidades para uma série de atividades visando o melhor aproveitamento de seus próprios recursos, pela organização e mobilização de seus membros em defesa de seus próprios interesses, a sindicalização rapidamente tornou-se a preocupação principal. O sindicato era visto – de maneira sem dúvida acertada – pela equipe e pelos camponeses como a forma mais adequada de organização comunitária naquelas circunstâncias de ausência de serviços educacionais públicos, por um lado, e da necessidade de combate coletivo ao poder dos fazendeiros, por outro.

A primeira comunidade a ser conquistada pelo MEB foi “Tapiranga”³⁵⁷, onde um treinamento para potenciais líderes comunitários ocorreu em setembro de 1962, pouco antes do começo da corrida aos sindicatos; a decisão de fundar um sindicato não foi tomada sob a pressão de considerações externas. As atividades econômicas principais em Tapiranga eram a criação de gado e plantação de arroz; o arroz era exportado por intermédio de alguns comerciantes importantes que eram ou os fazendeiros mais poderosos do local ou os que tinham ligações pessoais com eles. O sindicato estabeleceu, como primeira meta, a redefinição administrativa da área até então usada principalmente para a criação de gado; tratava-se de fazer reconhecer a atividade agrícola como a mais importante naquela área, algo que já vinha sendo, de fato, por muitos anos. Mas convinha aos grandes fazendeiros manter as terras consideradas como área de criação de gado: isto significava que a proteção (cercas etc.) dos pedaços de terra cultivados era responsabilidade exclusiva dos camponeses arrendatários. O gado tinha livre acesso ao território definido como área de pastagem e nenhum proprietário de gado poderia ser responsabilizado por danos causados por seus animais às plantações dos camponeses. Na prática, a questão era o ônus de construir cercas e pagar seu custo; dependia da finalidade reconhecida como principal para a área a definição de deveres: se o gado deveria ser cercado pelo fazendeiro ou esquivado pelos camponeses. Sob a definição administrativa anterior, a obrigação era dos camponeses, encargo demasiado pesado para a maioria deles e eram freqüentes os danos causados pelo gado pisoteando as roças e correndo pelas plantações.

357. Tapiranga era, então, uma área típica de camponeses, mais do que de proletariado rural.

Uma vez que o número de associados do sindicato começou a aumentar, os *coronéis* locais tentaram assimilá-lo à estrutura clientelista já existente. Convidaram os líderes para fazer parte do partido político dominante e para comprometer o quadro de associados em seu apoio. Como era de se esperar, os camponeses recusaram. Depois disso, foram usados todos os meios para combater o sindicato e seus líderes. A reivindicação por mudança na categoria administrativa da área foi denunciada como ato de rebelião, tanto pelos coronéis locais quanto por seus aliados políticos da Secretaria da Justiça. Então, o gado passou ser solto intencionalmente nas roças dos camponeses. Revoltados, os camponeses mataram algumas cabeças de gado. Isto serviu de pretexto para a ação da polícia contra eles – a polícia, logicamente, sendo controlada por um dos coronéis. Muitos camponeses foram espancados, todas suas armas de caça confiscadas, a sede do sindicato fechada e seus líderes sujeitos a todos os tormentos legais e extralegais possíveis. O presidente do sindicato, por exemplo, embora gravemente doente, foi intimado a comparecer à delegacia de polícia do distrito. Ele foi carregado até lá no meio de uma multidão de camponeses, que clamavam por justiça e melhor tratamento; a circunstância foi séria o suficiente aos olhos das autoridades para que o prendessem e o jogassem na prisão acusado de colocar em risco a segurança nacional. E tudo isso aconteceu bem antes do golpe de abril.³⁵⁸

Até aqui o que encontramos sobre a evolução na primeira comunidade conquistada pelo MEB no estado – evolução que propicia clara compreensão, apesar de limitada, do tipo de condições sob as quais os novos sindicatos tinham que operar. Por volta de outubro de 1963, cinco sindicatos haviam sido fundados sob os auspícios do MEB. Todos enfrentavam problemas de natureza similar e travaram verdadeiras batalhas com fazendeiros e intermediários quando veio a tempestade da corrida à sindicalização. Ela explodiu sobre eles no final daquele mês, quando um organizador nacional da Ultab passou pela capital do estado e contactou o MEB com a sugestão de que deveriam, juntos, fundar uma federação. A Ultab vinha sendo ativa nas áreas rurais do estado antes do MEB. De acordo com o relatório, as atividades da Ultab “representaram uma importante fase na luta por melhores condições” (por exemplo, pela mobilização da opinião pública), mas a Ultab “permaneceu sem raízes profundas, porque agia de cima para baixo” e,

358.A história teve um final inesperado e surpreendente: depois do golpe, o chefe de polícia foi preso por abuso de autoridade. O presidente do sindicato foi solto, e as denúncias contra ele foram retiradas.

salvo raras exceções, nenhum líder verdadeiramente camponês surgiu de suas fileiras. Cooperar com este tipo de organização não era muito do gosto dos líderes populistas do MEB que, no início, assim responderam às sugestões dos comunistas: “decisões nessa matéria dependem completamente dos próprios camponeses”.

Depois disso, porém, a equipe aparentemente examinou as possíveis conseqüências de suas posições. Ocorreu-lhes que insistência em negar intervenção e orientação poderia ser autodestruidora. A liderança da federação poderia cair nas mãos de pessoas que não eram camponeses, nem avessos a usar a organização para alheios fins – gente muito mais experiente neste tipo de política sindical do que os líderes dos sindicatos protegidos pelo MEB. O acordo mais aceitável parecia ser chamar os “melhores” líderes dos sindicatos apoiados pelo MEB de diferentes áreas para uma reunião de “politização” que, embora orientada pela equipe a tratar os problemas políticos envolvidos, ainda deixaria a decisão final a cargo dos próprios líderes camponeses. Antes deles se reunirem, chegaram notícias do Nacional sobre a decisão do Consir de convocar um encontro, em dezembro, para reconstituir a diretoria da Contag. O comunicado também tocava numa esperada “corrida final” para fundar sindicatos e federações.

O encontro de “politização” realizou-se como previsto. Os líderes camponeses que participaram, depois de terem sido informados e de discutirem amplamente os assuntos, resolveram prosseguir e fundar, imediatamente, uma federação, sem chamar os sindicatos afiliados da Ultab. Foi eleita uma diretoria formada inteiramente por dirigentes dos sindicatos apoiados pelo MEB; os documentos necessários foram redigidos e despachados para o Rio. Mas, logo depois, a equipe descobriu novos fatos sobre o caráter político do Consir e sua posição completamente a favor da Ultab. O mais relevante era o modo como o Consir tratava os documentos de uma federação “toda-MEB”. Os documentos para a fundação de uma federação enviados por parte de sindicatos rivais apoiados pela Ultab teriam seu pedido de reconhecimento oficial aprovado. A diretoria recém-eleita da federação estabelecida através do MEB imediatamente reverteu a decisão original do encontro de “politização” e optou pela cooperação com os sindicatos da Ultab. Mas os documentos originais da fundação tinham sido encaminhados e chegariam rapidamente nas mãos do Consir, com os nomes que comporiam uma diretoria “toda-MEB”. As tentativas de corrigir o problema, com a ida da coordenadora da equipe ao Rio, falharam.

Apesar de sua explanação, o Consir negou o envio das passagens de avião para os representantes da federação irem ao Rio. De qualquer maneira, a comissão parecia estar determinada a anular – por razões técnicas – a fundação da federação original. E, assim, o Estado não foi representado no encontro de dezembro.

No final do ano, a equipe e os líderes camponeses envolvidos concordaram em começar do zero e aceitar os sindicatos da Ultab na federação. Tudo isto conduziu, no início de 1964, a uma “corrida” aos sindicatos no próprio estado e daí a disputas entre a equipe e o presidente da comissão preparatória, um representante da Ultab. Essas disputas se tornaram tão violentas que a equipe do MEB resolveu formalmente entregar esse trabalho à AP; afinal, a AP retirou-se do encontro conjunto de fundação, o que empurrou, mais uma vez, os sindicatos fundados por intermédio do MEB a iniciarem uma federação separada.

Vale a pena reproduzir algumas reflexões sobre o desenvolvimento desses eventos, encontradas no relatório.

Havia, afirma o texto, uma tentativa séria e positiva da parte dos quadros do MEB de verdadeiramente reavivar a idéia de autopromoção dos camponeses, de não serem diretivos nos encontros e de apenas dar informações quando requisitados. E ainda, os termos freqüentemente usados, sindicato dos padres, do MEB, do PC, da AP, e daí por diante, correspondiam à realidade “na qual este ou aquele grupo manipula as massas rurais para fins alheios ao sindicalismo rural.” De certa maneira o próprio MEB subestimou tudo isso. Deu excessiva atenção aos problemas educacionais e aos aspectos persuasivos de um tipo de liderança que basicamente aceitasse os desejos das bases. Foram inteiramente negligenciadas “as técnicas de liderança de grupos maiores e os métodos para levar esses grupos a tomar decisões políticas com a necessária rapidez onde e quando for necessário”. O documento aponta que isso deixava os líderes e grupos conscientizados pelo MEB à mercê de manipuladores políticos e demagogos, cuja presença não era levada em conta. Este é um sinal do realismo dessas reflexões que o autor confrontou com sua posição, em um momento no qual o populismo do Movimento parecia correr à rédea solta. E sugere que a pureza populista utópica deve ser temperada ao menos com algumas considerações sobre as conveniências, no sentido de que a utopia não pode ter como referência absoluta a ação de pessoas enfraquecidas no enfraquecido mundo que as rodeia.³⁵⁹

359. Ver p. 194

359. Um ponto levantado por (NETTL, J. P. Op. cit. p. , p. 110-111) é importante neste contexto. Discutindo a mobilização acima mencionada ele afirma: "uma mobilização manipulada.... que atinge seus propósitos rapidamente e com relativa honestidade nas circunstâncias pioneiras de Ghana, Egito ou Tanzânia, é talvez para ser mais valorizada do que uma mobilização coberta com o mito e os símbolos da participação, como as eleições gerais britânicas ou suecas". O que os populistas católicos do Brasil estavam tentando alcançar era a mobilização verdadeiramente baseada na participação. Mas eles, muitas vezes, desdenharam algo que o autor do documento em discussão viu bem claramente, isto é: aquela participação inteiramente "genuína" era difícil de ser assegurada. Nas palavras de (HOROWITZ, I. L., 1966, p. 295): "É manifestamente inverdade que se revelando a uma pessoa os seus "verdadeiros interesses" seja garantida sua participação na sociedade de massa ou no processo de modernização. A linha entre ação e interesses está longe de ser direta." Eles também se esqueceram de que algumas mobilizações parcialmente manipuladas eram preferíveis do que nenhuma.

9. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A ZONA DA MATA

O MEB FRUSTRADO

Com as observações do final do capítulo anterior, sobre o envolvimento do MEB na sindicalização rural, terminamos a primeira parte da análise. Como veremos nos capítulos subseqüentes, os eventos de abril de 1964 apresentaram um dramático divisor de águas tanto para o MEB quanto para o Brasil como um todo. Sob pressão de forças externas (autoridades militares do governo) e também internas (os bispos que tinham responsabilidades e poder formais no Movimento), os quadros técnicos do MEB não apenas minguiaram como também foram constrangidos gradativamente a deslocar o foco de seu trabalho e até mesmo de suas aspirações. Foi nesse período, quando os efeitos dessas pressões estavam começando a ser claramente visíveis, que realizei meu trabalho de campo para este estudo. Como salientei na Introdução, a maior parte do meu tempo foi empregado no Rio de Janeiro e nas duas áreas relativamente “tradicionais” de Franqueira e Fernandópolis. O material coletado nessas áreas refere-se ao período pós-golpe e será, por isso, discutido depois de um exame mais geral dos efeitos que as mudanças políticas de 1964 causaram no trabalho do Movimento. Este capítulo é uma mistura. Trata da Zona da Mata depois do golpe, mas antes disto julguei importante a compreensão de como era o MEB e o que pensava de si mesmo até a tomada do governo pelos militares, e sobre suas tensões internas durante o período de transição para a configuração que se definiu no final de 1966.

Na Zona da Mata, a onda crescente de atividade social e política entre 1960 e 1964 (especialmente por meio da fundação de ligas e sindicatos) coincidiu com a pressão crescente sobre os camponeses, uma vez que os grandes plantadores tomavam e ocupavam cada vez mais terras para o cultivo da cana-de-açúcar, estimulados pela exclusão do açúcar cubano do hemisfério

oriental. Os *sistemas* do MEB, naquela área, contribuíram muito para a evolução do Movimento no sentido de tornar-se uma organização verdadeiramente radical antes do golpe – tanto que, às vezes, tinham de ser lembrados, por pessoas de outras regiões, que a experiência da Zona da Mata não era universal.³⁶⁰ Até 1964, portanto, uma abordagem um tanto agressiva o caracterizou naquela área, abordagem refletida no livro de leitura *Viver é lutar*, que havia sido esboçado tendo muito em mente as condições na Zona da Mata. As aulas pelo rádio falavam asperamente em exploração, miséria e mudanças radicais; as discussões eram centradas nas várias formas de organização e ação de classe.

Como seria de se esperar, esse panorama mudou profundamente após abril de 1964. A maioria dos sistemas na área permaneceram fechados por alguns meses, depois do golpe, quando o ambiente político relativamente amigável de 1962-1963 deu caminho a um regime militar de uma dureza peculiar nessa região, que foi repetidamente descrita como um “barril de pólvora”. A maioria da hierarquia, na Zona da Mata, continuou a dar apoio (se o MEB não estivesse formalmente sob sua proteção, as autoridades não teriam permitido o reinício de seu funcionamento); mas os próprios bispos do Nordeste estavam sendo, naquele momento, freqüentemente atacados por sua franqueza quanto às condições sociais e econômicas e por suas críticas ao governo. Para o MEB, a única organização “progressista” que tinha trabalhado nas áreas rurais que havia sobrevivido na época de meu trabalho de campo, a cautela estava na ordem do dia. Ser cauteloso significava essencialmente acatar formalmente a mudança oficial na orientação vinda do Nacional: abandonar todos os ataques abertos à natureza e à estrutura da sociedade, todas as atividades abertamente dirigidas a minar o *status quo*, e todo envolvimento visível na organização das massas rurais para a “ação de classe”. Esses assuntos não poderiam mais ser discutidos pelo rádio, embora ainda pudessem ser levantados nos encontros no campo, agora mais raros, ou nas dependências do MEB. Eram as únicas ocasiões nas quais discussões francas podiam acontecer para ajudar a manter a convicção entre os monitores e outros ativistas de que o MEB “estava ainda do lado deles” – apesar de aparentemente ter se tornado “mero paliativo”.

No entanto, a afirmação de que o MEB não era “mero paliativo” ia sendo questionada por seus próprios membros. Apesar das restrições con-

360. Cf. a interação da equipe de Franqueira com a Estadual, discutida no cap. 12.

tinuaram trabalhando para o MEB, porque, na opinião deles, era a única organização “honestá” que restava em funcionamento no campo, e porque esse trabalho poderia dar-lhes pretexto legítímo para viajar e manter contato com o que restava das lideranças camponesas. Na primeira metade de 1966, houve um grande debate (sem conclusão) entre seus técnicos sobre a região, para saber até que ponto estas e possivelmente outras atividades, tais como “comitê de escolas radiofônicas” poderiam justificar a manutenção do Movimento”, de acordo a proposta de 30 ou 40 monitores progressistas da Zona da Mata, que planejavam utilizar a rede do MEB no campo para se manterem em contato, rompendo sua dependência com equipes técnicas, para se comunicarem diretamente entre si.

Porém, espalhou-se entre as equipes da área a convicção de que não existia a possibilidade de qualquer trabalho politicamente significativo entre os camponeses. O MEB encontrava-se, mais uma vez, engajado quase que exclusivamente na educação de base, mais precisamente na alfabetização, e tornava-se claro que isto não causava mais grande entusiasmo entre os trabalhadores rurais. Antes do golpe, eles haviam sido motivados a estudar à noite, na esperança de que a instrução os ajudasse na sua organização autônoma e na perspectiva de participação política através de eleições, permitida apenas aos alfabetizados. Por volta de 1966, esses incentivos, obviamente, tinham perdido a credibilidade. Quando cheguei na região, em maio daquele ano,³⁶¹ reinava a frustração entre as equipes; aconteciam discussões intermináveis e pouco frutíferas sobre o passado e o futuro, contrastando com as que antes fervilhavam de entusiasmo, esperança e fervor progressista.

A falta de realizações positivas, na Zona da Mata, não era resultado de limitações na conscientização. O proletariado rural, exposto a múltiplas influências políticas anteriores a 1964, sujeito a fortes (especialmente cíclicas) pressões econômicas, principalmente antes da expansão da legislação trabalhista para o campo, em 1963,³⁶² tornara-se plenamente consciente da estrutura econômica e social da qual fazia parte. Se, em alguma parte do Brasil rural, existiam conscientização de classe e conhecimento prático da natureza do confronto de classes foi entre os trabalhadores rurais que as encontrei durante minha permanência na região. A falta de realizações, em 1966, e a frustração de seus

361. Passei, ao todo, três semanas na área, entre os meses de maio e julho.

362. Eles estavam, portanto, na situação socioeconômica típica que se mostrou repetidamente propícia à radicalização: as coisas estavam melhorando, embora ainda persistissem as pressões.

membros eram claramente o resultado de medidas repressivas tomadas pelas autoridades contra aqueles que defendiam idéias consideradas “subversivas”; e programas brandos e repetitivos sobre cooperação, em uma área cheia de gente perfeitamente esclarecida a respeito de exploração, tendiam a ser recebidos sem entusiasmo.

Cheguei à conclusão que não ganharia muito em analisar detalhadamente a posição do MEB na Zona da Mata, em 1966: já no tempo de minha estada, a situação era claramente transitória e instável (os *sistemas* foram fechados mais tarde, no mesmo ano). Em vez disso, decidi concentrar-me em juntar alguns dados de fontes originais sobre a situação de vida e trabalho dos trabalhadores nas plantações da área. As páginas seguintes tratarão disto, e embora esta discussão não tenha relação direta com o funcionamento do MEB, fornece o contexto necessário para uma compreensão mais completa de sua evolução, antes do golpe, e dos incontáveis obstáculos encontrados quando prosseguiu na tentativa de auxiliar os trabalhadores rurais a ajudarem a si mesmos.

UM CANAVIAL DO NORDESTE

Primeiro é necessário dizer que na maior parte da zona açucareira do Nordeste a condição especificamente “proletária” dos canavieiros é um fenômeno bem recente. No passado, as “relações de produção” nos canaviais eram muito mais tradicionais e os trabalhadores recebiam pedaços de terra para subsistência onde plantavam seus próprios roçados. Grandes áreas (de terras mais acidentadas ou de menor qualidade) pertencentes aos canaviais não eram plantadas, embora possamos perceber ciclos de expansão e contração relacionados com as variações do preço do açúcar no mercado internacional.³⁶³ Porém, desde o final da Segunda Guerra Mundial, houve uma tendência para retomar essas terras – antes deixadas para os camponeses – para o cultivo da cana. Mesmo assim, a grande expansão da cana no Nordeste não começou até o início dos anos 1960.³⁶⁴ Nessa época, a mudança brusca das condições mundiais do mercado de açúcar que resultou da Revolução Cubana e do conflito do país com os Estados Unidos [bloqueio econômico contra Cuba], conduziu a oportunidades jamais sonhadas para o açúcar brasileiro. Os trabalhadores canavieiros, portanto, passaram a ser o

363. Ver ANDRADE, M. C. de. Op. Cit. p. 108.

364. Ver (FURTADO, C., 1964, p. 143).

verdadeiro proletariado, completamente dependente de salário. Durante esse processo, foram, muitas vezes, expulsos de suas moradias e destituídos de suas áreas de roçado, agora destinadas inteiramente ao cultivo de cana, e estabeleceram-se – juntos, com contato mais direto de uns com os outros – na periferia das cidades da Zona da Mata. Nessa nova situação, os camponeses não precisavam ser “conscientizados” para enxergar que as velhas relações sociais não eram eternamente fixas: elas claramente sucumbiram à vista de todos. O caminho estava aberto para, no mínimo, uma mudança nas relações de dependência com os patrões e para que as Ligas e, especialmente, os sindicatos assumissem certos papéis antes preenchidos pelo patrão. Mas essas intervenções realmente trouxeram uma conscientização sobre os direitos garantidos por lei e estimularam o início de uma conscientização cívica entre os trabalhadores da cana. Simultaneamente, sua participação nas atividades do sindicato e o crescimento de sua consciência de partilharem um destino comum prepararam as bases – pelo menos nesta área, senão em outras do Brasil rural – para a consciência de classe.

Alguma familiaridade pessoal com a situação nos canaviais parecia bem proveitosa. Eu tive muita sorte em ter podido visitar um engenho que havia sido expropriado pelo governo federal para servir de “projeto piloto para a reforma agrária”, como resultado da útil intervenção de uma pessoa conhecida.³⁶⁵ Esse engenho era administrado pelo Instituto Brasileiro para Reforma Agrária (IBRA). Minha visita foi admitidamente curta – ao todo não mais que uma semana de trabalho – mas, mesmo assim, conduziu-me ao conhecimento claro e mais aprofundado sobre o mecanismo social de uma usina.³⁶⁶

365. Pessoalmente, acho a definição de reforma agrária de (CHONCHOL, J., 1964, p. 91) a mais apropriada para a maioria das situações na América Latina: “uma redistribuição massiva, rápida e drástica dos direitos sobre a terra e a irrigação”. As medidas propostas pelas autoridades brasileiras nas plantações em questão – a redistribuição de terras em lotes proporcionais ao tamanho das famílias para trabalhadores selecionados das plantações – poderia ter sido interessante para os trabalhadores em questão e válida como projeto piloto, mas, em si, não representavam uma “reforma agrária”.

366. “Usina” distingue-se de “engenho”. Os engenhos consistiam, antes da chegada do vapor, de plantações com suas próprias pequenas moendas de açúcar. Quando as grandes moendas mecanizadas (usinas) foram desenvolvidas, os engenhos pararam de manufaturar o açúcar e mandavam a cana para as moendas centrais. Ainda mais tarde as usinas adquiriram muitos engenhos, tornando-se assim empresas integradas. A palavra “usina” veio a ser usada tanto para o engenho quanto para o complexo agroindustrial como um todo, que compreendia engenhos e usina: cf. Usina São Pedro. O termo correspondente em inglês, nos dois sentidos, é *plantation*: refere-se, às vezes à área onde crescia cana (o engenho), às vezes à empresa toda.

A Usina São Pedro foi expropriada em meados de 1964, depois de ter estado em decadência econômica por muitos anos. O equipamento da moenda central estava muito velho e era baixa a produtividade dos engenhos, dos quais apenas uma parte estava integrada à usina. Nos primeiros seis meses de 1966 a população de trabalhadores agrícolas flutuava entre 1.400 e 2.400, dependendo do momento no ciclo de produção; em abril-maio de 1965 a população da usina empregada na agricultura (isto é, excluindo os operários da parte industrial)³⁶⁷ tinha ultrapassado 4 mil pessoas, distribuídas em 840 famílias.³⁶⁸ Quase todos os homens eram assalariados (93%), três quartos deles sem nenhuma especialização, 63% suplementavam sua receita com a agricultura de subsistência em um pedaço de terra pelo qual não tinham que pagar aluguel, nem em dinheiro, nem em produto – mas, para dois terços deles, o lote era verdadeiramente minúsculo (menos de 0,25 ha). Dois terços dos chefes de família ganhavam menos que a diária mínima estabelecida por lei; 15% recebiam a quantia mínima legal, que era de aproximadamente US\$ 0,90, e somente 5% recebiam pagamento mais alto. Três quartos dos chefes de família, e 80% da população inteira acima de sete anos de idade, eram analfabetos; 83% das crianças em idade escolar não iam à escola. A participação nos sindicatos foi mencionada por 80% dos chefes de família. Esta alta porcentagem não significava muito se levarmos em conta o fato de que todos os trabalhadores eram automaticamente membros e tinham as mensalidades descontadas diretamente de seus salários na folha de pagamento da usina e repassadas ao sindicato. Um terço deles disseram que “sempre” participavam das reuniões, a metade disse “raramente” e o resto apenas “de vez em quando”.

A primeira preocupação do IBRA era recuperar as plantações para um padrão de produção mais eficiente, de modo que não continuasse a ter prejuízo durante o período de preparação para a alocação de lotes para trabalhadores selecionados. A administração da usina e a supervisão dos engenhos estava entregue a homens com experiência nesses serviços – e os homens indi-

367. A distinção entre trabalhadores rurais (cortadores de cana etc.) e trabalhadores da usina (mão-de-obra no processamento industrial da cana para produção do açúcar) é importante. Os últimos eram de fato operários industriais que viviam na zona rural. Muitos deles eram semicapacitados. Tinham condições de trabalho mais estáveis, eram melhor pagos e tinham um sindicato mais forte do que os trabalhadores rurais.

368. Estes dados estatísticos e os seguintes derivam de um levantamento conduzido pelos sociólogos do IBRA que não foi publicado, de abril-maio de 1965, quando todos os chefes de família foram entrevistados como parte do trabalho preparatório para a divisão de terras.

cados foram treinados em outras plantações comerciais da área. O membros da hierarquia administrativa e de produção da Usina São Pedro incluíam: um superintendente-geral e mais, no setor da produção, o gerente de usina e o chefe mecânico; no setor da plantação (engenhos), um gerente de campo, um administrador e os cabos. O que eles trouxeram para São Pedro não foi apenas um conjunto de técnicas relacionadas com operação e manejo de uma unidade integrada de produção de açúcar: importaram também, para os trabalhadores dos engenhos e usinas, as atitudes e comportamentos que predominavam nos empreendimentos agroindustriais da região. Dois anos depois da tomada de posse pelo IBRA, as “relações de produção” na Usina São Pedro não mostravam quase nenhuma diferença em relação ao que predominava na Zona da Mata. Não que os altos funcionários regionais do IBRA não estivessem a par deste fato: era deplorável, contudo considerado “inevitável”, uma vez que não existiam técnicos de plantação “capacitados” com uma mentalidade mais “moderna”.³⁶⁹

O superintendente da São Pedro, Dr. Carlos, era um homem de uns 40 anos, formado em Direito, que tinha seu próprio pequeno engenho onde cultivava cana para as grandes usinas. Logo no início de nossa conversa, que aconteceu em uma viagem de duas horas de carro entre os engenhos, ele me fez uma declaração que revelava bem as relações de produção da Zona da Mata. Disse-me – do nosso ponto de vista, não é importante se sua história era verdadeira ou falsa – que, desde a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, a tendência inicial para estabelecer unidades integradas de produção de açúcar tinha sido revertida. O Estatuto do Trabalhador Rural promovia a melhora nas condições dos trabalhadores e maiores custos para a empresa; as usinas integradas encontraram dificuldades em controlar os custos de suas plantações e, por isso, começaram a arrendar a outros o setor de cultivo de cana da empresa. Os arrendatários eram normalmente pessoas que tinham sido donos ou administradores de algum engenho. Em contraste com os administradores contratados pelas usinas integradas para administrar um engenho, “semi-analfabetos que não se importam com nada porque não são donos da propriedade”, os arrendatários são “pessoas que fizeram isto por toda vida, há gerações – homens mais educados, pessoas mais cultas”. Pressionado a dar uma explicação do porquê de arrendatários mais cultos serem mais eficazes no controle dos custos, Dr. Carlos concordou que isto tinha algo a ver com a efetiva supervisão do trabalho no campo. Explicou:

369. Dois altos funcionários do escritório regional do IBRA deram suas opiniões pessoais.

Quando, numa usina integrada, um trabalhador chega para o administrador e diz: ‘É trabalho demais, não posso executá-lo’, o homem responderá: ‘Está bem, meu filho, faça apenas a metade’. Um arrendatário, por outro lado, dar-se-ia conta de que seu próprio dinheiro está em jogo e não seria tão complacente.

As informações disponíveis sobre as relações de produção nas plantações de açúcar na Zona da Mata, as condições da própria São Pedro, tanto quanto as que pareciam predominar nas plantações dos arredores, todas contradiziam esse panorama quase idílico das relações entre o administrador e os trabalhadores rurais. Mas uma declaração como a do Dr. Carlos – um homem caracterizado por vários informantes do MEB e por funcionários “progressistas” do IBRA com sendo uma pessoa de boa vontade, intelectualmente preparado para aceitar mudanças e reformas, embora com sentimentos conservadores emocionalmente arraigados – é de interesse como indicação da reação da indústria canavieira à perspectiva de melhora nas condições para o trabalhador rural. Essa reação parecia consistir em uma tentativa de salvaguardar a (admitidamente precária) lucratividade da indústria pela completa exploração do poder de monopólio dos empregadores, com base na falta de alternativas disponíveis para os trabalhadores, pela volta, em grande medida, à confrontação direta, cara-a-cara, entre capitalistas agrários e sua força de trabalho. O golpe de abril de 1964 facilitou para os empregadores o restabelecimento de seu poder de “espremer” até a última gota de suor dos trabalhadores. Isto representou dramático abalo no equilíbrio de forças, contra os trabalhadores rurais. Seus sindicatos foram enfraquecidos por constantes ameaças de supressão por “atividades subversivas” e, em meados de 1966, estavam apenas começando a buscar novas maneiras de funcionar, sob as novas circunstâncias.

DIFICULDADES ENTRE A USINA E O SINDICATO

Na Usina São Pedro, houve de fato um grande conflito entre os administradores do IBRA e os sindicatos locais maiores, que estava longe de estar totalmente resolvido em meados de 1966. Um aspecto das atividades dos sindicatos, tão importantes na São Pedro como em qualquer outro lugar, foi sempre o fornecimento aos trabalhadores de vários serviços pessoais, como assessoria jurídica em suas relações com os patrões e, especialmente, uma forma rudimentar de assistência médica. Com a atrofia das funções de barganha e defesa dos sindicatos, desde 1964, este aspecto assistencialista adquiriu peso ainda maior, embora as circunstâncias do momento tivessem tornado impos-

sível ampliar ou melhorar os serviços prestados. Mas na São Pedro era dada assistência médica não apenas pelos sindicatos: a própria usina gerenciava um serviço médico para os operários da usina, que era obrigatório por lei.

O problema entre a usina e o sindicato começou no início de 1966, quando a administração propôs que os serviços médicos da usina deveriam, dali em diante, estender-se também para os trabalhadores rurais (que até então só podiam recorrer ao ambulatório do sindicato), e que esta medida deveria ser financiada pela alocação, para o fundo médico da usina, de 50% das mensalidades que esses trabalhadores pagavam para o sindicato. Dr. Carlos justificou, em conversa particular, essa proposta, dizendo que o sindicato, de qualquer modo, não fazia nada de útil com as mensalidades: usava-as apenas para pagar o salário do presidente e o jipe no qual ele “zanzava” pelas plantações. Embora devamos admitir que havia certa razão em seu argumento – o presidente do sindicato, Bernardo, era um homem bem intencionado mas muito tímido, antigo tesoureiro do sindicato, eleito para a presidência depois de ter sido apontado como “interventor” em outro lugar, pelas autoridades militares – a administração não tinha, obviamente, nenhum direito de agir daquela forma e de ignorar as disposições legais existentes.

Como era de se esperar, o sindicato protestou contra a ameaça à sua independência financeira. A resposta do administrador foi não descontar mais as mensalidades da folha de pagamento e promover uma votação entre os trabalhadores rurais para fazê-los escolher entre a usina e o sindicato para a assistência médica. Essa votação foi praticamente uma fraude. Os trabalhadores eram chamados ao escritório do administrador dos engenhos, onde lhes era apresentada uma ficha em que se lia: “Eu concordo que meu empregador não desconte a contribuição para o sindicato”. A escolha era concordar e assinar ou recusar-se a fazê-lo, o que seria encarado como provocação aberta. A ficha tinha aparência ameaçadora de documento oficial e deveria ser assinada por duas testemunhas, na maioria dos casos o administrador e um cabo – circunstância que muito dificilmente levaria à livre expressão da preferência real do trabalhador. A usina obteve votação de 85% contra a dedução. Bernardo, o presidente do sindicato, consultou então a federação regional. Por volta de uma semana mais tarde, voltou a São Pedro e andou com seu jipe pelos engenhos, distribuindo suas próprias cédulas de votação sobre a questão para os trabalhadores que encontrava no campo. Desta maneira, colheu, em algumas horas, 330 declarações a favor do sindicato – quase todas de pessoas que antes tinham “assinado a perda de seus direitos”.

Esse procedimento desencadeou a fúria da administração, que decidiu banir o homem das terras da São Pedro. Foi-lhe enviada uma carta, informando que dali em diante ele era *persona non grata*, por ter “incitado as pessoas contra a ordem estabelecida e implantado a desobediência em nossa jurisprudência”. Dr. Carlos também escreveu uma longa carta para o juiz local; o trecho seguinte mostra bem seu teor:³⁷⁰

O senhor bem sabe o que era esta região que está agora sob sua direção, antes que o IBRA a assumisse. Reinava o desassossego e a instabilidade; havia injustiça social, fome e desamparo. Então um decreto presidencial nos trouxe aqui para iniciar o modelo pioneiro para a reforma agrária neste país.

Nesta difícil e árdua tarefa, antes de tudo uma questão de experimentação, começamos a dar ao trabalhador rural um verdadeiro sentido de sua condição humana, pagando-lhe um salário justo, permitindo-lhe o descanso nos dias santos [sic], concedendo-lhe o descanso semanal, o décimo terceiro salário, assistência médica básica, assistência odontológica, acesso a hospital e farmácia, oportunidade de educação e lazer. Tudo isto porque reconhecemos que ele, com sua capacidade de trabalho, representa o maior veículo para o progresso e a grandeza de nossa Pátria comum. Assim sua sorte melhorou, enquanto seu padrão de vida foi garantido por nossas leis trabalhistas e de seguridade social. Se os contratos de trabalho foram feitos entre nós e nossos trabalhadores, seguiram os princípios da justiça social, conforme as linhas de orientação da Justiça do Trabalho. Então, com a nobre intenção de melhor servir a nossos colegas trabalhadores rurais, contatamos o sindicato local. Queríamos assinar um acordo com ele, que levaria a mais ampla e efetiva assistência ao nossos moradores do campo. Nossa sugestão foi inicialmente aceita, para ser pouco depois rejeitada sem nenhuma justificativa.

Agora, para nossa surpresa, o sindicato aparece, na pessoa de seu líder máximo, procurando perturbar a ordem e a disciplina reinantes no ambiente em que lutamos e produzimos, e trabalhamos pela recuperação. Ele agita os trabalhadores contra a administração, querendo forçá-los a ser sócios do sindicato. Mas diante da ineficiência e incapacidade da máquina sindical, 85% deles já havia antes se recusado a fazer parte do citado sindicato. Nós temos a prova inegável desta afirmação. Ela pode ser comprovada por documentos assinados livremente pelos trabalhadores, declarando que eles não desejam tal ligação com o sindicato...

370. Bernardo me emprestou fotocópias de cartas relevantes, durante minha primeira visita ao sindicato, em 22 de maio de 1966.

O que se passa nesta empresa, senhor Juiz, pode ser visto como uma tentativa de voltar ao estado de coisas que tanto perturbou a nação brasileira. É o desejo de restaurar um *modus vivendi* contrário à dignidade humana e aos sagrados princípios pelos quais lutamos, já que fazem parte de nossa própria formação cristã e antimaterialista. (...)

Bernardo replicou com um documento de duas páginas ao juiz, redigido por um advogado da federação regional. Um dos seus pontos mais importantes era que os trabalhadores da São Pedro tinham

se queixado frequentemente a este sindicato dos atos ilegais dessa empresa, que consistiram em forçar os trabalhadores a assinar o documento anexo... sob ameaça de perda do emprego, mudança de tarefa ou aumento das tarefas diárias.

OSTRABALHADORES CANAVIEIROS

Em geral, pode-se questionar se, em algum outro lugar, fora das plantações dos arredores da Usina São Pedro, os trabalhadores recebiam uma cota certa em termos de trabalho, ou se a tabela oficialmente aprovada, que relacionava os preços das diferentes tarefas ao salário mínimo diário, estava sendo aplicada com justiça nos campos. Coloquei-me pela primeira vez esta questão algumas semanas antes de minha chegada a São Pedro, quando um membro da equipe do MEB local me levou ao escritório do sindicato num domingo.³⁷¹

Nossa visita aconteceu na ocasião de um encontro no qual um advogado da federação regional havia sido encarregado de explicar o acordo feito com a administração da Usina São Pedro, acordo esse que resolveu o conflito sobre a não-dedução das mensalidades do sindicato. Chegamos lá por volta das 10 horas, quando a reunião deveria começar. As salas estavam lotadas de canavieiros. Mas o advogado não apareceu até as 14 horas, quando muitos dos trabalhadores já se haviam retirado. Nesse meio tempo, sentamos ao lado da mesa de Bernardo e passamos o tempo falando com os trabalhadores e ouvindo-os, enquanto eles falavam com o presidente de seu sindicato.

Bernardo, homem imenso, sentado com autoridade atrás de sua mesa, em seu terno escuro, mais parecendo patrão do que líder sindical, reagia com conselhos paternalistas aos trabalhadores, estabelecendo certa distância social. Diante de um homem que queria ajuda de seu sindicato, mas não tinha a carteira para provar sua pertença, começou um sermão de cinco

371. A pessoa em questão foi ativa na sindicalização antes do golpe e era da total confiança de Bernardo.

minutos sobre a necessidade de se carregar os documentos, no final do qual puxou uma carteira bojuda, cheia de papéis, e espalhou uma fileira impressionante de carteiras de identidade sobre a mesa. Quando começaram as reclamações específicas sobre a situação nos canaviais, Bernardo primeiro respondia com uma série de sermões, divagando sobre o fato dos trabalhadores das usinas também serem seres humanos, cristãos e terem seus direitos. Mas aos poucos foi silenciando e prestando atenção, apenas ocasionalmente explicando porque o sindicato estava enfraquecido para fazer qualquer coisa nas circunstâncias vigentes. Falou sobre a falha dos tribunais do trabalho na defesa dos trabalhadores: irregularidade nos pagamentos ou demissões injustas eram sempre denunciadas mas a primeira audiência demorava pelo menos três ou quatro meses. Uma ação legal, afirmou ele, era o único tipo de ação que poderia ser adotada – não levantou nenhuma vez a possibilidade de respostas coletivas como greves, apesar das repetidas sugestões de meu companheiro do MEB – e ações legais eram obviamente de pouco utilidade se ocorressem atrasos daquela dimensão.

Quase todas as reclamações dos trabalhadores (pelo tema da reunião, muitos vieram da Usina São Pedro) referiam-se às várias maneiras pelas quais os cabos impediam os homens de receber o total da diária por uma jornada de trabalho completa. Pequenas negligências – como não cortar a cana bastante rente ao chão – significavam que o trabalho feito na área em questão não seria levado em conta. Divisão desproporcional de trabalho também era uma das reclamações favoritas. A tarefa a ser terminada em um dia era medida pela manhã: mas fazendo “pular” a vara de medir, o cabo poderia alongar em 20 ou 30% a verdadeira extensão a ser cortada. No conjunto, muitos trabalhadores recebiam tarefas que não conseguiriam terminar, mesmo trabalhando por dez ou doze horas ou trazendo um membro ou dois (normalmente mulher e filho) para ajudá-lo por algum tempo. Um grupo de trabalhadores de um engenho vizinho do São Pedro mostrou-me uma carta que haviam trazido à reunião para ser entregue nas mãos do advogado da federação. Eu a copiei numa máquina de escrever, observado durante cinco minutos por todos ao redor em absoluto silêncio. Sem dúvida, fora promovido, na opinião deles, à posição de um doutor que iria resolver os seus problemas. Trato de reproduzi-la aqui o mais fielmente possível.³⁷² Melhor que qualquer outra descrição, este documento, provavelmente, permite uma

372. N.T. O documento original não pôde ser consultado; assim, apresentamos a versão do texto em inglês.

idéia da situação dessa gente. O conteúdo também mostra claramente que esses trabalhadores rurais já não eram mais simples dependentes esperando por favores, mas homens com senso de cidadania, cientes da proteção que a lei poderia oferecer-lhes.

Ilustríssimo Senhor Advogado,

Nós, trabalhadores do Engenho X, por meio desta, pedimos uma declaração sobre as leis do trabalho e sobre o que está acontecendo na Empresa Y.

1. Nós pagamos 5% de dedução para o fundo de assistência médica mas não temos direito de consulta para a família. E ainda temos que pagar o que eles pedem pelos remédios. Pedimos providência para esse caso.

2. Nós recebemos 130 ou 150 braças para cortar por Cr\$1.800,00. Isso leva dois dias para cortar, 8 horas não chegam. Eles nos fazem trabalhar 8 horas no campo; se não terminamos, não ganhamos nada.

Desse jeito, nós vamos acabar tuberculosos até o final do ano, porque sem comer não temos resistência. Comemos farinha seca durante o trabalho porque temos que trabalhar 10 ou 12 horas para cortar essa quantidade de cana e, mesmo assim, poucos conseguem terminar. É por isso que nós trabalhadores queremos saber se a lei permite isso. Se não está na lei, queremos que sejam tomadas as providências necessárias.

Não podemos plantar nem um canteiro de batatas, porque saímos muito cedo e só chegamos em casa de noite, cansados e com fome. O resto o senhor já sabe, não é preciso dizer.

Sem mais para o momento,

[assinaturas de 14 trabalhadores rurais de X]

O resultado de situações como as descritas nessa carta não é apenas que os operários trabalham seis dias para receber no final da semana um pagamento equivalente ao salário mínimo de apenas quatro ou cinco dias – nesse caso eles também não são pagos pelo domingo, uma vez que se considera que “não trabalharam a semana inteira”. Um dia em que ele deixe de cumprir, digamos, 10% da tarefa recebida, é suficiente para o trabalhador perder o direito do pagamento do domingo, que, na opinião do administrador, é um “prêmio” pelo trabalho bem feito, uma vez que é pagamento por um feriado público. A falha na execução de tarefas também diminui a chance de que o trabalhador receba o décimo terceiro salário no final do ano: nos livros de registros ele aparece como alguém que não trabalhou “regularmente”.

Tentei verificar a média de pagamentos recebidos pelos trabalhadores da Usina São Pedro, comparando os números da quantidade total de trabalhadores nos livros da empresa com o total pago em salários (excluindo salários do pessoal administrativo) a cada duas semanas, de janeiro a junho de 1966 (total 12 semanas). Os números foram fornecidos pelo escritório da São Pedro e não tive chance de fazer uma verificação independente. Como tenho dúvidas a respeito da acuidade desses dados (mais por causa de possíveis erros do pessoal do escritório, e/ou equívocos, do que por informações falsas intencionais), não vou reproduzi-los. Se tomados como verdadeiros, levariam à conclusão de que, durante esse período, a média semanal de salários – incluindo até mesmo os salários dos administradores e cabos – flutuava entre Cr\$ 6.500,00 e Cr\$ 9.100,00, a média mais alta alcançando Cr\$ 7.300,00. O salário mínimo semanal oficial (inclusive o pagamento dos domingos), durante esse período, era de Cr\$ 12.000,00³⁷³

Outra abordagem do problema foi a utilização da lista disponível daquelas que, desde o começo da administração do IBRA, usavam os serviços de ambulatórios médicos. Foi tirada uma amostra de 1:20 e o escritório forneceu a informação sobre a quantia total recebida por cada um durante um período de sete semanas (25 de abril a 26 de junho). Depois da eliminação de dois administradores, a amostra consistia em 24 trabalhadores. Desses, três não recebiam nenhum salário da São Pedro. Dos outros, nove tinham recebido uma média semanal de salário de menos de Cr\$ 5.000,00; cinco entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 10.000,00; quatro, entre Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 12.600,00 e três ganharam Cr\$ 12.600,00 (o salário mínimo semanal) ou mais. A média geral foi Cr\$ 4.300,00. Se eliminarmos aqueles que fizeram menos que a média de Cr\$ 5.000,00 por semana, uma categoria que provavelmente consistia em parte de pessoas que trabalhavam “voluntariamente” menos do que as outras, em parte gente que não trabalhou por motivos de doença, a média é ainda, no máximo, Cr\$ 6.500,00.

O significado de cifras como estas é limitado, uma vez que não podem ser interpretadas com clareza. Os dados da amostra não se referem a toda a força de trabalho do engenho, mas apenas aos que compraram remédios para si e para sua família. Nas sete semanas examinadas, aproximadamente um quarto da força de trabalho total comprou remédios. Provavelmente, a melhor

373. Em abril de 1966, Cr\$ 2.220,00 = US\$ 1,00

interpretação destas cifras seja que elas se referem àquela parte dos trabalhadores rurais que estavam com maior dificuldade de assegurar sua sobrevivência. Os dados adicionais incluem seções muito disparatadas da força de trabalho e não dão indicação do número efetivo de dias trabalhados no engenho. Além disso, todos os dados referem-se ao período de recesso no ciclo da cana, o que restringiu ainda mais seu significado. Os parágrafos seguintes devem elucidar este ponto.

A atividade no canavial é maior de agosto a dezembro, menor até março, e há um mínimo de trabalho de abril a julho, quando a única tarefa a ser executada consiste em limpar os campos de plantio de cana. Nesse período, os trabalhadores migrantes que vieram do agreste, durante a estação mais ativa, voltaram para casa, mas mesmo assim realmente não há trabalho suficiente para toda a força de trabalho dos moradores, isto é, os que vivem permanentemente nos engenhos.

Enquanto, por um lado, o engenho não consegue assumir o pagamento integral de salários devidos à força total de trabalho, por outro lado, o desemprego puro e simples poderia induzir parte dos trabalhadores a decidir mudar-se definitivamente dos engenhos – e isso poderia ameaçar a disponibilidade necessária durante o período de agosto até o começo do novo ano. Portanto, os engenhos deveriam tentar retê-la a um custo mínimo. Isto era feito com a exigência do cumprimento de enormes tarefas sem propósito em relação a necessidades do cultivo; tarefas tão grandes que muitos trabalhadores não conseguiam completá-las no tempo estabelecido. Com isto, as pessoas não recebiam o salário semanal integral no dia do vencimento. As empresas também economizavam com outros trabalhadores que recusavam a aceitar tarefas tão pesadas, que se retiravam “temporariamente” da folha de pagamento e tentando equilibrar o orçamento trabalhando noutro lugar ou cultivando suas roças.

O administrador dos engenhos forneceu um relatório parecido, em linhas gerais, mas diferente com respeito a alguns detalhes significativos.³⁷⁴ Dizia que, entre março e julho, aproximadamente 40% dos moradores dos engenhos pareciam estar trabalhando para a São Pedro. O resto preferia trabalhar, ao menos parte do tempo, por conta própria em suas próprias roças, ou iam para engenhos onde o trabalho era considerado menos árduo. Não trabalhar para o engenho era, aos olhos do administrador, resultado de genuína escolha

374. Entrevista de 4 de julho de 1966

pessoal: embora não tenha usado a expressão comum “porque são preguiçosos”, ele argumentava que os trabalhadores consideravam o trabalho enfadonho, não “estavam a fim” ou preferiam trabalhar em suas roças – mesmo que isto não fosse suficiente para garantir sua sobrevivência. Embora algumas ausências relatadas devido a doenças fossem verdadeiras, muitos trabalhadores, dizia, alegavam doença como desculpa para não aparecer no serviço.

Em contraponto, segundo um observador como o já citado agrônomo do IBRA, os gerentes de campo do engenho não reconheciam que aquele comportamento dos trabalhadores era determinado pelas condições estruturais e não por escolhas pessoais. Afirmações como “o trabalhador prefere procurar trabalho em outros engenhos” são vistas como mistificações: *grosso modo*, todas as plantações na área eram sujeitas às mesmas condições. A gerência admitia que, em outros lugares, a lei ou os contratos coletivos tinham sido violados, mas negavam que este fosse o caso em seus domínios. Por isso, o gerente de campo dos engenhos salientava que, em outras plantações, os trabalhadores recebiam tarefas diárias muito pesadas no período de entressafra. Mas não na São Pedro: “Aqui, nós seguimos rigorosamente a tabela”. Ele reconhecia, contudo, que talvez um quarto daqueles que trabalhavam para o engenho não terminavam suas tarefas, mas por própria culpa. Diga-se de passagem que esse gerente era visto tanto pelos canavieiros, quanto pelos funcionários do sindicato, como um homem “decente”, que não agia injustamente contra os trabalhadores nem colocava pressão excessiva sobre eles. Em negociações com a liderança da federação nacional, ele apoiou os direitos dos trabalhadores e manteve-se contra “práticas abusivas” e, em determinado momento, esteve pronto a admitir que isto acontecia na São Pedro, mas pondo a culpa no administrador que estava de alguma maneira agindo “sem autoridade”.

Não é fácil chegar a rápidas conclusões sobre essas evidências contraditórias. A verdade parece ser que condições estruturais na indústria açucareira conduziam a um determinado comportamento dos proprietários das plantações que compelia os trabalhadores a trabalhar mais por menor pagamento; que o pagamento que pode ser recebido está abaixo do valor do salário mínimo e, para muitas famílias, abaixo das necessidades mínimas de subsistência; que, em face destas situações, os trabalhadores reagem, com frequência, abandonando seu trabalho, não para alcançar melhores condições (elas não são alcançáveis), mas por raiva, frustração, apatia ou desespero; e, finalmente, enquanto uma parte deles, continuava a trabalhar para o

engenho, conseguia completar as tarefas mais pesadas, outros tentavam mas falhavam, e uma terceira parte – provavelmente a menor – nem mesmo tentavam. O resultado geral é que a maioria dos trabalhadores das plantações de cana passava os meses de entressafra em condições terríveis. As primeiras cifras de média de salário mencionadas devem ser interpretadas nesse sentido: embora não possam ser consideradas como indicação exata dos ganhos dos trabalhadores rurais nesse período, em vista da desistência “voluntária” do trabalho e dos ganhos suplementares em outro lugar, ainda assim eles mostram as condições econômicas extremamente precárias do proletariado rural do Nordeste.

FALTA DE LIDERANÇA E INTIMIDAÇÃO

Apesar de tudo isto, na superfície viam-se poucas expressões de insatisfação, em 1966. O povo reclamava muito, mas não tomava nenhuma atitude para mudar a situação sobre a qual estava reclamando. Dois fatores inter-relacionados devem ser levados em conta para compreender essa passividade: a fraqueza das lideranças de base, de um lado, e intimidação declarada, de outro. Depois de abril de 1964, muitos trabalhadores que haviam sido militantes (líderes), sem terem sido funcionários dos sindicatos, foram expulsos por seus patrões. Para os mais francos e diretos entre eles foi supostamente criada uma espécie de “lista negra”, que os deixava fora do mercado de trabalho daquela área. Muitos líderes sindicais locais foram forçados a sair pelos militares encarregados de combater a subversão, para serem substituídos por funcionários menos evidentemente militantes. No nível das federações predominavam os advogados, ainda mais depois do golpe de abril de 1964, e as atividades eram praticamente concebidas em termos jurídicos. O assessor jurídico mais importante da federação que entrevistei salientava com grande ênfase: “A conscientização do trabalhador rural deve envolvê-lo na compreensão de suas dimensões jurídicas”. As atividades sindicais eram novamente – como nos primeiros tempos – concebidas quase que exclusivamente como aplicação da lei: nunca ouvi dirigentes do sindicato mencionar espontaneamente reivindicações de salário. Assim, os sindicatos não representavam mais um tipo de poder independente baseado fora dos engenhos, que pudesse apoiar os trabalhadores em seus confrontos com os patrões. Nem, é claro, o governo interviria em favor dos trabalhadores, como fazia antes do golpe.

O outro fator que conduzia à passividade era a intimidação direta aos próprios trabalhadores rurais. Havia aparentemente um método em sempre

reagir a simples reivindicações abertamente declaradas, por exemplo, sobre a distribuição de trabalho, com acusações de agitação ou ideologia comunista, e os trabalhadores sabiam que uma reputação estabelecida de agitador ou comunista os levaria a encontros no mínimo desagradáveis com as autoridades. Os trabalhadores também acreditavam que qualquer um deles que fosse considerado “encrenqueiro” teria sua carga de trabalho aumentada, ou pior, seu emprego posto em risco – e os “encrenqueiros” potenciais eram muito vigiados. O ambiente físico do engenho facilitava esta vigilância: o movimento de seus habitantes era facilmente controlado e, em caso de suspeita, era reportado à *casa grande* por um dos participantes do nível mais baixo de autoridade nos engenhos. No Apêndice II, descrevo minha experiência pessoal com essa estrutura de autoridade. Foi meio amedrontador, mas muito instrutivo.

Ficou, assim, evidente que as coisas mudaram muito desde os dias que antecederam o golpe. As autoridades não intervinham mais em benefício dos trabalhadores e os sindicatos perderam seu pique. Contaram-me, numa discussão depois da aula do MEB, na usina, que, embora o presidente da federação fosse boa gente, ele tendia sempre a acatar o ponto de vista da usina. Falhava na defesa dos trabalhadores, sempre amenizando suas afirmações para torná-las razoáveis e agradar ao gerente. Quando vinha da capital, parava sempre antes na *casa grande* “e ia conferenciar secretamente com a administração”. Práticas como esta podiam ser “políticas”, sob tais circunstâncias, mas, por causa delas, os sindicatos, com seu esforços para aplicar as leis e obter acordos de cavalheiros entre os advogados da federação e os gerentes das usinas, chegaram perigosamente perto de confirmar a imagem de um tipo de sindicato submetido aos administradores da usina: os sindicatos deveriam trabalhar para “criar um clima e cooperação e harmonia, e não continuar a serem subversivos”.

Poucos trabalhadores rurais na Zona da Mata teriam sido capazes de fornecer um relatório coerente dos fatores econômicos e sociológicos responsáveis por sua situação. Mas a maioria estava bem a par de sua precária posição, a qual provavelmente permaneceria assim até que os patrões fossem de alguma maneira forçados a ceder à pressão coletiva, ou até que a estrutura global de propriedade e controle nas áreas produtoras de açúcar fosse drasticamente alterada. A expansão da sindicalização e da atividade política durante os anos que conduziram ao golpe de 1964 resultaram, em outras palavras, em uma conscientização substancial: os trabalhadores rurais naquela

área sabiam bastante bem que não foi Deus que fez as coisas assim. Tinham tido a experiência dos resultados positivos de greves e outras ações coletivas e começaram a ver que pelas opções políticas poderiam expressar seus próprios interesses. Na Zona da Mata, aqueles engajados na sindicalização (inclusive os técnicos do MEB) tinham visto esse processo como o primeiro passo para aumentar a consciência de classe, que conduziria a um enfrentamento fundamental da estrutura agroindustrial vigente e de suas relações de produção. Há pouca dúvida de que muitos problemas inerentes à natureza dessa estrutura agroindustrial não estavam sendo analisados adequadamente nos confrontos dos dias que antecederam ao golpe de 1964, e as dificuldades encobertas por aqueles que pregavam uma reforma agrária maciça eram enormes. Mas ao menos um impulso de partida foi dado com a formação dos sindicatos rurais, com a intenção de defender os interesses dos trabalhadores no âmago das estruturas vigentes. O que mudou, fundamentalmente, a conjuntura onde o MEB tinha que operar foi o enfraquecimento dessas organizações voltadas para os interesses de classe, o esvaziamento, causado pelo golpe, de qualquer expressão combativa dos que formavam o pólo dominado. O que aconteceu ao Movimento nessa nova conjuntura é assunto para os capítulos seguintes.

10. O MEB DEPOIS DO GOLPE MILITAR DE 1964

O GOLPE DE ABRIL E SUAS REPERCUSSÕES: A INTERVENÇÃO DOS BISPOS

O levante político de abril de 1964 causou a paralisação completa das atividades do MEB em quase todos os *sistemas*, variando de uma semana a mais de três meses. Os militares invadiram ou fecharam escritórios, patrões fecharam escolas, material foi destruído ou confiscado, membros de quase uma dúzia de equipes locais foram presos por breves períodos ou chamados a depor na Polícia Militar. Monitores foram ameaçados, presos ou demitidos de seus cargos em meia dúzia de estados, o quadro de professores estaduais foi reincorporado pelas escolas estaduais e grande número de supervisores renunciou devido a acusações que caíram sobre eles por autoridades civis e militares. Três bispos diocesanos renegaram o MEB. Um número bem pequeno deles defendeu o Movimento publicamente (embora sempre amenizassem sua defesa acrescentando alguma declaração ambígua como “falhas humanas são inevitáveis em qualquer organização”). Vários bispos usaram sua influência pessoal nos bastidores ou para assegurar a soltura do pessoal do MEB que havia sido preso ou para acalmar os ávidos perseguidores da subversão. Três bispos, membros do CDN, tiveram audiência com o novo presidente da República, cerca de três semanas depois do golpe. Quando tocaram no assunto do MEB, o Marechal Castelo Branco aparentemente prometeu tomar medidas para interromper a perseguição. A promessa não teve nenhum efeito perceptível. Mais tarde, em maio, o CDN reuniu-se em uma série de sessões tormentosas, onde as críticas à linha radical foram muito francas, mas terminou aprovando um documento enviado para a CNBB, que defendia enfaticamente o MEB.

Essa defesa vigorosa do MEB (em particular) por seus bispos, aparentemente influenciou o suficiente seus colegas da CNBB e levou à inserção de algumas

frases positivas sobre o Movimento em um documento que, em outros trechos, louvava gentilmente os governantes militares. Após um encontro extraordinário na CNBB 25 arcebispos e bispos, publicaram uma declaração, em 29 de maio de 1964, que dizia em seus primeiros parágrafos:

Em respostas às gerais e ansiosas expectativas do povo brasileiro, que viu o passo acelerado da subida do comunismo ao poder, as Forças Armadas intervieram em tempo para salvar o país da implantação do bolchevismo... Imediatamente depois da vitória da Revolução, pôde-se perceber um sentimento de alívio e esperança. Isto se deu especialmente porque, frente ao clima de insegurança e de quase desespero em que se encontravam vários grupos e classes sociais, a Divina Providência se fez sentir de modo tangível e direto... Oferecendo nosso agradecimento a Deus, que ouviu as preces de milhões de brasileiros e nos libertou do perigo comunista, expressamos nossa gratidão aos militares. Eles se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, arriscando suas vidas, e somos gratos a eles por colaborar para libertar o país do abismo iminente.³⁷⁵

Os bispos reconheceram que os militares teriam de “consolidar sua vitória por meio do expurgo das causas de desordem”; pediam, no entanto, que os “direitos sagrados de defesa” fossem respeitados e que ninguém fosse “objeto de ódio ou vingança”. Continuavam declarando que “mesmo nos movimentos de orientação católica poderia haver negligência ou abuso por parte de um indivíduo ou outro que escapou de nossa vigilância, ou por alguns que são vítimas de seu próprio idealismo, de sua ingenuidade ou da compreensão errônea dos fatos”. Daí em diante, porém, os bispos prosseguiram para defender organizações como o MEB:

Por outro lado, nunca poderemos aceitar a danosa, generalizada e gratuita acusação, seja velada ou explícita, de que bispos, padres e leigos, ou organizações como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou simpatizantes. Essa acusação muitas vezes brota das próprias táticas dos comunistas, outras vezes vêm de indivíduos que não podem aceitar as atitudes abertas e corajosas que o clero e os leigos tomam como verdadeiros apóstolos da Igreja, que prega uma doutrina sólida, seja contra os comunistas seja contra as brutais injustiças sociais ou contra os focos de corrupção e de degradação dos valores morais.

375. CNBB, 1964.

As últimas frases trazem maior influência da visão dos progressistas da hierarquia – pessoas que mais tarde se sentiram constrangidas quando se questionou o estilo dessa declaração – aqueles cuja capacidade de liderança esteve por trás da mensagem de Páscoa que a Comissão Central da CNBB havia publicado um ano antes.³⁷⁶

No MEB, tanto os bispos progressistas quanto os conservadores, os últimos mais do que os primeiros, começaram a se preocupar, naquele momento, em tomar atitudes para eliminar as ambigüidades dos objetivos do MEB, acertar a estrutura e, em geral, assumir o controle de sua direção principal.

O homem encarregado pelo CDN de esboçar as novas diretrizes para o funcionamento do MEB foi Mons. Tapajóz, escolhido durante o encontro de maio como conselheiro permanente do CDN. Um primeiro esboço de seu projeto foi discutido em um encontro do Nacional com os coordenadores, em junho de 1964, o primeiro contato das lideranças do Movimento depois do golpe. Foi um encontro muito significativo; nele os assuntos relativos à nova situação política do MEB foram discutidos com grande preocupação e empenho. O Movimento ficou sob fogo cruzado e muitos bispos estavam propensos a se juntarem ao coro dos que condenavam não apenas as atividades do passado, mas também o total engajamento dos técnicos do MEB com a causa dos camponeses, sua identificação com o pólo dominado.

Neste encontro de junho, os leigos mantiveram-se firmes. Eles concluíram que a própria natureza do trabalho do MEB, preocupado como era com as áreas rurais,

Onde os problemas sociais são mais agudos, e maiores a desigualdade e a miséria, de modo que são necessárias mudanças mais radicais, a situação leva a uma reação das classes mais favorecidas. Tais reações também ocorrem entre o clero acostumado a nunca ver os leigos assumirem tarefas na Igreja, a não encontrar os valores das Escrituras explicitamente encarnados no campo social, assim como reações do público em geral, que não foi preparado para o tipo de trabalho desenvolvido pelo MEB.³⁷⁷

Os coordenadores enfatizavam mais uma vez a importância fundamental dada ao próprio povo. Ninguém mais o via como “clientela” do MEB, como

376. CNBB, 1963, Op. Cit.

377. (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1964). Este relatório não foi distribuído na época, nem mesmo para as estaduais, porque foi considerado politicamente perigoso. O relatório foi arquivado oficialmente no Nacional. Foi liberado para os participantes do III Encontro de Coordenadores, em abril de 1966.

estudantes para quem algo tinha de ser oferecido, por quem teria de se organizar alguma coisa por meio de uma entidade separada que recebesse as diretrizes dos superiores. A tarefa do MEB estava relacionada com a necessidade de rapidez e mudança radical naquela realidade social que tornava o homem submisso e o impedia de criar – mas esta promoção do homem só teria sentido se ele próprio a assumisse. Por isso, chegou-se à conclusão de que o Movimento não podia contentar-se com contatos ocasionais e superficiais com as pessoas, e que o próprio povo deveria tornar-se agente das mudanças necessárias.³⁷⁸ “Isto implicava na sua participação na elaboração do trabalho do MEB. A estrutura do Movimento deveria estar mais aberta para a presença do povo nas várias fases de suas atividades, de modo que esta participação pudesse tornar-se mais efetiva.”³⁷⁹

O esboço de Mons. Tapajóz foi escrito em um espírito bem diferente. Ele era novo no MEB e não tinha experiência nenhuma com os problemas das bases. Abordou a tarefa de sua perspectiva profissional, como especialista em Direito Canônico a quem bispos do CDN pediram que colocasse as coisas em ordem. Começou pela premissa de que a organização estabelecida pela CNBB não era exclusivamente “da hierarquia” nem somente “dos leigos”: era um Movimento no qual ambos participavam “em relações e funções de subordinação e colaboração”. A estrutura do MEB deveria adequar-se à estrutura jurídica da Igreja; por isso propunha uma organização complicada com “linhas de comando” paralelas para as funções do clero e dos leigos.

Os coordenadores, no encontro de junho, colocaram-se em profundo desacordo com a natureza abstrata e legalista do esboço de Mons. Tapajóz. Para eles era um retrocesso. Contra a nova tendência que surgia do Concílio Vaticano, que apontava em direção do aumento da responsabilidade dos leigos e independência nos assuntos seculares e profissionais, o esboço propunha restringir o papel do leigo no MEB. Mas, até aí, as idéias de Mons. Tapajóz não estavam completamente em desarmonia com a realidade enfrentada pelo Movimento. Ninguém negava o fato de que a nova situação política havia aumentado substancialmente o poder dos bispos, se comparados com o dos leigos. Todos, inclusive os próprios bispos, deram-se conta de que o governo não tinha atacado o Movimento com mais força precisamente por

378. Isto prenuncia a posição central que a Animação Popular ganharia no Movimento. Isto será discutido no próximo capítulo.

379. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1964. Op. Cit.

sua ligação com a CNBB. Mas, como era de se esperar, os bispos perceberam que eram vistos pelo mundo lá fora como os responsáveis pelo MEB, seria melhor que insistissem nessa responsabilidade que, de qualquer modo, sempre havia sido formalmente deles.

Os leigos, de sua parte, eram realistas o suficiente para ver que o período de liberdade de ação quase sem obstáculos tinha terminado. Compreenderam que aquela situação extrema tinha resultado na “recuperação” do poder até ali difusamente distribuído pela sua principal fonte formal, isto é, o CDN. No MEB tinha, de fato, ocorrido um processo comum em grandes organizações voluntárias, por meio do qual a dinâmica interna da organização muda e avança muito à frente de sua estrutura formal. Quando isto ocorre, mudanças no “quadro da organização”, que legalizam uma nova distribuição de poder ou mesmo uma inteiramente nova base de poder, normalmente acontecem sem muita resistência dos que até ali estavam no controle formal. Mas se uma crise intervém antes que estes ajustes se façam, a autoridade formal que aparentemente havia sido suprimida ou atrofiada é obrigada a exercer seu poder – uma situação na qual tensões são quase inevitáveis.³⁸⁰ Isto ocorre por várias razões. Ninguém abaixo da cúpula formal da estrutura de autoridade ousa, ou sente-se encarregado de assumir responsabilidade pelas decisões geralmente importantes que agora têm de ser tomadas. Além disso, os que estão no escalão formalmente superior sentem, eles próprios, que se espera deles que assumam a responsabilidade e reafirmem sua autoridade. Por último, há o fato de que agentes externos (como o governo, neste caso) esperam, sob tais circunstâncias, estar lidando somente com aqueles que estão formalmente no controle.

Todos esses fatores foram importantes no caso do MEB. Um pouco antes do golpe, quando os bispos estavam cada vez mais inseguros a respeito da linha do Movimento, houve uma longa conversa sobre a possibilidade de torná-lo totalmente independente da CNBB. Mas uma evolução como esta tornou-se impensável depois de abril. Em meados de 1964, com os bispos intervindo por toda parte (e era justificado que o fizessem formalmente), os

380. Sigo aqui a analogia entre poder e dinheiro tão persuasivamente desenvolvida por (PARSONS, T. 1963): "do mesmo modo que uma crise (de confiança) leva à desintegração do sistema de crédito e à busca de moeda forte, uma crise envolvendo o poder, vista como meio generalizado para atingir metas, leva ao retrocesso das camadas inferiores que estavam criando 'crédito de poder' de volta para suas 'fontes últimas' (e possivelmente para o uso de meios 'últimos' de controle)". Ver também minha discussão a seguir, cap. 14.

leigos foram forçados a uma posição defensiva. Nas novas circunstâncias, tinham que tentar manter a maior parcela possível do efetivo poder que tinham tido anteriormente para enfrentar o estreitamento da regulamentação oficial do Movimento, de modo que, em última análise, as coisas mudassem muito pouco. Por isso, os coordenadores estaduais argumentavam, por um lado, que a tarefa da hierarquia deveria ser principalmente cuidar dos aspectos “doutrinários” do trabalho. Por outro lado, enquanto aceitavam a realidade do poder dos bispos, tentavam amenizá-la sugerindo que a orientação geral deveria surgir de um diálogo constante entre a hierarquia e os leigos e deveria ser a expressão desta co-responsabilidade para com o MEB.³⁸¹

O difícil diálogo com Mons. Tapajóz resultou em algumas modificações importantes nas linhas gerais do segundo documento mais importante do Movimento. O esboço das *Diretrizes* apresentado ao CDN, no início de agosto de 1964, tinha abandonado o conceito de linhas de controle paralelas, a leiga e a hierárquica, e estava, em geral, menos inspirado por uma simples visão do alto, uma tentativa genérica de defender a autoridade fundamental da hierarquia, ou através do CDN, ou através dos bispos diocesanos. O CDN, tendo feito algumas modificações sem importância, basicamente aprovou o esboço inalterado.³⁸² No final, a importância maior do documento está no detalhamento das tarefas da organização, suas responsabilidades e poderes. Em parte, isto levou a esclarecimentos de real significação – o que confirmava os poderes do secretário-geral de contratar e despedir, por exemplo. Mas, por outro lado, este vai-e-vem que ocorreu durante a redação e as sucessivas correções não conseguiram resolver certas diferenças profundas de opinião. Isto se cristalizou no novo documento, em alguns parágrafos ambíguos, especialmente na área de relacionamento entre bispos diocesanos e equipes locais, que continha germes de conflitos futuros. E as *Diretrizes* efetivamente neutralizaram as conseqüências potenciais da nova orientação dos leigos em relação ao povo, por não mencionar, nem mesmo em termos gerais, a possibilidade de um papel ativo dos camponeses na estrutura do Movimento.

Como, então, os objetivos e métodos do Movimento aparecem nas *Diretrizes*? O mais surpreendente afastamento das formulações anteriores (formais

381. Dois anos mais tarde, em mais outra crise organizacional que envolvia principalmente os bispos diocesanos (como opositores aos do CDN), o conceito de co-responsabilidade ocuparia o centro das atenções.

382. *Diretrizes* para o funcionamento do MEB, 3 de agosto de 1964.

e informais) é a repentina proeminência de frases e idéias religiosas. A declaração de abertura era: “O MEB é uma entidade católica cujos objetivos são predominantemente sociais e educacionais, no interesse de todos os homens, sem distinção de credo ou ideologia”. E continua, em grande parte no mesmo sentido:

O objetivo essencial do MEB é o de colaborar na formação do homem (adulto ou adolescente) nas áreas subdesenvolvidas do país. Isto entende-se no sentido de levá-lo a tornar-se consciente da sua dignidade como ser humano, feito à imagem e semelhança de Deus e redimido pelo Cristo, Salvador do Mundo, e conseqüentemente transformando-o em um agente envolvido na criação de uma cultura original do povo.³⁸³

A elaboração do conceito de conscientização, que se seguia imediatamente, determinava que ela implicava “a afirmação de um Deus, o Criador, de quem todos dependem e a quem todos são subordinados”, e “a afirmação de que o homem tem valor em si mesmo, valor superior à toda ordem temporal e subordinado a Deus”. Mais adiante, no documento, os meios determinados incluem a catequese e a instrução religiosa, “sem os quais o homem não adquire as condições básicas para o aprendizado e a vida compatíveis com a sua condição de cristão”.

Essas frases indicavam claramente que havia ocorrido uma mudança na orientação oficial do Movimento. Boa parte da liderança leiga sempre tinha, sem dúvida, aceitado *pessoalmente* a validade dessas visões religiosas, porém apenas alguns poucos sempre as assumiram no contexto do trabalho do MEB. Catecismo era uma atividade estranha aos técnicos, primeiro porque não tinham competência nem estavam preparados e, de fato, nenhum deles tomou atitude alguma em relação ao objetivo subsidiário recém-inserido no Movimento. As novas formulações não fizeram mais do que expressar as visões dos bispos depois do golpe e resultaram da afirmação pelo CDN de sua autoridade definitiva.³⁸⁴

Mas outros aspectos do documento mostram a influência dos leigos: eles reafirmam e até fortalecem a linha socialmente radical do Movimento, defendida no encontro de junho. Por isso, o terceiro parágrafo sobre a conscientização

383. Cf. a ênfase colocada no Método Paulo Freire neste aspecto de cultura.

384. Apenas dois anos mais tarde os leigos questionaram a conveniência dessas tarefas especificamente religiosas para o Movimento, empurradas para eles pela hierarquia (ver mais adiante, neste capítulo, subtítulo “O MEB adapta-se à nova realidade”).

diz que isso envolve “a afirmação de que todos os homens têm os mesmos valores essenciais e que as diferenças entre eles só são admissíveis enquanto não se transformam em dominação de um homem sobre outro.” O documento continua: “O MEB quer conscientizar os trabalhadores rurais de seus direitos para que obtenham condições dignas de vida e quer ensiná-los o valor da cooperação e das atividades comunitárias”. Via-se que o texto final aprovado pelo CDN não evoluíra no sentido de aumentar o papel do povo, dos camponeses alvos, nas estruturas formais do Movimento. Mas o populismo cada vez mais implícito encontrou expressão, finalmente, em uma nova nota bem significativa, manifestada no final das *Diretrizes*: “a integração [do camponês] na comunidade deve vir através de opções livres e conscientes, cujo leque de possibilidades deve ser mostrado, não impondo nenhuma delas em particular” As potencialidades explosivas inerentes a essa declaração eram aparentemente imperceptíveis para os membros do CDN. Mas essa frase deve ser vista não apenas no contexto da ideologia populista, mas também com relação a idéia de liberdade de consciência, naquele momento tão em voga. O *esquema* do Concílio Vaticano sobre a *Liberdade Religiosa* já tinha circulado entre os bispos e tinha sido formalmente introduzido durante a segunda sessão, em novembro de 1963. Os bispos do CDN estavam bem a par da mudança do pensamento católico sobre esse assunto e, conseqüentemente, a frase sobre a abordagem dos camponeses deve ter soado familiar. O fato dos primeiros parágrafos exaltarem o catolicismo e a Igreja, o que parecia abafar o novo espírito de liberdade,³⁸⁵ serviu apenas para enfatizar a relevância das circunstâncias específicas brasileiras, e serviu de lembrete de que o documento representava um compromisso entre os substancialmente diferentes pontos de vista dos bispos e da liderança leiga.

O anseio da liderança leiga por ver elaboradas nas *Diretrizes* referências específicas às “condições históricas” concretas, nas quais o Movimento estava trabalhando, não foi satisfeito: objetivos e meios estavam redigidos em termos gerais, aplicáveis em qualquer lugar e em qualquer tempo. Não havia referências a estruturas e grupos dominantes interligados, nem uma palavra sobre a futilidade de muitos trabalhos desenvolvidos pela comunidade se ficassem isolados da realidade econômica e política ampla, nenhuma menção ao sindicalismo.³⁸⁶ Sem considerar suas próprias dúvidas nestes assuntos, o

385. Cf. também a discussão da concepção de diálogo do Papa João, mais adiante.

386. Em oposição ao documento de “testemunho” dos leigos, analisado mais adiante.

CDN obviamente julgou que, no clima político vigente, quatro meses após o golpe, com o MEB ainda sob suspeita, não seria prudente enfatizar abertamente os assuntos que tão recentemente haviam levado às acusações de favorecimento do comunismo.

A concepção dos leigos do MEB em meados de 1964, temperada por suas reações às novas circunstâncias políticas, mas não diluídas pelo compromisso com o ponto de vista dos bispos, foi expressa em outro documento importante, concebido no mesmo período. Surgiu pela primeira vez no encontro, em junho, do Nacional com os coordenadores estaduais que haviam concordado com um pequeno esboço de uma declaração de “testemunho”. A declaração foi apresentada ao CDN, em seu encontro de agosto, pelo Nacional, que tinha redigido o documento final a partir de sugestões deixadas pelos demais. Depois da discussão do documento, os bispos acataram a declaração e sugeriram que, depois de algumas alterações na forma, mas não na substância, fosse publicado como testemunho do trabalho do MEB. A declaração foi discutida mais tarde no II Encontro Nacional de Coordenadores, em meados de março de 1965. Embora críticas tenham surgido contra a linguagem e o estilo (“incompreensível para as bases”), ela se manteve fundamentalmente inalterada e foi distribuída em cópias mimeografadas em maio de 1965.³⁸⁷

Este importante documento, em sua versão publicada, começa com uma longa seção teológica, abordando, em termos gerais, a tarefa da Igreja no mundo e no Brasil. Quanto ao ponto específico do MEB, separa sua tarefa educacional da missão evangelizadora – especialmente da catequese. De maneira um tanto ambígua, afirma que, embora o MEB nunca tenha sentido nenhuma inibição a respeito da evangelização e mesmo, numa atitude cristã, sempre tenha desejado “que o homem atingisse uma fé adulta, aceita livre e conscientemente”, esses assuntos não eram a prioridade do Movimento. A ambigüidade volta no último parágrafo, cujo espírito pluralista não parece nem completo nem muito convicto:

Nosso compromisso educacional é direcionado a uma população na sua maioria católica. Mas não é católica nem em sua totalidade e nem no sentido inteiramente autêntico. Por isso, nossos esforços devem mostrar profundo respeito aos passos intermediários que, necessariamente, levam à meta final: o reconhecimento de Deus e da Igreja.³⁸⁸

387. MEB: Sua origem, sua ação e seu conteúdo, maio de 1965.

388. *Ibid.*, p. 2.

O documento continua afirmando que o trabalho do MEB é guiado pelas idéias de diálogo, expressas pela primeira encíclica de Paulo VI, *Ecclesiam Suam*, da qual cita: “não é de fora que devemos salvar o mundo... é necessário que nos identifiquemos ao máximo com as formas de vida daqueles para quem levamos a mensagem de Cristo” (nº 21). Mas a concepção do papa é de fato bem diferente da sincera abertura dos populistas para com o povo. Não se pode ler esta encíclica sem convencer-se rapidamente que diálogo, ali, é para o Papa Paulo VI um método de conversão, um meio de convencer os outros da verdade sustentada pela Igreja, uma expressão da última recomendação de Cristo a seus discípulos: “Ide e ensinai a todas as nações” (Mateus. 28:19).³⁸⁹ Em um certo grau, a utilização pelo MEB das palavras do papa deve ter sido meramente uma tática para dar força a seus argumentos, mas transparecia, na redação do documento, uma certa consciência da natureza “conversionista” do diálogo paulino e que se aproximava – e aceitava – do tipo de ambivalência que já havíamos notado. Aceitava um tanto ingenuamente e talvez um tanto a contragosto, porque a seção termina por reiterar a posição pluralista e não-diretivistica do próprio MEB:

O trabalho do MEB é vivido conscientemente em face de um povo que se encontra diante de várias opções. Não é nossa tarefa impor nenhuma delas, nem é nossa tarefa forçar o povo em direção à fé cristã ligada à Igreja Católica, ainda que devamos oferecer-lhes oportunidades de conhecer a fé.³⁹⁰

A segunda seção do documento trata das tarefas educacionais do MEB. Aqui, encontra-se a visão agora bem repetida de que educação só é possível pela conscientização, seguida da nova idéia de ligação da conscientização com ação, a ser engajada na prática. À distância, mas bem reconhecível, ouvia-se o clamor marxista pela unidade entre teoria e prática, vindo através da caixa de ressonância da AP. No MEB ela soava assim: com a conscientização pode-se “trazer o homem a um engajamento em seu próprio mundo, em sua cultura, em sua situação histórica, para que ele seja um agente criativo deste mundo”.³⁹¹

A terceira seção é a mais explicitamente progressista e assertiva. Trata do MEB e do povo e encara honestamente o problema da dominação, dos inte-

389. *Ecclesiam Suam*, paragr. 6º. Não posso demonstrar o caso em grandes detalhes aqui. A leitura do III cap. da encíclica é recomendada para os que desejam aprofundar-se neste ponto.

390. MEB: sua origem sua ação e seu conteúdo, p. 2-3.

391. *Ibid.*, p. 5.

resses envolvidos e do conflito de classes no Brasil. Como cristãos, os técnicos do MEB não podiam admitir que a luta de classe fosse uma lei da evolução; não eram marxistas e não elevavam este tipo de conflito ao nível de fato histórico predominante, muito menos desejável. Mas eles tinham de “aceitar a realidade dos fatos sem perder a objetividade”, não podiam direcionar sua atividade inteira à prevenção de conflitos.³⁹² Não podiam tornar-se manipuladores do povo por uma (ilusória) paz social: “não devemos cair no erro do paternalismo, que vê o povo como o recipiente de coisas para evitar que se tornem causa de conflitos”.³⁹³

A maioria dos documentos do Movimento publicados depois do golpe de abril mostra enorme resistência em discutir conflitos e injustiça, tanto quanto métodos de superá-los, a não ser em termos abstratos gerais. Aqui, porém, no final desta extensa análise, foi montada uma forte defesa da posição descompromissada do MEB. “O MEB não causa conflitos: [eles resultam da] própria estrutura social brasileira que é injusta.” Enquanto as organizações que defendiam os interesses de outros grupos não colaborassem, a ação do MEB, “que não podia ser inócua”, dedicada como era à defesa dos direitos das classes menos favorecidas, iria provocar ressentimentos – especialmente entre os grandes latifundiários, a burguesia industrial e a classe média, a maioria dos quais mal preparada para ter atitudes “em conformidade com os princípios da justiça”.³⁹⁴

SEGUNDA CARTILHA

Os pontos de vista expressos nos documentos que acabamos de discutir transmitem adequadamente o estado da ideologia do Movimento nos 12 meses que se seguiram ao golpe. O *Relatório Anual de 1963*, preparado no final de 1964, não acrescentou nenhum novo ponto. O já mencionado II Encontro de Coordenadores não produziu nenhum documento de importância básica; foi principalmente um encontro que tentou de várias maneiras avaliar os pontos fortes e fracos do trabalho corrente e dos *sistemas* existentes. O único aspecto realmente interessante do relatório desse encontro é a censura agressiva dos *sistemas* à falta de vivência dos problemas das bases por parte do

392. Ibid., p. 6.

393. Ibid., p. 7. Cf. a fraseologia usada por Cardonnel, cinco anos antes, citada antes, no cap. 4, subtítulo “Os primeiros anos da JUC”.

394. Ibid., p. 8.

Nacional: a não ser que eles adquirissem tal vivência, “o MEB poderia tornar-se uma instituição ou empresa como qualquer outra”.³⁹⁵ Certamente, a evolução mais importante do ano foi o refinamento do conceito de “animação popular”, incorporado na própria versão de populismo do MEB. Discutiremos isto no próximo capítulo. Mas também de interesse considerável, como uma reflexão do novo equilíbrio de poder dentro do Movimento entre bispos e leigos, foi o processo de elaboração da nova cartilha do MEB, *Mutirão*.

Apesar da tão vigorosa defesa que o Movimento sustentou, quando *Viver é lutar* foi atacada pela primeira vez, as novas circunstâncias políticas tornaram inconcebível continuar a utilizar aquele texto. Já tinham ocorrido casos demais em que fervorosos investigadores militares buscando sinais de subversão usaram a simples posse da cartilha por uma pessoa como evidência de posições ideológicas perigosas. Por isso a necessidade de novos materiais didáticos que não levassem a complicações danosas. O conceito central de luta foi abandonado; em seu lugar veio a cooperação.

O esboço final das novas cartilhas – o primeiro volume era estritamente para alfabetização, o segundo correspondia ao *Viver é lutar*, direcionado aos alunos mais adiantados – elaborado pelo Nacional foi aprovado pelo II Encontro de Coordenadores. Foram discutidas em um encontro paralelo ao encontro do CDN e aprovadas por unanimidade depois de algumas modificações sem importância. Porém, “levando em conta experiências anteriores com cartilhas, o Conselho considerou apropriado solicitar-se a opinião dos bispos das dioceses onde o MEB vinha agindo”.³⁹⁶ É importante dar-mos conta de que, adotando esta linha, o CDN quase que lavou suas mãos da responsabilidade pelos novos textos. Seus membros estavam cientes, obviamente, de que muitos bispos diocesanos eram conservadores de uma maneira ou de outra. O CDN deveria, por isso, saber que submetendo os novos textos à aprovação estava, na realidade, viabilizando considerável abrandamento dos mesmos. E isso foi precisamente o que aconteceu. No estágio preparatório do *Viver é lutar*, o rascunho também foi enviado a alguns bispos. Mas, enquanto naquela ocasião os comentários mais conservadores foram simplesmente ignorados, desta vez os novos textos sofreram grande número de alterações. A maioria delas, tomadas isoladamente, não representa muito. Mas juntas resultaram em um produto final do qual mesmo umas poucas referências

395. MEB, Relatório do II Encontro Nacional de Coordenadores, 8-18 de março de 1965 (Rio, abril de 1965, mimeo.), p. 7

396. De uma carta explicativa do Nacional a um dos bispos, em dezembro de 1965.

mais ou menos veladas a conflitos de classe ou exploração foram eliminadas. No final, nada foi dito sobre esses temas.

Poucos bispos ficaram descontentes com este fato. Entre os 26 que responderam, somente três fizeram sugestões que dariam às cartilhas um conteúdo mais progressista.³⁹⁷ Um deles simplesmente disse que era contra as novas cartilhas porque “a cartilha anterior, *Viver é lutar*, era muito mais educativa”. O segundo era um padre muito progressista do Nordeste, que tinha sido muito franco em várias ocasiões. Ele aprovou, mas comentou:

Mutirão pareceu-me tímida com respeito à conscientização para o desenvolvimento e à politização. Continuo convencido de que não se pode construir a democracia sem a participação consciente e organizada do povo, o que exige educação de base. Considero o MEB como um campo privilegiado de engajamento para adultos cristãos, junto com todos os outros que respeitam a dignidade humana. Por isso, não posso ver nenhuma razão adequada para que tenha uma ligação institucional com a hierarquia.

O terceiro, outro bispo proeminente do Nordeste, escreveu

O livro poderia dar mais esperança se falasse explicitamente de reforma agrária. *Mutirão* [isto é a cooperação] precisa de raízes para ter sucesso, e essas raízes implicam na mudança da estrutura agrária. Quando a mensagem cristã está claramente presente, podemos ser mais firmes em apontar os males.

As opiniões do segundo bispo citado, que acreditava que o MEB deveria tornar-se uma organização totalmente independente, não eram aparentemente partilhadas por mais ninguém – ou ao menos não eram expressas abertamente naquele momento por outros bispos diocesanos. Ao contrário: sete bispos – entre eles o último citado – exigiram a introdução de conteúdo cristão em grande quantidade no programa do MEB e em suas cartilhas. Um deles (que achou os textos muito radicais) salientou: “Parece-me que o esforço dos autores desses textos foi dirigido mais à politização de nossos camponeses do que à sua *cristianização*.”

Uma das lições foi suprimida a partir do comentário desses bispos. Era em versos e dizia: “*Cada um tem seu próprio caminho para chegar a Deus. Deus ama a todas as pessoas e nos fez para que nos amemos uns aos outros.*” Isto foi visto como um convite à indiferença religiosa. Um bispo declarou que isso poderia criar “a falsa noção de que todas as religiões são igualmente boas aos

397. Todas as citações a seguir foram retiradas de cartas escritas em 1965.

olhos de Deus”– ele propunha mudar até a primeira linha que dizia “cada pessoa tem o dever de caminhar para Deus”. O espírito ecumênico tinha obviamente se incorporado mais nos leigos que nos bispos. Aparentemente, não era fácil desalojá-lo: nesse caso, os leigos mantiveram-se firmes em seus princípios. Recuaram um pouco mas não muito. A versão final ficou assim:

Quando Deus criou o homem
Foi pra ser feliz e amar.
Todos têm, pois, o dever
De ao seu próximo ajudar.
Mesmo quando um cidadão
É de outra religião,
Nós devemos respeitar.
Se ele faz um mutirão,
Devemos, de coração,
A nossa ajuda lhe dar.³⁹⁸

Aqui, o ajuste parece perfeitamente razoável. Mas, em outros casos, o fato de terem cedido às pressões dos bispos diocesanos significou a mudança do exato caráter do produto final. Isso foi especialmente verdade no caso das objeções de natureza mais diretamente políticas, manifestadas pelos nove bispos que avaliaram o texto como sendo muito radicais. Alguns exemplos tornaram isto claro. Vários bispos se opuseram à segunda lição do primeiro volume, que dizia: “O dono possui a terra. O povo possui o machado. A terra pertence ao dono. O povo vive. O machado pertence ao povo”. Um deles escreveu: “Este verso é de certa forma perigoso, pois poderia levar a outros desígnios”. Sua opinião foi aceita e a lição foi mudada. Em seu lugar, encontramos textos tratando da cooperação e dos benefícios advindos da mecanização.

Outro bispo submeteu os textos ao estudo de dois professores em sua diocese. As opiniões extensas e um tanto pomposas, aprovadas e apoiadas pelos bispos, dizia em parte:

Consideramos arriscado submeter pessoas analfabetas, simples e ingênuas, a esses conteúdos muito fortes... A melhoria humana... deve ser promovida sem o uso de mecanismos inconscientes de revolta ou do aviltamento do próximo. Estes, uma vez dados, tornar-se-ão reflexos condicionados na mente de pessoas simples e ingênuas.

398. Mutirão II, lição 14

Por isso, “o conteúdo muito forte” foi diluído. A lição 7 do primeiro volume dizia: “O povo tem direitos. O povo precisa viver decentemente. O camponês precisa de terra. A terra precisa ser arada. Com o arado a terra produz mais. O povo tem o direito de viver da terra.” Depois de revisado, o mais semelhante a isso que se encontra em duas lições é:

Donato trabalha como meeiro. Ele trabalha para sua família. A família toda precisa do trabalho de Donato. O Brasil precisa do trabalho de todos.

Todas as pessoas têm o direito à propriedade e uso da terra para cultivar seu roçado – já que foram criadas por Deus. Se todos pensarem juntos pode-se achar um caminho. Todo povo que se entreauxilia vive unido e em melhor situação.³⁹⁹

Apesar destas mudanças, os dois volumes de *Mutirão* não estavam totalmente destituídos de material útil para conscientização. Havia muitas lições sobre a necessidade de organização e os sindicatos eram explicitamente discutidos. Duas lições cuidavam do processo formal de democracia, eleições e votação; expressa-se espanto de que “as pessoas votem sem saber o que querem”. “O voto é assunto sagrado para quem o entende. Liberdade não se compra, consciência não se vende.” As limitações do *Mutirão* forçosamente chamam atenção por suas citações diretas de *Viver é lutar*.⁴⁰⁰ Muito se fez no Movimento para que monitores e supervisores estivessem capacitados a utilizar-se dos textos como pontos de partida para discussões que fossem bem além de seus conteúdos e significados explícitos. Mas seriam necessárias grande habilidade e consciência social e política altamente desenvolvida para extrair dos textos, que todo o tempo ressaltavam os benefícios da cooperação, elementos que conduzissem à conscientização dos limites a essa cooperação, limites impostos pelo poder dos patrões e pela ideologia dos militares governantes do país. Seria igualmente difícil passar da explicação da fome, doença ou desigualdade atribuídas à má-vontade *pessoal* de alguns proprietários de terras⁴⁰¹, à falta de cooperação entre os camponeses e, especialmente, aos resultados da ignorância, para uma explicação que visse os problemas dos camponeses como resultado de traços intrínsecos às estruturas iníquas.

399. *Mutirão*, lições 7 e 10.

400. Ver acima, no cap. 8, o resto da lição em *Viver é lutar*, que não foi reproduzida no novo texto. MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1963b. Op. Cit.

401. Cf. Lição 36 em *Mutirão II*. A ilustração acima desse verso mostra a figura sinistra de um patrão fugindo com um pacote de dinheiro.

Por isso, as cartilhas aproximavam-se notavelmente do ponto de vista positivista clássico de que erros individuais e imoralidade pessoal devem ser considerados responsáveis pelo males do mundo. Um vez que não era, de modo algum, a intenção do Movimento que esta fosse a conclusão extraída de seus textos, é importante avaliar-se como as pressões e a necessidade de ajuste imperceptivelmente conduziram à modificação total de toda a base de discussão das questões sociais. As categorias e conceitos centrais em *Mutirão* foram adequados à compreensão de um mundo sem conflitos ou sem grandes desigualdades de riqueza e poder; certamente não serviam para a conscientização tal como se entendia no Movimento. Assim, os novos textos refletiam claramente o ajuste à situação gerada após o golpe.

O CENTRO DE GRAVIDADE DO MEB DESVIA-SE PARA O NORTE

No entanto, não há dúvida de que a ideologia implícita nos novos textos não foi apoiada inicialmente pelos técnicos do MEB. A saída da maior parte do pessoal mais antigo não aconteceu até o fechamento dos *sistemas* de Pernambuco, no final de 1966, e da Bahia, Minas Gerais e Goiás, no início de 1967; certamente, até aquele momento, muito do trabalho realizado nas áreas rurais ao menos tentava ser fiel às posições e ao espírito dos dias que antecederam ao golpe de 1964. Depois desse fechamento em massa, porém, o Movimento enfrentou uma situação substancialmente diferente da que predominava no início. Em primeiro lugar, as amplas perspectivas nacionais sobre as causas sociais, econômicas e políticas da condição dos camponeses, que o Movimento tinha desenvolvido como resultado de sua experiência por todas as áreas subdesenvolvidas do Brasil, perderam muito de seu caráter mobilizador. Em segundo lugar, o golpe conduziu a um deslocamento significativo do centro de gravidade do Movimento. No final de 1965, o Norte contribuía com 23% de todas as escolas radiofônicas, 20% dos alunos e 16% do pessoal local (sem contar aqueles que trabalhavam no Nacional, no Rio). Dois anos mais tarde, após o encolhimento do Movimento para 21 *sistemas*, as escolas radiofônicas do Norte passaram a constituir 75% do total, os alunos de lá representavam 53%, e os 80 funcionários da área eram 44% do pessoal trabalhando fora do Rio de Janeiro.⁴⁰²

Já me referi, em capítulo anterior, à situação que predominava na Zona da Mata do Nordeste e devo em seguida voltar-me para as áreas mais tradicionais

402. Ver Tabelas 1,4 e 5, no cap.7.

do interior do Brasil (as áreas nas quais realizei meu trabalho de campo durante minha estada no país). Como não me foi possível conhecer pessoalmente o trabalho do MEB na bacia amazônica, não posso fazer mais que apresentar alguns parágrafos para sugerir as circunstâncias diferentes encontradas na vasta região Norte.

A “geografia” e as condições naturais explicam muito as diferenças que existem entre o Norte e outras áreas onde o MEB trabalhava. Para início de qualquer discussão devemos mencionar a imensidão da região combinada com o exíguo sistema de comunicação e transportes. O coordenador da equipe estabelecida em um município no sul do Pará relatava, no encontro de 1966, que sua supervisão era feita parte à cavalo, parte em canoas motorizadas e parte por avião (que era, conforme as circunstâncias, o método mais barato); o banco mais próximo ficava a uma hora de vôo. Com exceção das tribos indígenas e o núcleo populacional “urbano”, que não eram, por definição, de responsabilidade do MEB, as comunidades para sua subsistência dependiam de vários meios:

Na região amazônica, um homem pode ser pescador, vaqueiro, coletor de castanhas ou seringueiro; toda essa variedade de categorias... não rompe, porém, a unidade fundamental da Amazônia: o isolamento do homem na floresta densa e fechada e sua atividade extrativa predatória.⁴⁰³

Isolados e primitivos, pobres e até mais destituídos de oportunidades de educação do que os camponeses das outras partes do país, o habitante da Amazônia conta apenas consigo mesmo para cuidar de sua própria sobrevivência, sem o apoio de vizinhos próximos. Suas técnicas de cultivo são as mais simples. Ele é essencialmente um coletor de produtos da floresta tropical e dos rios (madeira, castanhas, borracha, peixe) e o faz com ajuda dos mais primitivos instrumentos.⁴⁰⁴

O latifúndio é representado no Norte pelas grandes empresas de borracha. São muito raras as plantações realmente produzidas pelo homem, uma vez que a maioria da borracha deriva de seringueiras selvagens que crescem na floresta tropical. Mas em termos sociais as relações entre os seringueiros e os

403. DIÉGUES, M. Jr., *Regiões Culturais do Brasil*, 1960, p.221.

404. Na ocasião do censo agrícola de 1950, todos os estabelecimentos agrícolas do Norte operavam sem o uso de qualquer meio de tração animal ou mecânico (97,6% de aproximadamente 80 mil não tinham arado ou trator). Essa era a maior proporção no país; a média do Brasil como um todo (incluindo o Sul, mais desenvolvido) era, naquela época, 72,2% (ver CALDEIRA, 1956, p.88).

proprietários da terra onde estas seringueiras crescem é bem similar àquelas existentes entre o fazendeiro e o meeiro no latifúndio tradicional. A borracha colhida é manipulada no barracão, o posto de comércio na beira do rio. Ali, o seringueiro é creditado nos livros da companhia por sua produção, recebendo em retorno cestas básicas e outros gêneros para a semana ou quinzena seguinte. Como resultado, quase todos os seringueiros mantêm-se perpetuamente no estado de devedor, como verdadeiro escravo.⁴⁰⁵ Mas este endividamento é de certa maneira temperado pela existência continuada de aspectos da benevolência da tradicional relação patrão-dependente na região Amazônica. O povo que vive próximo a um determinado barracão vê o comerciante como patrão e compadre, “o relacionamento seringueiro-comerciante não é meramente um vínculo econômico, e de ambas as partes há algum sentimento de lealdade pessoal”.⁴⁰⁶ Entretanto, é difícil dizer que essas pessoas não são exploradas – muitas vezes sua situação é pior do que os camponeses do sertão nordestino. Como parecia haver bem pouca consciência deste fato na região, a conscientização, logicamente, tinha uma tarefa a cumprir. E embora, em vista do extremamente baixo nível educacional do Norte, a *forma* da mensagem que o MEB trazia para aquela área tenha sido consideravelmente diferente da que se dirigia aos camponeses de outras partes do país, seu *foco* deveria ser exatamente o mesmo. Seus problemas resultavam da falta de poder econômico (e político); eles eram o pólo dominado em uma estrutura que ia bem além dos barracões. O que Wagley escreveu sobre Itá, a comunidade estudada por ele no Baixo Amazonas, é aplicável à situação de muitos habitantes da Amazônia e encaixa-se bem às perspectivas do MEB anteriores ao golpe:

O povo de Itá, sozinho, não pode modificar o seu sistema econômico. Está preso a um sistema comercial e de crédito criado concomitantemente com a indústria extrativa da Amazônia. Para mudar isso, é preciso que haja mudanças que atinjam desde os exportadores, em Belém, até o pequeno comerciante das áreas rurais e o próprio coletor individual.⁴⁰⁷

A borracha, no entanto, não tinha mais uma posição dominante na economia da Amazônia como era no início do século e os homens sustentavam-se por meio de outras atividades agrícolas. Áreas bem vastas ainda não

405. Ver WAGLEY, C., *An Introduction to Brazil*, 1963, p. 62; cf. também VALVERDE O., *Geografia Agrária do Brasil*, 1964, p.275, ss.

406. WAGLEY, p.109.

407. WAGLEY, C., *Amazon Town, a Study of Man in the Tropics*, 1964, p.274.

tinham sido “apropriadas”, e em vários lugares o governo tinha sustentado esquemas de colonização por pequenos proprietários – normalmente camponeses trazidos das áreas secas do Nordeste. Em muitos lugares, era predominante a colheita de outros produtos da floresta que não a borracha. Era com estes tipos de atividade de subsistência relativamente independentes que a maioria dos camponeses contatados pelo MEB supriam com dificuldade suas necessidades de sobrevivência naquela região. Dependiam menos do latifundiário-patrão do que do comerciante-patrão e não seria estranho sugerir que a aplicação de melhores métodos agrícolas ou uma grande cooperação poderia aumentar muito a produtividade e diminuir sua dívida forçada com o comerciante. Isto era especialmente verdade com relação aos problemas de transporte e comercialização. As ameaças a esses camponeses vinham geralmente de especuladores que, transitando pelas novas estradas que estavam sendo abertas, enganavam os pobres com seus duvidosos títulos de propriedade; aqui, mais uma vez, com certo esclarecimento, educação e cooperação poder-se-iam alcançar resultados positivos. A ênfase nos benefícios da cooperação tinha um significado particular em vista do isolamento em que viviam as famílias camponesas. Na Amazônia, de acordo com Clóvis Caldeira⁴⁰⁸, empreendimentos coletivos não tinham apenas importância econômica, mas respondiam – dir-se-ia em termos genuinamente durkheimianos – “à necessidade de [os indivíduos isolados] sentirem contatos renovadores e reafirmar os sentimentos de solidariedade”. E, finalmente, para muitos colonos vindos de áreas onde existia alguma forma de educação pública, embora defeituosa, o MEB apresentava-se como a única esperança de que suas crianças adquirissem algum aprendizado escolar.

No Norte, então, não era absurdo insistir nos benefícios da cooperação. O deslocamento, depois de abril de 1964, da preocupação com a natureza geral das relações de classe no Brasil e com a conscientização do pólo dominado em luta com o pólo dominante, para uma ênfase sobre os benefícios dos mutirões e melhorias comunitárias, foi seguido por uma mudança na área de operação do MEB que constituiu uma nova orientação – embora, sem dúvida, unilateral – e com uma relevância que não poderia ter tido antes.

408. CALDEIRA, p. 102.

O MEB ADAPTA-SE À NOVA REALIDADE

Por volta de 1966, a situação do Movimento no pós-golpe já estava de certo modo estabilizada, ao menos do ponto de vista ideológico. As enormes dificuldades financeiras, que limitavam severamente o número de visitas de supervisão às comunidades e de treinamentos, em todos os níveis, e o clima político continuamente hostil tornaram extremamente difícil um trabalho “válido” com os camponeses. A determinação, por parte de um número significativo de bispos, de controlar firmemente o Movimento e guiá-lo na direção que desejavam transformou 1966 em um ano introspectivo, com uma disputa de forças entre leigos e hierarquia sobre as mudanças na estrutura do Movimento. A despeito do estado precário das finanças, em 1966, o Movimento chamou duas vezes seus coordenadores ao Rio naquele ano: o IV Encontro de Coordenadores aconteceu no final de outubro; o III Encontro tinha ocorrido em maio. Uma vez que havia sido dado aos bispos uma voz muito mais direta no dia-a-dia do Movimento, a pressão episcopal pela reestruturação e pela redução do Nacional a uma espécie de organização prestadora de serviços para cada *sistema*, individualmente, era o principal item da agenda em ambas as ocasiões. Em geral, os leigos contentaram-se em reiterar sua própria concepção, que tinha prevalecido até então. Mas houve um ponto em que argumentaram contra uma opinião que já havia sido incorporada pelos bispos: proclamaram que o MEB não deveria ocupar-se da catequese.

Vimos que a catequese foi introduzida como um dos objetivos secundários do MEB, nas Diretrizes de 1964. Ela nunca foi aceita por seus técnicos com tarefa legítima do Movimento e nunca foi executada; em outubro de 1966 os leigos tornaram isto bem claro para os bispos. Mais de um terço do conteúdo do documento encaminhado ao CDN, depois de sua discussão das mudanças estruturais propostas, dava sua opinião espontânea sobre esta questão:

Parece que o uso do termo catequese entre os objetivos secundários das presentes Normas e Diretrizes leva a mal-entendidos e atritos no Movimento. Por um lado, isto não satisfaz as equipes porque elas não identificam com esse termo o trabalho no qual estão engajados. Por outro lado, alguns bispos diocesanos, quando lêem que a catequese é um dos objetivos secundários do MEB, esperam que as equipes ensinem catecismo da maneira tradicional.⁴⁰⁹

409. Documento dos coordenadores sobre reestruturação do MEB, nov. de 1966 (mimeo.), p.10

Catequese, continuam, diz respeito à transmissão de ensinamentos de doutrina para aqueles que querem aprender. Mas o povo com quem o MEB lida não pode demandar propriamente esses ensinamentos: a população rural, embora formalmente católica, está presa na teia da superstição e, às vezes, até mesmo identifica religião com as injustiças da estrutura social. Assim, a tarefa do MEB é ajudar este povo a “alcançar uma fé adulta, livre e conscientemente assumida”. Por isso, o MEB considera-se ativo na esfera da pré-evangelização, que é a criação de condições sem as quais um homem não pode fazer nenhuma escolha significativa em sua vida – até mesmo a escolha de ser religioso. Tendo colocado este ponto, os leigos sugeriram que o MEB poderia ajudar a treinar as pessoas das dioceses que estivessem especificamente encarregadas da catequese dos camponeses. Eles poderiam ensiná-los as técnicas de trabalho em grupo; “desta maneira, por meio de uma atividade adequada ao Movimento – o treinamento de pessoal – poderia colaborar com o plano de pastoral de conjunto das dioceses”.⁴¹⁰

Pode-se dizer que nessa última ocasião, antes do fechamento dos *sistemas* que sempre constituíram o verdadeiro coração do Movimento, os leigos ensinaram aos bispos esta lição de filosofia personalista e rejeitaram o papel de agentes de catequese com determinação não apenas porque estavam sendo forçados a um determinado papel para o qual não estavam adequadamente preparados, mas também porque o ensinamento religioso tornara-se um símbolo e um teste. Reestruturar o Movimento, de acordo com os desejos dos bispos, teria tornado cada equipe muito mais um instrumento nas mãos das autoridades diocesanas – e a maioria delas estava mais interessada não na educação de base ou na conscientização, muito menos no estímulo aos camponeses a exigirem uma mudança estrutural fundamental, mas sim na instrução religiosa de um tipo mais ou menos pré-conciliar. Ninguém queria ver o MEB transformado em escola dominical pelo rádio. Por meio da insistência na mudança de um dos objetivos subsidiários do MEB e pelo uso de cinco páginas de papel almaço para discutir o caso, substituindo uma palavra (catequese) por outra (pré-evangelização), os leigos reafirmaram sua rejeição à nova perspectiva que os bispos tentavam impor ao Movimento, acontecesse o que acontecesse quanto à controvertida reorganização.

410. Idem, p.2.

Um levantamento, como o que fizemos do 5º capítulo até aqui, da interação entre a teoria e a ideologia do Movimento e da situação social em mudança na qual ele teria que operar, inevitavelmente, deixa de fora muito da ambigüidades e indistinções da realidade. Por isso, poderia criar a impressão que, em cada fase, as posições estavam totalmente cristalizadas, e que essas sucessivas posições representavam uma progressão lógica de visões claras sustentadas unanimemente e com plena convicção por todos os envolvidos. Na realidade, as evoluções foram muito menos nítidas: no correr dos acontecimentos sempre ficavam questões sem resposta, formulações controversas e tensões internas. Não que os técnicos tenham dado a impressão de confiança excessiva: o MEB estava imbuído de autêntico espírito de humildade e havia uma permanente consciência de que se tinha de procurar genuinamente a solução acertada – se é que existiam soluções acertadas. Neste sentido, como em muitos outros, o amor cristão por seus irmãos, especialmente acompanhado de convicções populistas honestamente assumidas, ajudou a protegê-los contra a auto-satisfação fácil e orgulho injustificado. Uma declaração do MEB escrita depois dos encontros com os bispos em Roma, no final de 1963, parece-me conter este elemento humano de maneira admirável:

Nossa vida neste trabalho será, e terá de ser sempre, uma vida de luta constante. Nesta crítica fase formativa... nós todos estamos procurando pela melhor forma para nossas próprias idéias, por uma formulação válida – especialmente através de nosso trabalho conjunto. Teremos de continuar descobrindo o caminho, e isto nós tentaremos fazer com honestidade e coragem.

No capítulo seguinte, veremos que foi em torno da evolução das idéias do MEB sobre a não-diretividade que essa busca pela abordagem correta se concentrou na maior parte do tempo. E foi nessa área que seu caráter populista efetivamente encontrou sua expressão mais característica.

II. FUSÃO DA IDEOLOGIA POPULISTA COM AS TÉCNICAS NÃO-DIRETIVAS

ANIMAÇÃO POPULAR (AnPo)

O capítulo anterior descreveu como os objetivos e métodos do MEB sofreram gradativas transformações. De 1963 em diante, o povo e sua autopromoção aos poucos emergiram como tema central em torno do qual a organização tentou dirigir suas atividades. Depois do golpe, por algum tempo, essa orientação foi fortalecida, apesar de ocasionalmente parecer o contrário e apesar das restrições dos bispos. A importância das “opções livres e conscientes”, cujas possibilidades deviam ser mostradas ao camponês sem impor a escolha de nenhuma delas, tornou-se o princípio da orientação ideológica do Movimento; gradativamente, o pessoal viu-se saindo de cena – deixando o povo dirigir seus próprios assuntos. A implicação era de que os técnicos não deveriam liderar efetivamente; o máximo que eles podiam fazer era aconselhar. E os conselhos tinham de ser oferecidos não em forma de diretivas de ação (ou pensamento), mas na forma de dados e técnicas aos quais os camponeses não tinham acesso. O próprio povo iria escolher e decidir: nenhum forasteiro poderia questionar essa escolha.

É tentador simplesmente atribuir a mudança na orientação do MEB para a autopromoção dos camponeses devido ao surgimento da ideologia populista compartilhada com outros setores do movimento católico progressista no Brasil. Mas, na realidade, as coisas eram mais complicadas. Dois desenvolvimentos internos específicos, que não eram, em primeiro lugar, de modo algum ideológicos, ajudaram a preparar as bases para a aceitação do populismo. Em ambos os casos, eram mais questões técnicas do que valores mais amplos, embora nos dois casos se possa dizer que as técnicas adotadas tiveram um “encaixe” intrínseco com a ideologia populista,

que mais tarde forneceu, para essas técnicas, um conjunto de racionalizações políticas e intelectuais mais convincentes. O primeiro teve sua origem em um certo tipo de trabalho no nível das bases, com os camponeses: era conhecido como Animação Popular. O segundo, ao contrário, foi desenvolvido no contexto dos treinamentos, em primeira instância, na cúpula do Movimento: chama-se não-diretividade.

Já no I Encontro Nacional de Coordenadores, em dezembro de 1962, a palavra “animação”⁴¹¹ foi usada, mas somente dois anos mais tarde a AnPo tornou-se conceito-chave no MEB. No início de 1965, foi escrito um documento, no Nacional, em preparação para o seminário sobre o assunto, no qual participaram membros de várias equipes. Neste documento, a AnPo foi definida como um “processo de estruturação social que é progressivamente assumido pelos próprios membros da comunidade”; foi interpretado também como sendo “o processo global de engrandecimento do Homem por meio de suas ações”.⁴¹² Estas definições são de certa maneira abstratas e não eram atípicas no estilo velado característico dos escritos do Movimento depois do golpe de abril, efetivado, de um lado, pela necessidade de circunspeção em face do ambiente hostil e, de outro, pela persistente desunião entre os pensadores do Nacional para os problemas do dia a dia nas zonas rurais. Embora a denominação provavelmente fosse uma criação de intelectuais do Rio, a AnPo em si não o era: como invenção, era pouco mais que um exercício de indução, que tinha fornecido um termo genérico para discretas experiências de natureza semelhante. Essas experiências foram aplicadas em dois sistemas, um no Nordeste e outro no Centro-Oeste; consistiam em métodos para estimular atividades da comunidade não ligadas às escolas radiofônicas.

Como minha experiência no *sistema* do Centro-Oeste é examinada em detalhes no 13º capítulo, a evolução do *sistema* no Nordeste é apenas brevemente considerado aqui. Este *sistema* não tinha transmissora de rádio desde quando o MEB começou a operar lá, em 1962, e a equipe teve que descobrir métodos alternativos para realizar as atividades. Eles começaram com uma espécie de escola itinerante, a caravana.

411. A palavra é a tradução de um termo em francês, animation, usado na África Francesa (especialmente Senegal) para os programas de desenvolvimento e educação rural. A liderança do MEB estava familiarizada com o trabalho desenvolvido lá, através de contatos pessoais e seminários na França – especialmente no *Peuple et Culture*, em Paris e no *Centre Universitaire de Coopération Économique et Sociale*, em Nancy – e também da literatura, como IRAM, *Animation et participation des masses au Plan Quadriénel du Sénégal* (Paris, 1961).

412. MEB. *Animação Popular* (1965, mimeo., p. 4 e 5).

Mas, sem os programas de rádio diários, entre as passagens das caravanas, toda a atividade tinha de ser resolvida pelos membros das comunidades locais. Naquelas circunstâncias, era muito difícil ensinar – embora um camponês semi-analfabeto cheio de boa vontade pudesse agir como elo entre o professor radialista e a classe –, ele era pouco capaz de organizar sozinho um programa de alfabetização, sem ser dirigido via rádio. Por isso, a equipe naturalmente tentou desenvolver outras atividades que pudessem ser mais facilmente sustentadas em sua falta, e seu trabalho envolvia um programa de desenvolvimento comunitário e treinamento de lideranças. Eles encontraram uma justificativa para isto na tendência geral de pensamento do Movimento para além do mero trabalho de alfabetização e em direção à conscientização.

Nesse *sistema* criou-se um curso de treinamento de quatro dias “nas comunidades” desde meados de 1963. Os tópicos das diferentes sessões ou de discussão em grupo incluíam:

Realidade econômica: latifúndio-minifúndio; a falta de crédito agrícola para o pequeno produtor; imperialismo e trustes: exploração de umas regiões por outras, e de uns países pelos outros.

Realidade política: Por que somente gente que tem dinheiro é eleita?

Realidade social: forças reacionárias e progressistas, sendo estas camponeses, operários e estudantes.⁴¹³

Discussões focalizavam a reforma agrária, o sindicato rural e a luta camponesa. Tudo isso ainda não era, naquele momento, chamado de Animação Popular e, em aspectos importantes, era substancialmente diferente do que viria a ser o produto acabado – especialmente mais tarde, no período de uma resistência consciente à imposição de um programa muito específico aos participantes.

Mas a AnPo era ativamente estimulada além das necessidades de um ou dois *sistemas* sem emissora de rádio e agora está mais que evidente que vários processos de avaliação e retro-alimentação estavam funcionando no Movimento, cujos elementos – a ideologia populista, a AnPo, e a não-diretividade, a serem discutidos brevemente – conduziram a reorientação total de sua atitude para com o povo. Esperava-se que a comunidade assumisse, não apenas as atividades, mas também as decisões importantes sobre o que fazer.

413. De um documento, da época, da equipe.

Em nenhuma circunstância devemos assumir a liderança de nenhum grupo ou comunidade na qual temos estado trabalhando... Nosso trabalho será de aconselhamento. Temos de limitarmo-nos a por à disposição da comunidade, através de seus líderes, os dados e técnicas aos quais eles até agora não tiveram acesso... Assim, as mudanças não serão trazidas de fora, por pessoas estranhas à comunidade, mas decorrerão de um movimento de dentro, como resultado de uma posição tomada pelos próprios membros da comunidade.⁴¹⁴

O pessoal do MEB não podia ficar tentado assumir o papel que deveria ser dos líderes comunitários: durante discussões ou sessões de planejamento eles poderiam ajudar dando informações – mas a decisão final do grupo ou da comunidade tinha de ser respeitada, mesmo que o supervisor discordasse.⁴¹⁵

INTRODUÇÃO DE TÉCNICAS NÃO-DIRETIVAS

Talvez mais importantes do que os programas desenvolvidos e as atividades sob o título de Animação Popular eram as várias técnicas não-diretivas introduzidas desde o primeiro momento nos treinamentos do MEB. Os responsáveis da CNBB pelos primeiros cursos de treinamento para os *sistemas* de escolas radiofônicas, ocorridos pouco depois de ser tomada a decisão de instalar o MEB em escala nacional, começaram a experimentar estas técnicas, desenvolvidas nos Estados Unidos nas estruturas das dinâmicas de grupo. Eles estavam familiarizados com o trabalho neste campo por intermédio de um jovem psicólogo social brasileiro que tinha retornado de seus estudos na França. Juntos eles formaram um grupo de trabalho com vistas a introduzir essas técnicas na Ação Católica e em outras organizações católicas ligadas à CNBB.⁴¹⁶

Encontraram muita oposição. Essas organizações oficiais católicas sempre tinham sido paternalistas e rígidas. As pessoas que aderiam eram mais ou menos instruídas sobre o que fazer e como agir. O resultado era falta de autonomia, de independência e de abertura de mentalidade de parte dos membros. Esta situação não conduzia nem ao aprendizado bem-sucedido nem ao desenvolvimento de uma abordagem crítica do mundo. Dificilmente

414. MEB, *Seminário da AnPo*: conclusões sobre a fundamentação. S.I.: MEB, 1965. p. 16.

415. Idem.

416. A discussão que se segue sobre as origens históricas da não-diretividade no MEB está baseada em várias entrevistas em grupo com membros deste trabalho, que mais tarde tornaram-se parte do alto escalão da liderança do MEB.

se poderia esperar que os esforços da nova educação de base pudessem ser aplicados efetivamente com esse tipo de pessoas. Por isso, a preocupação, desde o início da educação de base pelo rádio, mesmo antes da existência do plano de cobrir o país inteiro por uma organização nacional, para assegurar que os trabalhos naquele campo fossem adequadamente preparados para preencher suas funções em harmonia com o novo “enfoque de educação de base”. Aquilo era já bem claramente diferente do que prevalecia nas organizações católicas leigas tradicionais. Foi neste contexto que algumas das descobertas dos psicólogos sociais relativas à dinâmica de pequenos grupos pareceram relevantes e vieram a constituir a base teórica das idéias que se seguem para os treinamentos do MEB.⁴¹⁷

O processo de permitir que os membros de um pequeno grupo interagissem de maneira desestruturada, para resolver os problemas ou chegar a um consenso, é longo e tortuoso. Durante esse processo, os membros do grupo expõem a um observador treinado – o líder da discussão – traços de personalidade, ou defesas, que normalmente ocultam a percepção clara da realidade ou da determinação dos relacionamentos. Análises *ex-post-facto* da interação do grupo pelo líder e pelos membros do grupo frequentemente elucidam as razões dos bloqueios, dificuldades e conflitos iniciais. Uma das idéias centrais da dinâmica de grupo, que concerne tanto ao aprendizado quanto à terapia, é que viver efetivamente essas dificuldades ajuda os membros do grupo a entendê-las e a incorporar novos padrões de comportamento e novas atitudes na sua estrutura de personalidade. Esta idéia, como várias outras na dinâmica de grupo (como aquela da importância do fenômeno de transferência entre os membros do grupo e seu líder), é adaptada da teoria psicanalítica.

A liderança do MEB não se dirigiu à dinâmica de grupo porque pretendia, ou desejava, sujeitar os candidatos a um processo de psicoterapia de grupo. Eles estavam, de fato, conscientes do perigo que estas técnicas poderiam significar no processo psicológico entre os participantes, poderiam ser danosas para a saúde mental deles, se não controladas por um psicólogo ou psiquiatra competente. Conseqüentemente, os tipos de situações propícias a encorajar o surgimento de problemas do âmago mais profundo da personalidade eram conscientemente evitados – e certamente, em nenhum treinamento de grupos, era encorajada a exploração de padrões psicanalíticos básicos. Para

417. Elas eram derivadas das fontes: HARE, A. P. et alii. *Small Groups*. New York: s.n., 1955; MILES, M.B. *Learning to Work in Groups*. New York: s.n., 1959; BION, W. R. *Experiences in groups*. London: s.n., 1959.

o MEB, as sessões de dinâmica de grupo eram aulas para aprender teoria; métodos não-diretivos ajudavam a assegurar a melhor compreensão da posição defensiva de alguém contra novas idéias e novos modos de agir e, na verdade, levavam a maior aceitação dos mesmos. Se um grupo ficasse confuso durante horas de discussão, acabando totalmente atolado, a descoberta efetiva pelo grupo do motivo por que isto tinha acontecido seria de muito maior ajuda para a compreensão e o aprendizado do que interferências precipitadas ou conselhos.

As técnicas não-diretivas foram empregadas pela primeira vez no mais alto escalão do Movimento, nos treinamentos que precederam o estabelecimento de novos *sistemas*. O passo seguinte foi bem lógico: usar os mesmos métodos no nível dos sistemas, na preparação dos monitores para a divisão de tarefas. Finalmente, a não-diretividade tornou-se a norma básica para governar as discussões nas comunidades, quando os camponeses examinavam algum aspecto de sua situação de vida na presença de monitores ou de um supervisor. Assim, gradativamente, o Movimento desenvolveu um conjunto de técnicas, aplicadas em todos os níveis da organização, que derivou das dinâmicas de grupo e que o MEB veio a enxergar como sendo particularmente seu. Nos treinos de monitores, por exemplo, as equipes locais eram induzidas a usar uma série inteira de técnicas de grupo. Tinha de haver discussões em mesa redonda, onde cada participante falava por volta de alguns minutos; sociodramas, onde se pedia aos participantes para atuarem em vários papéis sociais que parecessem relevantes para o seu futuro trabalho; painéis de discussão, que dividiam os alunos em “grupos de verbalização” ou “grupo de observação”, com o primeiro discutindo um tema e o último avaliando a discussão no final – seguido de uma inversão de papéis; pequenos grupos de estudo; e, finalmente, a plenária, para juntar, ao final do treinamento, as várias experiências dos participantes. A ajuda de audiovisuais e técnicas de avaliação era muito valorizada.⁴¹⁸

MUDANÇAS NA INTERPRETAÇÃO DA NÃO-DIRETIVIDADE

Há pouca dúvida de que durante os dois primeiros anos de existência do MEB – digamos, ao menos até a época do I Encontro de Coordenadores, em dezembro de 1962 – essas técnicas eram usadas pela liderança para alcançar metas bem específicas. Eram os meios para um aprendizado mais efetivo e

418. MEB. O Monitor, p. 6 ss.

para a incorporação de novos membros ao Movimento. Mas, com o aumento na aceitação da nova ideologia populista, que dizia que somente as escolhas totalmente conscientes e livres das pessoas tinham validade moral (e política), as coisas que até ali haviam sido questões de pura técnica foram revestidas de um significado mais profundo. A consequência foi o gradativo aparecimento de certas contradições na nova posição, as quais não poderiam ser resolvidas satisfatoriamente. Embora essas contradições fossem geralmente experimentadas como problemas, não eram claramente compreendidas dentro do Movimento. Giravam em torno da incompatibilidade entre opiniões morais e políticas, fortemente defendidas, sobre a “realidade brasileira” e opiniões filosóficas sobre a natureza do homem e sociedade (desejada), por um lado, e a prescrição da completa liberdade de escolha para o povo, por outro lado e, paralelamente, em torno das diferenças entre não-diretividade como um meio para um determinado fim e não-diretividade como uma meta em si mesma.

A implicação lógica do populismo não-diretivo era que os técnicos do MEB seriam obrigados a aceitar totalmente seja lá o que fosse decidido pelo povo, depois de tê-lo ajudado a descobrir os vários cursos de ação abertos para ele. Então a já citada apostila, de antes de 1964, sobre o monitor, mencionava o seguinte entre os objetivos do treinamento: “fornecer dados que tornarão possível para o treinando verificar sua responsabilidade pessoal e seu papel na história. Isto o capacitará a escolher entre *aceitar a situação existente ou atacar pela raiz a situação injusta e desumana que ele sofre*”. [grifos meus]⁴¹⁹

Obviamente, ninguém no MEB esperava seriamente que os camponeses preferissem o *status quo*, e a sugestão de que isto era uma alternativa realista cheirava a auto-engano. A abertura para o tipo de mudança que o povo iria escolher era, no entanto, outro problema. Não há razão para duvidarmos de que havia pessoas que eram genuinamente relativistas sobre isto, embora frequentemente o corolário fosse a suposição (manifestamente desabonada) de que o povo, uma vez compreendidos os fatos, iria inevitavelmente escolher um curso de ação que fosse, em certo sentido necessariamente, “bom” ou “certo”. Mas muitos outros, especialmente aqueles que elaboraram opiniões um tanto específicas observando o trabalho com os *sistemas* presentes e a forma em que se desejava que as coisas evoluíssem, devem ter achado difícil manter uma posição que deixava o futuro inteiramente aberto,

419. Idem, p. 5.

que postulava o povo como única fonte e árbitro da sabedoria e da mudança. Por isso, surgiam tensões incômodas entre o ideal de homem totalmente autopromovido e o desejo de apresentar uma interpretação da realidade que iria “abrir uma perspectiva revolucionária”, frase que precedia imediatamente as informações da apostila que acabamos de mencionar.⁴²⁰

Parece que, no início, a tensão era simplesmente ignorada. As equipes que usavam técnicas não-diretivas durante os treinamentos ou visitas às comunidades, também apresentavam muitos fatos sobre a posição política e socioeconômica dos camponeses e sobre o mais amplo contexto nacional e mesmo internacional. Quando em face de novas “demandas” populares, eles agiam como se aqueles fatos tivessem sido sempre bem “objetivos”, totalmente livres das implicações que restringissem as escolhas. Por isso, escolheram ignorar suas evidentes avaliações subjetivas e o modo como essas avaliações inevitavelmente orientavam os camponeses para uma determinada direção. Esta “solução” do dilema estava ocorrendo antes do golpe, quando a conscientização significava bem especificamente “abrir uma perspectiva revolucionária” e quando se espalhava a esperança de realmente assistir à revolta do pólo dominado – e, do ponto de vista daqueles dias, pode-se entender bem que o elemento revolucionário tenha dominado o não-diretivo.⁴²¹

Gradativamente, no entanto, as objeções populistas a este procedimento, basicamente diretivo, ganharam reforços. O questionamento das táticas revolucionárias começara pouco depois da derrota dos cristãos na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em dezembro de 1963. Depois, o golpe removeu totalmente qualquer obstáculo remanescente para a não-diretividade populista que estava perfeitamente pronta para ser aplicada, uma vez que, para qualquer efeito prático, reduziu as chances de sucesso revolucionário a zero – ao menos num futuro próximo. É mais que provável que este fato em si explique bem porque a balança pendeu para o outro lado. Assim, a tentativa seguinte de resolver o dilema insolúvel chegou perto, por um instante, de sacrificar completamente a conscientização. Isto ocorreu quando o conceito de não-diretividade, no início aplicado somente como meio para atingir certas metas, tornou-se a própria meta e foi, finalmente,

420. "Para abrir uma perspectiva revolucionária" poderia ser visto como o primeiro degrau da mobilização política, "que fornece um mínimo de informação" (NETTL, J. P. Op. cit. p. 199). Nettl acrescenta: "A informação em questão será, e terá que ser de fato, crua e a maneira de comunicá-la, intensa e repetitiva se quiser ter sucesso em alcançar seus propósitos: a adesão à não-diretividade populista torna a mobilização política extremamente difícil".

421. Ver a primeira hipótese geral sobre populismo, cap. 5.

ampliado para cobrir também fatos contextuais. Os técnicos do MEB, aos poucos, foram ficando parcimoniosos quanto aos próprios fatos: estes também tinham de ser “descobertos” em processo de aprendizado livre; fornecê-los sem que fossem solicitados também veio a ser visto como massificação.

Os fatos podem ser neutros mas, na maioria dos contextos, sua afirmação não o é. No entanto, alguns são melhores, ou mais objetivamente, estabelecidos que outros. E é apenas quando certos tipos de fatos estão disponíveis que determinadas decisões tornam-se possíveis. Ser parcimonioso com os fatos pode ser ‘funcional’ para o aprendizado; as coisas descobertas depois de grande esforço são mais valiosas para o indivíduo, menos propensas a serem esquecidas e mais tendências a serem utilizadas. Mas a aquisição de novo conhecimento sobre o mundo é muito menos sujeita ao processo psicológico de defesa e rejeição do que o aprendizado e o desaprendizado de crenças e atitudes, que colocam o indivíduo em relação com o mundo. E, com a forma cognitiva de aprendizado, não custa muito para que a perda de tempo, a confusão e a ineficiência dos métodos vagos comecem a pesar mais do que os ganhos a serem adquiridos com a não-diretividade. No caso do MEB, os escrúpulos populistas excessivos sobre a informação de fatos tornou a conscientização substancialmente mais difícil e, além do mais, num momento em que as circunstâncias políticas no país tornaram-na muito difícil de ser sequer iniciada. Talvez isto seja, em algum inesperado sentido, ‘funcional’: mantinha os encontros funcionando, de qualquer maneira, sem propósito prático – já que, de qualquer modo, havia muito pouco que pudesse ser cumprido na prática.

O MEB aprendeu aos poucos que tinha de viver de algum modo com as contradições que brotaram de seu desejo por mudança e sua preocupação com a não-diretividade populista, que nenhuma solução para o dilema era possível além de alguma forma de compromisso entre as duas posições. No restante deste capítulo e nos dois capítulos seguintes, será examinada uma série de situações, algumas encontradas durante o trabalho de campo efetivo, algumas reconstruídas a partir de entrevistas e documentos, que ilustram o problema mais central que o dilema inerente à conscientização não-diretiva constituía para o Movimento, do mais alto ao mais básico nível da organização.

III ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES

Em abril de 1966, durante o período de trabalho de campo para este estudo, aconteceu um grande encontro de coordenadores (o primeiro depois do golpe) para discutir os acontecimentos desde 1964 e examinar o futuro do

Movimento. A situação no momento do encontro era extremamente grave. Por um lado tornou-se claro que o Ministério de Educação estava cada vez mais relutante em financiar um esforço considerado ‘subversivo’ por muitos, tanto nas Forças Armadas quanto no SNI (Serviço Nacional de Informações, o serviço brasileiro de contra-inteligência). Por outro lado, havia um desejo crescente de parte da hierarquia de subordinar os sistemas, até ali controlados pelo Nacional, mais diretamente aos respectivos bispos diocesanos: uma evolução conhecida no Movimento como sua diocesanização. Se esta evolução acontecesse, resultaria, argumentava-se, na perda da perspectiva comum, ideologia e programas de ação – isto repartiria o MEB em um número de MEBzinhos, cada um com sua própria visão sobre a tarefa em mãos. Foi muito difícil manter algo da direção progressista no Movimento após o golpe; com o poder do Nacional reduzido, poder-se-ia esperar que muitos bispos locais impusessem uma orientação hesitante, excessivamente zelosa, paternalista e enfaticamente anti-revolucionária. O MEB iria, mais uma vez, reduzir-se àquilo que lutou tanto para superar: um mero paliativo.

Cerca de uma semana antes do encontro, que devia durar pelo menos uma semana, iniciaram-se discussões no Nacional visando à mecânica de sua realização. Logo houve o consenso de que seria necessário, no estágio preliminar do encontro, que cada sistema apresentasse uma avaliação atualizada de sua eficiência no campo e dos principais obstáculos para o cumprimento de suas tarefas, no relacionamento com autoridades civis e militares e com a Igreja e, no final, a avaliação das atitudes dos camponeses com relação ao MEB naquele momento. Mas, dali em diante, essas reuniões preparatórias – das quais participei, juntamente com os membros do Nacional – produziram muitas desavenças sobre procedimentos. As desavenças giravam essencialmente em torno da questão da não-diretividade. Alguns, principalmente os membros mais progressistas da Equipe Técnica, interpretavam não-diretividade pela perspectiva da ideologia populista. Naquelas circunstâncias, queriam a mínima ‘interferência’ possível do Nacional: além disso, argumentavam que, especialmente em vista da gravidade da crise, os participantes deveriam submeter-se à ‘experiência educacional’ de descobrir aos poucos por si e para si mesmos os fatos essenciais e inevitáveis sobre a situação do MEB naquele momento. Outros apontavam para as limitações deste procedimento e para o ‘alto custo’ de serem parcimoniosos demais no relato dos fatos.

Quase todos acreditavam que o encontro teria de optar entre dar por encerrado o Movimento ou continuar a trabalhar sob a constante ameaça de

ter que abrir mão de um número cada vez maior de seus princípios para sobreviver. Acreditavam que essa decisão teria de ser baseada numa compreensão clara das esperanças do MEB até 1964 e da frustração de muitas dessas esperanças durante os dois anos que haviam decorrido desde o golpe, e levantou-se uma questão sobre se não se deveria apresentar um “esquema” de discussão para assegurar que se chegaria a essa compreensão. Embora esta idéia tenha sido descartada pelo Nacional depois de muito debate – os mais radicais discordavam por considerar isso como o primeiro passo para a massificação – permaneceu a preocupação de que um encontro demasiadamente não planejado pudesse “atolar-se” antes de chegar sequer a começar a tratar seriamente as questões realmente importantes.

Durante as discussões preparatórias, consideraram-se as expectativas atribuídas aos participantes. Especialmente para aqueles que estavam desde o início, essas expectativas provavelmente derivavam da identificação das técnicas de não-diretividade com a verdadeira essência do método peculiar do MEB e, pode-se acrescentar, justificadas pelo compromisso ideológico com o populismo. Por isso, supôs-se que os representantes dos sistemas, e talvez até dos estaduais, iriam provavelmente considerar qualquer agenda de discussão proposta pelo Nacional como limitação de sua liberdade para decidirem por si mesmos o modo de conduzir o encontro. Todos os seus treinamentos os condicionaram a esperar esta liberdade: se os planos para organizar o encontro e sua agenda fossem apresentados a eles já prontos, eles iriam certamente reclamar da massificação. Novamente, no entanto, os que estavam preparando o encontro lembraram-se de questões importantíssimas que tinham de ser conduzidas. Massificação ou não, os participantes estariam certos de reclamar no final, se o Nacional deixasse que as reuniões caíssem na desordem.

Esses, então, eram sinais evidentes da tensão entre as exigências de eficiência e do exercício de um mínimo de autoridade da direção, por um lado, e as demandas da ideologia não-diretiva, da visão do MEB como um “modo de vida” mais do que como organização burocrática, de outro. Estas tensões estavam, incidentalmente, também presentes dentro do Nacional. Alguns expressavam seus pontos de vista privadamente (também durante as preparações para o encontro) de que as decisões finais seriam de qualquer modo tomadas de cima e que todo o processo de consultar e juntar as propostas políticas no final esbarrava na autoridade do CDN e do secretário-geral. No entanto, era impressionante como eram honestamente feitas, pelas

pessoas envolvidas, sucessivas tentativas para resolver esses dilemas, obviamente insolúveis, de conciliar autoridade com populismo, ou eficiência com participação. Além do mais, é bom salientar que a luta pela manutenção dos princípios práticos e teóricos do Movimento, como apareceu nessas preparações, não era de modo algum excepcional. Ao contrário: era um aspecto sempre conflituoso em todos os níveis, em quase todas as situações que eu testemunhei durante o período de trabalho de campo.

Enquanto o conceito de não-diretividade era geral no MEB, as pessoas mais propensas à batalha por liberdade total e democracia de baixo para cima, e a levantar o clamor contra a massificação cada vez que consideravam uma proposta ou disposição da liderança com atentado a esses princípios, tendiam a ter certas características diferentes. De um lado, esses eram os que, mesmo que nunca tivessem sido membros da AP, ao menos aderiam entusiasticamente ao ponto de vista populista do período anterior ao golpe. Por outro lado, essa não-diretividade extrema era normalmente proclamada com mais vigor pelos que não estavam, em nenhum nível em particular ou em qualquer ocasião específica, em posição de responsabilidade. Isto parecia ser verdade, apesar do fato de que, nos níveis estaduais e locais, havia grande rotatividade de funções e tomadas de decisão completamente democráticas dentro das equipes.

Durante a realização do encontro, essas correlações nos dois sentidos eram claramente visíveis. A abertura oficial foi feita por um dos membros da Coordenação Nacional, com um discurso que enfatizava a necessidade de informação e ajuda dos *sistemas*, representados no encontro por cerca de 20 participantes. Depois, foi apresentado o programa e falou-se brevemente sobre a gravidade das decisões a serem tomadas (confirmação ou encerramento do Movimento); em meia hora, o programa estava aceito sem discussão. Os coordenadores de dois estaduais, pessoas cuja tarefa usual, em suas bases, era manter o funcionamento, fizeram sugestões que importavam uma ordem mais restrita na reunião do que as propostas do Nacional. Imediatamente dois membros da Equipe Técnica justificaram a liberdade, referindo-se à necessidade de espontaneidade e de se trazer à tona as diferentes facetas da realidade local do MEB. A isto o coordenador estadual retrucou: “Isto é psicologicamente muito bonito, mas será realmente viável e útil na presente circunstância?” O grupo logo concordou em colocar um esquema de discussão no quadro negro, mas a Equipe Técnica insistiu em que todos deveriam sentir-se livres para não segui-lo. Uma lista de dados necessários,

conforme o discutido nas reuniões preparatórias do Nacional, foram então colocados no quadro; de fato, aquele esquema veio a ser seguido na apresentação do relatório de cada sistema sobre a situação em sua área. Esse processo deve ter desagradado aos membros da Equipe Técnica que haviam rejeitado veementemente as sugestões originais de estruturação e, durante o primeiro dia do encontro, houve muito ressentimento expressados em freqüentes alegações de massificação, manifestadas principalmente em particular.

O encontro durou dez dias. Revendo suas deliberações pode-se concluir que se conseguiu efetivo equilíbrio entre a estrutura imposta e a anarquia populista, levando a resultados bastante consideráveis, embora talvez menos impressionantes quando vistos do vantajoso ponto de vista retrospectivo. Durante os três primeiros dias, cada participante apresentou um resumo da situação em seu sistema ou estado. Isso revelou (um fato bem conhecido pelo Nacional) diferenças substanciais de abordagem e circunstâncias entre os *sistemas* que operavam nas diversas partes do país. Essas variações eram resultado da defasagem no estabelecimento dos sistemas e da conseqüente falta de experiência e sofisticação das equipes fundadas mais recentemente. Estavam também relacionadas com as diferenças de condições políticas e sociais, incluindo-se as visões dos bispos locais, e com as condições que afetavam o grau em que as equipes haviam aderido aos princípios políticos progressistas e populistas das equipes e se emancipado da supervisão direta do clero.

A maior divisão no Movimento dava-se entre os *sistemas* estabelecidos mais recentemente no Norte e os mais antigos *sistemas* do Nordeste e Centro-Oeste. Os primeiros trabalhavam em áreas onde o latifúndio e estruturas sociais e políticas a ele associadas eram relativamente raras e onde antes de 1964 havia comparativamente menos agitação política. Os últimos operavam principalmente em áreas onde a exploração dos camponeses era mais severa; estavam mais profundamente envolvidos na evolução progressista do Movimento durante os últimos dois anos antes do golpe e, durante esse tempo, já haviam se jogado de corpo e alma na “abertura de uma perspectiva revolucionária”. Seus representantes estavam mais preocupados, durante o encontro, com as restrições ao trabalho do MEB e com o desgaste de sua influência; eram os que menos queriam comprometer-se com as autoridades, fossem elas civis, militares ou eclesiásticas; eram muito mais inflexíveis quanto à necessidade de união nacional e muito francamente contra a diocesanização. A maioria dos coordenadores do Norte, por outro

lado, começou muito mais inclinada a ressaltar os aspectos educacionais do trabalho do Movimento, em vez de ver a conscientização como o primeiro passo em direção à mudança estrutural. Eles também ressaltavam os empreendimentos passados e a continuação de futuros benefícios potenciais do trabalho do MEB, mesmo para os alunos das escolas radiofônicas que poderiam alcançar mobilidade social pela alfabetização. Estavam, enfim, muito menos preocupados com a probabilidade da frustração das aspirações progressistas.

No final da apresentação de cada *sistema* do resumo de suas conquistas e dificuldades, membros da Equipe Técnica apresentaram um sumário dos pontos-chave; o plenário foi então dividido em quatro grupos pequenos. Foi aí que os participantes puderam realmente confrontar-se pela primeira vez e os princípios de não-diretividade foram mais efetivamente expressivos. As discussões estenderam-se por todo o dia e, embora as conclusões dos quatro grupos apontassem na direção do anseio de continuar as atividades do Movimento, nem todos demandavam igualmente a salvaguarda estrita da pureza ideológica e liberdade prática de ação. Estas divergências resultaram, ao menos em parte, do fato que se tornou óbvio durante as sessões plenárias seguintes: a maioria dos novos coordenadores não havia digerido claramente muitos dos princípios mais gerais da *visão de mundo* do Movimento – e isto era especialmente verdadeiro quanto aos aspectos em que o populismo do MEB se expressava praticamente. Como conseqüência, gastou-se um tempo substancial do encontro em tentativas dos membros do Nacional e de um dos coordenadores estaduais para esclarecer esses assuntos, especialmente os que visavam o compromisso do MEB com as transformações de base na sociedade brasileira. Esses líderes, mais recentemente recrutados no Norte (um deles era um padre e outro uma freira, situação bem excepcional no Movimento),⁴²² também acharam difícil entender a insatisfação de muitos outros membros com as suas ligações estruturais com a hierarquia: ao contrário desses outros, eles não se sentiam dependentes dos bispos, em geral muito mais cautelosos do que eles próprios.

No quinto e no sexto dia do encontro, ficou então visível que havia consideráveis diferenças de opinião com relação a certas questões essenciais. Essas diferenças surgiram mais claramente, uma vez que o Nacional e os coordenadores estaduais pararam de intervir por meio de informações e

422. Havia um outro padre na reunião, representando um sistema do Nordeste; todos os outros em posição de liderança no Movimento eram leigos.

orientações, deixando a reunião encontrar seu próprio caminho, conforme os estritos princípios de não-diretividade. Os participantes, em certo sentido, se fecharam; e as vozes dos dissidentes – representados principalmente pelos dois coordenadores religiosos do Norte – por um momento dominaram os procedimentos. O resultado foi uma tremenda confusão, uma completa falta de clareza a ponto de colocar o risco de que nenhuma decisão sobre o futuro pudesse sair desse encontro. Novas reuniões de pequenos grupos e confrontações pessoais mais diretas seguiram-se, intercaladas por sessões plenárias.

Daí, então, tornou-se possível discernir, na realidade concreta do encontro, os benefícios e as limitações práticas da não-diretividade. Como uma sessão seguia-se à outra, aos poucos foi surgindo consenso em meio a liderança do topo do Movimento (o Nacional e os estaduais) de que o encontro deveria re-orientar-se em direção à adoção de algum relatório formal. Esse relatório deveria deixar claro para os bispos do CDN – que ainda eram as autoridades máximas na organização – as visões dos técnicos do MEB sobre seu futuro. Deveria explicar em poucas palavras as condições nas quais eles gostariam de continuar trabalhando no Movimento – condições que rejeitassem a diocesanação e reafirmassem a tarefa do Movimento de ajudar, por meio da conscientização dos camponeses, a efetuar as transformações estruturais básicas na sociedade brasileira.

Mas o surgimento de um consenso sobre a necessidade de uma declaração não atestava uma visão comum de suas conseqüências. Alguns dos ocupantes dos altos escalões, principalmente gente diretamente familiarizada com a situação nas regiões onde a reação ao golpe tinha sido mais violenta, chegaram à conclusão de que somente um milagre poderia salvar o Movimento e de que o encerramento das atividades se tornara verdadeiramente inevitável. Em sua maneira de pensar, continuar o trabalho do MEB, segundo as idéias básicas desenvolvidas nos cinco anos de existência, tornara-se impossível pelas condições políticas do país. Para eles, a declaração prevista serviria para reafirmar seus princípios face as disparidades predominantes do momento, para conservar o senso de integridade, evitar compromissos considerados vergonhosos e ser o prelúdio do fechamento do Movimento como organização nacional.

Outros membros da cúpula, porém, estavam mais relutantes em enxergar isto. Acreditavam que o MEB ainda pudesse ter um papel genuinamente positivo, ou que a continuidade da existência de um quadro nacional de

educadores em contato com os camponeses seria, em si mesma, tão útil que pouco importava se produzisse poucos resultados diretos. Para eles, a declaração formal tinha como objetivo protelar desgastes futuros da capacidade de agir; e, no mínimo, serviria como instrumento de barganha frente aos bispos ou ao Ministério da Educação. Os dois grupos, porém, deram-se conta de que a reunião não chegaria a produzir essa declaração se fosse conduzida por meios não-diretivos.

Por isso, era necessária uma orientação, apesar do fato de que as discussões dos últimos dias tivessem produzido, afinal, grande entendimento mútuo entre as duas correntes que haviam surgido entre os representantes dos sistemas. De um lado, estavam os sistemas que sentiam que, sem o suporte da autoridade central forte do Nacional, suas atividades seriam deformadas pelo poder eclesiástico local em direção a uma linha politicamente mais neutra e a grande ênfase na instrução religiosa. De outro lado, estavam os *sistemas* (a maioria do Norte) que acreditavam que se poderia fazer trabalhos muito úteis mesmo se, como MEBzinhos, eles tivessem que se manter separadamente. Os primeiros, como resultado daquelas discussões intermináveis, chegaram a uma compreensão mais genuína das condições bem diferentes sob as quais os *sistemas* do Norte operavam e, conseqüentemente, tornaram-se mais tolerantes para com a abordagem deles, enquanto os nortistas, aos poucos, aprenderam a identificar-se com o Movimento como um todo e, por isso, moveram-se em direção a um desejo de se juntar às demandas plausíveis de manutenção de uma unidade nacional e de uma autoridade central executiva leiga. Mas, é bom que se repita, sem uma direção positiva, esta demanda não se articularia.

No oitavo dia de trabalho, uma reunião do Nacional com os estaduais analisou essa situação. Examinaram a ausência, de fato, de unidade nacional e discutiram exaustivamente se, e como, os sistemas poderiam ser persuadidos a aceitar unanimemente uma declaração comum. Durante essa reunião, várias estratégias foram discutidas, apesar dos protestos contra a ameaça de massificação, especialmente de dois membros da Equipe Técnica, que continuavam dizendo que os participantes deveriam “descobrir” inteiramente por si mesmos a direção da ação apropriada e que qualquer direcionamento ou suave persuasão vinda de cima resultaria num encontro sem argumentos “verdadeiros” e sem adesão “total e consciente” às idéias expressadas. Este ponto de vista era talvez extremo, mas influenciou os outros o suficiente para promover um compromisso no qual o elemento não-diretivo mais uma vez predominou. Ficou decidido que os participantes seriam divididos em três grupos, mais homogêneos em termos de perspectiva do que aqueles que se formaram ante-

riormente, para discutir, na presença dos membros do Nacional, exatamente o que era compreendido como unidade nacional e como ela poderia ser defendida. Mas antes de começarem suas deliberações, direcionaram os grupos para a necessidade de alcançar uma posição unida e forte frente ao CDN, uma velada persuasão sobre os interesses da liderança nacional que foram expostos admiravelmente por uma das pessoas que com mais tenacidade havia defendido o maior grau de não-diretividade.

O compromisso deu resultado: os três grupos chegaram a conclusões bem similares, que deram base para uma declaração facilmente redigida e sinceramente assinada por todos e dirigida ao CDN. É de grande interesse reproduzir esta declaração inteira:

1. Nós entendemos o MEB como um movimento educativo que se identifica com as aspirações do povo brasileiro e é baseado numa unidade nacional de estrutura, metodologia e linha de trabalho.
2. Nós consideramos que dentro das atuais estruturas do MEB existem contradições básicas, relativas à interpretação de seus objetivos e à utilização de seus meios, entre a hierarquia e os leigos profissionalmente engajados no Movimento.
 - a) Que a interpretação da linha do MEB, tal como é vivida pelas equipes e consolidada neste III Encontro de Coordenadores, só pode ser mantida nos sistemas se eles puderem contar com a cobertura e o apoio da estrutura nacional existente;
 - b) Que é certo que a experiência do MEB – que tem sido uma resposta a um conjunto de problemas de âmbito nacional – não prosseguirá plenamente, nem seus objetivos serão realizados, se o Movimento se fragmentar em esforços somente locais.
3. Portanto, concluímos que é necessário manter a unidade nacional quanto à linha de trabalho, à estrutura e à metodologia, embora não necessariamente quanto às finanças. Essa unidade deverá ser feita através de uma Coordenação Nacional que mantenha sua autonomia administrativa geral, e que garanta a centralização dos esforços e uma perspectiva de trabalho unificada.

Os resultados de dez dias de trabalho difícil, com horas de discussões, às vezes aparentemente sem sentido, foram a formulação de uma unidade de propósito, compromisso comum e sentido de identidade entre o conjunto de coordenadores, muitos dos quais haviam começado preocupados quase que exclusivamente com seus próprios sistemas. Produziram também o desafio mais direto dos leigos aos bispos na história do Movimento.

Mas, depois de todo o exaustivo trabalho, o resultado tornou-se bastante vazio; em parte, por causa da ambigüidade que restava a respeito do propósito da declaração. Já se viu que havia pelo menos duas interpretações quanto às prováveis (e desejáveis) conseqüências do envio dessa mensagem para o CDN. A unidade do Movimento não avançara o suficiente para assegurar a clareza ou a concordância na maneira de proceder no futuro e, como resultado, a direção efetivamente dada aos eventos não correspondeu às esperanças dos proponentes de qualquer das interpretações. Alguns meses depois do encontro, o Movimento tinha encolhido a ponto de se tornar quase irreconhecível. E foram os *sistemas* do Nordeste e Centro-Oeste do país que desapareceram, aqueles em que existiam focos do radicalismo no Movimento e que mais haviam relutado, durante o encontro, em sacrificar qualquer dos princípios do MEB – na teoria e na prática – em prol da sobrevivência. Em poucos meses, também, os bispos diocesanos já haviam levado longe, no rumo da diocesanização, os remanescentes do Movimento.

Afinal, todos os esforços do III Encontro fizeram pouca diferença no curso dos eventos. Embora seus participantes tivessem optado contra futuros comprometimentos, eles também escolheram continuar, naquele momento, como organização nacional. Mas, como indica a conclusão do capítulo anterior, uma vez que os *sistemas* do Nordeste e Centro-Oeste encerraram suas atividades, o centro de gravidade deslocou-se para o Norte. Isto trouxe a mudança de ênfase nas idéias salientadas e nas atividades assumidas pelo Movimento – uma mudança que, à luz das deliberações do encontro, só podia ser vista como concessão. Para a sobrevivência do MEB, este compromisso era necessário; no processo, porém, o Movimento perdeu algumas de suas características mais evidentes.

A não-diretividade na elaboração de decisões e a verdadeira participação de todos os níveis na formulação de políticas tinham de ser ajustadas, de algum modo, às estruturas autoritárias internas e às circunstâncias externas. A falta de consciência do peso disto poderia levar a um falso sentimento de conquista; mas a própria maneira pela qual as decisões foram tomadas não garantia que elas fossem implementadas. No final, foram as estruturas institucionais e os pesos relativos do poder dos bispos, do governo e dos leigos o que determinou o futuro do Movimento. Apesar de persistências muito significativas, o rumo tomado depois de 1966 significou claramente o sacrifício das idéias e do engajamento do passado.

12. POPULISMO E NÃO-DIRETIVIDADE NAS ZONAS RURAIS I O Panorama em Franqueira

Para examinar a maneira pela qual o populismo e a não-diretividade foram implementadas pelas pessoas que efetivamente trabalhavam com os camponeses e as dificuldades práticas que tiveram, é necessário voltarmos a uma discussão mais detalhada das experiências de um *sistema*, situado no sertão do Nordeste, operando em uma cidade chamada Franqueira.

Franqueira, município com uma área de mais de 5.000 km², em meados da década de 1960, tinha um centro urbano relativamente grande, com mais de 15 mil habitantes. Fica em uma região então caracterizada por relações patrão-dependentes mais ou menos tradicionais e que continuava a ser um baluarte do *coronelismo*. A vida da cidade era dominada, política e economicamente, por uma família, os Barretos. Eram os proprietários das duas únicas fábricas locais importantes, que empregavam algumas centenas de pessoas, e do maior estabelecimento comercial da cidade – que, na ausência de banco, também preenchia importantes funções de crédito. Eram donos do sistema de alto-falantes, que cobria a área central de Franqueira com um canal contínuo de música, publicidade e notícias e tinham a imprensa local sob seu controle. Estavam envolvidos em vários outros empreendimentos, além da maior firma de engenharia e construção da região. Desnecessário dizer que os Barretos eram também grandes latifundiários. Eles eram proeminentes na política, ocupando posições de poder nos níveis municipal, estadual e até nacional. As ramificações da família nos domínios públicos merecem ser apresentadas extensivamente.

O coração do clã consistia de um grupo de irmãos. No tempo do meu trabalho de campo, a maioria deles ocupava alguma posição de poder político. Um irmão, o diretor da indústria da família, ocupava o cargo de secretário

da Câmara de Desenvolvimento Regional — uma instituição federal. Outro era o prefeito de Franqueira. Um era o presidente da Câmara Municipal. Outro era deputado estadual por Franqueira. O último era muito influente na política estadual. Eles estavam cercados por ‘satélites’ externos, alguns parentes, outros não. Neles, incluíam-se um cunhado, o cabeça da firma de engenharia e construção (que havia sido prefeito alguns anos antes), e um par de irmãs que eram primas em primeiro grau dos Barretos: ambas eram professoras e dirigiam o sistema educacional da cidade – uma diretora da escola primária e a outra diretora de todo o ensino médio.

NÃO-DIRETIVIDADE NO NÍVEL DAS EQUIPES

O MEB de Franqueira⁴²³ foi organizado durante a segunda metade de 1962.⁴²⁴ Era subordinado à Estadual da região, que organizou o treinamento para a equipe original e que geralmente agia como mediador com o Nacional⁴²⁵. Durante os primeiros estágios, a não-diretividade como técnica e o populismo como ideologia ainda não tinham desenvolvido raízes profundas no Movimento. No início, os membros da equipe eram indicados por padres ou bispos; os monitores eram selecionados pela equipe por seus supostos talentos para ensinar (boa parte deles eram professores das escolas locais), sem consulta significativa aos membros da comunidade envolvida. Os monitores eram vistos como líderes potenciais. Durante o primeiro ano, as atividades eram concentradas na alfabetização e ‘conhecimentos gerais’: uma mistura de higiene, ciência doméstica, técnicas agrícolas e civismo. Logo ficou claro, porém, que as pessoas não estavam respondendo aos programas sobre estes

423. A decisão de trabalhar durante quinze dias com as equipes do MEB de Franqueira foi tomada depois de uma extensa discussão com os membros do Nacional e dos estaduais envolvidos. Esta decisão não foi acatada porque o sistema foi considerado "típico" ou "representativo" do Movimento como um todo em 1966: nenhum sistema poderia ser típico do Movimento como um todo, com tantas experiências diversas. Mas a conclusão pareceu justificada pelo fato de o MEB de Franqueira apresentar muitas características que iriam elucidar muitas das questões mais interessantes e importantes: relações com as autoridades civis e eclesíásticas, desenvolvimento e dificuldades do trabalho com o povo e a grande identificação com a linha de teoria e ação proclamada nacionalmente.

424. O relatório histórico que se segue é baseado principalmente em duas entrevistas coletivas com a equipe, que duraram três horas cada uma, realizadas no final da minha estada, dia 2 de junho de 1966. Foram feitas verificações da realidade mais tarde, por meio do exame de evidências documentais (cartas, minutas de treinamento etc.) e por meio de entrevistas individuais posteriores.

425. Ninguém do Nacional visitou o MEB de Franqueira nos quatro anos entre sua fundação e meados de 1966: todos os contatos com membros do Nacional aconteceram ou durante os treinamentos na Estadual ou durante visitas individuais de membros da equipe local à sede estadual ou nacional.

assuntos. O conteúdo das aulas de conhecimentos gerais não os atraía; não correspondia às suas reais necessidades e não estimulava novos interesses. As preocupações imediatas da comunidade eram diferentes das discutidas pelo rádio.

A situação mudou por etapas. Primeiro, a equipe local teve de aprender mais sobre “necessidades reais” dos camponeses e como interpretá-las à luz das instituições sociais, econômicas e políticas existentes. Isto aconteceu principalmente como resultado dos treinamentos conduzidos pela Estadual, onde a “descoberta da realidade brasileira” e a necessidade de enxergar essa realidade pela perspectiva dos camponeses – fundamentos essenciais do populismo – ganharam ênfase, do início de 1963 em diante. Simultaneamente, as sessões de dinâmica de grupo estavam sendo assiduamente aplicadas nesses treinamentos, ao menos em termos de certas técnicas usadas ou para atingir uma meta (predeterminada) ou para fazer que a equipe compartilhasse das visões da Estadual. Uma coisa e outra alertaram a equipe local para a necessidade de uma mudança na orientação. As aulas de conhecimentos gerais foram interrompidas. No seu lugar, a equipe, pelos contatos pessoais, mantinha sua receptividade face aos diferentes problemas de cada comunidade e ao anseio de ajudar essas comunidades a se organizarem para a ação com o intuito de mudar as próprias circunstâncias.⁴²⁶

Mas a alteração rumo a uma orientação comunitária, ao populismo e à não-diretividade ocorreu com certa dificuldade. Durante quase todo o ano de 1963 e os primeiros meses de 1964, havia desavenças entre o MEB de Franqueira e a Estadual. A maioria das experiências anteriores dessa Estadual realizara-se na Zona da Mata, com seus trabalhadores rurais proletarizados, com seu capitalismo agrário altamente explorador, com seu sindicalismo crescendo rapidamente e com a total falta de terra para os camponeses. Os membros da Estadual não podiam ajudar muito por estarem muito influenciados pelas circunstâncias imediatas. Seus contatos mais freqüentes eram com os que trabalhavam com o proletariado dos engenhos de açúcar ou com as pessoas que trabalhavam com os milhares de migrantes nas favelas das cidades. Por isso, o cerne dos problemas da “realidade brasileira”, na medida em que não era visto em relação à exploração estrangeira, era, freqüentemente, formulado em termos relevantes à estrutura da Zona da Mata e derivado das

426. É importante lembrar que, no Movimento como um todo, este foi o período em que a educação para o sindicalismo estava começando a adquirir importância.

necessidades ou demandas dos trabalhadores rurais de lá. A mudança era vista como intimamente ligada a reforma agrária, sindicalismo e especialmente politização.

Para a equipe de Franqueira, todas estas coisas eram muito remotas. Mas, no primeiro ano de operação, a maior parte daquilo lhe tinha sido “não-diretivamente empurrada goela abaixo”, nos treinamentos feitos pela Estadual. Como resultado, a primeira mudança desde as fracassadas lições de conhecimentos gerais foi a tentativa de aproximação à realidade dos camponeses, mas que de fato não conseguiu logo provocar maior entusiasmo – porque falhou completamente na referência à “realidade” que eles estavam vivendo. Aos poucos – na segunda fase – a equipe local começou a resistir à abordagem proposta pela Estadual. Alegava que as preocupações dos camponeses de sua área estavam, até agora, muito longe do sindicalismo combativo ou da reforma agrária e que muito trabalho de base teria de ser feito, antes que quaisquer destes assuntos pudessem ser impingidos aos camponeses e, mais ainda, antes de poderem brotar espontaneamente deles próprios. Como recompensa por seus esforços, a Estadual chamou o MEB de Franqueira de “alienado”.

Embora errônea, essa apreciação era no mínimo compreensível. Nesse período, o interesse inicial da coordenação estadual era transmitir aos outros a consciência da estrutura e das dinâmicas da ‘realidade brasileira’ que eles próprios tinham acabado de descobrir (é necessário lembrar que a experiência coletiva significativa do MEB, neste aspecto, foi o I Encontro Nacional de Coordenadores, de dezembro de 1962). A fusão de dinâmica de grupo e populismo ainda não estava sendo posta em prática, principalmente porque o populismo estava apenas surgindo como ideologia articulada, embora a massificação estivesse já começando a ser considerada um abuso. A equipe de Franqueira, recordando aqueles tempos, lembrou-se de como os membros do Nacional, em suas participações nos treinamentos da Estadual, já no fim do ano de 1963, valorizavam a não-diretividade. Para a Estadual, no entanto, não-diretividade, naquele momento, parece ter sido ainda pouco mais do que uma coleção de técnicas aprendidas do Nacional, que se supunha melhorarem os resultados dos treinamentos. Um dos meios usados era o método do painel.

Eles faziam a gente reunir-se em um painel e nos diziam para discutir algum assunto ou idéia, muitas vezes alguma coisa da qual a gente não sabia quase nada. Por exemplo: ‘discutam o conceito de burguesia’. Que

diabo a gente sabia sobre burguesia? Então a gente ficou muito chateado com essas discussões em painel. O pior era que a liberdade dessas discussões era só aparente: os que estavam dirigindo o treinamento sabiam exatamente onde queriam chegar, e nós chegávamos direitinho na conclusão que eles queriam.⁴²⁷

Mas a equipe local lutou por seus próprios pontos de vista e por seu direito de ser diferente à luz das realidades do sertão, realidades que tinham sido descobertas no confronto dialético com as idéias, expressas pela Estadual, derivadas da realidade da Zona da Mata. Neste sentido, aos poucos chegaram a verdadeira compreensão da situação do povo de sua área. Também evoluíram para a integração das idéias de não-diretividade e populismo, principalmente como resultado da confrontação com a Estadual, algum tempo antes desta mesma lá chegar. Importantes nesta conexão foram a natureza menos explosiva da situação na área de Franqueira e o relativamente menos intenso engajamento com a mudança revolucionária por parte dos técnicos locais do MEB, que assim puderam aceitar mais facilmente as implicações de não-diretividade populista.⁴²⁸

Como resultado dos conflitos sobre esses assuntos entre a Estadual e Franqueira (e também outros *sistemas*), a abordagem da Estadual modificou-se: as tentativas de manipulação diminuíram no início de 1964 e logo cessaram completamente. Novamente as circunstâncias políticas depois do golpe facilitaram bastante esta alteração, que tinha sido iniciada quando emergiram os aspectos negativos da “corrida (bem diretiva) para os sindicatos”. Essa exigência de não-diretividade vinda de baixo foi reforçada de cima pela ideologia populista, que alcançou a maturidade completa no Movimento pouco depois do golpe. Nos dois anos seguintes, o horror à massificação aumentou até assumir as proporções extremas (até ‘fatos’ tinham de ser descobertos ou investigados) examinadas no capítulo anterior. Isto também ocorreu em Franqueira. Apesar das dificuldades que surgiram nas tentativas de implementação das idéias de não-diretividade entre os técnicos do Movimento, os resultados gerais foram sem dúvida positivos. Um grupo de pessoas acabou aprendendo a pensar por si mesmo e a deixar os outros fazerem

427. Da entrevista coletiva de 2 de junho.

428. Este fato é consistente com a primeira e segunda hipótese geral sobre populismo, como a formulei mais adiante, no capítulo 14, Conclusões. O contexto político de Franqueira proporcionava pouca esperança de uma participação próxima no poder, e ali não havia nenhuma ‘ameaça’ real de radicais não-populistas (“massificadores”).

o mesmo. Esse grupo foi incorporado em uma organização que acabou conseguindo assegurar um genuíno fluxo de idéias nos dois sentidos – deixando sempre aberto o canal de comunicação – e manter uma unidade geral de pontos de vista surpreendentes, considerando-se a vastidão do território coberto e as grandes diferenças de formação entre seus membros.

É necessário, agora, dedicarmos certa atenção à experiência da não-diretividade num último nível, o mais crucial, aquele do próprio povo. Para as diferentes equipes – local, estadual e nacional – a base da não-diretividade tinha de ser encontrada em técnicas derivadas da dinâmica de grupo. A relevância da ideologia populista era de fato indireta – ela, em um certo sentido, tinha reforçado o engajamento na não-diretividade por uma espécie de efeito halo: todos os membros dos escalões mais baixos tornavam-se povo para os do escalão acima e os desejos, pontos de vista e idéias do povo tinham de ser respeitados. Nas zonas rurais, por outro lado, o populismo era a primeira consideração. Lá, o que realmente importava era ‘deixar o povo falar’ e deixá-lo decidir por si mesmo; as técnicas de não-diretividade tornaram-se os instrumentos para a implementação desta prescrição ideológica. Nas próximas páginas, será examinada como a ênfase na não-diretividade funcionou sob as várias circunstâncias e o quanto ajudou ou retardou um avanço significativo da capacidade real de ‘conversar’ e ‘decidir’ por parte do povo.

CAMPONESES E LATIFUNDIÁRIOS NA ÁREA DE FRANQUEIRA

Franqueira apresentava um ambiente em que crenças e atitudes tradicionais eram amplamente mantidas pelos camponeses e pelos latifundiários. A região tinha sido pouco afetada pela fermentação social e política do início da década de 1960. A classe camponesa, embora pobre, não era destituída; no sertão, apenas alguns homens eram assalariados sem-terra e não havia concentração populacional como a dos canavieiros na Zona da Mata. Começavam a aparecer sindicatos aqui e ali, mas suas atividades eram dificultadas pela natureza complexa das relações de posse de terra e de trabalho na área, e nenhum padrão simples de barganha sobre salários ou condições de trabalho poderia emergir. Os problemas dos camponeses variavam muito. Às vezes restringiam-se aos termos em que o patrão estava disposto a colocar terras à sua disposição. O arrendamento de roçados era muito comum, mas o método mais usual era uma forma de meia (entrega-se metade da safra ao patrão), muito pesada para os camponeses. Embora o patrão financiasse a compra de sementes, fertilizantes (quando havia) etc., o arren-

datário tinha de pagar parte desses custos, muitas vezes a metade; se a colheita falhasse (fato muito comum dadas às dificuldades climáticas ou as primitivas condições tecnológicas), a parte dos camponeses nos custos era adiada para o próximo ano. Isto provocava um endividamento generalizado dos camponeses para com o dono das terras – para este, um meio muito conveniente de assegurar a disponibilidade permanente da força de trabalho.

Em muitas partes da área, onde a criação de gado era a atividade econômica mais importante, os camponeses também reclamavam dos danos sofridos por suas safras com o gado do patrão pastando livremente. A responsabilidade de cercar a área lavrada era incumbência dos arrendatários, mas a pobreza os impedia de usar materiais como arame farpado, e cercas de madeira eram mais difíceis de serem erguidas e menos eficazes. Naturalmente, havia muita reclamação sobre esses problemas, mas, em 1966, a maioria dos camponeses continuava a vê-los como parte da vida, imutavelmente fixos na ordem das coisas, situações que tinham que continuar a enfrentar. De tempos em tempos, uma reclamação pessoal, ou melhor, uma humilde queixa podia ser apresentada à apreciação do patrão: poucos tinham alguma ilusão quanto aos resultados. Normalmente, nada acontecia; às vezes a ocasião era usada para uma demonstração de força (por exemplo, quando o patrão retirava seu gado, mas aumentava o preço do arrendamento do próximo ano a níveis que os camponeses envolvidos não poderiam mais pagar); bem raramente o resultado era satisfatório para o arrendatário.

A conscientização, o processo de tornar os camponeses conscientes das estruturas vigentes, dos modelos tradicionais de vida e de que práticas opressivas e exploradoras, aceitas havia muito tempo, não eram vontade de Deus ou imutáveis, era uma tarefa das mais difíceis. Mas, ocasionalmente, ocorriam situações que moviam mesmo camponeses acostumados a sofrer há muito tempo a procurar alívio. O efeito de protestos como esses são de grande importância para determinar sua receptividade a qualquer mensagem de mudança por seus próprios esforços, em uma direção livremente determinada por eles próprios. Se nem seus protestos sobre eventos ‘traumáticos’ como esses traziam resultados favoráveis a eles, não se podia realmente esperar que se convencessem de que a mudança é possível nos aspectos de vida ainda mais amplamente aceitos.

Um caso concreto da área de Franqueira pode servir como exemplo. No final de 1961, um dos grandes latifundiários, membro da família Barreto, começou a cercar uma área de terra de muitos hectares que, até ali, tinha

sido livremente usada pelos camponeses que viviam no distrito como área comum de pastagem e passagem livre. Como a chuva é escassa no sertão, o grande valor desta área era o fato dela conter mais de trinta lagoas. A cerca levantou grande protesto nas comunidades vizinhas pois obrigava as pessoas a fazer grandes desvios para ir de um lugar a outro – algo muito grave onde pessoas têm de deslocar-se a pé ou, na melhor das hipóteses, montadas em jegues – e reduziu substancialmente a área na qual o gado dos camponeses podia pastar.

O problema foi levado ao padre local, que trouxe um advogado de uma organização de assessoria rural apoiada pela Igreja, na capital do estado; os eventos culminaram em um encontro público de discussão, onde vários Barretos e seus advogados apareceram inesperadamente. O encontro terminou num pandemônio, com ambos os lados agitando folhas de papel para ‘provar’ os direitos de propriedade ou de uso. Mas, no final, nenhuma ação futura foi aberta pelo advogado dos camponeses e a terra permaneceu cercada. As explicações que me foram dadas para este fato variaram, segundo o *status* social e as posições políticas do informante, desde a intimidação feita pela família Barreto até uma prudente desistência de prosseguir com um processo impossível.

É bem provável que nenhum camponês tenha conseguido produzir evidências documentais aceitáveis para um julgamento, que provassem que eles tinham direitos claros sobre a área. Os contratos, ainda mais no passado, eram feitos oralmente, e a maioria das poucas escrituras de posse que os camponeses tinham não eram muito sólidas. Mas é igualmente provável que os Barretos não teriam tido a menor consideração para com os direitos consuetudinários, e não havia probabilidades de que pudessem provar na Justiça a posse legítima das terras. Havia apenas uma diferença importante entre a situação deles e dos camponeses. Os Barretos tinham os meios para erguer rapidamente uma cerca de arame farpado e o poder político e econômico para ganhar uma disputa na Justiça: eles nunca seriam confrontados por um governo (estadual) determinado a apoiar a causa dos camponeses por meios políticos ou legais. Por volta de 1966, a cerca tinha se tornado fato consumado por muitos anos – e ninguém mais esperava que o *status quo* mudasse. Naquele tempo, ainda existia muita amargura sobre essa questão; seu efeito mais importante, porém, foi o fortalecimento da visão dos camponeses de que não era mesmo possível lutar contra os patrões.

Tudo isto é apenas para estabelecer o panorama em que se situavam os esforços de conscientização do MEB de Franqueira ao ajudar os camponeses

a se livrarem do hábito de pensar em termos de pedir favores pessoais aos poderosos locais; ao ensiná-los a formular seus próprios problemas e encontrar as soluções sem esperar por diretivas de cima ou de fora (patrões ou MEB); e ao fazê-los enxergar que unidos eles poderiam alcançar muito do que era impossível para indivíduos isolados. Dadas às circunstâncias descritas, ninguém deveria iludir-se de que a tarefa do MEB seria fácil. Tentavam estabelecer uma mentalidade totalmente nova, face as provas evidentes para os camponeses de que o patrão, em qualquer circunstância, resolveria o caso conforme sua própria vontade.

Os patrões permaneciam no poder e eram determinadamente contra qualquer tipo de ‘agitação’ que ‘provocasse os menos favorecidos a revoltarem-se contra aqueles que possuíssem algo’. Um dos porta-vozes da família Barreto (o prefeito de Franqueira) declarou:

O ideal seria que cada pessoa tivesse a vida que sonhou. Mas a oportunidade para isso varia conforme a capacidade financeira do homem, sua capacidade intelectual e sua capacidade de iniciativa. Isso não é igual pra todos — assim é natural que alguns levem uma vida melhor enquanto outros têm que levar uma vida, bem, menos abastada, uma vida mais simples, mais humilde, com mais dificuldade. Isto está certo, é desse jeito que foi desde o começo do mundo. Cristo mesmo não conseguiu mudar a mentalidade das pessoas, trazer uma situação de equilíbrio, de igualdade para todos. Então porque é que você vai imaginar que isso poderia acontecer no nosso tempo?

Reconhecia que os camponeses na área estavam realmente indefesos: “Ele precisa de mais informação, precisa de alguém que o ajude a pensar, que lhe mostre que o mundo em que a gente vive hoje, com suas máquinas, não é mais o mundo em que vivia há 20, 30 ou 40 anos.” Mas quando perguntamos se os camponeses, apesar dessas limitações, estavam satisfeitos com sua situação disse:

Nosso agricultor é um homem absolutamente acomodado, um indivíduo que, graças a Deus, não caiu nessa perturbação política que foi provocada no país antes da Revolução. Ele é um homem muito pacífico e ordeiro. Não é agressivo e não quer tomar o que não é dele.⁴²⁹

Com relação à maioria dos camponeses, ele estava, sem dúvida, certo – e mesmo quanto a muitos dos que recebiam influência do MEB. No entanto,

429. Entrevista, de 31 de maio de 1966.

a primeira fenda fora aberta nas sólidas estruturas tradicionais de pensamento dos mais receptivos entre eles, ou porque eram mais inteligentes e perceptivos, ou porque exibiam a vaga qualidade de ‘liderança’. Tornaram-se conscientes de que mesmo essas coisas não mudando, elas não existiam por direito.

Agora pelo menos nós estamos começando a saber que certas coisas não são legais, coisas que nós não sabíamos absolutamente nada antes da chegada do MEB e da escola radiofônica. A gente era simplesmente enganada por eles [os patrões], agora a gente está começando a saber como e pra quem a gente pode dar queixa⁴³⁰.

Aqui se encontram os sinais de um senso de cidadania, o primeiro e muito importante passo para sair da total integração no modelo patrão-dependentes. Além disso, estava claro que o número de pessoas de algum modo atingidas, nesses encontros nas comunidades tradicionais do sertão, era até então muito pequeno e que naqueles casos a mudança ocorrida não era muito profunda. Afinal de contas, aqueles camponeses eram um povo explorado por gerações, propositadamente mantido na ignorância e extremamente carente de conhecimento do mundo.

Uma vez que surgiram os debates sobre a experiência de vida dos camponeses, eles podiam falar livremente sobre seus problemas e em qualquer lugar era possível juntar, a partir de seus próprios depoimentos, peças para um panorama completo (embora obviamente não totalmente exato) das formas de arrendamento e relações de trabalho, do exercício do poder econômico e do funcionamento do sistema político local. Embora o sistema político ainda fosse tradicional, a lealdade política dos dependentes já não era um aspecto do relacionamento simplesmente tido como certo: tinha de ser comprada com favores. Isto acontecia apesar do fato de que, nessa área, a posição de monopólio dos patrões continuava incontestada. Mas sempre houve uma certa sagacidade sobre as possibilidades (tradicionais) de ganhos, para os indivíduos ou para as comunidades, inerentes às situações pré-eleitorais. No tempo do trabalho de campo, poucos meses antes das eleições serem marcadas, Seu João, um dos líderes comunitários na área de Franqueira, explicou, em uma discussão, que havia acabado de pedir ao presidente da Câmara a autorização para prosseguir com seu plano de juntar pessoas

430. As declarações dos camponeses citados no resto deste capítulo foram todas feitas em vários encontros na última quinzena de maio de 1966, em duas comunidades na área de Franqueira.

para limpar a estrada, que tinha sido mal conservada nos últimos anos. O Barreto em questão tinha concordado e iria pagar pelo trabalho dos homens – embora, como era característico, Seu João não fizesse a menor idéia se o dinheiro sairia do próprio bolso do Barreto ou dos cofres municipais.

No entanto, havia poucas ilusões entre os camponeses de que as promessas feitas durante o período eleitoral fossem cumpridas depois do dia da votação: “Eles vêm e prometem a lua quando querem nosso voto – mas quando chega o tempo de cumprir a promessa não acontece nada”. Então não ousavam reclamar, individualmente ou em grupo, porque, como diziam, “o resultado é a gente acabar na cadeia e apanhar”. Não importa se isso era ou não verdade: estas eram as explicações. E, é lógico, nas próximas eleições, essas comunidades votariam novamente nas mesmas pessoas, apesar das promessas quebradas. A explicação para isto não é simplesmente, como disse uma mulher, “porque nós somos burros e deixamos eles montarem na gente”. A verdadeira razão está mais relacionada ao fato de que seções eleitorais locais usualmente coincidem com cada comunidade e uma rebelião em massa contra o candidato do patrão local seria imediatamente notada, já que o número total de cédulas de cada urna não passava de 50 ou 100. O monopólio econômico (e, é claro, político) podia assegurar que a vida naquela comunidade, a partir daí, não seria nada agradável.⁴³¹

A comunidade envolvida no protesto contra a cerca, então, sofreu as conseqüências danosas de sua ‘rebelião’. Foram tratados com total desprezo em suas reivindicações à municipalidade, dominada pelos Barretos, por pelo menos três anos após o incidente – e isto apesar do fato de que, nas eleições que se seguiram imediatamente após o caso, o Barreto candidato angariou 100 dos 130 votos da comunidade. Os poderes político, legal e econômico eram interligados demais para que um desafio parcial fosse bem-sucedido.

A gente não pode reclamar, porque se reclamar fica pior ainda. Se a gente quisesse reclamar tinha que fazer isso para um juiz. Mas aquele juiz, ou qualquer outro a quem a gente for reclamar, é a mesma pessoa, pelo menos o mesmo tipo de pessoa que aquele de quem a gente vai fazer a queixa. Então, pra que reclamar? A gente tem é que agüentar.

431. Por causa desta posição de monopólio mantida, não se pode falar de uma real mudança quanto às relações patrão-dependente, naquela área.

CONSCIENTIZAÇÃO EM UM MEIO DESENCORAJADOR

Em face desta espécie de reação defensiva (mas possivelmente bem realista) dos camponeses ainda presos na relação de dependência para com o patrão tradicional – repleta de exploração – os técnicos do MEB tentariam fazer os camponeses acreditarem (quase contra todas as evidências disponíveis) que as coisas poderiam ser diferentes, especialmente se eles comessem a comportar-se como comunidade e não mais como um punhado de indivíduos isolados. Depois dessa conversa sobre a inutilidade das reclamações, o grupo foi levemente estimulado a considerar a possibilidade de um protesto conjunto. No início ninguém enxergava o ponto; então um homem disse: “Um homem sozinho é muito pequeno e fraco, mas muitos juntos podem resolver mais. Com união as coisas ficam mais fáceis. Mas muita gente aqui não entende isso”.

Infelizmente (mas naquelas circunstâncias inevitavelmente), aqueles que realmente entendiam não tinham mais do que uma noção abstrata do valor da união, uma noção que podia ser trazida à baila por uma pergunta adequada (não-diretiva) durante uma reunião, mas em termos práticos era de fato muito fraca. Mesmo os mais conscientizados nestas comunidades isoladas, normalmente, não sabiam como traduzir esses conceitos gerais em ações concretas. Por um tempo, durante o período de excessiva preocupação com a não-diretividade (isto é, os fatos não deveriam ser “impostos”), a equipe não enxergava a necessidade de esclarecimento franco e direto dos fatos e de ajuda prática para que as pessoas pudessem dar os primeiros passos em experiências novas para elas – que implicariam até mesmo em riscos. Assim, mesmo se alguns camponeses de Franqueira tinham uma certa compreensão, fundamentada apenas no ‘ouvir dizer’, do valor de cooperativas e de sindicatos, desconheciam totalmente os mecanismos dessas organizações e por isso – mesmo os líderes informais – duvidavam da própria capacidade de dar início a algo desta natureza. “Alguém que entenda as coisas melhor que nós tem de ajudar” – era a opinião da maioria do povo de Franqueira que, naquele tempo, não contava com a simpatia da equipe do MEB, que entendia essa opinião como uma negação do caminho correto do autoconhecimento e da auto-ajuda.

Parece claro que não havia razões para supor que noções abstratas e gerais sobre o valor da ação comunitária, desenvolvidas em discussões em grupo, viriam a ser automaticamente traduzidas em obras. Velhos padrões de comportamento podem exibir surpreendente resistência, mesmo quando novas idéias, totalmente opostas, parecem já ter sido aprendidas ou

entendidas. Assim, mesmo alguém que pareça abstratamente bastante convencido da necessidade de união na comunidade, pode não enxergar que uma determinada situação requer precisamente uma tal (nova) resposta comum.

Seu João, o mesmo homem que já encontramos anteriormente, parecia bem típico. No caso do trabalho de limpeza da estrada, agiu individualmente e por iniciativa própria ao fazer seu pedido a um político local. Em outra ocasião, enquanto eu lá estava, discutiram-se vários problemas numa reunião feita depois da aula radiofônica; ele sugeriu uma ação comunitária, mas numa situação em que ainda não havia real necessidade de se fazer algo concreto. A questão em pauta era uma possível reação da comunidade; se o MEB fosse fechado pelo governo, vários dos presentes, incluindo seu João, propunham-se a enfrentar aquela situação hipotética com uma resposta coletiva. “Se o governo perder o interesse, as pessoas da comunidade podem interessar-se em ajudar, do jeito que puderem, para que o MEB não seja ameaçado, ajuda que pode ser em dinheiro ou de qualquer outro modo”. É verdade que alguns dos outros participantes da reunião mostraram ceticismo quanto à boa vontade de seus vizinhos para ajudar, mas, pelo menos alguns, mais influenciados pelo MEB, foram capazes de sugerir uma solução de tipo comunitário. O ponto a sublinhar, no entanto, é que se tratava de um problema ainda hipotético e que apenas uma solução hipotética foi proposta, e na presença do pessoal do MEB (um supervisor e eu), que havia provocado o grupo com certas perguntas. Estas, embora não-diretivas – por exemplo: “Vocês ouviram o programa do sábado passado sobre dificuldades financeiras?”, “O que os políticos que vocês elegeram fizeram por vocês?”, “Há alguma coisa que vocês podem fazer por vocês mesmos?” – chamaram a atenção para alternativas de ação e suscitaram, ao menos da parte de alguns deles, um conjunto de respostas não-tradicionais.

Consideremos, porém, o problema que surgiu quase acidentalmente, pouco depois, na mesma reunião. A professora local, uma moça cujos pais moravam na parte urbana de Franqueira, não gostava de ficar fora de casa por vários dias seguidos e por isso, desde o começo do ano, faltava às aulas um ou dois dias por semana.⁴³² Este era um problema que preocupava muito a

432. A falta às aulas ainda acontece muito no sistema educacional brasileiro, especialmente nas periferias das grandes cidades. Nas duas ocasiões em que estive na escola de 2º grau de Franqueira havia várias classes cujos professores estavam ausentes. Até um membro da equipe local do MEB, um jovem cheio de idéias e engajamentos, que era professor de meio período na escola, não achou nada estranho em faltar às aulas duas vezes para me acompanhar na visita a uma das comunidades.

comunidade, mas apesar de aquilo estar acontecendo havia já cinco meses, nenhuma tentativa de mudar a situação havia sido feita. João apenas declarou na reunião que vinha *pensando* em reclamar com o prefeito ou pedir uma nova professora. O grupo acabava de conversar sobre a necessidade de persuasão, cooperação e ação comunitária – e mesmo assim não ocorreu a nenhum dos presentes que os pais dos alunos prejudicados poderiam unir-se e, juntos, abordar primeiro a professora e, caso isto não resolvesse o caso, recorrer também juntos às autoridades. Neste caso, a presença do pessoal do MEB não induziu nem mesmo a hipótese de uma resposta não-tradicional: a relevância da discussão e da ação em grupo teve de ser levantada em termos muito diretos pelos representantes do Movimento, mas então, uma vez proposta a ação, foi imediatamente aceita pelos líderes ali presentes. Sem dúvida, a questão já vinha sendo motivo de comentários na comunidade mas ainda se estava muito longe de uma forma sequer embrionária de “associação de pais e mestres”.

Algumas conclusões preliminares podem ser propostas a partir do material apresentado até aqui. Em primeiro lugar, nessas comunidades havia apenas um punhado de gente, além do monitor, que costumava participar de todas as reuniões – identificavam-se mais com o modo de abordagem dos supervisores do MEB (uma abordagem totalmente compartilhada pelos monitores) – e que respondia hesitante, mas positivamente, a questões neutras sobre seus problemas. Logicamente, a simples oportunidade de falar de si mesmos para visitantes simpáticos era uma experiência relativamente nova para eles, especialmente quando esses forasteiros tinham grande parte dos atributos dos patrões – moravam na cidade grande, eram educados, dirigiam automóvel – mas, por outro lado, agiam de maneira completamente diferente, tratando os camponeses como iguais e encorajando-os a se expressarem livre e francamente. Qualquer avaliação do MEB, das tarefas que assumiram e da sua capacidade de levá-las a bom termo não teria sentido se não levasse conta este fator humano – ou melhor, humanizador. Os técnicos do MEB abordavam os camponeses como iguais, como pessoas cujas opiniões tinham grande importância, e que eram dignificadas por sua vida e seu trabalho. Deve-se reconhecer o valor moral desse tipo de contacto, mesmo que não leve logo a classe camponesa a adquirir uma mentalidade inteiramente nova ou atitudes sociais diferentes em relação a aqueles que não os tratam de maneira igualitária. Então, não é nenhuma surpresa o fato de que a reunião, às vezes, começasse, para meu benefício, com um autêntico panegírico à equipe, “que nos ajudou a nos tornar uma comunidade, nos colocou no caminho do desenvolvi-

mento”, mas que não deixava de ser também um grupo de pessoas da cidade a quem se podia dirigir em caso de necessidade pessoal, que poderia ajudá-los, digamos, a encontrar um médico.

No entanto, parece-me válido dizer que a distância percorrida por aqueles camponeses ‘na estrada do desenvolvimento’ tinha sido, até ali, bem curta. A orientação populista e seus métodos não-diretivos, além de seu aspecto ‘humanizador’, ajudaram a criar as bases para o aparecimento do espírito de cidadania (centrado nos direitos legais), e para uma nova orientação comunitária, e ajudou a desenvolver, ao menos entre algumas pessoas, certa capacidade de levantar problemas na presença do pessoal do MEB. Mas parece duvidoso que estivesse avançando no sentido de uma maior capacidade de tomar decisões relativamente independentes – de maneira que não reivindicassem a presença constante de membros da equipe, nem esperassem passivamente o endosso dos mesmos para qualquer decisão a ser tomada – ou que estivessem se afastando de uma situação em muitos aspectos semelhante àquela caracterizada por deferência ao patrão. As atitudes tradicionais continuavam, na prática, muito sólidas; a conscientização era bem limitada e não se podia apontar para muitas realizações concretas na comunidade.

No próximo capítulo, será analisado o material colhido em outra área, onde o MEB obteve mais sucesso e interferiu de fato nas atitudes tradicionais e nos padrões de comportamento. Mas ali também o Movimento acabou esbarrando em condições que interromperam o processo de mudança. Em ambos os casos há pouca dúvida de que parte da culpa pela falta de um grande resultado coube às condições contextuais, às estruturas sociais e políticas mais amplas. Onde falham sempre todas as tentativas, mesmo de pequena monta, de enfrentamento com os sistemas estabelecidos, não se pode esperar que as pessoas continuem tentando indefinidamente. Menos ainda se pode esperar que os camponeses fossem convencidos por intelectuais populistas, embora sinceros e bem aceitos, de que poderia surgir alguma espécie de sociedade completamente nova, em que os próprios camponeses tomariam todas as decisões importantes para suas vidas, quanto até então, em todos os momentos cruciais, foram sempre outros que tomaram as decisões por – ou contra – eles.

O tipo de comunidade analisado neste capítulo só poderia ser arrancado da total dependência social e política por meio de uma mudança permanente nos níveis superiores do sistema político. Salvo por meio de uma revolução social, tal mudança só pode surgir em áreas nas quais a dominação tradicional

já não é completa e onde os camponeses estiverem suficientemente conscientizados para votar em um novo tipo de candidato para níveis superiores de governo – foi assim, afinal, que homens como Julião e Arraes foram eleitos em 1962. Como deputado federal, Julião pode não ter causado muito impacto na vida dos eleitores, mas, como governador do estado, Arraes certamente o fez. Se ele tivesse tido mais tempo, sem dúvida teria conseguido tornar sua influência perceptível mesmo naquelas comunidades onde a classe camponesa ainda não estava, talvez realisticamente, pronta a assumir o risco de enfrentar diretamente o poder local. É por isso que não se concedeu tempo a Arraes ou a outros como ele.

A partir de abril de 1964, qualquer enfrentamento com os patrões tornou-se menos aconselhável do que nunca. Desde o golpe, portanto, é necessário ao menos prestar atenção aos pontos ressaltados por Bertram Hutchinson: o reformador rural – caso se queira ser *reformador* –

Tem de usar as relações de tipo patrão-dependentes como meio para introduzir novidades no mundo agrário. Ou... as inovações chegam ao povo com o pleno apoio e as exortações do patrão tradicional; ou o próprio reformador tem de organizar as coisas de modo a que ele mesmo apareça como, e desempenhe o papel de um novo e poderoso patrão em quem o camponês pode confiar e a quem pode recorrer para obter ajuda, conselho e assistência nas emergências.⁴³³

433. HUTCHINSON, B. Op. Cit. p. 26.

I 3. POPULISMO E NÃO-DIRETIVIDADE NAS ZONAS RURAIS, II Fernandópolis e Lagoinha

Exemplos como o discutido no capítulo anterior podem facilmente ser citados para outras áreas nas quais foi feito o trabalho de campo. Eles reforçam a impressão de que muitos obstáculos devem ser superados antes de que os camponeses sejam realmente capazes de “andar com as próprias pernas”, de compreenderem algo sobre a “topografia” da área na qual eles devem situar-se ou – ainda mais – de dominar a fundo a arte de dirigirem a si mesmos através desta terra recentemente descoberta. Mas é lógico que existem histórias de sucesso também. Uma delas, relacionada a uma comunidade na área de Fernandópolis, será agora analisada, dedicando-se atenção especial aos fatores que parecem contar para as primeiras realizações positivas e também para as dificuldades posteriores. Em Fernandópolis, cidade que crescia rapidamente no planalto central do Brasil, o MEB funcionou desde o início em uma atmosfera favorável às suas idéias. O *sistema* de Goiás foi escolhido para meu trabalho de campo porque era visto no Movimento (especialmente no Nacional) não apenas como um *sistema* que tinha encontrado uma forma bem-sucedida de desenvolvimento na ideologia e nos métodos, como também tinha efetivamente contribuído para este desenvolvimento. Isto ficará evidente no relatório detalhado do impacto do MEB de Fernandópolis em uma comunidade, a de Lagoinha.

Lagoinha é um pequeno povoado disperso de umas 70 famílias, algo bem típico naquela área, onde a maior parte da terra é de propriedade de três grandes latifundiários. Na época do trabalho de campo, um deles era o prefeito do município no qual Lagoinha estava situada. O outro, um médico, morava em Fernandópolis e o terceiro, Valentino, vivia no local sem posição política formal. Eram todos aparentados ou por nascimento ou por casamento. Os dois primeiros, parece, sempre tornavam difícil a vida de seus

meeiros, exigindo, por exemplo, o aluguel ou parte da produção maior possível – quase forçando-os a se mudarem. Esperavam dos trabalhadores o comportamento de deferência estritamente tradicional. Valentino, por outro lado, era visto por todos como um bom patrão. Era justo e acessível: um homem que cumpria seus deveres tradicionais seriamente (era padrinho de muitas crianças) mas não tinha medo de mudanças.

O sistema de ocupação de terra em Lagoinha era baseado principalmente no sistema de meia. Os camponeses na comunidade falavam com facilidade, em qualquer ocasião disponível, sobre os abusos que este sistema possibilitava, especialmente dos dois padrões menos benevolentes. Estavam bem conscientes do fato de que, quase sempre, era o dono da terra quem se beneficiava do acordo e que, especialmente na área onde eram plantadas safras mistas, ele podia tirar sua “metade” exigindo à vontade diferentes proporções dos vários produtos (por exemplo, metade do arroz, nenhum feijão, 80% do milho...). Segurança de posse da terra não existia e um camponês poderia ser expulso da terra sem aviso prévio se, de acordo com o dono da terra, a ocasião justificasse isso. A situação dos camponeses poderia, em suma, mudar facilmente de um ano para o outro: como veremos, havia vários modos menos abruptos de se livrar de posseiros indesejáveis. No entanto, ali, o conjunto dos camponeses provavelmente não estava tão mal em comparação com outras áreas do país: tinham terra relativamente fértil e condições de vida, bem como padrões de consumo, mais altos do que os encontrados, por exemplo, na área de Franqueira.

O envolvimento do MEB em Lagoinha datava de antes de 1962.⁴³⁴ Ali, a evolução não era diferente da experiência geral do MEB em Fernandópolis.⁴³⁵ Os primeiros monitores foram selecionados pela equipe, de acordo com a recomendação do pároco da pequena cidade mais próxima, efetivamente sem interferência dos próprios camponeses. No começo, a escola era razoavelmente bem-sucedida, mas uma vez que deixou de ser novidade, o interesse pelas aulas programadas – alfabetização, agricultura, higiene etc. – começou a esmorecer. Maior ênfase passou então a ser dada à análise da “realidade brasileira”, especialmente nos treinamentos dos monitores. O esforço como um todo, porém, manteve-se, por um longo período, condicionado pelo conceito de mudança pela alfabetização, direcionado à revitalização das escolas radiofônicas e à motivação dos membros da comunidade para par-

434. A apresentação histórica que se segue está baseada em entrevistas com os membros da equipe e também em uma profusão de documentos da época, dos arquivos do *sistema*.

435. Estes eram em vários aspectos semelhantes àqueles da equipe de Franqueira.

participar das aulas. As escolas radiofônicas continuaram sendo o ponto principal das atividades do MEB e o único instrumento de conscientização.

Mas a participação continuava muito limitada, ali como em outras comunidades. A supervisão constatava a falta de entusiasmo entre os alunos e, quando de volta ao MEB de Fernandópolis, os problemas eram discutidos de maneira a questionar cada vez mais alguns dos preceitos básicos segundo os quais a equipe vinha operando. Os documentos da época mostram este processo em operação: a equipe era a mais conscienciosa possível ao fazer os relatórios das visitas, registrando os minutos de discussão, colocando no papel qualquer conclusão efetiva ou não. Aos poucos, foi surgindo uma consciência de que as escolas estavam de fato isoladas da comunidade, e que, onde o monitor tinha experiência limitada para ensinar e aprender, deveria ser substituído por outro mais experiente e preocupado em estimular a interação da comunidade, aumentando o conhecimento socioeconômico e político e fomentando a organização da comunidade. Isto aconteceu no último trimestre de 1963, depois que as conclusões do I Encontro Nacional de Coordenadores foram assimiladas e estabeleceu-se a nova ênfase do MEB na educação para uma reforma estrutural (conduzindo maciçamente em direção à sindicalização). No mesmo período, surgiram muitos esforços para atingir as massas rurais e urbanas por parte de outros grupos e organizações e o MEB de Fernandópolis colaborava com muitos deles, em especial com o Centro Popular de Cultura local. Este, em várias atividades político-culturais com apresentações teatrais retratando aspectos sociais significativos, típicos da vida dos camponeses, ajudava a criar o clima no qual o MEB poderia dar a virada da prática centralizada na escola para uma prática centralizada na comunidade. Isto aconteceu aos poucos ao longo de um período em que as atividades da comunidade estavam essencialmente entendidas como meio para elevar a frequência às escolas radiofônicas.

ANIMAÇÃO POPULAR EM LAGOINHA

Em setembro de 1963, a equipe experimentou um novo método de manter contato com a comunidade. Promoveram uma espécie de festa campestre, que ocorreu em um domingo e envolveu discussões sobre a situação socioeconômica local, diálogos sobre a visão do MEB sobre o homem e sua dignidade, encenações no estilo cultura popular relacionadas a algum aspecto da ignorância e do aprendizado (que serviam de base para discussões futuras) e puro entretenimento (música e dança). O encontro foi um grande

sucesso, tanto para o MEB, que descobriu um novo instrumento para atingir os camponeses, como para Lagoinha em si, uma vez que a comunidade inteira participou. Festas semelhantes foram promovidas em outras comunidades próximas. Durante essas festas a comunidade cada vez mais expressava interesse em organizações mais formais que pudessem defender a causa dos camponeses – especialmente sindicatos. Alguns deles já existiam na região, mas, nas comunidades que aqui nos interessam, nada houve de concreto antes de abril de 1964.

As novas circunstâncias advindas do golpe reforçaram os aspectos populistas do trabalho do MEB. Eles conduziram ao avanço do caráter de não-diretividade e à nova ênfase na Animação Popular (AnPo).

Em julho de 1964 o MEB de Goiás organizou, com a presença de membros do Nacional, em Fernandópolis, um treinamento de AnPo em que as novas tendências encontraram expressão. Esse treinamento confirmou a grande ênfase que estava sendo dada à não-diretividade em Fernandópolis. Eles vinham discutindo certas mudanças concretas na abordagem dos encontros comunitários, que reuniam a Equipe Estadual com os monitores, líderes locais e comunidades, até ali basicamente organizados pela equipe. Embora os camponeses tenham, é lógico, participado ativamente nesses encontros, até aquele momento tinham tido pouca oportunidade de tomar iniciativa, de decidir o que era para ser discutido ou apresentado. Dali em diante, as próprias comunidades assumiriam o planejamento e a organização dos encontros: a equipe iria apenas ajudar quando e onde requisitada.

O primeiro desses encontros comunitários em novo estilo ocorreu em Lagoinha, durante o treinamento da AnPo e foi um tremendo sucesso. Isto se deu, em parte, devido à presença na comunidade de três irmãos, os Carvalhos, dois dos quais tinham uma capacidade incomum de liderança. Alfabetizados e de certa maneira em melhor situação do que a média dos camponeses da comunidade, mostraram grande interesse no MEB desde o início e constituíram o canal principal de comunicação entre a comunidade e a equipe, deixando de lado os monitores das escolas radiofônicas um tanto ineficazes.⁴³⁶ Estavam sempre atentos aos aspectos da vida da comunidade não

436. Entre fevereiro de 1963 e junho de 1965 (um mês ou mais antes deles terem deixado a comunidade) um deles escreveu 30 e o outro 35 cartas para a equipe, informando os desenvolvimentos locais, pedindo conselhos ou apenas fazendo comentários gerais. Havia apenas um punhado de cartas de outras pessoas durante aquele período.

relacionados às escolas radiofônicas e por isso ajudaram, em certo sentido, a preparar a equipe para a virada da alfabetização para o desenvolvimento da comunidade; simultaneamente cresceram em autoconfiança e habilidade para tomar iniciativas. A inovação dos encontros comunitários de dia inteiro, organizados pelos próprios camponeses, foi mais água para o moinho dos Carvalhos.

Os irmãos, porém, não se contentavam em “animar” sua própria comunidade: queriam compartilhar a experiência com outros. Voltaram sua atenção para a comunidade vizinha de Itapauá, que tinha uma escola radiofônica muito fraca. Cerca de um mês mais tarde, chegou uma carta ao MEB sugerindo que Lagoinha deveria organizar um evento como aquele para a comunidade de Itapauá.⁴³⁷ A Equipe Estadual concordou com a idéia e viabilizou uma discussão com a liderança do grupo de Lagoinha, que incluía os monitores e, logicamente, os Carvalhos. De acordo com o relatório, essa foi uma discussão completamente aberta, totalmente não-diretiva, durante a qual a questão do futuro encontro “apareceu normalmente, intercalada por outras poucas conversas”. Ao final daquela discussão o grupo de Lagoinha propôs o esquema de objetivos seguinte, para servir de base para a preparação:

- a) Levar o povo a conhecer o MEB (“O que nós queremos é que o povo conheça vocês, goste de vocês e sinta a mesma amizade que nós sentimos por vocês: porque assim não vai haver desânimo nem desconfiança”).
- b) Fortalecer as escolas radiofônicas – aumentar as matrículas e a frequência.
- c) Fortalecer a liderança do *monitor* da comunidade.
- d) Levar o próprio povo da comunidade a assumir a responsabilidade pelo trabalho.

O encontro em si correu muito bem. Foi anunciado como “uma apresentação da comunidade de Lagoinha à comunidade de Itapauá,” embora o monitor e os alunos de Itapauá também tenham participado do planejamento e das atividades. A equipe de Fernandópolis também estava presente, bem como um grupo de músicos locais, cuja participação já bastava para assegurar um envolvimento completo da comunidade. Dançaram e cantaram, proferiram discurso sério sobre o MEB, mas acima de tudo se esforçaram

437. As informações seguintes sobre o encontro comunitário em Itapauá derivam de um relatório de AnPo, (mimeo), MEB, outubro de 1964 e, em menor escala, de entrevistas com dois membros da equipe.

muito para envolver os camponeses de Itapauá nos eventos. Deram lugar de destaque na programação a duas dramatizações, criadas pelos monitores das duas comunidades e apresentadas por eles e pelos alunos de Itapauá. A primeira falava de uma menina que tinha recebido uma carta de amor mas, como era analfabeta, teve que pedir a outra pessoa para ler a carta para ela. A segunda tratava do problema de um camponês analfabeto diante de um patrão que lhe exigia a prestação de contas. Ambas tocavam – com bastante senso de humor – em aspectos bem sensíveis da “honra” dos camponeses e provocaram discussões acaloradas entre os espectadores sobre a necessidade de serem alfabetizados. A “animação” da comunidade foi bem-sucedida.

Em Lagoinha, outras iniciativas foram tomadas. Aos poucos os camponeses “ativos”, aqueles que de uma maneira ou de outra se associavam ao MEB, começaram a se encontrar em grupos informais para discutir problemas locais. Essas discussões freqüentemente transformavam-se em ações. Um exemplo instrutivo foi o caso de uma escola e um professor. O prédio era muito pequeno e o professor muito velho: a necessidade de uma renovação nos dois aspectos era gritante. Maurício Carvalho, o mais velho dos três irmãos, tentou arranjar um substituto para o professor – mas as autoridades locais não os ouviram. Segundo os camponeses, isto se devia ao fato de a nomeação desse professor ter tido o intuito de pagar uma dívida política – conforme às práticas quase universais relacionadas a nomeações para os cargos de professores municipais e mesmo estaduais no interior do país. Em maio de 1965, a comunidade decidiu, durante uma reunião na casa de Valentino, o “bom” patrão, angariar fundos e construir uma escola nova e maior, para a qual eles esperavam conseguir a nomeação desejada. Três meses depois, os membros da comunidade, por seus próprios esforços, concluíram o prédio, em um terreno disponibilizado por Valentino. Aparentemente a participação do MEB no caso todo foi mínima: a idéia não partiu dele, nem assumiu nenhum papel na organização dos comitês, na divisão de tarefas, na compra de material, e assim por diante. A equipe apenas aplaudiu quando ouviu a idéia pela primeira vez e quando constatou, entre uma visita e outra (visitas a qualquer das comunidades ocorriam em intervalos de muitas semanas, senão meses) que a nova escola se tornara realidade. Por volta de seis meses antes das eleições de outubro de 1965, os políticos locais repentinamente tornaram-se suscetíveis às reivindicações por um novo professor, e o candidato a prefeito percebeu isto, tanto que uma jovem foi nomeada. Porém, assim que ele se elegeu, essa professora foi afastada e não

foi substituída senão um ano mais tarde, quando as eleições estaduais eram iminentes. Neste ínterim, a comunidade contratou uma jovem professora às próprias custas.

O contraste entre Lagoinha e Franqueira é evidente: os problemas das escolas não eram diferentes nas duas áreas, mas na comunidade sertaneja faltava uma reação construtiva. Com as evidências disponíveis, é difícil fazer muito mais do que sugerir alguns fatores que podem ter influenciado no sucesso de Lagoinha. Lá, o nível de vida estava um pouco acima do nível mínimo de subsistência e isto propiciava alguma reserva para gastos eventuais. A presença na comunidade de um patrão ao menos cooperativo pode também ter feito diferença.⁴³⁸ Por fim, havia o elemento de liderança dos irmãos Carvalho: nas circunstâncias relativamente favoráveis, eles davam a direção que capacitava a comunidade a testar, em várias formas de ação concreta, as idéias aprendidas do MEB de que as coisas não têm de permanecer as mesmas e que a mudança dependia somente de seus próprios esforços. Em Franqueira, os camponeses nunca chegaram a este ponto. Ao contrário: sua única investida (o desafio à cerca do Barreto) tinha “provado” que as coisas tinham permanecido iguais, embora eles tenham tentado mudá-las.

SURGEM DIFICULDADES EM LAGOINHA

Assim que a escola ficou pronta, os três irmãos deixaram a comunidade. Maurício comprara um pedaço de terra lá perto e seu irmão mais novo o acompanhou. Chico, o irmão do meio, vinha sendo meeiro por muito tempo de um latifundiário tradicional: ele mudou-se na mesma época que seus irmãos, depois de ter tido seu roçado diminuído pelo patrão (por dois anos consecutivos). Quando conversei com ele, um ano depois, ele não tinha dúvida de que aquele ato tinha sido deliberado, visando afastar da comunidade uma influência perigosa, cujas idéias sobre organização poderiam levar a um desafio à estrutura social e econômica, até então aceita. Eventos que ocorreram depois de sua partida dão credibilidade a esta interpretação, como veremos agora.

A partida dos três irmãos deixou a comunidade sem liderança. Logo, porém, um certo número de camponeses começou a dedicar-se mais ativamente às questões da comunidade e, em alguns meses, um pequeno grupo já estava se firmando como liderança na comunidade. Eles não tinham a

438. Ver as afirmações de (HUTCHINSON, B., 1966) citadas no final do capítulo anterior.

autoconfiança dos Carvalhos, mas mesmo assim, suas iniciativas tiveram sucesso.⁴³⁹ No início de 1966, pensavam na criação de um posto de primeiros socorros em Lagoinha e pediram que alguém do MEB viesse até lá para uma discussão. Este foi o período mais crítico de dificuldades financeiras para o Movimento: a equipe não tinha dinheiro nem para a gasolina. Quando soube disto, a comunidade (os que estavam ativamente em contato com o MEB) resolveu pagar as despesas, ponderando que a ajuda do MEB era ainda necessária para fornecer “bases sólidas” às suas iniciativas. O encontro se deu em meados de fevereiro. Evoluções posteriores, apesar de seus meandros, demonstraram novamente as vantagens da abordagem não-diretiva, mas também, mais uma vez, chamam a atenção para os obstáculos à conscientização em circunstâncias políticas adversas.

Durante a discussão sobre a formação do posto de primeiros socorros, o novo grupo de líderes percebeu, pela conversa sobre cooperação, que era totalmente ignorante sobre o funcionamento das instituições cooperativistas. Conhecimento sobre isto, eles sentiam, poderia ajudá-los a abordar de maneira nova muitos problemas além do da criação do posto de primeiros socorros. Então arquivaram o projeto imediato e sugeriram que o MEB organizasse um dia de estudo sobre cooperativismo; ambicionavam provar, no devido tempo, que era possível começar uma cooperativa em Lagoinha. Um dos membros da equipe tinha recentemente assistido a um curso sobre esse assunto⁴⁴⁰ e o dia de estudo solicitado aconteceu uma quinzena depois.

O dia de estudo começou com uma discussão geral de idéias básicas sobre cooperativas. Então, os onze participantes, que incluíam Valentino, o patrão, dividiram-se em dois grupos. Após outras discussões, um dos grupos optou por “ir adiante, não apenas falando, e começar agora conosco e chamando os outros depois”. Mas o outro grupo chegou à conclusão de que as coisas não deveriam ser forçadas para a comunidade, e que a idéia de começar uma cooperativa, por mais excitante que pudesse ser, não correspondia necessariamente aos anseios mais urgentemente sentidos em Lagoinha. Levar avante o processo poderia significar um descaso aos problemas que preocupavam mais profundamente seus companheiros; o resultado poderia ser o fracasso na abertura da cooperativa. Essa opinião foi então aceita por todos, e con-

439. A próxima parte sobre Lagoinha é baseada em duas entrevistas coletivas e duas entrevistas individuais com membros da equipe de Fernandópolis, em setembro de 1966, em documentos da época e relatórios dos arquivos do MEB sobre Fernandópolis.

440. Este fato pode muito bem ter tido influência no surgimento de um interesse no assunto durante o primeiro encontro em Lagoinha – e ter indicado os limites “humanos” da não-diretividade.

cordaram em que a preocupação real em Lagoinha era a ancilostomíase.⁴⁴¹ O dia de estudo terminou com a decisão de não ir adiante com a cooperativa naquele momento, mas convocar um encontro sobre o problema da saúde e partir disso para continuar. A equipe fez contato com um casal de estudantes de Medicina muito simpáticos e os trouxe para o novo encontro.

O encontro em Lagoinha aconteceu, com bastante participação, e todos os presentes concordaram com a urgência do problema da saúde. Os estudantes de Medicina conseguiram que seus colegas da Faculdade de Farmácia recolhessem e examinassem amostras das fezes de cada pessoa; a doença foi diagnosticada e os remédios apropriados (amostras grátis) foram distribuídos na comunidade.⁴⁴² Mas a manutenção do sucesso da campanha pela saúde dependia da adoção de medidas preventivas para evitar a recorrência da doença. Fazer as pessoas usarem calçados não apresentava problemas econômicos na era das sandálias plásticas baratas. Mas evitar a infecção do solo pelas fezes era, também no aspecto econômico, uma tarefa difícil em uma comunidade onde nenhuma moradia tinha latrina (nem mesmo a casa de Valentino). Como isso tinha de ser providenciado para cada família, o MEB procurou ajuda da agência federal para saúde pública rural, o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), que concordou em fornecer o material de construção.

Agora, porém, a história muda de rumo. Quando o DNERu chegou na comunidade com o material de construção, nenhum patrão – nem mesmo Valentino, que tinha, obviamente, sido persuadido pelos outros – consentiu na colocação de uma latrina em suas terras. Esta recusa era justificada por várias razões, nenhum delas convincente: a terra já estava sendo ocupada por outros meios; estavam abusando da boa vontade dos patrões; a permissão para a construção das latrinas iria dar aos camponeses “um pé na porta”: logo eles iriam pedir que a terra ficasse disponível para outros propósitos. O final desta estrada iria ser o comunismo...

A real razão para a recusa dos patrões à construção das latrinas era, sem dúvida, fundamentada na interpretação que eles tinham de uma disposição legal que estipulava que um morador deveria receber indenização do patrão

441. Uma parasitose, o "amarelão", causada pela larva do ancilóstomo, que entra no organismo através da pele, usualmente pelas solas dos pés de pessoas que andam descalças sobre o solo infectado pelas fezes dos portadores da doença.

442. A equipe estava muito orgulhosa por ter conseguido atrair o interesse dos estudantes de Medicina: o envolvimento deles não apenas tinha proporcionado uma experiência em diagnóstico e tratamento, como tinha levado a encarar as causas sociais das doenças. Este foi de fato um exemplo de conscientização pela ação.

se este o forçasse a deixar a roça na qual este morador tivesse feito alguma benfeitoria.⁴⁴³ “Benfeitorias” referiam-se não apenas ao plantio de produtos permanentes (por exemplo bananeiras), mas poderia também consistir em coisas como retelhar a casa do morador ou construir uma “estrutura permanente”. Uma latrina poderia ser incluída nessa categoria e, para não correr o risco – obviamente bem remoto naquelas circunstâncias – de ter de encarar uma demanda de indenização, os patrões decidiram vetar o esquema. O DNERu recusou-se a interferir: eles só colocariam as latrinas se os patrões dessem permissão, mas não era da competência daquele órgão tomar alguma iniciativa para resolver os conflitos que estavam se desenvolvendo. O MEB, num verdadeiro estilo não-diretivo, achou que a decisão sobre o procedimento deveria ser tomada pela própria comunidade. Além do mais, pouco depois, as atividades da equipe na comunidade foram dificultadas pelo rumor de que o Movimento era comunista, provavelmente nascido do grupo do prefeito. Sua esposa ordenou que a escola radiofônica fosse fechada (“escolas comunistas não funcionarão em nosso município”), uma ordem que os camponeses prontamente cumpriram.

Por alguns meses, as relações entre os camponeses e os patrões ficaram muito tensas. O assunto das latrinas permaneceu sem solução; os camponeses aceitaram a recusa dos patrões como fato consumado. Não houve nenhuma tentativa de discutir o assunto da parte da comunidade com nenhum dos patrões, apesar do fato de que poderiam esperar que pelo menos Valentino se dispusesse a ouvir seus argumentos. Nem o relacionamento especial dele com o MEB induziu a equipe a tomar uma iniciativa. A equipe ateu-se à sua não-diretividade e aos princípios gerais de nunca se envolver com patrões como patrões. Por volta de setembro de 1966, a posição que era “formalmente” reconhecida pelos dois lados não tinha mudado, embora um ou dois camponeses, moradores de Valentino, tenham construído latrinas com recursos próprios – e sem conseqüências danosas. Em Lagoinha, então, apesar dos empreendimentos notáveis e das óbvias mudanças na perspectiva dos camponeses, eles não reagiram quando seus interesses chocaram-se com os interesses dos patrões.

443. Código Civil Brasileiro (Lei nº 3071, de 1 de janeiro de 1916), artigo 516.

CAMPONESES E POLÍTICA

Os limites da conscientização também tornaram-se visíveis pela maneira como a comunidade reagia à uma crise interna sem importância que estava se desenvolvendo durante o período de meu trabalho de campo, em setembro de 1966. Essa comunidade, como outras na área, esteve fortemente sujeita às tentativas explícitas de mobilização política por parte de organizações que não pertenciam à estrutura política tradicional. Mas essas tentativas ocorriam, antes de 1964, muito abertamente; depois do golpe, é claro, secretamente. Adalberto, o organizador do PCB municipal, vinha fazendo propostas a vários membros da comunidade tentando conquistá-los para colaborar com seu “grupo”. Isso aconteceu bem num momento em que um grupo da AP, de Fernandópolis, cujas visões sociopolíticas podiam então ser chamadas essencialmente populistas, estava se reativando depois de dois anos de quietude e conseguiu formar um ponto de apoio em Lagoinha, por intermédio de Luís, um dos novos líderes que estavam surgindo. Mas as diferenças de orientação entre essas duas organizações políticas não eram compreendidas por ninguém na comunidade, até mesmo pelos dois protagonistas, Luís e Adalberto. Luís informou à equipe do MEB sobre as dificuldades que haviam surgido: ele não sabia como lidar com a potencial divisão na comunidade, agora que alguns pareciam “seguir-lo” e outros tendiam a aceitar a liderança de Adalberto. Acordou-se que alguém do MEB iria até a comunidade, uns dias mais tarde, para conversar com algumas pessoas envolvidas.

Esta visita aconteceu no segundo dia da minha estada em Fernandópolis. Dois membros da equipe, Isabel e Gilda, Heitor, um jovem recém-formado que não era do MEB, e eu chegamos de jipe em Lagoinha no final da tarde e fomos direto para a casa de Luís, que tinha providenciado um verdadeiro banquete para os padrões locais.⁴⁴⁴ Luís parecia, como os irmãos Carvalho, de algum modo, melhor de vida do que a média dos camponeses de Lagoinha: tinha conseguido amalhar dinheiro suficiente para comprar alguns hectares de terra e providenciar algumas melhorias estruturais na casa que já existia na propriedade. De acordo com seu próprio relato, ele tinha sido particularmente estimulado a dar este passo por um ex-patrão seu que tinha objeções

444. Pode-se ter uma idéia da natureza patriarcal da sociedade rural – confirmada por exemplo, pelo fato de que era extremamente raro que as mulheres (sem contar as monitoras) tivessem parte ativa nas discussões ou reuniões comunitárias apoiadas pelo MEB e pelo fato de que os homens (havia sete presentes ao todo) e os convidados comiam primeiro, observados pelas mulheres e crianças que ficavam esperando que terminássemos para começarem a comer.

às atividades da comunidade, desde o começo do caso das latrinas, e tinha proibido que se marcassem encontros em sua propriedade.

Gilda deu início à discussão dizendo que nós todos sabíamos porque estávamos reunidos, por isso não havia razão para rodeios – vamos direto “ao problema”. Mas isso não aconteceu: a primeira meia hora foi gasta pelos vários camponeses presentes descrevendo a vida dura que tinham de levar, seus problemas com os patrões e assim por diante. Gilda, então, tentou novamente desviar a discussão para os problemas políticos da comunidade e levantou a questão específica sobre o “grupo do Adalberto”. Houve pouca reação, porém, além de uma conversa sobre Adalberto em termos pessoais. Uma ou duas pessoas expressaram sua incompreensão a respeito das intenções de Adalberto. Luís ficou quieto; os outros não tinham nada a dizer que levasse o assunto adiante. Um deles queria saber onde o MEB ficava nisso tudo. A moça explicou que o MEB era um movimento educativo, que só poderia envolver-se e assumir alguma posição até um certo ponto: se eles quisessem ir adiante e agir politicamente, teriam de fazê-lo por intermédio de outro grupo. Era aí que Adalberto e Luís eram relevantes.

“Mas, então, o que é que esses grupos defendem?”, alguém perguntou. Imediatamente, Heitor, depois de certa hesitação, lançou-se em uma longa explicação sobre os objetivos do partido comunista; suas afirmações – sobre a abolição do capitalismo, a ditadura do proletariado e assim por diante – pareciam não fazer sentido para ninguém. As minhas suspeitas iniciais de que Heitor estava envolvido na AP confirmaram-se naquele momento. A AP era descrita como uma organização preocupada em descobrir um caminho junto com os camponeses e interessada em decidir conjuntamente sobre a maneira de agir, enquanto os comunistas acreditavam que o caminho já existia e só tinham de segui-lo. Para os camponeses, no entanto, tudo aquilo significava muito pouco. Mantiveram-se passivos durante a maior parte da noite e as perguntas ocasionais somente demonstravam sua falta de conhecimento e experiência política. Isto não era surpresa, uma vez que esta foi a primeira tentativa de “politização” pura, na comunidade. Mas eu duvido que mesmo esforços mais substanciais pudessem conduzir a resultados espetaculares. É muito difícil – não digo impossível – introduzir efetivamente conhecimento político em condições como aquelas que existiam em Lagoinha em 1966, quando não se apresentava nenhuma oportunidade para adquirir-se a experiência política necessária para embasar tal conhecimento em fundamentos sólidos.

É válido dizermos mais algumas palavras sobre as verdadeiras circunstâncias nas quais se deu essa primeira tentativa do MEB de se envolver no esclarecimento político em Lagoinha. Dois estranhos foram introduzidos simultaneamente na comunidade pelas moças da equipe. Um deles (eu mesmo) foi apresentado como amigo do MEB Nacional; o outro não foi apresentado. As moças e Heitor começaram a interagir fortemente, enquanto Heitor estava descrevendo a AP, elaborando ou complementando as explicações uns dos outros: logo seus pontos de vista e sua identidade política saltaram aos olhos dos presentes. Quando, em um determinado ponto, Isabel reafirmou que nem todos os membros da equipe do MEB discutiriam esses assuntos da mesma maneira, que nem todos tinham optado por ações com linhas políticas, os camponeses expressaram espanto sobre a falta de unidade entre a equipe. Isabel elaborou melhor e explicou que a equipe não discordava nem da necessidade de mudança, nem quanto à direção que ela deveria tomar; alguns, porém, tinham ido mais além do que outros no engajamento pessoal para ação. Infelizmente, estas explicações não propiciaram o esclarecimento necessário: os camponeses obviamente não eram capazes de sofisticadas distinções de papéis, ou de separar a “pessoa como um todo” de suas “qualidades” como supervisor do MEB ou como membro de uma organização política.

Alguns dias mais tarde, em outra visita de dia inteiro à comunidade, surgiu a oportunidade de observar, mais uma vez, a maneira como alguns membros da comunidade reagiram a estas questões políticas e em discuti-las detalhadamente. Gilda e eu primeiro fomos à casa de Luís onde, para nossa surpresa, encontramos Adalberto tentando veementemente convencer Luís de que todas as dificuldades seriam superadas se conseguissem marcar um encontro de seus respectivos líderes: a diretoria do PCB local e a equipe do MEB. Mal chegamos, Adalberto nos colocou a proposta. Ele disse que compreendia bem o que era o nosso “grupo” e fez elogios ao nosso trabalho na comunidade – sem, aparentemente, saber precisamente sobre o que estava falando. Adalberto mudara-se de Lagoinha para uma cidade vizinha havia oito anos, por isso nunca tinha tido contato com o MEB. A próxima meia hora ou mais foi empregada por nós – não por Luís, que estava nervoso e quieto durante quase todo o tempo – para explicar a Adalberto a natureza do MEB. Nós ressaltamos que o MEB não era uma organização política, não entrava em contato ou negociação direta com grupos políticos e estava tentando, por meios educacionais, ajudar as pessoas a entenderem melhor sua situação para que pudessem conscientemente fazer escolhas, inclusive as de natureza política. Então, Adalberto convidou Luís e a mim para acompanhá-

lo à sua casa na cidade. Lá, ele nos mostrou alguns novos folhetos do PCB e o *Manifesto de Maio* que denunciava a ditadura. Falamos um pouco mais sobre os dois “grupos” e sugerimos a Adalberto que talvez os camponeses que participavam do MEB não estivessem inclinados a se envolver com o PCB: eles talvez sentissem que o partido negava muitas das coisas em que eles acreditavam.

Depois do encontro com Adalberto, Gilda, Luís e eu voltamos para Lagoinha, para a casa de João Batista, também um dos membros mais ativos da comunidade. Lá discutimos durante mais de três horas com outros quatro membros da comunidade. Logo depois, retornaram os problemas políticos e, então, com Adalberto fora do caminho, Luís quis que disséssemos se o “grupo” de Heitor estava mesmo “na linha do MEB”. Gilda simplesmente devolveu a pergunta ao grupo e Luís respondeu que eles não queriam afiliar-se a um grupo que, por causa de suas atividades, pudesse arriscar tudo que tinham conquistado na comunidade. “Se nós queremos libertar o camponês, salvar o camponês, trabalhar por uma vida mais fácil para o camponês, temos que seguir o grupo de Heitor”, disse ele. Mas, significativamente, ele acrescentou: “Agora eu quero saber se o grupo de Adalberto tem a mesma linha”. Esta pergunta foi lançada de um lado para o outro e de fato ficou sem resposta. Gilda só disse que o MEB nunca dissera à comunidade o que fazer, declaração com a qual Luís concordou enfaticamente, e salientou: “o MEB apenas abriu nossos olhos”. A resposta à pergunta de Gilda, sobre se o MEB deveria continuar na comunidade caso eles se envolvessem em algum grupo político, foi interessante. “Mesmo se vocês trabalharem com um grupo político”, alguém disse, “vocês poderiam continuar a participar do MEB”. Outro acrescentou que o tipo de trabalho comunitário do MEB poderia ser feito junto, ou ao menos com o conhecimento, dos patrões; estes, porém, teriam que ser mantidos completamente por fora do trabalho político, uma vez que “nós não podemos ter todo mundo em um grupo político”.

Então, perguntamos aos presentes qual era a opinião deles sobre os objetivos do grupo de Adalberto, ou de seu predecessor, antes de 1964, o sindicato controlado pelos comunistas. “Eles dizem que querem a reforma agrária, mas na verdade eles querem a foice e o martelo... comunista”, disse João Batista, que tinha sido membro daquele sindicato antes do golpe, e continuou:

Uma coisa que eu gostaria de ver é um livro que explique realmente o que é o comunismo, a lei dos comunistas. Eu queria entender; para mim, por enquanto, não é mais que uma palavra usada pelos lati-

fundiários para alguma coisa que eles não gostam. Aquele companheiro que dirigia o sindicato era um grande comunista. Ele trabalhou muito com o povo daqui. Ele nos ajudava muito, levava gente doente para o hospital, mulheres e crianças. Era um grande comunista.

Um grande comunista – um grande homem. O que o tornava assim, aos olhos de João Batista, não era sua adesão a uma ou outra doutrina. Ele não era lembrado como alguém que tenha encorajado a expressão da “vontade do povo” nem que se colocasse contra a manipulação ou a massificação. Mas ele cumpria as promessas: fornecia serviços que eram benefícios concreto para o povo.

POLÍTICA EM LAGOINHA E NÃO-DIRETIVIDADE POPULISTA

Devo deixar para o próximo capítulo a discussão a respeito das conclusões mais gerais relacionadas ao material apresentado neste capítulo e nos anteriores. Estas conclusões ponderarão sobre um fato que foi assunto central na curta história do MEB: até que ponto a abordagem do Movimento deveria permanecer centrada na questão da distribuição desigual dos escassos recursos e nos mecanismos sociais e políticos que mantinham essa distribuição desigual ou que podiam modificá-la radicalmente, conforme se esperava, ou deveria concentrar-se na promoção da cooperação na classe camponesa, no desenvolvimento de instituições mais efetivas na comunidade. O correr dos acontecimentos em Lagoinha certamente traria à tona certas dúvidas sobre a eficácia de uma concentração exclusiva no “desenvolvimento de comunidade”. Ainda mais que mesmo “desenvolvimento de comunidade” era frequentemente visto com suspeita no Brasil do pós-golpe.

Antes de terminar o capítulo, gostaria de chamar atenção para um pequeno mas muito interessante ponto que surge dos casos aqui discutidos. Refere-se a uma das “limitações naturais” para possibilidade de completa aceitação da lógica inerente a uma posição populista, que já foi mencionada em termo gerais no 5º capítulo. Nas diferentes ocasiões, em Lagoinha, quando membros da equipe do MEB discutiam “assuntos políticos”, havia uma tentativa sincera de representar as várias opiniões políticas com imparcialidade. Mas tanto durante o encontro comunitário com Heitor quanto durante as conversações na comunidade, uma semana mais tarde, provou-se impossível manter uma atitude rigorosamente populista ou não-diretiva sobre o próprio assunto da não-diretividade na política. Os comunistas eram vistos, sobretudo, não apenas como mal orientados ideologicamente, mas

como “massificadores” que, pela manipulação, negavam às pessoas uma escolha honesta. Era dificilmente satisfatório deixar os camponeses “livres” para escolher entre uma opção que fosse “induzida” por todos os meios possíveis e outra em que eles teriam de “descobrir” por si mesmos. O resultado foi a retração da posição populista rigorosa do MEB – um fenômeno que se alinha com as hipóteses discutidas acima, de que o populismo se dilui conforme seus adeptos devam operar entre outros grupos *anti-status-quo* com pouca inibição para manipular as pessoas para suas próprias finalidades.

14. CONCLUSÕES

Nas páginas finais deste livro, não tentarei apresentar um sumário geral de todas as descobertas. Vou apenas procurar salientar algumas implicações dos dados e certas generalizações teóricas específicas que poderiam passar despercebidas. Como o material apresentado nos dois capítulos anteriores não foi ainda analisado adequadamente deste ponto de vista, vamos começar por eles: a questão levantada por esse material, em qualquer caso, refere-se aos problemas gerais da estrutura social rural examinados no 1º capítulo. Deve-se notar, no entanto, de início, que quaisquer conclusões gerais alcançadas a partir do exame dos dados da pesquisa de campo podem ser, de certa maneira, provisórias: pelo fato de estarem baseada em apenas duas áreas e pela quantidade limitada de tempo gasto em cada uma.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E CONFRONTO DE CLASSES

Em um sistema baseado nas relações patrão-dependente ou mesmo patrão-cliente, como as que ainda prevalecem em Franqueira e Lagoinha, o vínculo essencial na vida dos camponeses é o que os liga ao seu patrão. Em um sistema como esse era de se esperar que – exceto em uma situação de drástica (revolucionária) mudança – o camponês aguardasse pela iniciativa de seu patrão para introduzir inovações na estrutura do sistema, ou ao menos esperasse a aprovação do patrão para aceitar inovações iniciadas em outro lugar. Em Lagoinha, com se viu, durante a maior parte do período inicial de animação, não houve nenhuma oposição dos patrões como grupo, enquanto um deles, Valentino, participava ativamente na promoção de vários empreendimentos da comunidade. Argumentei também que é provável que esses esforços tenham podido realizar-se porque a situação econômica dos camponeses em Lagoinha deixava alguma margem para gastos extras e porque os irmãos Carvalho eram capazes de suprir os recursos de liderança necessários. Estes três fatores juntos criaram uma situação na qual certos tipos de mudança (iniciativas dos próprios camponeses) vieram a ser vistos como admissíveis:

os camponeses poderiam vir a aceitar a visão (do MEB) de que era possível mudar, pois isso se confirmava pelo sucesso de suas ações.

Enquanto todos os três fatores parecem ter propiciado as condições necessárias para a cristalização da ação comunitária, os dados sugerem que, certamente, depois que os primeiros passos foram dados no rumo da iniciativa dos camponeses, a liderança é um recurso muito flexível. Os novos líderes que surgiram, depois que os Carvalhos se foram, podem não ter tido a mesma força de liderança que eles tinham, mas também obtiveram alguns êxitos. Porém, só conseguiram que as coisas fossem feitas enquanto Valentino os apoiava: uma vez que ele retirou sua aprovação e se tornou hostil, como os outros latifundiários, os esforços dos novos líderes rapidamente se enfraqueceram. Essa evolução parece coincidir com os dados obtidos em Franqueira. A tentativa inicial de oposição aos patrões – desafiá-los a respeito da cerca – não apenas falhou redondamente, como também produziu efeitos posteriores desagradáveis para as comunidades envolvidas. Tentar mudar as coisas acabou sendo interpretado como fracasso mais do que como êxito; além do mais, nenhum padrão de mentalidade aberta ajudou os camponeses, nenhuma liderança resistente apresentou-se e as coisas feitas no campo econômico eram precárias. Depois do primeiro fracasso, simplesmente interromperam-se os experimentos de novas idéias de organização social e a compreensão do significado da ação comunitária permaneceu abstrata.

Há um padrão desses fracassos e sucessos que deve agora tornar-se mais óbvio. Aquele de que, nas circunstâncias políticas das áreas ainda relativamente tradicionais, nenhuma comunidade foi capaz de organizar-se com sucesso contra a vontade dos patrões, muito menos de desafiá-los diretamente. Isto aponta para uma distinção geral significativa que deve agora ser examinada em alguns detalhes. É a distinção entre atividades que podem ser agrupadas vagamente sob o título de “desenvolvimento comunitário” e aquelas que envolvem mais especificamente um confronto com as estruturas sociais ou políticas nas quais essas comunidades estão inseridas. O êxito de Lagoinha na autopromoção consistiu na evolução de uma organização comunitária rudimentar, na qual dois conjuntos sucessivos de líderes exerceram papel crucial. Estas pessoas, com a ajuda do MEB, começaram a afastar os camponeses de sua aceitação fatalista do *status quo*, no qual a vida fluía por canais mais ou menos predeterminados. Todos aqueles canais conectavam famílias de camponeses a um padrão dominador e mantinham a comunidade, para todos propósitos práticos, virtualmente pulverizada. As várias inovações

introduzidas, primeiro pelas escolas radiofônicas, depois pelos encontros comunitários, a organização do time de futebol, a construção de uma nova escola e a iniciativa sobre os problemas de saúde, criaram novos tipos de ligação na comunidade, as quais suplementaram mais do que substituíram o vínculo padrão-dependente. O êxito dessas ações ajudou a trazer de volta a importante idéia de que mudanças vieram como resultado de um esforço comunitário e de que a vida poderia ser melhor se todos se unissem e concordassem em cooperar.

Nenhum problema surgiu, então, enquanto as iniciativas dos camponeses não atingiram repercussão fora da comunidade. Durante aquele estágio, os camponeses desenvolveram novas formas de organização e de cooperação: de fato, constituiu-se o desenvolvimento comunitário. Embora os novos elementos estruturais na comunidade fossem pouco mais que rudimentares, fizeram significativa diferença na capacidade da comunidade, primeiro, de formular certas metas coletivas e, depois, de agir com firme propósito para tentar realizá-las.⁴⁴⁵ Os líderes locais de Lagoinha ajudaram a transformar desejos individuais vagos em metas coletivas, para então promover ações positivas. As metas geradas eram objetivos coletivos consensuais.⁴⁴⁶

Entretanto, os eventos nas comunidades de Franqueira e Lagoinha também demonstraram os limites do desenvolvimento comunitário. No caso de Franqueira, a comunidade mobilizou seus recursos para lutar contra os latifundiários, no caso das cercas. Mas, em vez de aumentar as alternativas da comunidade, aquilo resultou em enfraquecimento (nenhuma ajuda dos políticos durante três anos). Em Lagoinha, a comunidade não achou respostas efetivas diante da saída forçada de Chico Carvalho, nem para o fechamento (temporário) da escola radiofônica pelo padrão, nem para a atitude inflexível dos patrões contra a construção das latrinas – de fato não houve respostas da comunidade como um todo. Em todos estes casos, parece que se chegou a

445. Se, como (PARSONS, T. 1963, Op. Cit. p. 235), olharmos o poder como "meios generalizados" disponíveis para a obtenção de metas coletivas, assim como o controle sobre o ambiente no sentido mais amplo do termo, o tipo de desenvolvimento comunitário que ocorreu em Lagoinha foi um caso dramático da extensão do "fundo" de poder de uma coletividade pelas inovações organizacionais. Aumentando o "fundo", ou o nível de poder, abriu-se uma série de alternativas para a comunidade, tornaram-se possíveis certas formas de ação que, até aquele momento, tinham sido apenas cogitadas.

446. Pode-se chamar os meios e a capacidade disponíveis para alcançar estas metas de poder consensual. O poder comunitário, normalmente, envolve a expansão do poder consensual. Para uma elaboração mais aprofundada, ver meu artigo (DE KADT, E., 1965, Op. Cit.).

um ponto limite no qual se extinguiu a vontade de engajamento em certas ações em vista de uma meta coletiva.⁴⁴⁷ O elemento comum nesses casos foi o fato de que todos eles diziam respeito a situações nas quais a ação que visava à meta coletiva, a um interesse comum, teria repercussões em áreas em que os interesses não eram mais comuns e as metas não mais coletivas.

Devemos lembrar que (especialmente em uma comunidade tradicional) alguns camponeses são mais propensos que outros a sentir que têm algo a ganhar juntando-se a seus patrões e, ao contrário, muito a perder opondo-se a eles ou mesmo apenas os desagradando. Quando a meta coletiva de Lagoinha era combater o parasita intestinal, e nada mais, a comunidade estava bem unida. Quando, porém, no combate ao parasita, os patrões tiveram que ser também combatidos, a atuação diminuiu. Não há dúvida de que, em parte, isto devia-se ao fato de que enquanto não era preciso depender dos favores de ninguém, no caso do parasita, ao menos algumas pessoas ficaram preocupadas em arriscar sua situação junto aos patrões por aceitarem as obrigações tradicionais patrão-dependente. Mas o abandono da iniciativa na saúde resultou, ao menos igualmente, do fato de que os camponeses e patrões também tinham outras metas conflitantes, e isto tinha muito a ver com o poder superior que uma das partes, o patrão, tinha à sua disposição para reforçar a atuação em seu benefício, mas em desvantagem para os camponeses.⁴⁴⁸

Lagoinha, então, demonstrou que o desenvolvimento comunitário pode levar algum tempo antes de posicionar-se contra as desigualdades inerentes a uma estrutura social mais ampla. Mas isto, mais cedo ou mais tarde, estabelecerá os limites do que pode ser alcançado por esse tipo de ação, um limite que pode deixar essencialmente intactos os aspectos mais importantes e

447. Do ponto de vista da comunidade, a capacidade de assegurar-se a atuação necessária para perseguir aquelas metas evaporaram; ainda pior, nada parece ter ocorrido para tentar e induzir alguma atuação. Parsons, em sua analogia do poder e dinheiro, chama esta situação de "inflação": (poder) comprometimentos de crédito, que foram introduzidos na expectativa de que poderiam ser mais tarde cobrados, (isto é, resultaram em atuação) perdem seu valor original (PARSONS, T. 1963, Op. Cit. p. 256).

448. Uma vez que há conflitos de metas, uma vez que interesses são incompatíveis, uma vez que o objetivo de uma das partes torna-se a abertura ou manutenção de suas alternativas de ação às custas daqueles da outra parte, o poder torna-se um conceito soma-zero. O que A ganha B perde – e o aumento de poder disponível para um lado diminui o poder do outro. Eu prefiro chamar isto de exercício de poder coercivo. Os problemas neste setor são tão diferentes daqueles relacionados à mobilização do poder consensual, quanto aqueles que dizem respeito à distribuição de uma quantia fixa de recursos (terra, comida, dinheiro) são diferentes dos problemas de crescimento econômico. É neste aspecto que eu diverjo fundamentalmente da análise de (PARSONS, T. 1963, Op. Cit.). Ver (DE KADT, E., 1965, Op. Cit.).

fundamentais da vida dos camponeses, aqueles que têm implicações mais abrangentes em suas vidas.⁴⁴⁹ Não há transição automática do “desenvolvimento comunitário”, de uma capacidade de agir no que diz respeito a interesses comuns, para as maneiras diferentes de atuação necessárias para apresentar frente a alguém, como um patrão, um desafio comum. Isso pode resultar, porém, de determinados esforços da parte de pessoas como os técnicos do MEB para ajudar os camponeses a esboçar suas perspectivas para a confrontação. Se, no entanto, nada de bom resultar dessa confrontação – como no caso da cerca de Franqueira – nenhum aprendizado real (nenhuma conscientização) deverá ocorrer.

Vamos recapitular, neste contexto, outro ponto geral elaborado nas primeiras páginas. Vamos lembrar que Gerrit Huizer fez distinção entre “seguidores tradicionais” e “seguidores racionais” e que, na discussão sobre esses conceitos, argumentei que um número de pessoas que, em conjunto, escolheram seguir um certo líder, podem gradativamente tornar-se conscientes da existência de interesses comuns entre eles. O que se pode aprender da análise aqui apresentada é que um grupo de camponeses pode estar começando a se conscientizar de que compartilham interesses em alguns aspectos – em relação à iniciativas de desenvolvimento comunitário – sem, no entanto, desenvolver consciência de classe ou engajar-se em confrontações baseadas nas contradições de classe. Pode-se salientar, além disso, que a consciência de classe, e a ação inerente a ela, dependem da consciência de interesses comuns dos camponeses *em geral*, em oposição aos padrões *em geral*. Os camponeses enxergam a si mesmos como uma classe somente quando chegam a entender que, além de sua própria comunidade e de seus “adversários” locais, há outras comunidades que estão em situação similar à sua e que a mudança em sua situação não acontecerá por meio de ações direcionadas apenas contra aqueles com quem mantêm relacionamento direto. Nem mesmo um sentido de cidadania, em que a reivindicação de direitos substitua a espera da concessão de favores, resultará necessariamente do desenvolvimento de interesses comuns na cooperação comunitária: muitos direitos legalmente reconhecidos podem ser negados pelos poderosos locais. Nas áreas estudadas, esses direitos eram cada vez mais conhecidos pelos camponeses mais “despertos”, mas tinham um sentido restrito em sua vida concreta: na ausência de uma luta ativa, continuavam letra morta.

449. Do mesmo modo que uma análise teórica focalizada no poder consensual, e negligenciando os problemas do poder coercitivo, perde alguns dos aspectos mais importantes da realidade empírica.

Estas descobertas nos levam de volta à análise do surgimento e do iminente colapso, do chamado “populismo”, apresentado no 3º capítulo. As políticas de Vargas e de seus seguidores giraram simultaneamente em torno da concessão de direitos a estratos sociais muito amplos da população e em torno da tentativa de conciliar interesses das várias classes na sociedade pelas políticas de compromisso. Depois da expansão das leis trabalhistas de Goulart para as áreas rurais, estava claro que sua implementação efetiva iria requerer, por toda parte, apoio do Estado aos interesses dos camponeses e trabalhadores rurais contra os dos latifundiários. Conseqüentemente, a identificação “populista” do povo com a nação entrou em colapso, uma vez que a nação passou a ser construída de grupos antagônicos, alguns dos quais não hesitaram (com o golpe de 1964) em mobilizar seu poder para evitar algum desafio futuro a seus direitos adquiridos. Subseqüentemente, naquelas partes do país onde, antes do golpe, as autoridades eram conscientes e comprometidas com os problemas do *pólo dominado*, muitas das primeiras conquistas se perderam.⁴⁵⁰ A mobilização política “nacional” imposta tornou-se impossível, uma vez que as divisões inerentes à sociedade tornaram-se visíveis e a busca de interesses parciais e privados passou a dominar. Então, os que se sentiam ameaçados pelos menos privilegiados puseram um fim a todo tipo de mobilização política e o Brasil entrou em um período no qual a própria política tornou-se tabu.

Isto é de substancial importância, com relação às páginas anteriores, para que não percamos de vista o fato de que áreas com as quais lidamos nos dois últimos capítulos eram áreas de relativa estabilidade em termos de estrutura econômica. Não houve nenhuma modernização em larga escala, nenhuma racionalização ou mecanização da produção que melhorasse os padrões de vida dos camponeses ou mudasse sua condição de proletariado sem-terra. Foi repetidamente salientado que, nas condições que prevaleciam na Zona da Mata, a consciência dos camponeses realmente mudou; a sua clareza com relação à real situação aumentou, respostas progressistas realmente surgiram, e os trabalhadores rurais (sem-terra) tornaram-se “organizáveis”. Também nesse contexto, a distinção entre confronto (de classe) e desenvolvimento comunitário é muito útil. Naquelas áreas onde os camponeses são colhidos pelos ventos da mudança, os latifundiários forçam a modificação nos acordos temporários “institucionalizados”. Não há dúvida de que, em situações onde novos modos de operação econômica ou social que diminuem o bem-estar

450. O material sobre a Zona da Mata apresentado no 9º capítulo é muito elucidativo sobre estes pontos.

dos camponeses vão sendo introduzidos, pode acontecer a conscientização que envolve a visão de que as coisas não são necessariamente estáticas (ou legítimas).

Naquelas circunstâncias, nenhum “desenvolvimento comunitário” que evitasse o tema da confrontação de classes poderia convencer alguém de que os problemas que surgiam estavam sendo adequadamente abordados.

POPULISMO E PODER

Desde que as idéias de outros católicos progressistas foram assimiladas pelo MEB, no I Encontro Nacional de Coordenadores, em dezembro de 1962, até ao golpe de 1964, a orientação do Movimento, sua ideologia e as linhas de ação que daí decorreram tinham como foco principal não apenas a identificação com o pólo dominado – que permaneceu igualmente forte depois de 1964 – mas também a necessidade de fortalecimento deste último em sua luta contra o pólo dominante. O Movimento mostrou sua consciência da realidade do conflito de classes na sua cartilha *Viver é lutar*. Tal consciência foi conservada por muitos de seus técnicos muito depois do golpe. Mas, como vimos no 10º capítulo, sob a influência indireta das circunstâncias políticas gerais do período pós-golpe e em resposta à pressão direta exercida pelos bispos do CDN, o conceito de *cooperação* quase que substituiu completamente o de *conflito* nas declarações e orientações escritas pelo MEB – sendo a nova cartilha *Mutirão* o melhor exemplo disto. E gradativamente esta mudança de ênfase acabou sendo adotada pelos membros das equipes no campo de trabalho.

Argumentei anteriormente que, com a transferência do centro de gravidade do Movimento para a Amazônia, esta nova orientação não era tão absurda. Mas nas áreas de Franqueira e Lagoinha – onde o MEB cessou suas atividades pouco depois do período de nosso trabalho de campo – e ainda mais na Zona da Mata, a falta de orientação com relação aos problemas de confronto de classe e a concentração no desenvolvimento comunitário e cooperação foi um procedimento muito mais difícil de se defender sobre uma base objetiva. Nessas áreas – vale repetir – a presença do MEB teve um efeito “humanizador” profundamente significativo. Promovendo iniciativas comunitárias e mudanças na mentalidade dos camponeses, ao menos ao ponto de torná-los conscientes dos benefícios da cooperação, o MEB pode até mesmo ter contribuído para preparar o terreno para um eventual papel ativo mais amplo da classe camponesa. Mas as evidências dos dois capítulos anteriores realmente parecem sugerir que a transição de “desenvolvimento

comunitário” para “confronto de classe” está longe de ser automática e que isto não acontece sem o estímulo de pessoas de fora da comunidade.

Nestas anotações conclusivas, quero também lembrar ao leitor, mais uma vez, o desenvolvimento do populismo não-diretivo no MEB e tentar esboçar algumas inferências mais amplas sobre o populismo a partir deste material e outros materiais apresentados nos capítulos anteriores. No capítulo 11, salientei a tensão existente, antes do golpe, entre o objetivo de contribuir para uma transformação social bem específica (a revolução brasileira) e as prescrições populistas de não-diretividade que exigiam que deixasse o povo encontrar suas próprias soluções. Antes de 1964, esta tensão parecia ter sido resolvida no sentido da “abertura de uma perspectiva revolucionária”. O auge do populismo do MEB, o período no qual as equipes pareciam hesitar em dar qualquer tipo de direção ou informação aos camponeses, por incrível que pareça, ocorreu depois do golpe, quando todas as esperanças revolucionárias estavam perdidas, quando pensar em mobilização política dos camponeses tornou-se absurdo. O que era relevante era a desesperança da situação, em termos da perspectiva de confronto de classe e da ampliação da mudança estrutural que havia prevalecido até ali. Isso conduziu as equipes do MEB ao extremo da não-diretividade que tornou qualquer realização impossível.

Porém, depois que a ênfase no confronto de classe deu lugar a um esforço pelo desenvolvimento comunitário e, particularmente, uma vez que o Movimento saiu daquelas áreas nas quais o desenvolvimento comunitário não poderia levar a resultados significativos (isto é, depois da transferência para o Norte), a interpretação “extrema” do populismo não-diretivo caiu por terra, e concluiu-se que as informações de que o povo agora necessitava não eram as mesmas que se davam antes do golpe: em vez de dados relacionados com a desigualdade de distribuição de renda ou bens, ou com o poder dos latifundiários (sem falar no poder dos militares), os camponeses agora recebiam informações principalmente relativas a diferentes empreendimentos cooperativos.

Estas considerações sobre o MEB, bem como o fato documentado inicialmente de que, antes de 1964, a AP era significativamente menos populista em sua organização e prática do que sugeria sua ideologia, sugerem uma *primeira hipótese geral relacionada ao populismo* que parece justificar uma investigação mais detalhada. Ela se relaciona à influência que o exercício ou a participação no poder político, ou até mesmo a percepção de uma probabilidade de alcançar essa participação pela mudança estrutural radical, têm sobre

a ideologia e especialmente sobre as atividades dos movimentos populistas. A proximidade com o poder e com sua institucionalização parece distanciar esses movimentos das concepções de vontade e de hegemonia do povo e empurrá-los em direção a uma ou outra forma de mobilização de massa e mesmo de manipulação. O sucesso do populismo é improvável quando é subordinado à mobilização política. É como se apenas a marginalidade e a distância do poder pudessem garantir um modo puramente populista de orientar o povo; o contrário logo faz surgir tensões entre a responsabilidade da ação e uma verdadeira abertura para com o povo. Aparentemente, esta tensão tende a se resolver em favor do primeiro termo e o “fazer a vontade do povo” facilmente transforma-se em mera retórica.⁴⁵¹

Há outro aspecto do contexto político que aparentemente influencia o grau no qual os movimentos populistas podem transformar seus princípios em prática. Nenhum movimento político opera no vácuo e inevitavelmente têm de ser levados em conta alguns aspectos do *modus operandi* face “ao povo” de outros movimentos da arena política, sejam estes ligados ao governo ou outros grupos oposicionistas. Com a luta pelo poder na Contag, no final de 1963, e a corrida resultante para fundar sindicatos e federações, os progressistas católicos – incluindo o MEB – estavam sacrificando seus princípios populistas em favor da manutenção de algum domínio sobre um instrumento social e político que viam como sendo de grande importância. Isso ocorreu quando foram confrontados com “competidores”, comunistas e petebistas, que tinham uma abordagem menos populista e cujo intento era usar a estrutura dos sindicatos recém-fundados em favor de seus próprios fins políticos. O material apresentado, por isso, sugere uma *segunda hipótese geral sobre populismo*: há uma correlação inversa entre a pureza populista efetiva dos movimentos ideologicamente populistas e o alcance de outros movimentos e organizações populares com menores inibições quanto a manipular o povo em benefício próprio. Por isso, o populismo tende a enfraquecer-se em um contexto de amplos esforços de mobilização política.

Apesar de tudo isso, o MEB na prática manteve uma perspectiva fundamentalmente populista, não apenas depois do golpe mas também antes dele.

451. Neste ponto pode ser de grande ajuda consultar, além dos documentos já citados por Hennessy e Saul no volume de (IONESCU, G.; GELLNER, E., Op. Cit.), as anotações seguintes na sessão II do sumário da conferência sobre populismo, na revista *Government and Opposition*, Primavera de 1968: Peter Worsley (p. 157), Hugh Seton-Watson (p. 161), Franco Venturi (p. 162), Emanuel de Kadt (p. 163), Leonard Schapiro (p. 164), e Angus Stewart (p. 166).

Isso pode parecer surpreendente. Penso que esse fato está relacionado ainda a outra característica geral dos movimentos populistas brevemente discutidos aqui, e que também merecem um exame mais aprofundado no futuro. Em sua preocupação com o confronto de classe, antes do golpe, o Movimento estava interessado em questões como ações enérgicas do governo contra os latifundiários que violavam as leis, medidas redistributivas e a reforma agrária. Esses problemas transcendiam a comunidade local e a ação era de alguma maneira inserida em uma rede mais ampla de relações e atividades na esfera regional e até nacional. Uma orientação para as estruturas de classe regionais e nacionais, ou mesmo para as relações políticas e econômicas internacionais, embora perdida depois de 1964, era crucial na visão do MEB antes do golpe. O Movimento desenvolveu essa preocupação como parte de seus esforços educacionais e de sua tentativa de conscientização. Mas somente durante os dias mais agitados da sindicalização, no período da corrida para fundar-se sindicatos e federações na preparação para as eleições da Contag, o MEB de fato avançou numa tentativa de articular as atividades de diferentes comunidades, ao participar indiretamente das manobras pelo poder no movimento sindical como um todo. Porém, como relembremos, esta experiência estava prestes a ser repudiada pelo MEB, mesmo antes do golpe, quando já estava decidido que se limitariam as atividades do Movimento, mais uma vez, ao campo da educação para o sindicalismo – a tarefa da qual estava formalmente incumbido.

Praticamente não há dúvidas de que, também antes de 1964, não se poderia ter êxito no confronto com as forças entrincheiradas na estrutura vigente sem uma coordenação das atividades locais.⁴⁵² Mas, antes do golpe, o MEB ao menos fornecia aos camponeses alguma orientação cognitiva e ideológica sobre a estrutura mais ampla. Porém, apesar do fato de que até o momento de sua redução, em 1966-1967, o Movimento atuasse em muitos lugares, ele nunca pretendeu coordenar o processo de conscientização das comunidades entre si e ainda menos suas iniciativas de ação. Desde 1964, particularmente, o MEB abordou essencialmente cada comunidade isoladamente. Havia a implicação de que o Movimento não poderia dar senão um mínimo de contribuição para qualquer enfrentamento do conjunto da sociedade na qual essas comunidades tivessem de agir.

452. A comunidade de Franqueira, que temia uma retaliação se votasse contra o candidato dos Barretos, poderia ter deposto o homem se tivesse agido em conjunto com outras comunidades. Uma semi-consciência deste fato por parte dos patrões pode muito bem ter estado por trás da intensificação das promessas nos tempos da eleição e de sua extrema desconfiança dos sindicatos rurais.

Mas, como movimento educativo, o MEB não considerava a intervenção efetiva no processo de confronto (de classe) como sendo uma de suas tarefas. Nem mesmo em seus tempos mais radicais, e apesar das tendências de alguns dos seus técnicos, o Movimento perdeu de vista a distinção entre atividades educativas e a ação de um movimento “político”, no sentido mais amplo do termo, para o qual a coordenação da ação é de grande importância.

A abstenção do MEB desse tipo de coordenação também facilitou muito a conservação da pureza populista. Sua experiência sugere uma *terceira hipótese geral sobre populismo*: a manutenção da pureza populista está inversamente relacionada ao tamanho do movimento ou mesmo à escala na qual opera o movimento, como um todo ou em qualquer de suas unidades constituídas. É relativamente fácil manter a visão de que o povo vai sempre escolher certo se ele não tiver de lidar com assuntos que estão além dos horizontes da comunidade local.⁴⁵³ No início, sugeri que a pretensão dos populistas de representar o povo inteiro e sua tentativa de contrabalançar os interesses dos vários setores sociais no engajamento político, provou ser mera pretensão quando esses interesses se tornavam irreconciliáveis. O MEB, inserido de fato na comunidade local, nunca teve de enfrentar a realidade de que “a vontade do povo” pode ser bem menos homogênea do que pregam as idéias populistas, ou o fato de que é impossível, com uma atitude populista, solucionar o problema das vontades conflitantes.⁴⁵⁴

À MANEIRA DE EPÍLOGO

Pode parecer óbvio que qualquer coisa que se diga na conclusão deste livro em termo de avaliação não passa de uma abordagem. As pessoas e os movimentos que foram discutidos aqui operaram em condições políticas muitos tensas e mais ainda contraditórias; as esperanças e idéias que prevaleciam durante os dias do governo de Goulart já eram relíquias históricas nos dias de Costa e Silva. Acompanhamos o surgimento dessas idéias e esperanças principalmente no meio universitário no início da década de 1960; acompanhamos seu declínio principalmente no MEB. Se adotarmos o ponto de vista dos radicais do MEB – a maioria dos quais deixou o movimento entre

453. Cf. também as observações de Hennessy: “Na medida em que a área de interesses conflitantes se alarga, assim também empalidece o sonho populista na medida em que as técnicas manipulativas se tornam necessárias para mobilizar as massas numa oposição que conte.” (IONESCU, G.; GELLNER, E., Op. Cit. p. 51).

454. Nesta conexão as semelhanças entre os dilemas populista e anarquista são notáveis.

1964 e 1967 – resta-nos concluir que a história do MEB a partir do golpe é de traição e comprometimento. Para eles, o único curso de ação correto seria o fechamento do MEB, se possível com forte ataque à hierarquia e ao governo. Mas outros lutaram como puderam para manter o Movimento aberto de qualquer modo, mesmo sem ter muita função ou sem insistir nas transformações fundamentais que o interior do Brasil necessitava tanto em 1969 quanto em 1963. Para eles, entre os camponeses que permaneceram explorados por seus patrões e esquecidos pelas autoridades, muito trabalho poderia e deveria ser feito, muito se poderia ganhar oferecendo-se aos camponeses um sentido de dignidade humana e a consciência de algumas de suas capacidades potenciais. Nada havia a perder em tentar ajudá-los a melhorar seu padrão de vida por meio de melhores métodos de cultivo, maior conhecimento sobre higiene e saúde ou instituições cooperativas mais fortes. Pode alguém dizer que um ou outro ponto de vista está certo ou errado?

De uma perspectiva mais ampla do que a fornecida somente pelo MEB, restam algumas questões a respeito do que aconteceu aos católicos radicais da “geração de 1962” – tomando-se aquele ano crucial em sua evolução – e o que foi feito das idéias que ela defendia. A primeira questão não pode ser respondida com precisão. Tudo que se pode dizer é que, enquanto um boa proporção dos jovens progressistas católicos “aburguesaram-se”, acomodados à situação, se não totalmente em paz nela – uma evolução não muito excepcional para estudantes revolucionários –, outros levaram a posições extremas as idéias que defendiam antes de abril de 1964, abandonando não apenas suas ligações com a religião institucional mas também a própria fé, e assumiram uma postura revolucionária não-religiosa com uma ou outra variação. Um terceiro grupo, de porte médio entre o relativamente grande grupo de acomodados e o relativamente pequeno grupo de revolucionários, continuou a aprofundar sua fé, a explorar novas dimensões da “teologia do desenvolvimento” e a procurar novas formas de atividade pelas quais pudesse expressar sua posição progressista católica mesmo nas novas circunstâncias.

Quanto às idéias da “geração de 62”, aquelas idéias que foram tão atacadas dentro da própria Igreja, não há como negar que tiveram considerável influência *depois* que foram denunciadas pelas autoridades do período pós-golpe. Talvez isto se tenha dado justamente *porque* foram tão fortemente atacadas e reprimidas e porque as idéias que vieram a ser oficialmente sancionadas eram a antítese daquelas defendidas antes do golpe pelos católicos radicais. Enquanto nenhum corpo ou grupo ligado à Igreja Católica brasileira

proclamou-se (publicamente) herdeiro deles, assumindo sem reservas suas idéias, um deslocamento considerável em direção a uma posição mais progressista ocorreu na Igreja como um todo, com novas expressões de opiniões progressistas vindas de grupos que haviam até aquele momento se mantido nos bastidores. Um destes grupos, talvez o mais notável, foi o próprio clero; durante o período de 1967 e 1968, houve alguns casos de manifestos assinados por centenas de padres, freiras e estudantes de teologia que, em geral, denunciavam primeiro a estrutura arcaica da Igreja, depois as condições sociais do país e, finalmente, abertamente ou por implicação, o governo que se mostrava indiferente a essas condições, já que permitia que persistissem. O primeiro exemplo foi a carta aberta de aproximadamente 300 padres, no final de outubro de 1967, que denunciava, entre outros assuntos, o paternalismo da Igreja, o assistencialismo e a comercialização da fé, a distância dos padres para com o povo por seu estilo de vida de classe média e a falta de abertura real aos ideais e valores do povo; depois, veio a carta aberta dos 75 padres e ministros e 400 estudantes de teologia de São Paulo, denunciando “os reais agitadores do país, aqueles que detinham o poder e dinheiro desonesto”; esta carta foi seguida por um verdadeiro manifesto progressista assinado novamente por cerca de 300 padres, na ocasião do encontro preparatório da CNBB para a Conferência dos Bispos da América Latina, em Medelin.⁴⁵⁵

Mas não foi apenas o clero que sustentou a mudança progressista no Brasil, após o golpe. Entre os movimentos da Ação Católica, tanto a JOC e seu ramo adulto, a ACO (Ação Católica Operária), quanto o movimento jovem rural, a JAC, mantiveram as palavras de ordem defendidas anteriormente quase que exclusivamente pela JUC. A ACO de Pernambuco, com o apoio de todos os outros ramos da Ação Católica no estado, publicou, em abril de 1967, uma longa análise da situação no Nordeste. Afirmavam que o desenvolvimento econômico substancial da região, pela implantação de infra-estrutura e indústria, estava baseado na presença de um vasto exército de camponeses e trabalhadores desempregados, que foram mantidos naquele estado para fornecer uma reserva de mão-de-obra barata e imediatamente disponível ao trabalho, que no entanto não diminuiu porque as novas indústrias eram de capital intensivo. Poucos meses depois, o Conselho Nacional da JOC lançou um manifesto que também dizia respeito às precárias condições de trabalho e vida das massas brasileiras, à “marginalização da classe trabalhadora no processo de desenvolvimento”; um ano depois, a JOC publicou outro

455. Estes e os fatos seguintes estão amplamente noticiados na imprensa da época.

manifesto denunciando a situação econômica, social e política do país – “uma sociedade apoiada na violência” – e exigindo que “mudanças profundas e radicais” fossem “conseguidas pelo povo, por meio de sua organização e luta”.

Como era de se esperar, as autoridades ficaram apreensivas com este novo radicalismo de *dentro* da Igreja, e apesar do próprio governo central abster-se de ataques diretos à Igreja, seus poderosos subalternos, especialmente entre os militares, estavam sempre prontos a procurar por “atividades subversivas” dos servidores da Igreja – estimulados por artigos, investigações e cartas abertas da imprensa conservadora. Uma crise mais séria surgiu no final de 1967, quando um diácono francês, que trabalhava com um dos bispos progressistas, foi preso pelos militares; como resultado, a Comissão Central da CNBB publicou sua declaração mais duramente formulada desde o golpe de abril. Os bispos dessa Comissão rejeitavam as tentativas de gente de fora da Igreja de delimitar suas funções, exigiam respeito aos direitos humanos, declararam que “o abuso econômico e poder político... [era]... subversivo à ordem social”, e proclamaram sua confiança nos jovens e a necessidade de um diálogo aberto com eles. Confrontos maiores ou menores com as autoridades continuaram durante o ano de 1968. Padres e freiras do Rio de Janeiro e seus bispos exerceram papel essencial no momento das manifestações estudantis pelo assassinato de um estudante pela polícia, em abril daquele ano. Houve a tentativa, já descrita, do governo, aparentemente bem-sucedida, de atingir a assembléia da CNBB, em julho, para amainar suas declarações finais. Em seguida, veio o escândalo causado em dezembro pela prisão em Belo Horizonte de três padres franceses e um estudante de teologia brasileiro sob acusações de “subversão”, escândalo que provocou novos protestos em massa por parte do clero e de seculares, amplamente cobertos pela imprensa.

Parece relativamente claro, então, que ao final de 1968, com o sistema político emaciado, vinha de dentro da Igreja a oposição mais articulada à estrutura social mantida pelos governantes do Brasil e às ações de repressão destes governantes. Embora não se deva valorizar demais esta oposição, ou igualá-la às posições dos católicos mais radicais do período anterior a 1964, não há dúvida sobre seu significado nem sobre o fato de que aqueles progressistas pré-1964 tinham fornecido grande parte do impulso que resultou no perceptível afastamento da Igreja de uma posição extremamente cautelosa, “em cima do muro”. Após a repressão de dezembro de 1968, as autoridades não se moveram direta e abertamente contra a Igreja, do modo como agiram contra os intelectuais da oposição e os órgãos de opinião oposicionista.⁴⁵⁶

Mas, certamente, não foi sem motivo que uma das regras mais restritivas aplicadas pelos censores era aquela contra *qualquer* publicação de notícia ou opinião relacionada às atitudes críticas sociais, econômicas ou políticas sustentadas por membros da hierarquia do clero, ou de organizações católicas. É difícil pensar em um melhor testemunho sobre o papel potencial da Igreja na preparação do Brasil para as mudanças necessárias nas áreas menos desenvolvidas e entre os grupos populacionais mais explorados; ou um melhor memorial aos católicos radicais que foram o centro das atenções nestas páginas.

456. Quando este livro estava ainda no prelo, reportagens muito substanciosas estavam sendo publicadas na imprensa ocidental sobre a tortura de presos políticos no Brasil; as vítimas incluíam membros do clero, freiras e estudantes de teologia. Embora o governo brasileiro ainda mantivesse (ou fingisse manter) uma posição neutra com relação à Igreja, a poderosa polícia política e os comandantes do Exército mostraram, submetendo homens e mulheres religiosos à tortura, que eles consideravam a Igreja perigosa e tratavam de intimidá-la.

APÊNDICE I

Resultados da Sondagem dos Técnicos do MEB

A informação sobre conhecimento pessoal e social dos técnicos do MEB, e sobre algumas de suas atitudes a respeito do trabalho e da ideologia do Movimento era muito importante para uma avaliação apropriada das dinâmicas da organização, particularmente para a compreensão do processo de radicalização, desde as bases até a direção, e das ligações que existiam entre seus técnicos e outras organizações progressistas, especialmente os movimentos jovens da Ação Católica. Conseqüentemente foi planejada a formulação de um questionário a ser enviado pelo correio, para todo o quadro de funcionários. Mas durante uma das primeiras discussões gerais, no Nacional, ficou claro para mim que não se poderia esperar nenhuma resposta significativa a um questionário como este, no Brasil daqueles dias – mesmo se aquele questionário viesse do próprio Nacional. Havia um medo generalizado da censura à correspondência enviada pelo correio. E mais: as pessoas estavam, em geral, muito relutantes para colocar suas opiniões sobre os assuntos que pudessem conter implicações políticas em folhas de papel sobre os quais perdiam o controle pessoal. Assim, a idéia de um questionário enviado pelo correio foi deixada de lado.

Fui adiante, no entanto, tentando juntar o maior número possível de informações, naquelas circunstâncias, desistindo da idéia de um censo, ou mesmo de garantir representatividade por meio de uma amostra aleatória. Elaboramos um simples questionário (ver a seguir), aplicado individual e informalmente a todos os membros do Nacional (nov-dez/1965). Ele também foi respondido por todos os participantes do III Encontro Nacional de Coordenadores (abril-maio/1966), pelos participantes do Encontro Estadual de Coordenadores, em Pernambuco (maio/1966) e por quase todos os membros das equipes de Franqueira e Fernandópolis (respectivamente em junho e setembro de 1966).

Os questionários foram explicados e distribuídos, mas foram preenchidos pelas próprias pessoas. Teria sido, sem dúvida, preferível aplicar o questionário

pessoalmente – isto eliminaria, ou ao menos diminuiria, a falta de entendimento ou respostas incompletas (especialmente de algumas questões capciosas, como as relacionadas com remuneração ou adesão às associações políticas, no passado). No III Encontro Nacional de Coordenadores e no encontro de Pernambuco não tive tempo para isto; em Franqueira e Fernandópolis eu segui o mesmo procedimento usado nos encontros para efeitos de uniformidade. Conseqüentemente, em alguns aspectos, o resultado foi mais semelhante ao que se esperaria do questionário mandado pelo correio – com 100% respondidos – do que o obtido com o levantamento com entrevistas marcadas.

O total de pessoas atingidas chegou a 56. Este número inclui todas as pessoas da coordenação e da Equipe Técnica Nacional e todos os coordenadores estaduais (15 ao todo). Para a análise, foram agrupadas por categoria: eram obviamente “totalmente representativos” de si mesmos e além disso constituíam o grupo com maiores responsabilidades no Movimento. Nas tabelas do final do Apêndice estão referidos como Grupo A.

A segunda categoria (28 pessoas) é formada de coordenares dos *sistemas* que assistiram ao encontro no Rio e em Recife, os supervisores de Franqueira e Fernandópolis que tinham previamente ocupado funções de coordenação, e aqueles que trabalhavam na Estadual como coordenadores. Por isso a categoria exclui os coordenadores dos *sistemas* de Minas Gerais, Bahia e Ceará, que estavam representados no encontro do Rio por seus respectivos coordenadores estaduais e que não pude encontrar em ocasiões subseqüentes (ao contrário dos coordenadores de Pernambuco). Esta categoria é representativa do grupo de pessoas que, em 1966, era responsável pelo funcionamento dos *sistemas*; serão mencionados mais adiante como grupo B.

A categoria final, nas tabelas designadas como grupo C, é composta por 13 membros de equipes (quase exclusivamente de Franqueira e Fernandópolis) que nunca ocuparam função de coordenadores. Esta categoria não é apenas muito pequena, mas também a menos significativa ou representativa. É formada de pessoas dos *sistemas* fundados no primeiro ano do funcionamento do Movimento, certamente bem diferentes dos que começaram mais recentemente (particularmente no Norte). Ambos os *sistemas* – especialmente o que incluía Fernandópolis – tinham equipes mais sofisticada do que o usual. Embora comparações sugestivas possam ser feitas entre, por um lado, estas pessoas – que estão tanto mais próximas dos camponeses quanto mais longe dos intelectuais, políticos e formadores de opinião dos grandes centros brasileiros e, por outro lado, outros grupos de nossa amostra, essas comparações

devem ser vistas apenas como tentativas. Em geral, manteve a tendência (no texto) de tomar o grupo B e C juntos e de compará-los com o grupo da alta liderança. O problema de significância estatística está discutido a seguir, depois que os totais (marginais) para cada questão foram obtidos.

Mais um aspecto geral deve ser salientado. Algumas das pessoas mais radicais deixaram o Movimento logo depois do golpe. Nossos dados referem-se a 1966; apresentam as características pessoais de alguns daqueles que ainda permaneciam no Movimento. Uma margem de incerteza existe quando fazemos inferências a partir destes dados, por exemplo, à evolução ideológica do MEB: a composição da liderança do Movimento entre 1962 e 1964 pode ter sido, em certos aspectos, significativamente diferente.

Segue-se o resultado do questionário, com a margem total para cada questão.

QUESTIONÁRIO DO MEB

Q1. Quando você entrou no MEB?

1961/2	13	(23%)
1963/abril 1964	34	(61%)
Depois de 1964	9	(16%)
	56	

Q2. Que posição você ocupava?

Membro do Nacional ou Coordenador de Estadual	15	(27%)
Membro de Estadual ou Coordenador de Sistema	28	(50%)
Supervisor de sistema	13	(23%)
	56	

Q3. Você trabalha no MEB em tempo integral?

Sim	39	(70%)
Não	17	(30%)
	56	

Se não, qual outro trabalho você executa?

Estudo	6	(35%)
Ensino	5	(29%)
Outro	6	(35%)
	17	

Q4. Você trabalhava antes de entrar no MEB?

Sim	48	(86%)
Não	5	(9%)
Não responderam	3	(6%)
	56	

(a) Se sua resposta foi sim: no quê?

Ensinando	26	(54%)
Funcionário Público	6	(13%)
Outro	16	(33%)
	48	

b) Era seu salário anterior maior, menor ou o mesmo?

Maior	19	(40%)
Menor	14	(29%)
O mesmo	5	(10%)
Não responderam	10	(21%)
	48	

Q5. Qual sua escolaridade?

Ginásio (alguns não completaram)	2	(34%)
Colegial (alguns não completaram)	17	
Universidade (não completaram)	17	(30%)
Graduados na Universidade	20	(36%)
	56	

Q6. Origem de classe social⁴⁵⁷

Classe Média ⁴⁵⁸	40	(72%)
Classe Trabalhadora	12	(21%)
Não sabem	4	(7%)
	56	

457. Os entrevistados foram classificados em “classe média” e “classe trabalhadora” no primeiro instante, baseando-se na ocupação do pai. Todas as ocupações manuais (inclusive comerciários) foram consideradas classe trabalhadora. Todas os gerentes, professores, comerciantes, empresários e ocupantes de postos de “colarinho branco”, tanto os pequenos e quantos médios fazendeiros (ao contrário dos camponeses ou trabalhadores rurais), foram considerados classe média. Quando a resposta era ambígua, levou-se em consideração seja a escolaridade do pai, seja a escolaridade ou a ocupação da mãe.

458. Destes, um quinto (8) pertenciam à alta classe média urbana.

Q7. Escolaridade do Pai

Primário	31	(55%)
Ginásio	10	(29%)
Colegial	6	
Universidade	5	(9%)
Não responderam	4	(7%)
	56	

Q8. Ocupação da mãe

Dona de casa	51	(91%)
Professora/funcionária pública	5	(9%)
	56	

Q9. Escolaridade da Mãe

Nenhuma	3	(5%)
Primário	38	(68%)
Ginásio	10	(18%)
Mais que ginásio	5	(9%)
	56	

Q10. Você pertence a alguma associação da Ação Católica no momento?

JUC	3	(5%)
Outra Ação Católica	1	(2%)
Nenhuma declarada	52	(93%)
	56	

Q11. Sem contar a que você pertence agora, você já pertenceu a alguma associação da Ação Católica?

JUC	11	(20%)
JEC	11	(20%)
Outra Ação Católica	12	(21%)
Nenhuma declarada	28	(50%)
	56	

Quadro consolidado de membros de grupos da Ação Católica (em qualquer tempo, eliminando-se sobreposição)

Progressistas (JUC, JEC)	22	(39%)
Somente não-progressistas (AC, JIC, JOC, JAC)	6	(11%)
Não declarados	28	(50%)
	56	

Q12. Você já leu algum artigo ou livro destes autores?

Lebret	47	(84%)
Marx	19	(34%)
Teilhard	25	(45%)
Sartre	15	(27%)
Mounier	29	(52%)
Pe. Vaz	29	(52%)

Q13. Outros livros que impressionaram você (escreva)

O Pequeno Príncipe	15	(27%)
Saint-Exupéry		
Terra dos Homens	8	(14%)
Construir o homem e o mundo	8	(14%)
Michel Quoist		
Poemas para rezar	6	(11%)
Kalil Gibraun	6	(11%)
O Profeta		
Thiago de Melo	6	(11%)
Faz escuro mas eu canto ...		
Celso Furtado	6	(11%)
Dialética do desenvolvimento		

Q14. Sexo

Masculino	23	(41%)
Feminino	33	(59%)
	56	

Q15. Idade

20 – 25	17	(30%)
25 – 30	25	(45%)
acima de 30	14	(25%)
	56	

Q16. Estado Civil

Solteiro	44	(78%)
Casado	11	(20%)
Não declarado	1	(2%)
	56	

Com números tão reduzidos, a classificação cruzada acabou carecendo de significado estatístico – isto é as diferenças encontradas entre subgrupos podem ter sido encontradas por acaso. Por isso, limitei a análise principalmente ao lugar dos entrevistados nos três níveis da organização, como estabeleci nos parágrafos iniciais deste apêndice. Em algumas tabelas complementares usei dados da entrada no Movimento como variável independente. Como indicado no 7º capítulo, quase que invariavelmente é o grupo de lideranças da cúpula (ou seja, o grupo dos que entraram no Movimento mais cedo) que se contrasta com o resto; testes de significância estatística foram aplicados para este tipo de comparação dicotômica. Como se pode ver nas tabelas, embora algumas das diferenças sejam significativas no nível – convencional – dos 5% (isto é quando a distribuição encontrada só tem probabilidade de acontecer por acaso não mais do que uma vez em 20), a maioria delas mantém significância no nível, menos rigoroso, dos 10%.⁴⁵⁹

Os níveis organizacionais estão indicados por A, B e C, como se segue:

- A. Membros do Nacional e Coordenadores de Estadual
- B. Membros de Estadual e Coordenadores de *sistema*
- C. Supervisores de *sistema*.

459. Os testes usado foram χ^2 (com conexões Yates para continuidade), ou, quando alguma frequência esperada era menos que 5, o teste de distribuição hipergeométrica.

TABELA 1. Sexo, por nível organizacional

	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
A	9 (60%)	6 (40%)	15
B	9 (32%)	19 (68%)	28
	} 34%	} 66%	} 41
C	5 (38%)	8 (62%)	13
Total	23 (41%)	33 (59%)	56 (100%)

2> p > .1 não significativos ao nível de 10%

TABELA 2. Idade, por nível organizacional

	Idade			Total
	20 – 25	26 – 30	Acima de 30	
A	3 (20%)	5 (33%)	7(47%)	15
B	7 (25%)	15 (54%)	6 (21%)	28
	} 34%	} 49%	} 17%	} 41
C	7 (54%)	5 (38%)	1 (8%)	13
Total	17 (30%)	25 (45%)	14 (25%)	56 (100%)

abaixo de 30 – V – acima de 30: I> p > 05 significativos ao nível de 10%

TABELA 3. Data de Entrada no Movimento, por nível organizacional

	Entrada no MEB			Total
	1961 – 2	1962 – 4	Depois de 1964	
A	7 (47%)	7 (47%)	1 (6%)	15
B	6 (21%)	17 (61%)	5(18%)	28
	}15%	} 66%	}19%	}41
C	Ñ-	10 (77%)	3(23%)	13
Total	13 (23%)	34 (61%)	9 (16%)	56 (100%)

61/62 – V – rest: p = .05 significativos ao nível de 10%

TABELA 4. Trabalhos anteriores, por nível organizacional

	Trabalho antes de entrar no MEB					Total
	Não	Não decl.	Professor	Funcionário Público	Outros	
A	–	–	5 33%	2 13%	8 53%	15
B	2	2	16	4	4	24
			} 64%	} 12%	} 24%	} 33
C	3	1	5	–	4	9
Total	5	3	26 (54%)	6 (13%)	16 (33%)	48 (100%)

Professores – V – resto $p = .1$ significativos ao nível de 10%

TABELA 5. Escolaridade, por nível organizacional

	Escolaridade			Total
	Secundária	Universitária	Univ.Grad.	
A	–	15 (100%)	(8)	15
B	13 (46%)	15 (54%)	(9)	28
	} 46%	} 54%		} 41
C	6 (46%)	7 (54%)	(5)	13
Total	19 (34%)	37 (66%)	(22)	56 100%

$p > .01$ significante no nível de 1%

TABELA 6. Classe Social, por nível organizacional

	Classe Social			Total
	Média	Trabalhadora	Desconhecida	
A	14 (93%)	1 (7%)	Ñ-	15
B	17 (61%)	8 (29%)	3 (11%)	28
	} 63%	} 27%	} 10%	
C	9 (69%)	3 (23%)	1 (8%)	13
Total	19 (34%)	37 (66%)	(22)	56 (100%)

Média – v – trabalhadora (não apurados excluídos): .a >. $p > .1$ significante no nível de 10%

TABELA 7. Escolaridade do pai, por nível organizacional

	Escolaridade do Pai			Total
	Nenhuma/ primária	Secundária/ Universitária	Desconhecida	
A	14 (93%)	10 (67%)	2 (13%)	15
B	17 (61%)	8 (29%)	1 (4%)	28
	}63%	} 27%	} 5%	
C	9 (69%)	3 (23%)	1 (8%)	13
Total	31 (55%)	21 (38%)	4 (7%)	56 (100%)

Nenhuma/primária – v – secundária/universitária (não apurados excluídos): $p > .01$ significativo no nível de 1%.

TABELA 8. Membros Consolidados de Grupos da Ação Católica, por nível organizacional

	Membros da AC		Não-membros da Ação Catól.	Total
	Radicais JUC, JEC	Não-radicais AC, JIC, JOC, JAC		
A	8 (53%)	3 (20%)	4 (27%)	15
B	5 (32%)	2 (7%)	17 (61%)	28
	} 34%	} 7%	} 59%	
C	9 (38%)	1 (8%)	7 (4%)	13
Total	22 (39%)	6 (11%)	28 (50%)	56 (100%)

membros – v – não-membros:

.1 > $p > .05$ significativo no nível de 10%.

Radical – v – resto

$p = .2$ não significativo no nível de 10%

TABELA 9. Membros Consolidados da Ação Católica, pela data de entrada no MEB

Entrada	Membros da AC		Não-membros da Ação Catól.	Total
	Radicais JUC, JEC	Não-radicais AC, JIC, JOC, JAC		
1961-2	8 (53%)	2 (20%)	5 (33%)	15
1963-abril/64	11 (33%)	4 (12%)	18 (55%)	33
	} 34%	} 10%	} 59%	
Depois de abril/64	3 (38%)	–	5 (62%)	8
Total	23 (39%)	6 (11%)	28 (50%)	56 100%

membros – v – não-membros:

p > .05 significativo no nível de 10%.

Radical – v – resto

p > .2 não significativo no nível de 10%

TABELA 10. Renda antes de entrar no MEB, dos que já tinham trabalhado, na data da entrada no MEB

Entrada	Mais	O mesmo	Menos	Não responderam	Total
1961-2	2 (14%)	1 (7%)	6 (43%)	5 (36%)	14
1963-04/1964	14(50%)	3(11%)	7 (35%)	4 (24%)	28
	} 50%	}12%	}24%	}15%	
depois de 04/1964	3(50%)	1(17%)	1 (17%)	1 (17%)	6
Total	19 (40%)	5 (10%)	14 (29%)	10 (21%)	48 100%

Menos – v – resto (nenhuma resposta excluída)

p = .1 significativa no nível de 10%

TABELA 11. Autores lidos, ou conhecidos, por nível organizacional

	Lebret	Marx	Teilhard	Sartre	Mounier	Pe. Vaz
	14 (93%)	10 (66%)	12 (80%)	6 (40%)	14 (93%)	13 (87%)
	24 (86%)	6 (21%)	8 (29%)	6 (21%)	8 (29%)	9 (32%)
	9 (69%)	3 (69%)	5 (23%)	3 (23%)	7 54%)	7 (54%)
Total	47 (84%)	19 (34%)	25 (45%)	15 (27%)	29 (52%)	29 (52%)

APÊNDICE II

Anotações do trabalho de campo em São Pedro

Enquanto eu estava em São Pedro, a usina de açúcar administrada pelo IBRA (ver 9º capítulo), passei pela primeira experiência desagradável durante meu trabalho de campo: encontrei-me repentinamente sob suspeita quanto aos reais motivos de minhas entrevistas e atividades de pesquisa. O relatório do episódio não cabe no corpo deste livro, mas é interessante incluí-lo como apêndice por causa do esclarecimento que traz sobre a estrutura de dominação nas plantações açucareiras, e porque mostra, mais uma vez, que aquele que desconsiderasse (por qualquer razão) princípios fundamentais já bem estabelecidos para o trabalho de campo, o faria por sua própria conta e risco.

Começamos por esse último ponto. Em vez de alguma forma de introdução formal ou oficial, claramente estabelecendo minha identidade, filiações institucionais etc, fui para São Pedro tendo sido apenas apresentado informalmente – às pressas – ao gerente geral, por um dos funcionários do escritório central do IBRA. Uma vez lá, consciente do fato de que meu tempo era limitado a uma semana de trabalho no máximo, encontrei-me cortando caminho no processo normal de estabelecimento gradual de relacionamentos e de confiança. Saltei quase que diretamente para longas entrevistas, muitas delas gravadas, muitas vezes lidando com questões raramente abordadas por pessoas de fora (as relações com o sindicato, a imagem do MEB etc.). Meti-me, devo hoje dizer, desnecessariamente, na investigação de detalhes administrativos, tais como os acordos sobre tratamento médico que haviam causado um tumulto com o sindicato. Provavelmente, fui o primeiro estrangeiro a visitar a empresa, desde que ela foi assumida pelo IBRA, e parece-me compreensível que suspeitassem “daquele camarada que vem aqui com um gravador, bisbilhota por aí, fala português perfeitamente e diz que é um holandês fazendo uma pesquisa sociológica para uma universidade inglesa” (como disse o gerente de produção, segundo me contou uma pessoa lá de dentro).

No 10º capítulo, referi-me ao fato de que em São Pedro, como em outros engenhos, em 1966, as pessoas eram diretamente intimidadas e vigiadas. Qualquer atitude estranha era notificada, especialmente se pudesse ser interpretada como desafio às autoridades estabelecidas ou às suas opiniões. Forasteiros inquiridores como eu não eram bem-vindos, especialmente se fizessem perguntas desconcertantes e inesperadas. Meus problemas, acredito, começaram quando eu, ao final de uma entrevista (gravada) com o gerente de produção, disse: “Vejo que o senhor está armado. Há muita gente armada por aqui?” Ele ficou visivelmente surpreso com esta referência tão direta à pistola em seu cinturão e, enquanto formulava cuidadosamente sua resposta, mal podia esconder sua desconfiança: “Sim, há certas pessoas que andam armadas. Sinto que preciso andar armado, porque há 300 pessoas que trabalham aqui, cada uma com um pensamento diferente. Por isso, você enfrenta falta de educação, gente ignorante que não respeita ninguém. Por isso eu ando armado. Não é apenas uma questão de proteção, mas é mais uma questão de ... bem... impor respeito. E é um costume: eu cresci neste ambiente em que muita gente anda armada. Graças a Deus, até hoje não precisei usar a minha arma, e peço a Deus que nunca tenha de usar.”

Dali em diante, tornei-me um “encrenqueiro” em potencial. Ele vigiava todos os meus movimentos bem de perto. Qualquer um que falasse comigo era chamado em seu escritório para uma “prestação de contas”. As informações que ele juntou em poucos dias mostravam que eu tinha conversado com a maioria das pessoas a respeito do mesmo assunto – MEB, o sindicato, condições de trabalho, e assim por diante – e que eu perguntava coisas específicas e detalhadas sobre questões administrativas. Os resultados de sua investigação foram passados para o Dr. Carlos, o gerente geral. Dr. Carlos não perdeu tempo e me repreendeu em público por uma hora e meia, na varanda da casa grande da usina. Alegou que fossem lá quais fossem as minhas intenções, aquilo não era sociologia: todos aqueles detalhes sobre administração não tinham relevância em termos sociais gerais – e apenas estes interessavam a sociólogos. (“Eu sei, porque eu tenho um cunhado, um homem muito inteligente, que ensina sociologia na faculdade [local]”. O cunhado era um advogado.)

Ele estava claramente muito desconfiado do meu gravador. Determinou que eu entregasse algumas partes das evidências incriminadoras, perguntou se eu tinha uma gravação de minha visita à escola radiofônica do MEB, na noite anterior, na usina. Para meu alívio, eu não tinha. Ele também queria saber o

que eu tinha gravado na manhã quando visitei um dos engenhos com uma equipe de entrevistadores do IBRA, não pertencentes à administração da usina.⁴⁶⁰ Havia entrevistado alguns moradores de lá, mas não levei o gravador – já imaginando evitar as conseqüências, para eles, de uma situação como essa em que eu me encontrava naquele momento. Quando eu disse que isso não estava gravado, um dos presentes disse que lhe contaram que eu estava usando também um gravador de bolso. Parece que alguém tinha me visto usando um fotômetro antes de tirar fotografias. Apesar de minhas explicações, esta declaração aumentou consideravelmente a atmosfera geral de suspeita.

A maioria das gravações foi apagada – elas eram, afinal, usadas apenas como ajuda para fazer minhas anotações de campo. Mas uma entrevista com um capataz da usina, feita um dia antes de meu “interrogatório” ainda estava na fita gravada. Dr. Carlos, então, mandou que a gravação daquela entrevista fosse ouvida “na íntegra”. Eu menti, dizendo que a primeira metade já havia sido apagada – mas ele insistiu que eles ouviriam o que restava. Protestei, dizendo que não poderia revelar informações fornecidas em confiança, a não ser com a autorização de meu informante, diante do que este logo concordou em que a fita fosse ouvida. Aconteceu também que não havia nada ‘incriminador’ na fita. Algumas de minhas perguntas sobre a atitude da administração com os trabalhadores e com o sindicato eram um tanto embaraçosas, mas as respostas de meu entrevistado não foram comprometedoras, ao contrário do que eu esperava de um homem cuja reputação era de “um amigo dos trabalhadores”. Somente mais tarde me ocorreu que, no momento daquela entrevista, eu era provavelmente uma das pouquíssimas pessoas que não estavam cientes dos inquéritos e suspeitas do gerente da usina, enquanto meu informante estava totalmente na defensiva.

Aquela experiência foi obviamente muito desagradável: parti sob uma nuvem de suspeita que só foi dissipada dois dias mais tarde, depois de uma declaração formal, por escrito, do Consulado Britânico sobre meu *status*. O mais curioso a respeito de todo o episódio foi o seu desenlace. Depois que eu apresentei a carta do consulado ao Dr. Carlos, no escritório central do IBRA, ele ficou em silêncio por um bom tempo. Daí sorriu e pediu a sua secretária que trouxesse o jornal local do dia anterior. Na primeira página estava a história sobre um oficial do SNI (Serviço Secreto) enviado do Rio

460. Os entrevistadores estavam empenhados em entrevistar todos os moradores para estabelecer a capacidade deles de tornarem-se produtores independentes no projeto piloto de distribuição de terra para agricultura familiar, do IBRA.

para investigar alegações de práticas administrativas fraudulentas em uma “grande usina administrada pelo IBRA”. Isso apareceu na manhã seguinte ao meu “interrogatório”. Contaram-me mais tarde que, na casa grande, o jornal foi triunfalmente mostrado a todos pelo gerente de produção: o suposto inglês-holandês teria sido, afinal, um brasileiro informante da polícia. Depois de tudo esclarecido, eu voltei a São Pedro, “oficialmente”.

Mas o incidente também teve aspectos positivos. O funcionamento da estrutura de poder na empresa veio à tona muito mais claramente do que viria em circunstâncias normais. Pude sentir, além de apenas entender, algo sobre o processo de intimidação dos trabalhadores e camponeses e sobre as razões da passividade deles diante dos poderes estabelecidos. Tomei consciência do que significava realmente viver em um engenho: ser o tempo todo vigiado pelos patrões, sempre espionado pelo chefe, por algum chefe. Este chefe pode fazer você passar por pequenas e grandes humilhações e pode ameaçar seu meio de sobrevivência. Compreendi de um novo modo porque os trabalhadores ficavam tão impotentes, ao não contar com um poder baseado fora dos limites da usina, e descobri quão profundamente eles devem ter sido afetados pela perda do limitado apoio do governo que existia antes do golpe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOT, W. M., SJ (Org.). *The documents of Vatican II*. London: s.n., 1966.
- AÇÃO POPULAR. Documento base. Rio de Janeiro: AP, 1962.
- ADAMS, R. N. Political power and social structures. In: VÉLIZ, C. (org.). *Obstacles to change in Latin America*. London: RIIA, 1965.
- _____. Rural labor. In: JOHNSON, J. J. (Org.). *Continuity and change in Latin America*. Stanford: s.n., 1964.
- ALEXANDER, R. *Today's Latin América*. S.l.: s.n., 1962.
- ALVES, M. A burguesia nacional e a crise brasileira. *Estudos Sociais*, dez. 1962.
- ALVES, M. M. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasileira, 1963.
- ÁVILA, F. B. de. *Neo-capitalismo, socialismo, solidarismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: s.n., 1963.
- AZEVEDO, F. de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BARRETO, L. *Julião, nordeste, revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- BARROS, A. de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Equador, 1965.
- BELLO, J. M. *A History of Modern Brazil*. Stanford: s.n., 1966.
- BENNET, J. W.; ISHINO, I. *Paternalism in the Japanese economy*. Minneapolis: s.n., 1963.
- BEZERRA, A. Da necessidade de um ideal histórico. *JUC, Boletim Nacional*, n. 2, dez. 1959.
- BLAU, P. M. *Exchange and power in social life*. New York: s.n., 1964.

- BORGES, F. C. O movimento camponês no Nordeste. *Estudos Sociais*, dez. 1962.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Serviço de Documentação. *I Encontro dos Bispos do Nordeste*. Rio de Janeiro: PR/SD, 1960.
- BRITO, M. da S. *Antecedentes da semana de arte moderna*. Rio de Janeiro: s.n., 1964.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. (Org.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BUBER, M. *Paths in Utopia*. Boston: s.n., 1958.
- CALDEIRA, C. *Mutirão*. São Paulo: Ed. Nacional, 1956.
- CALLADO, A. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Álvaro, 1965.
- CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- _____. Hégémonie bourgeoise et indépendance économique. *Les temps modernes*, oct. 1967.
- CEPAL. Nacionalisme et politiques du développement au Brésil, *Sociol. du Travail*, v. 6, n. 3-4, 1964.
- CÉSAR, W. A. Situação social e crescimento do protestantismo na América Latina. In: _____ et al. *Protestantismo e imperialismo na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- CHONCHOL, J. *El desarrollo de América Latina y la reforma agraria*. Santiago: Pacífico, 1964.
- CNBB. *Comunicação mensal da CNBB*, jan-fev. 1961.
- _____. *Manifesto da Comissão Central da CNBB*: Páscoa. 1963.
- _____. Plano de emergência para a Igreja do Brasil. *Cadernos da CNBB*, no. 1, 1962.
- _____. *Reunião extraordinária dos Metropolitanos: Declaração*, 29 mai. 1964.
- COFFY, R. *Teilhard de Chardin et le socialisme: chronique social de France*. Lyon: s.n., 1966.
- COMITÉ INTERAMERICANO PARA EL DESARROLLO AGRÍCOLA. *Posse e uso da terra e desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola: Brasil*. Washington, D.C.: CIDA, 1966.

- CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Loqui, 1962. 2 v.
- CONGAR, Y. *Lay people in the church*. London: s.n., 1957.
- CRUZ COSTA, J. *A History of Ideas in Brazil*. S.l.: s.n., 1964.
- CRESPO, P. O problema camponês no Nordeste brasileiro. *SPES*, n. 17, 1963.
- CUYPERS, H. *Pró ou contra Teilhard*. Petrópolis: s.n. 1967.
- DALE, R. *JUC do Brasil: uma nova experiência de Ação Católica*. S.l.: s.n., 1962. (mimeo.).
- DAHRENDORFF, R. *Class and class conflict in industrial society*. Stanford : s.n., 1959.
- DEBRUN, M. Nationalisme et politiques de développement au Brésil. *Sociol. du travail*, v. 6, n. 3-4, 1964.
- DE KADT, E. Paternalism and populism: Catholicism in Latin America. *J. Contemp. Hist.*, Oct. 1967a.
- _____. Religion, the Church and social change in Brazil. In: VÉLIZ, C. (Org.). *The Politics of Conformity in Latin America*. London: RIIA, 1967b.
- _____. et al. Conflict and power in society. *Int. Soc. Sc. J.*, v. 18, n. 3, 1965.
- DETREZ, C. Existencialismo e juventude brasileira. *Paz e terra*, n. 3 1967.
- DI TELLA, T. Populism and reform in Latin America. In: VÉLIZ, C. (Org.). *Obstacles to change in Latin America*. London: RIIA, 1965.
- DIÉGUES JR., M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Bras. de Pesquisas Educacionais, 1960.
- DORNAS FILHO, J. *O padroado e a Igreja no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.
- DULLES, J. W. F. Jr. *Vargas of Brazil*. London: s.n., 1967.
- DUMOULIN, D. C. *The rural labor movement in Brazil*. Madison: Wisc. Univ. Land Tenure Center, 1964. (mimeo.).
- ESTEVAM, C. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York: s.n., 1967.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.⁴⁶¹
- _____. *New World in the tropics*. New York: s.d., 1963.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- FROMM, E. (Org.). *Socialist Humanism*. New York: s.n., 1965.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1964.
- _____. *The economic growth of Brazil*. Berkeley: s.n., 1963.
- _____. Political obstacles to the economic development of Brazil. In: VÉLIZ, C. (Org.) *Obstacles to change in Latin America*. London: RIIA, 1965.
- FURTER, P. Caminhos e descaminhos de uma política da juventude. *Paz e Terra*, n. 3, 1967.
- _____. *Educação e reflexão*. Petrópolis: s.n., 1966a.
- _____. L'imagination créatrice, la violence et le changement social. *CIDOC Cuaderno*. Cuernavaca : n. 14, 1968.
- _____. Utopie et Marxisme selon Ernst Bloch. *Arch. Sociol. Relig.*, n. 21, 1966b.
- GALJART, B. Class and 'following' in rural Brazil. *América Latina*, v. 7, n. 3, 1964.
- GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective*. New York: s.n. 1965.
- GUILHERME, W. *Quem dará o golpe no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- HERRING, H. *A history of Latin America*. 2. ed. New York: s.n., 1963.
- HEWITT, C. N. *An analysis of the peasant movement of Pernambuco, Brazil, 1961-4*. Ithaca: Cornell Univ., NY State School of Industrial and Labor Relations, dec. 1966. (mimeo.).

461. N.T. O autor citou Gilberto Freyre a partir de uma edição em inglês – para reconstituir o texto original de Freyre em português utilizamos a edição brasileira de 1999.

- HIRSCHMAN, A. O. *Journeys toward progress*. New York: s.n., 1963.
- HOBSBAWN, E. *Primitive Rebels*. Manchester: s.n., 1959
- HOMANS, G. *Social Behavior*. New York: s.n., 1961.
- HOROWITZ, I. L. *Three Words of Development*. New York: s.n., 1966.
- HOUTART, F.; ÉMILE PIN. *The church and the Latin American revolution*. New York: s.n., 1965.
- HUIZER, G. Some notes on community development and rural social research. *América Latina*, v. 8, n. 3, 1965.
- HUTCHINSON, B. The patron-dependant relationship in Brazil: a preliminary examination. *Sociologia ruralis*, v. 6, n. 1, 1966.
- IANNI, O. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- _____. et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- IGLÉSIAS, F. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. *Rev. Bras. Cien. Soc.*, v. 2, n. 2, jul, 1962.
- IONESCU, G.; GELLNER, E. (Org.). *Populism*. London: s.n., 1969.
- IRAM. *Animation et participation des masses au Plan Quadriénal du Sénégal*. Paris : s.n., 1961.
- JAGUARIBE, H. *Economic and political development*. Cam., Mass.: s.n., 1968.
- JULIÃO, F. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA. *5 anos de JEC*. Belo Horizonte: JEC, 1958.
- JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA. *Boletim Informativo da JUC*, n. 2, 1963.
- _____. Centro Oeste Regional. Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro. *JUC, Ideal Histórico*, v. 4, n. 1, s.d.
- LANDSBERGER, H. A. The labor élite: is it revolutionary?. In: LIPSET, S. M. ; SOLARI, A. E. (Org.). *Elites in Latin America*. New York: s.n., 1967.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1948.

- LEEDS, A. Brazil and the myth of Francisco Julião. In: MAIER, J.; WEATHERHEAD, R. W. (Org.). *Politics of change in Latin America*. New York: s.n., 1964a.
- _____. Brazilian careers and social structure: an evolutionary model and case history. *Amer. Anthropol.* Dec. 1964b.
- LEITE, S. U. Cultura popular: esboço de uma resenha crítica. *Rev. Civilização Bras.*, set. 1965.
- LIGNEUL, A. *Teilhard et le personalisme*. Paris: s.n., 1964.
- LOPES, J. R. B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- _____. Some basic developments in Brazilian politics and society?. In: BAKLANOFF, E. N. (Org.). *New Perspectives of Brazil*. Nashville, Tenn.: s.n., 1966.
- MacRAE, D.G. The Bolshevick Ideology. In: _____. *Ideology and Society*. London: s.n., 1961.
- MARIA, J. A religião, ordens religiosas, instituições pias e beneficentes no Brasil: memória. In: _____. *Livro do centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- MARITAIN, J. *True humanism*. London: s.n., 1938.
- MARSHALL, T. H. *Sociology at the crossroads*. London: s.n., 1963.
- MARTINS, H. Ideology and development: developmental nationalism in Brazil. In: HALMOS, P. (Org.). *Latin American sociological studies*. Keele Univ. Feb. 1967.
- MATOS, A. Aparências e realidades do panorama político. *Estudos Sociais*, abr. 1962.
- MECHAM, J. L. Church and state in Latin America. 2. rev. ed. Chapel Hill: s.n., 1966.
- MEDINA, C. A. de. *A favela e o demagogo*. São. Paulo: Martins, 1964.
- MENDES DE ALMEIDA, C. A. *Memento dos vivos: a esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- _____. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos, 1963.

MOORE, W. The utility of utopias: presidential address to American Sociol. Ass., *Amer. Socio. R.*, Dec. 1966.

MORSE, R. M. The heritage of Latin America. In: HARTZ, L. *The founding of new societies*. New York: s.n., 1964.

_____. Some themes of Brazilian history. *S. Atlantic Q.*, v. 51, n. 2, Spring, 1962.

MORAZE, C. *Les trois âges du Brésil*. Paris : s.n. 1954.

MOUNIER, E. *O personalismo*. Lisboa: s.n., 1960.

_____. *Le personnalisme*. Paris: s.n., 1950.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório anual*. S.l.: MEB, 1961.

_____. _____, 1962.

_____. _____, 1963a.

_____. Relatório do Encontro de Coordenadores, 8-15 jun. 1964. S.l.: MEB, 1964.

_____. *Viver é lutar*. S.l.: MEB, 1963b. (mimeo.).

NETTL, J. P. *Political mobilization*. London: s.n., 1967.

VIII CONSELHO NACIONAL DE DIRIGENTES, Rio de Janeiro, 1958. *Anais*. Rio de Janeiro: Secretariado Nacional da JUC, 1958.

PARSONS, T. On the concept of political power. *Proc. Amer. Philos. Soc.*, n. 108, 1963.

PARSONS, T. *The Social System*. Londons: s.n., 1951.

PAULSON, B. H. *Local political patterns in Northeast Brazil*. Madison: Wisc. Univ. Land Tenure Center, 1964. (mimeo).

PIERCE, R. *Contemporary French political thought*. London: s.n., 1966.

PIKE, F. B. (Org.). *The conflict between church and state in Latin America*. New York: s.n., 1964.

PINTO, A. V. *A questão da universidade*. Rio de Janeiro: Universitária, 1962.

PRICE, R. E. *Rural unionization in Brazil*. Madison, Wisc.: Univ. Land Tenure Center, 1964. (mimeo).

I ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR, Recife. set. 1963. Primeira resolução. Recife: s.n. 1963.

- QUEIROZ, M. I. P. de. *Réforme et révolution dans les sociétés traditionnelles*. Paris: Anthropos, 1968.
- QUIJANO OBREGÓN, A. Contemporary peasant movements. In: LIPSET, S. M.; SOLARI, A. E. (Org.). *Elites in Latin America*. New York: s.n., 1967.
- RAHNER, K. Christentum als Religion der absoluten Zukunft. In: KELLNER, E. (org.). *Christentum und Marxismus – Heute*. Vienna: s.n., 1966.
- RAMOS, J.P. Protestantismo brasileiro: visão panorâmica. *Paz e Terra*, n. 6, abr. 1968.
- REVISTA ECLESIAÍSTICA BRASILEIRA, v. 21, fasc. A, dez. 1961.
- RIBEIRO, C. Novos caminhos do teatro universitário. *Revista Brasiliense*, set-out. 1962.
- SANDERS, T. G. Catholicism and development: the catholic left in Brazil. In: SILVERT, K. H. (Org.). *Churches and states: the religious institution and modernization*. New York: s.n., 1967.
- SANTO ROSÁRIO, M. R. do. *O Cardeal Leme*. Rio de Janeiro: Olympio, 1962.
- SCHWEITZER, A. Ideological groups. *Amer. Sociol. R.*, n. 9, 1944.
- SEGANFREDDO, S. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.
- SENA, L. G. Reflexões sobre o ideal histórico. *JUC, Boletim Ideal Histórico*, v. 4, n.1, s.d.
- SKIDMORE, T. E. *Politics in Brazil, 1930-64*. New York: s.n., 1967.
- SMELSER, N. J. *Theory of collective behaviour*. London: s.n., 1962.
- SMITH, T. L. *Brazil, people and institutions*. Louisiana: s.n., 1963.
- _____; MARCHANT, A. *Brazil: portrait of half a continent*. New York: s.n., 1951.
- SMULDERS SJ, P. *Het visioen van Teilhard de Chardin*. Utrecht : s.n., 1964.
- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUSA, L. A. G. de. *O cristão e o mundo*. Petrópolis: Vozes, 1965.

- SOUZA, H. J. de (Org.). *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro: Universitária, 1962.
- SUNKEL, O. Política nacional de desarrollo y dependencia externa. *Estudios Internacionales*. Santiago: abr. 1967.
- TALMON, Y. Millenarian movements. *Eur. J. Sociol.*, v. 7, n. 2, 1966.
- TARSO, P. de. *Os cristãos e a revolução social*. Rio de Janeiro: s.n., 1963.
- TEILHARD DE CHARDIN, P. *The phenomenon of man*. New York: s.n. 1961.
- THERRY, L. D. Dominant power components in the Brazilian students movement. *J. Inter-Amer. Studies*, Jan. 1965.
- TRUMAN, T. *Catholic Action in Politics*. 2. rev. ed. London: s.n., 1960.
- VAZ, H. C. de L. O absoluto e a história. *Paz e terra*, n. 2, 1966.
- _____. Consciência e responsabilidade histórica. In: SOUZA, H. J. (Org.). *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1962a.
- _____. *Uma reflexão sobre ação e ideologia*. Rio de Janeiro: s.n. 1962b. (mimeo.).
- VIEIRA, D. T. The Industrialization of Brazil. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. *Brazil, Portrait of Half a Continent*. S.l.: s.n., 1951.
- VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. de. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- WAGLEY, C. *Amazon town: a study of man in the tropics*. New York: s.n., 1964.
- _____. *An introduction to Brazil*. New York: s.n., 1963.
- WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. 2. ed. Tübingen: Mohr, 1956.
- WEFFORT, F. C. Política de massas. In: IANNI, O. et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. Le populisme dans la politique brésilienne. *Les temps modernes*, oct. 1967.
- WILKIE, M. E. *A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil*. 2. rev. ed. Madison : Wisc. Univ., Oct. 1967. (mimeo.).
- WILLEMS, E. *Followers of the new faith*. Nashvilli Tenn.: s.n., 1967.
- WOLF, E. R. Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies. In: BANTON, M. (Org.). *The social anthropology of complex societies*. London: s.n., 1966.
- WOLFE, M. Rural settlement patterns and social change. *Latin American Research R.*, v. 1, n. 2, 1966.

meados dos anos 50 a meados dos anos 60. De um lado, viu-se, em certo sentido, o auge do sistema social e político implantado inicialmente por Getúlio Vargas nos anos 30. De outro, testemunhamos o aumento de grupos e movimentos, a maioria deles numericamente bem pequenos, porém claramente visíveis (e especialmente audíveis) na cena política, que demandavam uma mudança radical no sistema e prometiam uma vida melhor para os vastos grupos de brasileiros que haviam sido, até então, excluídos de qualquer benefício que a sociedade tivesse para oferecer. Entre esses grupos radicais, são de particular interesse aqueles cujo *pedigree* é cristão, num sentido amplo, devido à influência potencial que tinham na Igreja Católica Romana como tal.”

A SECAD/MEC e a UNESCO têm a satisfação de reeditar este livro e levar essa reflexão ao conhecimento de um público mais amplo e abrangente, em um momento da história brasileira e mundial, no qual a idéia de que a educação é um instrumento de emancipação e um direito de todos ganha força e se impõe.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Ministério
da Educação

